

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação

**REPRESENTAÇÕES SOBRE A
IDENTIDADE NACIONAL NA NOTÍCIA DA TV**

A construção discursiva da crise dos vistos entre Brasil e Estados Unidos

CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA

Brasília
Junho de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação

**REPRESENTAÇÕES SOBRE A
IDENTIDADE NACIONAL NA NOTÍCIA DA TV**

A construção discursiva da crise dos vistos entre Brasil e Estados Unidos

CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA

Tese a ser apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação Social.

Orientador:

Prof. Dr. LUIZ GONZAGA MOTTA

Brasília

Junho de 2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que, por diferentes modos, me incentivaram a aprofundar a reflexão sobre uma atividade profissional que me envolveu por muitos anos. Manifesto minha profunda gratidão a Isabel Magalhães, por seu exemplo de seriedade acadêmica e por seu empenho em ampliar meu horizonte teórico. Agradeço especialmente a meu orientador, Luiz Gonzaga Motta, por suas observações seguras, pelas leituras instigantes e pela amizade com que me distinguiu. Sou muito grata pelo respeito e confiança que demonstrou pelo meu trabalho.

Agradeço especialmente também a:

Norman Fairclough, pela orientação competente e afetuosa nos muitos encontros que tivemos; a Marilyn Martin-Jones, cujo carinho ao me receber tantas vezes em sua casa tornou mais agradável minha estadia em Lancaster, na Inglaterra; a Romy Clark, por me introduzir nos segredos da língua inglesa; e aos colegas do Department of Linguistics and Modern Languages da Universidade de Lancaster, com os quais participei de muitos debates.

Aos colegas da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, o meu muito obrigado pela rica convivência acadêmica.

Obrigado, igualmente, a minha família pelo apoio que nunca me faltou.

RESUMO

Esta pesquisa se insere em dois campos de investigações: o do estudo do jornalismo na televisão e o do estudo da identidade nacional. É uma contribuição para uma maior compreensão da linguagem do telejornal, com suas rotinas produtivas de construção da notícia, e seus procedimentos enunciativo-discursivos, tendo como fio condutor uma narrativa que vai se formando a partir de uma seqüência de reportagens cujo pano de fundo é a identidade nacional.

As reportagens que compõem a narrativa em exame se referem a um episódio de exigência de visto feita pelo governo norte-americano aos turistas brasileiros, e que teve como consequência uma atitude idêntica do governo brasileiro em relação aos turistas dos Estados Unidos. Considerei este material relevante porque ele trouxe à tona sentidos de brasilidade, a partir de formas orais e imagéticas, de representação do 'eu' (o brasileiro) em oposição a um 'outro' (o estrangeiro).

O discurso do telejornal faz emergir um interdiscurso sobre a nacionalidade que gera novos significados no presente e que levanta algumas questões: quais as representações do 'eu' e do 'outro' que surgem da análise semântico-enunciativa da notícia da TV? Que sentidos novos são construídos para uma visibilidade mais positiva da nossa identidade?

Em linhas gerais, esta pesquisa segue os pressupostos teóricos da análise do discurso crítica, desenvolvida na Inglaterra, na década de 80, pelo lingüista Norman Fairclough. Agrega também categorias analíticas da análise do discurso francesa. O projeto integra ainda a teoria da narrativa que, no Brasil, é desenvolvida por Gonzaga Motta desde a década de 90. No quadro teórico da Comunicação, o trabalho se insere no campo dos Estudos Culturais.

Palavras-chave: discurso, identidade nacional, cultura, narrativa, telejornalismo.

ABSTRACT

This work focus on two fields of investigation: the study of journalism on television and the study of national identity. It is a contribution for a better understanding of telejournalism and its language, discourse and narratives, the ways of production of the multi-modal television text and the enunciative-discursive procedures of a news television program.

The news covered by the project comprise a two weeks period when there was a crisis about visa requirements for Brazilian tourists in the United States airports, followed by an equal measure for North-American tourists in Brazil. The extensive coverage of the crisis by Jornal Nacional on TV Globo allowed us to study the interdiscursive relation between diplomatic and journalistic discourse.

The interdiscourse of nationality also can be seen as part of a wider process of media discourse. It permits to advance the discussion on how TV news frames the 'self' and the 'other'. One of the research questions is if a new positive visibility for Brazilian identity was constructed by the media coverage of the crisis.

The research follows the theoretical framework of Critical Discourse Analysis, developed by the English linguist Norman Fairclough. The work also employs some analytical categories from French Discourse Analysis. I also combine discourse analysis with some valuable insights from theory of narrative, which is developed by the Brazilian researcher Gonzaga Motta.

Key words: discourse, national identity, culture, narrative, telejournalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE 1 - Percurso teórico: Linguagem, Discurso, Cultura e Narrativa	
Capítulo 1 – AS MUITAS FACES DA LINGUAGEM	19
<i>Linguagem como representação</i>	19
<i>A significação na linguagem</i>	21
<i>A alteridade da linguagem</i>	23
<i>Linguagem como ação</i>	25
<i>Enunciado e enunciação</i>	27
<i>A função social da linguagem</i>	29
<i>Linguagem como semiótica social</i>	31
<i>O habitus na linguagem</i>	34
Capítulo 2 - O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	37
<i>O que é discurso</i>	37
<i>O discurso em Foucault</i>	38
<i>A abordagem crítica do discurso</i>	39
<i>A abordagem crítica francesa</i>	40
<i>A posição do sujeito no discurso</i>	41
<i>Hegemonia, um equilíbrio instável</i>	43
<i>A ideologia no discurso</i>	44
<i>Texto e discurso</i>	46
<i>A intertextualidade</i>	49
<i>A prática de análise do discurso</i>	51
Capítulo 3- CULTURA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE	54
<i>O que é cultura</i>	54
<i>Cultura: a experiência vivida</i>	56
<i>Estudos culturais: princípios básicos</i>	57
<i>Representação: palavra chave</i>	60

<i>Mitos e valores</i>	61
<i>Construindo identidades culturais</i>	63
Capítulo 4 – A NARRATIVA DA NAÇÃO	66
<i>O que é narrativa</i>	66
<i>Identidade cultural e mediação global</i>	68
<i>As nações como comunidades imaginadas</i>	70
<i>Construindo narrativas da nação</i>	72
<i>O Brasil e o mito das três raças</i>	73
PARTE II - Telejornalismo: discurso, narrativa e prática cultural	
Capítulo 5 – NOTÍCIA: NARRATIVA E DISCURSO	77
<i>O que é notícia</i>	78
<i>Notícia enquanto narrativa</i>	80
<i>Notícia como discurso</i>	83
<i>A prática social: rotinas produtivas</i>	84
<i>Critérios de valor-notícia</i>	85
<i>Agendamento ou agenda pública</i>	88
<i>Enquadramento: rede de significados sociais</i>	89
Capítulo 6 – A NOTÍCIA NA TV	92
<i>O discurso do telejornal</i>	93
<i>Rotinas produtivas na TV</i>	94
<i>Critérios de noticiabilidade</i>	96
<i>O texto semiótico da TV</i>	98
<i>A dualidade produtiva</i>	100
<i>A narrativa da imagem</i>	102
<i>A montagem texto e imagem</i>	104
<i>Enunciação: o espaço da mediação</i>	106
<i>Os enunciadores da notícia</i>	108
<i>Posições de sujeitos</i>	112
Capítulo 7 – NOTÍCIA E A PRÁTICA CULTURAL	116
<i>Do que fala a TV?</i>	117

<i>Notícia como história do presente</i>	119
<i>A temporalidade como característica cultural</i>	119
<i>O novo na narrativa jornalística</i>	121
<i>O acontecimento fragmentado</i>	123
<i>Ordens de significação da notícia</i>	125
<i>Metanarrativa: a memória do acontecimento</i>	126
<i>Telejornalismo na modernidade tardia</i>	127
PARTE III - Caminhos metodológicos	
Capítulo 8 - INTEGRANDO NARRATIVA E DISCURSO	132
<i>Instâncias e dimensões da análise da narrativa</i>	133
<i>O plano da expressão no telejornal</i>	135
A) - <i>Estrutura textual e construção sintática;</i>	137
B) - <i>Coesão imagem e fala;</i>	139
C) - <i>Função referencial;</i>	140
D) - <i>Nominalizações e neologismos;</i>	141
E) - <i>Função interpessoal;</i>	142
F) - <i>Tema e personagens.</i>	144
<i>O Plano da história: em busca dos significados</i>	146
A) - <i>Argumentação e objetividade jornalística</i>	147
B) - <i>O jogo dos sentidos</i>	149
C) - <i>Intertextualidade, polifonia e interdiscursividade</i>	151
<i>O Plano da metanarrativa: a estrutura profunda</i>	153
Capítulo 9 - CORPUS: A MEMÓRIA EM RECONSTRUÇÃO	155
<i>Notícias de telejornal: um confronto do ‘eu’ e do ‘outro’</i>	156
<i>O arquivo histórico: o brasileiro ‘cordial’ e ‘exótico’</i>	157
PARTE IV – Plano de expressão: a trama dos sentidos	
Capítulo 10 - A ESTRUTURA TEXTUAL	161

<i>A macro-estrutura semântica</i>	162
<i>O campo semântico da narrativa: a ordem dos acontecimentos</i>	163
<i>O conflito como enquadramento</i>	166
<i>O fio condutor da narrativa</i>	167
Capítulo 11 - O PLANO DA EXPRESSÃO: TEXTO E CONTEXTO	169
<i>Desvendando o texto</i>	170
<i>A coesão imagem e fala</i>	174
Capítulo 12 - ETHOS E LUGARES DE ENUNCIÇÃO	193
<i>Ethos, uma dupla identidade</i>	193
<i>O ethos diplomático</i>	195
<i>Lugares de onde se fala</i>	197
<i>Reciprocidade: a palavra-chave</i>	203
<i>Brasil-Estados Unidos: contexto histórico</i>	206
<i>O jogo das imagens e dos sentidos</i>	209
<i>Dois ou três gestos, muitos sentidos</i>	216
PARTE V – O plano da história: os sentidos da identidade nacional	
Capítulo 13 – ARGUMENTAÇÃO: O JOGO DA DIFERENÇA	227
<i>A intencionalidade da linguagem</i>	228
<i>Um olhar sobre nós e sobre os outros</i>	229
<i>O brasileiro em busca de respeito</i>	236
<i>A retórica da imagem</i>	241
<i>Intertextualidade: as vozes do poder</i>	243
Capítulo 14: INTERDISCURSO: MUITAS VOZES, UM SÓ TEXTO	249
<i>Discurso diplomático: o lugar do confronto</i>	251
Capítulo 15: O INTERDISCURSO NA HISTÓRIA	255
<i>Representações na narrativa do telejornalismo</i>	257
<i>Exotismo versus país do futuro</i>	264

CONCLUSÃO	275
BIBLIOGRAFIA	285
ANEXOS (SCRIPTS)	295

INTRODUÇÃO

“As imagens não desvendam imediatamente as significações de que são portadoras. Os fatos não falam por si próprios; é preciso apresentá-los e comentá-los para situar as causas e os efeitos que lhes dão sentido pleno”. Michel Souchon, 1977.

Esta tese se insere em dois campos de investigações: o do estudo do jornalismo na televisão e o do estudo da identidade nacional. Muitas pesquisas têm sido realizadas tanto sobre a televisão e seus produtos como sobre a formação das identidades, sobretudo nas áreas de estudos culturais, lingüística e história. Acredito, porém, que no âmbito do telejornalismo, não é comum um projeto que, através da análise do discurso, investigue a constituição dos significados de uma narrativa sobre a identidade nacional. Uma razão é a própria característica da linguagem do telejornal e da televisão em geral.

Quase sessenta anos depois das primeiras transmissões televisivas, ainda nos defrontamos, no campo lingüístico, com análises de negação da televisão. Muitas já foram apontadas por Eco como sendo de caráter ‘apocalíptico’ e, em sua maioria, denotavam um conhecimento insuficiente das especificidades dessa nova linguagem. Lingüistas conhecidos já afirmaram até que a televisão trabalha para que a memória não trabalhe, porque o seu conteúdo bloqueia o percurso dos sentidos, seu movimento, sua historicidade, seus deslocamentos.

Este trabalho vai pelo caminho oposto. É um estudo que pretende ser uma contribuição para uma maior compreensão da linguagem da TV, especialmente a linguagem de telejornal, com suas rotinas produtivas de construção da notícia, e seus procedimentos enunciativo-discursivos, tendo como fio condutor uma narrativa que vai se formando a partir de uma seqüência de reportagens cujo pano de fundo é a identidade nacional.

As reportagens que compõem a narrativa em exame se referem a um episódio de exigência de visto feita pelo governo norte-americano aos turistas brasileiros, e que teve como conseqüência uma atitude idêntica do governo brasileiro em relação aos turistas dos Estados Unidos. Considerei este material relevante porque ele trouxe a tona sentidos de brasilidade, a partir de formas orais e

imagéticas, de representação do ‘eu’ (o brasileiro) em oposição a um ‘outro’ (o estrangeiro).

É uma narrativa que, pelo funcionamento discursivo do telejornal, se situa no tempo presente, mas que evoca representações do passado, de um tempo distante, em que a identidade nacional começou a se constituir, a partir de uma diferença que se instaura desde a chegada dos portugueses ao Brasil, quando se deu o primeiro encontro de culturas.

Foi um encontro marcado por um problema, o bilingüismo, a língua como lugar de confronto em busca de uma hegemonia. Durante grande parte do período colonial, é deste confronto que começa a se constituir uma língua brasileira, a partir de uma interação lingüística entre índios e europeus que resultou numa superposição da língua portuguesa sobre os falares da terra.

Pela hegemonia lingüística, consolidou-se o discurso colonialista português, que representou a necessidade de afirmar o ‘eu’ europeu diante de um ‘outro’, o nativo do Brasil, visto como selvagem, inculto, sem valores civilizatórios. A este confronto veio se juntar mais um ‘outro’, o negro, no status social de escravo, sem direito à identidade. A diferença era estabelecida pela nação colonizadora, como forma de expressar superioridade, e assim, legitimar a dominação sobre outros povos. Esta foi a base para um começo da nossa identidade brasileira, marcada por valores, práticas sociais, políticas e por uma religiosidade predominantemente europeus, e que transformou as culturas indígenas e negras em objeto de curiosidade.

Foi uma identidade surgida sob o signo do ‘exotismo’, do ‘primitivismo’, representações de um olhar do europeu sobre os povos das Américas. A estas primeiras imagens vieram se juntar outros traços, delineados pelos escritores e estudiosos que, a partir do século XIX, se debruçaram sobre a questão da identidade do brasileiro. Estes textos caracterizavam o povo brasileiro ora como triste, ora como alegre, cordial, pacífico, forte. Em suma, um povo marcado pela afetividade, pelo misticismo.

“Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos

visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro". Holanda, 1988: 106.

Esta representação de homem cordial, difundida por Sérgio Buarque de Holanda em *"Raízes do Brasil"*, é posta em dúvida pelo próprio autor, que afirma ser um engano considerar 'boas maneiras' como civilidade.

"Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no 'homem cordial': é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Equivale a um disfarce, que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções". Holanda, 1988:107.

Em vez de exaltar a cordialidade, Buarque de Holanda a considerava, na verdade, um entrave a uma civilidade característica de um país moderno, mais urbanizado e cosmopolita. Ficou, porém, a expressão e não a crítica a ela. E a qualificação de 'homem cordial' se tornou uma interpretação hegemônica para a identidade do brasileiro.

Três anos antes do lançamento de *"Raízes do Brasil"* por Holanda, Gilberto Freyre, no seu *"Manifesto Regionalista"*, já havia proposto perceber o brasileiro no contexto das regiões naturais, como base para regiões sociais. Com isso, incorporou o 'exotismo' como 'originalidade', fixando a paisagem como valor nacional.

Cordial, pitoresco, original, exótico. Estas representações surgem não só nos textos dos escritores brasileiros como em relatos de viajantes estrangeiros. E ecoam até hoje em notícias de telejornal. São sentidos de discursos que não se fixam num determinado momento da história mas produzem reverberações nas narrativas do presente. São enunciados cujos significados surgem novamente no encontro recente entre o brasileiro e o estrangeiro, relatado pelas reportagens da TV que estão em exame neste trabalho.

É este interdiscurso da história gerando novos significados no presente que levanta algumas questões: como os relatos de viajantes constroem uma visão do brasileiro? Quais as representações do 'eu' e do 'outro' que surgem da análise

semântico-enunciativa da notícia da TV? Que posições de enunciação dão conta de constituir os sujeitos do discurso do telejornal? Como a argumentação e a intertextualidade ressignificam a identidade? Como a narrativa do telejornal retoma os fios da história trazendo a tona esta questão complexa que é a narrativa sobre nós mesmos? Os ecos de uma identidade construída sob a égide do colonialismo português podem ser um obstáculo a uma cidadania mais plena para o brasileiro?

Em linhas gerais, esta pesquisa se insere nos pressupostos teóricos da análise do discurso crítica, desenvolvida na Inglaterra na década de 80 pelo lingüista Norman Fairclough, que se baseou nos estudos do discurso de Foucault. Agrega também elementos da análise do discurso desenvolvida na França a partir do final da década de 60 por Michel Pêcheux, e que tem no Brasil, como principal seguidora, a pesquisadora Eni Orlandi. À análise do discurso o projeto integra a teoria da narrativa que, no Brasil, é desenvolvida por Gonzaga Motta desde a década de 90.

O desenvolvimento do trabalho segue uma divisão em cinco partes, além desta introdução e da conclusão.

A Parte I é dedicada ao percurso teórico, dividido em quatro capítulos. O capítulo 1 começa por apresentar o sentido dialógico de qualquer linguagem, o trabalho da língua como procedimento de representação e significação, os estudos da pragmática que trabalham a linguagem como ação, os campos enunciativos, e de como este percurso chegou a uma conceituação da função social da linguagem, que vai nos levar ao discurso como prática social.

O capítulo 2 da Parte I desenvolve os princípios da análise do discurso, tomando por base especialmente o conceito de formação discursiva, que permite a delimitação de um campo discursivo e de um gênero de discurso, a partir de regras e regularidades do dizer, com seus enunciadores e campos enunciativos.

O capítulo 3 trabalha a narrativa como fato cultural, como a história que emerge de um determinado espaço enunciativo. São narrativas do tempo presente, que constroem significados para o homem contemporâneo ao mesmo tempo que retomam os sentidos do passado. Estes sentidos dizem respeito não apenas aos fatos narrados mas a mitos, valores, atitudes e costumes que caracterizam práticas culturais.

O último capítulo da parte teórica apresenta conceitos sobre nação e identidade de estudiosos da cultura como Stuart Hall, Benedict Anderson, Paul Ricoeur, entre outros. É uma identidade que se define pela diferença e que estabelece um sentido de pertencimento a um país, uma comunidade, uma nação. Por meio de dispositivos discursivos, como a função interpessoal da linguagem, é possível constatar como os textos de telejornalismo vão recuperando os sentidos da identidade nacional que constroem a diferença entre o ‘eu’ brasileiro e o ‘outro’ estrangeiro.

A Parte II da monografia se volta para a conceituação do que é jornalismo, a diferença para o telejornalismo e as rotinas produtivas. No capítulo 5, as características de uma prática social e cultural do jornalismo são abordadas a partir do conceito de ordem discursiva, revisitando conceitos como notícia, as rotinas produtivas, os critérios de valor notícia, agendamento e enquadramento. O capítulo 6 trabalha as especificidades da notícia na TV, a relação texto-imagem, a montagem, a enunciação e os enunciadores. No capítulo 7, o telejornalismo é visto como uma atividade cultural, que constrói uma história do presente, produzindo sentidos que vão retomar a memória de um acontecimento. E ainda, como o jornalismo em geral se insere numa modernidade tardia, onde a convergência tecnológica altera lugares e espaços.

Na parte III, especificamos, no capítulo 8, os caminhos metodológicos, baseados na divisão da análise da narrativa em três momentos: o plano de expressão, cujas categorias de análise são adotadas da análise do discurso; o plano da história, onde os sentidos se formam, com a exploração de categorias como a argumentatividade e a intertextualidade; e o plano da metanarrativa, onde os mitos e valores relativos à identidade nacional são o objeto de pesquisa. O capítulo 9 descreve a constituição do corpus discursivo, dividido em dois tipos de documentos: as reportagens do Jornal Nacional da TV-Globo sobre os vistos para turistas estrangeiros e recortes de um relato de um viajante estrangeiro sobre o Brasil e os brasileiros, e do ensaio antropológico de Darcy Ribeiro sobre o povo brasileiro.

Na parte IV, o capítulo 10 é dedicado à análise semântico-enunciativa dos recortes selecionados e o capítulo 11 se desenvolve em torno da análise micro-estrutural do texto do telejornalismo, observando características como a referencialidade entre imagem e falas, as nominalizações e o vocabulário empregado. Já o capítulo 12 analisa a construção do ethos tanto dos enunciadores do telejornal, como locutores e repórteres, como também os co-enunciadores, que participam do texto televisivo como entrevistados. Este capítulo analisa também os lugares de enunciação possíveis no texto da TV.

Finalmente, na parte V, são analisados os sentidos da identidade nacional, a partir dos elementos argumentativos que mostram o jogo da diferença entre brasileiros e norte-americanos, a retórica da imagem, e a intencionalidade, temas do capítulo 13. O capítulo 14 é dedicado ao estudo do interdiscurso nas narrativas examinadas, e o último capítulo, o 15, procura buscar em um corpus histórico o interdiscurso sobre uma narrativa do brasileiro. O trabalho busca relacionar as narrativas do tempo presente, representadas pelos episódios em torno da crise entre Brasil e Estados Unidos, com uma narrativa da nação que recupera a memória dos significados sobre a identidade nacional.

Com este trabalho espero colaborar para uma maior compreensão do funcionamento do discurso do telejornalismo e de como ele atua como mediador de significados sociais e culturais, por meio de sua estrutura enunciativa de construção de um espaço público. Como prática social, a linguagem do telejornal é um modo de ação, como a filosofia lingüística e o estudo da pragmática têm reconhecido. É, também, um modo de ação social e historicamente situado, como igualmente sugerem os analistas de discurso franceses e ingleses. A linguagem é constitutiva, ainda, de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença, e neles se incluem uma representação da nacionalidade.

Minha intenção é a de comprovar também que o texto do telejornal, produzido numa formação discursiva que tem regras de produção e de enunciação, é um tipo de linguagem que, ao unir a palavra à imagem, constrói significados múltiplos, mobilizando a razão e a emoção do telespectador. Além disso, ao conectar pessoas em lugares diferentes e sem lapso de tempo, o telejornalismo

contribui para a construção de narrativas sobre o mundo em que vivemos, ligando o presente ao passado e ajudando a mobilizar e transformar práticas sociais e culturais.

PARTE 1
PERCURSO TEÓRICO:
LINGUAGEM, DISCURSO, CULTURA E NARRATIVA

Capítulo 1

AS MUITAS FACES DA LINGUAGEM

“Tudo o que é diacrônico na língua só o é através da fala. É na fala que se encontra o germe de todas as mudanças”. Saussure, 1995: Introdução

Este capítulo percorre as noções sobre a natureza e a estrutura da linguagem, desde Saussure, quando propôs a divisão fundamental entre *‘langue’* e *‘parole’*, separando o sistema de regras de uma determinada língua do seu uso em ação. Embora os lingüistas da tradição de Saussure tenham preferido concentrar os estudos na *‘langue’*, ou seja no sistema da língua, ignorando a *‘parole’*, a separação foi o ponto de partida para estudos posteriores, especialmente de sociolingüistas, cujo objetivo foi mostrar que o uso da linguagem é moldado socialmente e não individualmente. Esta tendência se desenvolveu no sentido de investigar o contexto social e cultural em que a linguagem é utilizada, observando as práticas sociais e os valores culturais que são elementos da comunidade lingüística indissociáveis da fala.

A partir do caminho iniciado por Bakhtin na afirmação da alteridade da fala, busquei as contribuições que passam pelos conceitos de linguagem enquanto representação do real, seguindo pela teoria dos significados e pela teoria da linguagem enquanto atuação sobre o real, tal como a formulou Austin. Segui caminhando pelas contribuições da pragmática, especialmente quando se debruça sobre os elementos do contexto da fala, para me deter mais nos conceitos da semiótica social, ponto de partida para o estudo do discurso como prática cultural que, no meu entender, fornece os elementos para uma maior compreensão das representações e significações da identidade nacional no texto do telejornal.

Linguagem como representação

“É com a palavra que nos comunicamos. Mas a palavra é outra coisa que não o objeto comunicado. Portanto, o que se comunica não é o ser sobre o qual falamos, mas apenas o falado, ou seja, as palavras.” Aristóteles apud Santos, 2002: 73.

Representação é um termo-chave para a compreensão dos textos, quaisquer deles, incluindo os textos noticiosos. De acordo com a leitura da Poética de Aristóteles realizada por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, a linguagem é a mimesis ou a representação da ação humana. Segundo Ricoeur, quer se traduza mimesis por imitação quer por representação (como os últimos tradutores franceses o fazem) o que é preciso entender é a atividade mimética, o processo ativo de imitar ou representar (RICOEUR, 1995).

Como o próprio Aristóteles expõe no texto *De Interpretatione*,

“as palavras faladas são símbolos das afecções da alma, e as palavras escritas são símbolos das palavras faladas. E como a escrita não é igual em toda a parte, também as palavras faladas não são as mesmas em toda a parte, ainda que as afecções da alma de que as palavras são signos primeiros sejam idênticas, assim como são idênticas as coisas de que as palavras são imagens”.
Aristóteles, *De Interpretatione*, 1,16

Mais de dois mil anos antes de Saussure, Aristóteles já mostrava como a palavra, falada ou escrita, era um símbolo ou representante das coisas e dos sentimentos, ou seja, uma convenção arbitrária, uma *mediação*. Traduzindo para uma terminologia mais atual, o que Aristóteles propunha era uma tríplice relação entre o signo (o mediador simbólico), o significado (nossos estados de alma), e os referentes (as coisas).

Estes três momentos relacionais do dizer revelam o quanto a linguagem é significativa. A linguagem, portanto, não consiste simplesmente em dizer algo, mas em *dizer algo sobre algo*. Como enfatiza Ricoeur, o discurso é sempre discurso a respeito de algo: refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar (RICOEUR, 1990:46). Nesta operação, existe uma condição dialética, ou

seja, a linguagem vai além de dizer algo sobre algo. Ela se propõe a *dizer algo sobre algo a alguém*. Ou seja, um dos traços mais característicos da linguagem é o da comunicação, é o dialogismo como propunha Bakhtin.

A interação é o lugar comum da linguagem, o chão onde se realizam as trocas lingüísticas. Ao dizer algo, estamos expressando os ‘estados d’alma’, de que fala Aristóteles. Ou seja, o que este algo significa para nós, que sentimentos, que valores agregamos a este algo. É nesta troca dialética que fazemos a passagem entre representação e significado. Ao representarmos, significamos. E significamos como um efeito de sentido para alguém.

A significação na linguagem

“Toda locução tem um significado, ainda que não orgânico, mas segundo a convenção. Por conseguinte, nenhuma locução é uma proposição, só o sendo a locução em que há verdade ou falsidade”.
Aristóteles, apud Santos, 2002: 107

Bakhtin, ao aprofundar os estudos semiológicos de Saussure, considerou o problema da significação como um dos mais difíceis da lingüística. Foi um problema sobre o qual já havia se debruçado Aristóteles, procurando investigar os elementos constituintes da linguagem dotados de significado. No texto *De Interpretatione*, o filósofo grego afirma o caráter arbitrário da significação, acentuando que “o nome, a menor parte dotada de significado, é um som convencionalmente estabelecido”. E reforça a função do verbo como o signo do que se afirma de outro, isto é, de coisas inerentes a um sujeito.

“O verbo é o que junta ao seu próprio significado o significado do tempo atual. Nenhuma das suas partes considerada separadamente significa seja o que for, e indica sempre algo que se predica de outro”. Aristóteles, *De Interpretatione*, III, apud Santos, 2002: 85.

Neste mergulho sobre a linguagem, Aristóteles mostra que as partes significativas da linguagem são sons que possuem uma significação arbitrária,

instaurados convencionalmente. Fausto dos Santos (2002), ao analisar a filosofia aristotélica da linguagem, lembra que o filósofo insistia na convencionalidade significativa da linguagem ao deixar claro que nenhuma voz é por natureza um nome, mas só quando o nome se assume como símbolo. Aristóteles utiliza ora símbolo ora signo para examinar a relação simbólica entre a linguagem e as coisas porque considera que o signo pretende ser uma proposição demonstrativa, algo que implica outro algo, seja anterior, seja posterior (SANTOS, 2002). O símbolo é, pois, a expressão da racionalidade humana.

“As palavras sem combinação umas com as outras significam por si mesmas uma das seguintes coisas: o que (a substância), o quanto (a quantidade), o como (a qualidade), com o que se relaciona (a relação), onde está (o lugar), quando (o tempo), como está (o estado), em que circunstância (o hábito), que atividade (ação) e a passividade (com que paixão)”. Aristóteles, Categorias, IV, apud Santos, 2002: 85.

Cabe a Saussure reafirmar o caráter arbitrário, de símbolo, ou conceito, ao estudar os signos lingüísticos. Para o lingüista suíço, o signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra mas um conceito e uma imagem acústica. Ou seja, o signo é uma entidade psíquica de duas faces. “Propomo-nos a conservar o termo signo e a substituir imagem acústica e conceito por respectivamente significante e significado” (SAUSSURE, 1995:80).

O laço que une significante ao significado é arbitrário, porque, como exemplifica Saussure, a idéia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons ‘m-a-r’, que lhe serve de significante. O que não significa que todo significante seja escolhido livremente. Ao contrário, conforme acentua Saussure: “se com relação à idéia que representa o significante aparece como escolhido livremente, com relação à comunidade lingüística que o emprega, não é livre. Isso porque nenhuma sociedade conhece e nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores” (1995:85).

Herdamos a língua como herdamos o sistema de signos mas a imutabilidade dos signos é relativa porque, como o próprio Saussure afirma, o uso da língua através

dos tempos gera mudanças, uma vez que as forças sociais que atuam sobre a língua desenvolvem seus efeitos e a continuidade implica necessariamente na alteração, no deslocamento de sentidos.

Ampliando as noções de significado e significante, Barthes (1964) lembra que qualquer sistema de significação comporta um plano de expressão (E) e um plano de conteúdo (C) sendo a significação a relação entre estes dois planos, assim representada: $R = E + C$. Se tivermos um segundo sistema, extensivo do primeiro, o que ocorre é que o primeiro sistema transforma-se em plano de expressão ou significante do segundo sistema. O primeiro sistema constitui então o plano de denotação e o segundo o plano de conotação.

Na semiótica conotativa, os significantes do segundo sistema são, portanto, constituídos pelos signos do primeiro. Na metalinguagem, passa-se o inverso: os significados do segundo sistema é que são constituídos pelos signos do primeiro. Assim, a semiótica conotativa é uma metalinguagem, já que introduz um segundo sistema a partir de uma linguagem primeira. E assim por diante, a cada nova operação, novas metalinguagens, conforme observa Barthes (1964).

Trazendo as questões da significação para o campo da linguagem como interação, Bakhtin (1988) avançou no caminho da alteridade ao afirmar que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra como tal. Para ele, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa. A formulação de Bakhtin se aproxima bastante do que a semiótica social defende hoje, que é a significação como efeito da interação do locutor e do receptor. “A significação não está na palavra e nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos. Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação” (BAKHTIN, 1988: 132).

A alteridade da linguagem

“A palavra é uma espécie de ponte lançada entre eu e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor”. Bakhtin, 1988: 36.

Textos falam e participam das práticas comunicativas em sociedade como o principal meio de transmissão de conceitos, de pontos de vista, de trocas entre pessoas. A linguagem é, portanto, um objeto de estudo que transcende a idéia de um sistema lógico com regras gramaticais, e que precisa ser compreendido na prática social, como linguagem em uso. Ao rejeitar as teses lingüísticas do começo do século XX, que consideravam o sistema lingüístico como o único capaz de dar conta dos fatos da língua, Bakhtin foi o primeiro a chamar a atenção para o ato de fala como uma enunciação de natureza social. Para ele, a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.

Segundo Bakhtin, a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas e nem pela enunciação monológica isolada, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada por meio de enunciações. Bakhtin vai mais longe ao destacar o diálogo implícito entre diferentes pontos de vista num texto aparentemente monológico.

Este significado de dialogismo é especialmente interessante para o estudo de um processo comunicativo como o do telejornalismo, onde locutores parecem falar para um interlocutor não-identificado. Esta comunicação dialógica não se refere à superfície estrutural do texto jornalístico, com vários falantes numa determinada reportagem. Ao contrário, o que ocorre é um diálogo implícito, uma interação entre pontos de vista e valores.

Fowler, ao analisar aspectos do diálogo literário, destaca os termos chaves em Bakhtin: a polissemia, a heteroglossia e o dialogismo. Por polissemia, se entende a idéia de que uma palavra (ou outro signo não verbal) possui mais de um significado. Para Fowler (1996), quando as palavras são usadas oficialmente, há uma tendência de redução de significados em apenas uma direção, mas a prática criativa pode restaurar outros sentidos. A heteroglossia, por sua vez, é a relação entre diferentes linguagens, dialetos, estilos e registros. E finalmente, o dialogismo é inerente à linguagem porque nós antecipamos as idéias de um ouvinte ou leitor organizando a fala numa espécie de debate implícito com o interlocutor.

É esta característica dialógica, como a definiu Bakhtin, que permite encontrar o 'outro' numa determinada fala, estabelecendo-se uma troca de significados sobre a realidade que pode ser compreendida como uma interação dialética, que amplia os pontos de vista sobre um determinado assunto.

Ao enfatizar a dialogicidade da linguagem, Bakhtin acentuou o caráter polifônico, de dupla voz e de dupla linguagem não só da fala oral como dos textos escritos, construindo o que chamou de um ‘encadeamento dialógico’ (BAKHTIN, 1929), um termo que Kristeva (1986) nomeou de ‘intertextualidade’, que vem a ser a combinação em um discurso da minha voz com a voz de outro.

Linguagem como ação

“Dizer algo é, em sentido normal e completo, fazer algo, o que inclui o proferir certos ruídos, certas palavras em determinada construção, e com um certo significado no sentido filosófico favorito da palavra, isto é, com um sentido e uma referência determinados”.
Austin, 1990:85

Os estudos sobre dialogismo tiveram seqüência com a contribuição do filósofo da linguagem John Langshaw Austin, que concebeu a teoria dos atos de fala como um caminho importante para a compreensão da linguagem enquanto ação.

A teoria de Austin, desenvolvida por Searle, tem como conceito básico a idéia de que a linguagem em uso tem uma dimensão extra-linguística: a dimensão performativa. É uma função que é ao mesmo tempo performativa e proposicional. Os enunciados são usados para representar ações assim como para comunicar proposições, sejam elas verdadeiras ou falsas.

A performatividade foi um dos temas favoritos de Austin em seus célebres seminários na Universidade de Oxford, onde exerceu grande influência entre colegas lingüistas. Em uma de suas conferências, desceu a detalhes sobre verbos performativos explícitos, comparando-os a verbos descritivos e semi-descritivos. Para exemplificar a diferença entre dizer algo e fazer algo, Austin distinguia os atos fonéticos dos atos fáticos. Os primeiros consistem simplesmente na emissão de certos ruídos. Os fáticos, por outro lado, reproduzem um fazer de si mesmo ou de outrem.

São atos fáticos os que ocorrem quando se pergunta ou se responde a uma questão, quando se dá uma informação ou uma advertência, quando se anuncia uma intenção ou se pronuncia uma sentença, quando se faz um apelo ou uma

crítica, ou ainda uma identificação. Certos verbos utilizados especialmente no jornalismo têm a função performativa bem destacada. São verbos como *declara*, *afirma*, *promete*, *ordena*, *garante*, e outros, que representam ações em potencial. A performatividade está presente, porém, não só no ato *de* dizer algo mas no ato que se realiza *ao* dizer algo. A maneira de utilizar a fala faz a grande diferença para os sentidos construídos.

Assim, Austin dividiu os atos de fala em locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Os primeiros se referem ao simples dizer. É um ato de fala propriamente dito. Os atos ilocucionários agregam uma segunda intenção à enunciação. No caso do jornalismo ou do telejornalismo, esta intenção é a de informar, prestar serviço, noticiar enfim.

Na atividade ilocucionária se estabelece o dialogismo da comunicação, ao pretender transformar o ato lingüístico em algo mais do que um simples dizer. Ele se completa na interlocução ao apresentar uma informação que o interlocutor está buscando. É tipicamente o ato de fala do telejornalismo, que estabelece uma relação do tipo “nós mantemos você informado porque é isso que você busca ao ligar a TV”.

O outro tipo de ato lingüístico, o ato perlocucionário, é o que se pode chamar de efeito de sentido. É a fala em ação na sua completude. Se um locutor anuncia “evite sair de casa hoje porque haverá um vendaval”, a fala se completa com a ação do telespectador de preferir ficar em casa. Os sentidos pretendidos pelo enunciador, porém, nem sempre são os construídos na recepção. Isto é especialmente verdadeiro em notícias que envolvem valores, hábitos, atitudes, visões de mundo, ou seja, quando colocam em cheque práticas culturais.

Um novo aspecto dos atos de fala é a implicatura, um termo criado por outro filósofo da linguagem, H.P. Grice, um continuador dos estudos de Austin e Searle. As implicaturas têm a ver com o que é dito ‘nas entrelinhas’ e se relacionam com a noção tradicional de se dizer uma coisa e significar outra, através de recursos como a ironia, a metáfora ou o duplo sentido. Grice (1975) sugere ainda que o princípio da cooperação deve reger os enunciados entre interlocutores. Para isso, existem quatro máximas que sintetizam as obrigações do enunciador.

São elas:

1. *Quantidade*: faça sua contribuição tão informativa quanto requerida e não mais do que isso.
2. *Qualidade*: tente fazer sua contribuição verdadeira.
3. *Relação*: seja relevante.
4. *Modo*: evite termos obscuros, ambigüidade, seja breve e organizado.

As implicaturas ocorrem quando cada uma destas máximas é fraudada. As máximas de Grice deveriam fazer parte dos manuais de redação de jornais e telejornais, já que são um receituário para o bom jornalismo. Se as implicaturas são uma forma de dar duplo sentido a um texto, nem sempre percebido pelo interlocutor, as máximas do princípio de cooperação subentendem um compromisso de ajudar na compreensão de enunciados, especialmente aqueles formulados por especialistas e de difícil acesso para leigos.

Enunciado e enunciação

“A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Benveniste, 1988: 82.

Foi a partir dos estudos teóricos sobre a enunciação, como os de Benveniste e Ducrot, que se abandonou a idéia de que há uma relação direta entre sentido e referência, ou seja, entre linguagem e mundo, sendo a primeira o espelho do segundo. A contribuição importante de Benveniste é o enfoque da subjetividade como propriedade fundamental da linguagem. Segundo o lingüista francês, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego”(BENVENISTE, 1988: 286).

A idéia é que o sujeito enunciador constrói sentido no seu enunciado porque utiliza estruturas da língua nas quais inscreve a subjetividade, ou a possibilidade de, como sujeito, se apresentar como o *eu*. Assim, parte integrante da subjetividade é a condição de diálogo constitutiva da pessoa, ou seja, a consciência de si só é possível pelo contraste com o outro, pelo fato de o locutor remeter a si mesmo como eu no discurso e, em conseqüência, construir o tu ou o outro.

Benveniste define o eu e o tu – as duas primeiras pessoas pronominais como ‘pessoa-eu’ e ‘pessoa não-eu’. Segundo o lingüista, quando falo, o faço para um *tu* com quem estabeleço um diálogo. É a mesma visão dialógica que Bakhtin propunha ao se referir ao diálogo implícito na linguagem. Para Grigoletto, o mérito da concepção de Benveniste acerca da subjetividade na linguagem está “em deslocar a visão da linguagem como objeto que pode ser analisado separadamente do indivíduo enunciador (uma perspectiva que era adotada pela ciência lingüística tradicional) para uma análise lingüística realizada a partir da situação de enunciação” (GRIGOLETTO, 2002: 49).

Anos mais tarde, Pêcheux critica Benveniste e seu modelo de sujeito livre e uno, dissociado da prática social e da história, desenvolvendo em contraposição a idéia de assujeitamento do enunciador à uma formação ideológica, como veremos no trecho dedicado aos conceitos de discurso. Benveniste é, porém, relevante pela sua contribuição às condições dos enunciados e dos processos reais de enunciação.

Um avanço importante foi introduzido por Oswald Ducrot (1987), que contestou a unicidade do sujeito enunciador ao lançar a teoria polifônica da enunciação. Para Ducrot, a enunciação é polifônica em dois níveis. Num primeiro nível, a polifonia é atestada pela existência de diferentes personagens no discurso. Ele distingue o locutor, aquele que se apresenta como responsável pelo dizer, do enunciador, que representa o ponto de vista do qual se fala. Locutor e enunciador podem não coincidir, como acontece em textos de telejornal, onde o locutor expressa não o seu ponto de vista mas o de um enunciador que dá um testemunho. O segundo nível da polifonia, para Ducrot, é o de diferentes vozes num mesmo texto, ou seja, a presença de vários enunciadores com diferentes pontos de vista, apresentados por um único locutor, caso muito freqüente no telejornalismo.

Ao situar seu trabalho no âmbito de uma ‘pragmática semântica’, Ducrot considera-o uma extensão dos estudos de Bakhtin sobre polifonia. Segundo ele, há, porém, um avanço em direção à problemática da enunciação. Portanto, o objeto de estudo deve ser dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala. Para isto, é necessário descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado (DUCROT, 1987).

Para o autor de “*O dizer e o dito*” são três as acepções que podem ser atribuídas ao termo ‘enunciação’. A primeira é a atividade psico-fisiológica implicada pela produção do enunciado. A segunda é a enunciação como produto da

atividade do sujeito falante. Mas ele prefere a terceira acepção, que designa como o “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”.

“A realização de um enunciado é, de fato, um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É a esta aparição momentânea que chamo de enunciação”. Ducrot, 1987: 168.

Esta perspectiva histórica da enunciação vem sendo desenvolvida no Brasil por Eduardo Guimarães (1989,1995), que busca pensar o sentido e o sujeito enunciator na sua historicidade. Guimarães filia-se a Benveniste ao enfatizar a inscrição da subjetividade na língua, e a Ducrot, pela elaboração do conceito de sujeito polifônico e pela introdução da dimensão histórica na enunciação. É o caráter de acontecimento novo – o da aparição momentânea da enunciação, destacada por Ducrot – que é particularmente importante para Guimarães, que propõe um deslocamento para um conceito de enunciação que leve em conta as determinações históricas a que ela está submetida, ou seja, a enunciação como prática social.

A função social da linguagem

“A linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social, e a organização dos sentidos comportamentais deve propiciar percepção de suas fundações sociais”. Halliday, 1994:70

A teoria dos atos de fala, seguida pelos estudos de Benveniste e Ducrot, veio a influenciar o surgimento da lingüística crítica, uma abordagem desenvolvida na Universidade de East Anglia, na década de 1970, tendo Roger Fowler, Gunther Kress e Hodge como principais pesquisadores. O objetivo foi orientar a análise lingüística para uma vertente social de funcionamento da linguagem. Esta formulação pode ser sintetizada pela argumentação utilizada por Michael Halliday segundo a qual a linguagem a que as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social. Para Halliday, os falantes fazem seleções segundo as circunstâncias

sociais. E Fowler vai além, afirmando que não basta estabelecer correlações entre linguagem e sociedade, mas perceber na linguagem as organizações que a moldam (FOWLER, 1996)

Esta posição crítica amplia a hipótese Sapir-Whorf, que postulava a incorporação pela linguagem de visões de mundo particulares. Para Fowler, importante é a recuperação dos sentidos sociais expressos no discurso pela análise das estruturas lingüísticas à luz dos contextos interacionais e sociais mais amplos. A lingüística crítica está na base da gramática funcional de Halliday, que trabalha sobretudo a transitividade, ou seja, o aspecto da frase relacionado ao significado ideacional, isto é, o modo como representa a realidade.

Halliday é particularmente útil na observação dos processos usados para construir significados culturais e ideológicos em textos jornalísticos e algumas de suas propostas analíticas serão consideradas no capítulo metodológico deste trabalho.

Em trabalhos mais recentes, os lingüistas críticos têm se dedicado ao que denominam de semiótica social, com uma preocupação maior com os vários sistemas semióticos, e buscando relacionar textos visuais com textos escritos e falados. Em colaboração com Theo van Leeuwen, Gunther Kress elaborou uma Gramática do Design Visual, baseada na gramática funcional de Halliday, onde desenvolve a noção de que as estruturas da imagem não reproduzem simplesmente as estruturas da realidade mas, ao contrário, produzem imagens da realidade que são determinadas pelos interesses das instituições sociais no interior das quais estas imagens são produzidas, entram em circulação e são lidas. Estruturas pictóricas não são simplesmente formais, mas possuem uma dimensão semântica profundamente importante. Este ponto será retomado no capítulo que trata do discurso do telejornalismo, mais adiante.

Linguagem como semiótica social

“Textos são unidades semânticas, ou melhor, são unidades básicas de um processo semântico”. Halliday, 1995: Introdução

É de interesse deste trabalho a compreensão das propostas de Halliday em virtude da influência que o lingüista exerceu para o surgimento da Análise Crítica

do Discurso, formulada por Fairclough (1989) com base em conceitos desenvolvidos por Halliday, e que será retomada ainda neste capítulo, mais adiante.

Em primeiro lugar, é importante destacar que Halliday (1994) procura descrever a linguagem como um sistema de comunicação humana e não como um conjunto de regras gerais, desvinculadas do seu contexto de uso. Para isso, Halliday trabalha com textos que são produtos da interação social. Um grupo de seus seguidores, Butt et al (2000), afirma que tais textos ocorrem em dois contextos, um dentro do outro: o contexto de cultura e o contexto de situação.

O contexto de cultura é a soma de todos os significados possíveis de fazerem sentido em uma determinada cultura e que são postos em circulação pelo texto, utilizado em contextos de situação. Estes últimos possuem as características que a pragmática descreve como o lugar de fala imediato, como os 'frames' e 'enquadramentos' do uso da língua. Estes contextos imediatos dependem de três aspectos constitutivos denominados de *campo, relação e modo*.

O *campo* tem a ver com a natureza da prática social e em que instituição a interação lingüística se realiza. A *relação* se refere à natureza da interação, ou seja, quais as ligações entre os interlocutores e de que forma estas ligações estabelecem maior ou menor formalismo da troca lingüística. O *modo*, por sua vez, tem a ver com o canal escolhido, se por meio eletrônico ou escrito.

Estes aspectos constitutivos da situação de fala foram incorporados ao que Halliday chamou de teoria sócio-semiótica da linguagem, ou semiótica social. Ela foi formulada como resposta a algumas indagações: 1- como as pessoas interpretam os contextos sociais onde os significados são produzidos? 2- como as pessoas relacionam o contexto social com o sistema lingüístico? 3- como e porque pessoas de classes sociais diferentes ou de grupos subculturais desenvolvem diferentes orientações sobre os significados? 4- e como as crianças e as pessoas em geral apreendem nas interações lingüísticas as características básicas da cultura: a estrutura social, os sistemas de conhecimento e de valores, e os elementos de uma semiótica social?

Os conceitos essenciais à teoria semiótica social da linguagem são os referentes a texto, situação, variedade ou registro lingüístico, o código social, o sistema lingüístico e a estrutura social. Vejamos como Halliday os define:

Texto – é uma instância da interação lingüística na qual as pessoas se envolvem. Assim, os textos representam escolhas feitas pelas pessoas entre as opções que estão ao dispor para articular um significado. Halliday considera que o texto pode ser definido como significado potencial realizado. Este significado potencial pode ser representado, em termos sócio-lingüísticos, pelo conjunto de opções num específico tipo de situação.

Situação – numa definição simples, é o ambiente no qual o texto ganha vida. A situação foi um elemento chave da etnografia da linguagem formulada por Malinowski, que a definiu como ‘contexto de situação’. Este termo foi depois explicitado por Firth (1957) que ampliou o conceito para uma representação abstrata do ambiente mais do que simplesmente o registro físico onde a fala ocorre. Ou seja, não apenas situação mas um tipo de situação, ou situação-tipo. A este contexto Bernstein se referiu como ‘contexto social’, ou uma estrutura semiótica.

Esta estrutura semiótica de uma determinação situação-tipo, de acordo com Halliday, pode ser representada como um complexo de três dimensões: a atividade social, as relações que se desenvolvem nesta atividade, e o canal retórico ou simbólico. São o campo, a relação e o modo já mencionados acima.

Registro - Halliday faz uma distinção inicial entre variedades de linguagem como dialeto e registro. Para ele, o dialeto é o que a pessoa fala determinado por quem ela é. Já o registro é o que a pessoa está falando, determinado pelo que ela está fazendo no momento. Assim, o lingüista associa o registro aos recursos semânticos que o membro de uma cultura associa a uma situação-tipo. Ele o define, porém, não apenas como uma seleção particular de palavras ou vocabulários, mas em termos de significados selecionados.

Código social - Halliday utiliza o sentido de código de acordo com a proposta de Bernstein (1971), para quem os códigos estão acima do sistema lingüístico. Eles são um tipo de semiótica social, ou ordens simbólicas de significados geradas pelo sistema social. O código é realizado na linguagem por meio do registro mas ele determina a orientação semântica dos falantes num contexto social particular.

Ao estudar o sistema educacional inglês, Bernstein mostrou como uma criança interpreta significados tanto no contexto de situação como no contexto de cultura. Para o sociólogo inglês, a cultura é transmitida à criança com um código atuando como um filtro, definindo e tornando acessível os princípios semióticos de sua própria sub-cultura. A aprendizagem é atravessada pelo ângulo sub-cultural da criança que fornece os significados sobre o sistema social (1971). A exaustiva pesquisa de Bernstein, que merece ser mais estudada, embora não no âmbito deste trabalho, mostrou como o código cultural da classe trabalhadora inglesa interfere e limita a aprendizagem dos filhos dos trabalhadores.

O sistema lingüístico – no contexto sociolingüístico este sistema é, em primeiro lugar, um sistema semântico. Seus termos são classificados como ‘ideacionais’, ‘interpessoais’ e ‘textuais’, e devem ser interpretados não como funções no sentido de “usos da linguagem” mas como componentes funcionais do sistema semântico, ou meta-funções, de acordo com Halliday. O que são estes componentes funcionais? Como Halliday os define, são os modos de significação que estão presentes em todo uso da linguagem em qualquer contexto social.

Esta explicação é importante porque estes modos de significação estão presentes na proposta metodológica da Análise Crítica do Discurso, a ser desenvolvida no capítulo subsequente.

O *componente ideacional* representa o significado potencial pretendido pelo falante. Ele corresponde à função de conteúdo, ou das idéias a serem comunicadas durante a linguagem. É por meio deste componente que a linguagem codifica a experiência cultural, e o falante codifica sua própria experiência individual como membro de uma determinada cultura.

O *componente interpessoal* representa uma função participatória da linguagem, ou seja, a linguagem como ação, lembrando a formulação feita por Austin (“dizer é fazer”). É por meio desta função ilocucionária (para usar o termo de Austin) que o falante se envolve com o contexto de situação, expressando suas atitudes e julgamentos e procurando influenciar os comportamentos de outros.

Já o *componente textual* é o que expressa a relação da linguagem com o ambiente, tanto verbal como não-verbal. É por meio das escolhas feitas no sistema léxico-gramatical - a escolha de vocábulos e expressões - que se organiza o componente textual, por meio do qual se manifestam os demais componentes da linguagem, ideacionais e interpessoais.

A estrutura social – este aspecto se refere aos vários tipos de contexto social nos quais os significados são trocados assim como aos diferentes grupos sociais e redes de comunicação que determinam o status e os papéis sociais que entram em relação numa determinada situação. Ou como afirma Barthes, é a estrutura social que dá origem às tensões semióticas expressas pelos estilos retóricos e pelos gêneros do texto (BARTHES, 1984). Isto significa que não é apenas o texto (o que as pessoas dizem) mas o sistema semântico (o que as pessoas podem dizer) que reflete a ambigüidade, o antagonismo e as imperfeições nas trocas que caracterizam o sistema social e a estrutura social. Por isso, a semiótica social considera que a linguagem deve ser interpretada como prática social, no contexto da cultura como sistema semiótico, ou de construção de significados.

O 'habitus' na linguagem

Seguindo por um caminho diferente, o sociólogo francês Pierre Bourdieu se aproxima bastante dos semióticos sociais ingleses ao mostrar que as diferenças entre agentes sociais nas práticas, nas posições sociais, nas disposições culturais e nas tomadas de posição se constituem em sistemas simbólicos e como tal, expressos na linguagem.

Um dos conceitos desenvolvido na economia das trocas lingüísticas de Bourdieu (1996), cujo subtítulo na edição francesa é, bem sugestivamente, “o que falar quer dizer”, é o de *habitus*, que se aproxima do conceito de *código* formulado por Bernstein. Por *habitus* se compreende gostos ou afinidades de estilos e é um princípio gerador e unificador que traduz as características de uma posição em um estilo de vida.

Revedo o trabalho de Austin, Bourdieu lembra que não é no próprio discurso, ou seja, na própria substância lingüística, que se pode encontrar o princípio da eficácia da palavra, como sugeria o filósofo inglês. Para Bourdieu, a

autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora. Pode-se dizer que a linguagem, na melhor das hipóteses, representa tal autoridade, manifestando-a e simbolizando-a (BOURDIEU, 1996).

Se em Halliday e Bernstein há um grande embricamento entre estrutura social e estrutura semântica, em Bourdieu o social determina o uso da linguagem, que passa a depender da posição social do locutor que, por sua vez, é legitimado para falar. Falando em rituais da magia social, Bourdieu sugere, em vez de atos de fala, a expressão os *atos de autoridade*, ou atos autorizados, porque é preciso estabelecer a relação entre o discurso e as propriedades daquele que o pronuncia, assim como as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo.

Ao desenvolver sua teoria da prática - um termo hoje largamente adotado quando se fala em 'práticas sociais', 'práticas culturais', e que foi inspirado na filosofia marxista da *praxis* -, Bourdieu utiliza o conceito de *habitus*. Para ele, é um conjunto de disposições que levam os agentes sociais a agir ou reagir de uma determinada maneira. As disposições geram práticas, percepções e atitudes que são regulares, embora não coordenadas por alguma regra. Estas disposições são adquiridas por meio de um processo de inculcação, melhor dizendo de aculturação, que, segundo Bourdieu, moldam o próprio corpo e se tornam uma segunda natureza.

Ao contrário da expressão 'o hábito não faz o monge', no sentido usado por Bourdieu estas disposições adquiridas são hábitos que grudam na pele e identificam de fato o pertencimento de pessoas a campos e lugares sociais. O sociólogo francês considera que a importância da postura corporal pode ser vista nas diversas formas pelas quais homens e mulheres andam pelo mundo, nas suas diferentes posturas, seu jeito de falar e andar, de comer ou rir, enfim, são visíveis nos aspectos mais diferentes da vida (BOURDIEU, 1996).

É importante, porém, lembrar que estes *habitus* não existem por si só, mas são o produto da relação entre atitudes, de um lado, e, de outro, os específicos contextos sociais, ou *campos*, como Bourdieu os chama. Estes campos são sempre um lugar de conflitos pelos quais os indivíduos lutam para manter status, poder, etc, ou seja, um certo capital adquirido. Utilizando uma terminologia econômica, o sociólogo francês trabalha com o significado de *capital*, como o capital simbólico (que envolve prestígio e poder), o capital cultural (conhecimento, posturas, atitudes, habilidades adquiridas em educação ou treinamento, etc.).

Ampliando sua teoria da prática para o campo lingüístico, Bourdieu afirma que os enunciados podem ser compreendidos como um produto da relação entre um habitus lingüístico e um mercado lingüístico. Eles são produzidos em contextos ou mercados particulares, cujas propriedades valorizam o produto lingüístico. Estes valores dependem, no entanto, da valoração de cada instituição, no interior da qual os enunciados surgem.

Neste capítulo, procurei desenvolver o percurso que os estudos lingüísticos seguiram no sentido de considerar o uso da linguagem como uma prática social; o que implica, pois, que ela é um modo de ação, que é um modo de ação social e historicamente situado, que se encontra numa relação dialética com outras práticas sociais, e que é socialmente formada mas também socialmente formadora. Esta relação dialética se dá pelo discurso.

Capítulo 2

O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

No capítulo anterior, o propósito foi historiar o desenvolvimento dos estudos lingüísticos que buscaram a compreensão da linguagem enquanto prática social. Estes estudos tiveram como ponto de partida o duplo fundamento da semiótica moderna, de um lado orientada pelo filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce, e de outro, pelo lingüista suíço Ferdinand de Saussure. Por volta de 1960, houve o encontro da semiótica com o estruturalismo lingüístico, adaptado da antropologia, que levou a um foco maior na produção do sentido e no sistema de signos, sem levar em conta o processo comunicativo.

Mas as últimas décadas do século XX marcaram o surgimento do criticismo pós-estruturalista. Umberto Eco (1976) enfatizou o que chamou de mobilidade dos espaços semânticos nos quais os códigos estão sujeitos pelo uso às mudanças. Este deslocamento das análises dos sistemas de signos para as práticas de interação social levou ao surgimento de uma nova reflexão sobre a linguagem, que dá origem ao conceito de discurso.

Este capítulo é dedicado às abordagens do conceito de discurso, suas principais categorias de análise e sua prática como se dá hoje, de forma interdisciplinar, nos campos da lingüística, da antropologia, da filosofia, da história e da psicanálise, entre outros.

O que é discurso

“O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos”. Foucault, 1996: 49.

Definir discurso é tarefa difícil porque existem várias formulações a partir de perspectivas teóricas diferentes. Na lingüística, ‘discurso’ é um termo usado para se referir a amostras de diálogo falado, em contraste com textos escritos. Há meio século atrás, a palavra ‘discurso’ tinha um sentido tradicional: a exposição ordenada na escrita ou na fala de um objeto particular, uma prática que era associada a

escritores como Descartes ou Machiavelli. Um sentido que se tornou mais comum para a palavra ‘discurso’ é o de uma fala pública, em geral se referindo a fala de um político. Outro uso bem informal para o termo é o de discurso como a exposição de idéias ou filosofias, quando, por exemplo, nos referimos ao ‘discurso do neo-liberalismo’.

O sentido mais usado pelos lingüistas é o de discurso como uma forma de uso da linguagem. Van Dijk (1997) propõe o discurso como um evento comunicativo onde os participantes estão fazendo alguma coisa além de usarem a linguagem para comunicarem idéias ou crenças: eles estão interagindo. Para ele, o conceito de discurso apresenta três dimensões principais: 1 - o uso da linguagem; 2 - a comunicação de crenças ou idéias; e 3 - a interação em situações sociais.

A preocupação em compreender a linguagem no contexto do uso comunicativo se tornou central na concepção de discurso, desde meados da década de 1970. Em três áreas, inicialmente, o conceito ganhou força: na etnografia da fala, na análise da conversação e na lingüística funcional. Na pesquisa etnográfica, a compreensão do uso da linguagem desenvolveu conceitos como ‘comunidade de fala’ e ‘estilo de discurso’, e ampliou a contribuição que a linguagem dá à definição de identidade social e da diferença.

Sinclair e Coulthard, com sua introdução à *Análise do Discurso* (1977), colocaram questões para a análise da conversação sugerindo a pesquisa sobre os eventos constitutivos numa conversação, o reconhecimento dos turnos de fala, o controle dos tópicos, e com isso, procuraram identificar as regularidades e os limites do uso da linguagem numa determinada conversação. Halliday, por sua vez, ao desenvolver os pressupostos da lingüística funcional, mostrou como o sistema gramatical se relaciona fortemente com as necessidades sociais e individuais expressas em eventos comunicativos. Mas é em Foucault que o discurso é abordado com maior complexidade.

O discurso em Foucault

“O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história”. Foucault, 2005: 14.

O termo ‘discurso’ se tornou chave para a compreensão do trabalho do filósofo francês Michel Foucault. O lugar do discurso em Foucault pode ser descrito por meio de dois conceitos interligados. O primeiro é o de considerar o discurso como um fenômeno histórico. Para o filósofo francês, não existe uma teoria geral do discurso ou da linguagem, apenas descrições historicamente fundadas dos vários discursos, ou do que ele chamou de ‘práticas discursivas’.

Estas práticas consistem numa certa regularidade de enunciados que definem um objeto – seja ele a sexualidade ou a loucura, estudadas por Foucault, a economia, a política, ou o jornalismo – e que delimitam o que pode ou não ser dito sobre o objeto, demarcando os sujeitos do discurso, quem pode ou não falar sobre o objeto. Esta regularidade que produz uma prática discursiva não deve ser confundida com uma coerência sistemática, porque Foucault lembra que o discurso ocorre num evento histórico.

O outro componente do conceito foucaultiano de discurso é a negativa da idéia de que a linguagem é uma atividade expressiva, no sentido de expressar emoções ou idéias individuais. Para ele, as diferentes práticas discursivas numa sociedade permitem a construção de várias posições de sujeitos, que levam a escrever ou falar dentro de determinadas perspectivas sobre determinados objetos.

Na famosa aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, Foucault lançou as bases do que chamou de ‘ordem do discurso’, propondo quatro noções que devem servir de princípio regulador para a análise: o acontecimento, a série, a regularidade, a condição de possibilidade. E define o que entende por discurso: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (1971:10).

A abordagem crítica do discurso

O trabalho de Foucault influenciou fortemente a Análise Crítica do Discurso, de orientação anglo-saxã. Fairclough, um de seus principais representantes, ao usar o termo ‘discurso’, propõe considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como reflexo de variáveis situacionais. “Isto implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e

especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Implica também uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social” (FAIRCLOUGH, 2001: 91)

“O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Fairclough, 2001: 91

Ao salientar a importância da discussão de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos, Fairclough afirma que o discurso é socialmente constitutivo. Ele contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes.

A posição inglesa destaca a relação dialética entre discurso e estrutura social para evitar o determinismo de considerar o discurso como mero reflexo de uma realidade social mais profunda ou de idealizar o discurso como fonte do social. Esta perspectiva evita também uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas discursivas – códigos, normas e convenções. “A perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas. A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural – e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações” (FAIRCLOUGH, 2001: 94).

A abordagem crítica francesa

Uma outra abordagem crítica à análise do discurso se desenvolveu na França tendo como principal expoente Michel Pêcheux. Tendo como fonte a teoria marxista de ideologia de Althusser, Pêcheux usa o termo ‘discurso’ para enfatizar a natureza ideológica do uso lingüístico. Ele utiliza o conceito de aparelho ideológico de Estado, desenvolvido por Althusser, para conceber estes aparelhos como um complexo de formações ideológicas inter-relacionadas no interior das quais os sujeitos ocupam posições que incorporam uma determinada formação discursiva. Assim, a formação discursiva é “aquilo que, em uma dada formação ideológica,

determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, apud FAIRCLOUGH, 2001: 52).

Eni Orlandi, filiada à Análise do Discurso francesa, lembra que a noção de discurso se distancia do esquema elementar da comunicação que se constitui de um emissor, um receptor, o código, o referente e a mensagem. “Para a Análise de discurso, não se trata apenas de transmissão de informação e nem há esta linearidade na disposição dos elementos da comunicação. Temos um processo complexo de constituição de sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação” (ORLANDI, 1999: 21). São processos de identidade, de argumentação, de construção da realidade. No discurso, o que ocorre são relações de sujeitos e de sentidos, daí a definição da autora: “o discurso é efeito de sentidos entre locutores”.

Não há uma oposição ‘fala’ versus ‘sistema’. O funcionamento discursivo se assenta em sistematicidades lingüísticas, que são a base material que permite as trocas discursivas. Pêcheux desenvolve a idéia de que a linguagem é uma forma material da ideologia: “o discurso mostra os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem e, de modo inverso, a existência da materialidade lingüística na ideologia” (PÊCHEUX, apud FAIRCLOUGH, 2001: 52).

A posição do sujeito no discurso

Ao contrário do subjetivismo proposto por Benveniste, na perspectiva de Pêcheux o que ocorre é um assujeitamento que ocorre pela ideologia, determinado pela relação do sujeito com a língua e a história, ou seja, pela experiência simbólica do mundo através da ideologia. Este assujeitamento produz dois tipos de esquecimento no discurso (PÊCHEUX, 1975). O esquecimento número dois é da ordem da enunciação e cria a ilusão do falar livremente, quando, na verdade, se fazem escolhas lingüísticas que reforçam um certo dizer sobre outro.

Já o esquecimento número um é também chamado de esquecimento ideológico. Ele é da instância do inconsciente e pré-existe em relação ao sujeito. São sentidos já construídos e nos tornamos porta-vozes deles sem perceber que eles já existem na língua e na história e nós nos constituímos como sujeitos ao retomar sentidos já determinados ideologicamente. Como afirma Orlandi, “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história

e pela língua. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.” (ORLANDI, 1999:32).

Há um já dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer e que permite remeter um certo dizer a uma filiação, ou uma memória, identificando-o na sua historicidade, na sua significância, levando-nos a compreender seus compromissos políticos e ideológicos. São como dois eixos que se cruzam: o eixo vertical, uma estratificação de enunciados onde teríamos todos os já ditos – o que Orlandi chama de interdiscurso – e o eixo horizontal, ou eixo da formulação, os enunciados que estão sendo ditos num dado momento, em determinadas condições. A este eixo, Orlandi chama de intradiscurso.

“Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que os dizeres tiram seus sentidos”. ORLANDI (1999: 33).

Trata-se do limite entre o mesmo e o diferente. Se em todo dizer existe algo que já foi dito, que pertence à memória, a cada novo dizer novas possibilidades de ressignificação ocorrem. Segundo Orlandi, ocorre uma tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos. Enquanto a paráfrase é o retorno aos mesmos espaços do dizer, e isto ocorre sempre que se trabalha o discurso da identidade, por outro lado existem novas formas de se dizer. Este jogo em que o sujeito se movimenta no interior do discurso, cria a possibilidade de fazer surgir novos significados. Ou no dizer do músico, “a mesma velha metamorfose ambulante”.

A questão, para a análise do discurso francesa, é que o sujeito, para produzir novos sentidos no seu falar, tem que estar sujeito à história. Ou seja, tem que ser determinado, submetido à língua e à história para se constituir, falar e produzir sentidos.

Em Foucault, o sujeito é pensado como ‘posição’. É a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. Ou seja, “são os enunciados que posicionam os sujeitos - aqueles que os produzem mas também aqueles para quem são dirigidos - e o fazem determinando que posição pode e deve ser ocupada, em que status social ou instituição” (FOUCAULT, 1997: 60). É importante

perceber o papel fundamental do discurso na constituição dos sujeitos sociais e sua transformação na prática social.

A posição da análise do discurso inglesa sobre o sujeito no discurso concorda com a idéia do posicionamento ideológico do sujeito mas considera exagerada a versão althusseriana de assujeitamento, que, segundo Fairclough (1994,2001), subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes ou mesmo serem capazes de agir criativamente no sentido de realizar conexões entre as diversas práticas e as estruturas que os posicionam.

Um conceito importante adotado pela vertente inglesa do discurso é o de hegemonia, que reflete o caráter dialético e conflitual das várias posições de sujeito nos enunciados discursivos. Este conceito fornece um modo de teorização da mudança social que permite escapar ao determinismo ideológico da visão althusseriana.

Hegemonia, um equilíbrio instável

“Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas este poder nunca é atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável”.

Gramsci, apud Fairclough, 2001:122.

Peça central da análise que Gramsci faz do capitalismo ocidental, o conceito de hegemonia, como construção de alianças e de integração de classes e blocos, não representa apenas um processo de dominação de uma classe pela outra, mas de cooptação de diferentes grupos sociais num processo ideológico que envolve busca de poder, seja econômico ou político.

Ao adotar o conceito, Fairclough (2001) incorpora a definição de Gramsci e considera a luta hegemônica em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos do discurso e a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos. “Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são,

conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica” (FAIRCLOUGH, 2001: 123).

Assim, a prática discursiva, que envolve a produção, a distribuição e o consumo de textos, assim como a interpretação deles, é uma faceta da luta hegemônica que contribui para a reprodução ou transformação não apenas da ordem de discurso existente como das práticas sociais e das relações sociais. O conceito de hegemonia é particularmente útil na análise de discursos políticos, onde formas híbridas se rearticulam. Mas ele pode ser utilizado também na análise do discurso jornalístico, especialmente para a percepção maior de conceitos em conflito que dizem respeito a relações de poder na sociedade, nas instituições, no governo, e que colocam em cheque declarações públicas.

A ideologia no discurso

“O mito, ou a ideologia, é o que transforma a história em natureza. O mito não nega as coisas. Ao contrário, sua função é falar sobre elas. Ao fazê-lo, o mito purifica-as, torna-as inocentes, dá a elas uma justificação natural e eterna”. Barthes, apud Eagleton, 1994: 199.

A tese de naturalização de um enunciado, conforme a expunha Barthes, se dá pelo trabalho de supressão da produção semiótica do significado, tornando-o natural e transparente e permitindo um acesso fácil e quase mágico e imediato entre interlocutores. O crítico literário Paul de Man afirmava que “o que chamamos de ideologia é precisamente a confusão da realidade lingüística com a realidade natural, da referência com o fenomenalismo. Pela ideologia, a linguagem esquece suas relações contingentes e acidentais com o mundo e cria uma espécie de laço orgânico com o que representa”. (MAN apud EAGLETON, 1994: 200).

O ponto chave da ideologia no discurso é o de que a linguagem não reflete a realidade mas a significa, ou seja, a enquadra numa forma conceitual. Por meio do discurso, o papel da ideologia é o de fornecer conjuntos de crenças e valores que são relevantes para as pessoas em suas tarefas sociais. Assim, a ideologia não é reduzível à subjetividade, ou melhor, não é uma questão de “estados d’alma”, a que se referia Aristóteles, ou de posições individuais de um sujeito. Ao contrário, a ideologia é socialmente constituída. Eagleton lembra que os efeitos ideológicos

mais poderosos são gerados por instituições tais como o parlamento, o governo ou por meio de processos políticos. Assim, a ideologia tem a ver mais com o discurso do que com a linguagem, e é produzida por efeitos discursivos.

Numa posição mais cognitiva, Van Dijk (1998) afirma que ideologias são crenças socialmente compartilhadas. No discurso, isto significa que elas podem ser pressupostas pelo falante e não precisam ser explicitadas. O lingüista holandês afirma que especialmente os valores têm um papel central na construção das ideologias. Embora existam diferenças ideológicas entre grupos, poucas pessoas numa mesma cultura têm sistemas diferentes de valores – verdade, igualdade, felicidade são alguns deles.

Estes valores são compartilhados e utilizados pelos membros sociais numa grande variedade de práticas e contextos. Obviamente, o processo de seleção e construção pelo qual os valores são incorporados em ideologias depende de interesses de grupos. Ou seja, valores culturais gerais podem ser apropriados por um grupo em benefício próprio. Um exemplo clássico é como o valor de liberdade é incorporado pelo discurso mercadológico, na linha do ‘free-market’, como forma de garantir os interesses de grupos comerciais.

Também o senso comum tem um papel central nos estudos contemporâneos sobre ideologia. Sua origem é associada ao conceito de hegemonia de Gramsci, no sentido de que é pelo senso comum que uma dominação ideológica se completa, quando os grupos dominados são incapazes de distinguir entre seus próprios interesses e atitudes dos do grupo dominante. Pelo senso comum se naturalizam posições dominantes e visões de mundo, que refletem diferenças sociais e culturais num processo de dominação.

A utilização do senso comum no discurso é de natureza argumentativa. Muitos argumentos se baseiam no senso comum, a partir da observação direta da vida cotidiana. Van Dijk (1998) lembra que estes argumentos são encontrados em expressões como ‘nós todos sabemos’, ou ‘como todo mundo diz’. São expressões que ativam representações sociais, conhecimentos e atitudes, e fortalecem opiniões.

Fairclough sugere que as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base em classe, gênero social, grupo cultural. A partir de enunciados, argumentações, utilização do senso-comum, estes grupos constroem

discursivamente a relação hegemônica. Vale a pena destacar, porém, que a todo discurso hegemônico corresponde um contra-discurso, ou um discurso de resistência, e isto vale não só para as práticas sociais da vida cotidiana como mesmo para crenças e valores culturais.

O conceito de hegemonia será, assim, particularmente útil para a análise das relações Brasil-Estados Unidos no âmbito da pesquisa sobre novas identificações de turistas em busca de um tratamento mais igualitário nas relações entre os dois países.

Texto e discurso

“Texto é qualquer expressão de um conjunto lingüístico numa atividade de comunicação, tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocucionário reconhecível”. Schmidt,1978

Desde suas origens, a Lingüística Textual variou na forma como definir o que é um texto. Ora é concebido como uma unidade lingüística superior à frase, ora uma sucessão ou combinação de frases, ora um complexo de proposições semânticas. De modo geral, a Lingüística textual sempre tratou o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas.

Já no campo da Semiótica textual, Umberto Eco apresenta a dualidade signo e texto. Para ele, o objeto fundamental da pesquisa é o signo, e este se expressa pelo texto. “Em um sistema semiótico bem organizado um signo já é um texto virtual e num processo de comunicação, um texto nada mais é que a expansão da virtualidade de um sistema de signos” (ECO,1984: 4). Em seu trabalho em busca do conceito de texto, Eco aborda temas como conteúdo e plano de expressão e percorre minuciosamente o caminho que vai do semema ao texto.

Para os analistas de discurso, porém, o que ocorre é um processo inverso: é o discurso que se materializa no texto. Passa-se, através das mediações lingüísticas, de um interdiscurso (que é o já-dito da memória) para a formulação textual. Conforme afirma Orlandi (2001), o sujeito da linguagem precisa de um enunciado que acaba, de um texto com começo, meio e fim, que é, no sentido semântico, falar com alguma finalidade e produzindo significados.

Do ponto de vista discursivo, não há um começo absoluto e nem um fim total. O texto se caracteriza por um episódio discursivo, uma contribuição a uma longa narrativa que é interdiscursiva. “Se a discursividade é incomensurável no seu real, o texto representa imaginariamente o dizer como uma extensão com limites, pausas e interrupções possíveis” (ORLANDI, 2001:93).

Um conceito fundamental para entender a imbricação entre texto e discurso é o de ‘formação discursiva’, proposto por Foucault e utilizado igualmente nas abordagens francesa e inglesa da Análise do Discurso. Para Foucault, o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado. Os enunciados posicionam os sujeitos – aqueles que os produzem e também aqueles para quem eles são dirigidos – de formas particulares. Assim, “descrever um enunciado não consiste em analisar a relação entre autor e o que ele diz (ou quis dizer ou disse sem querer), mas em determinar que posição pode e deve ser ocupada por qualquer indivíduo para que ele seja o sujeito dela” (FOUCAULT, apud FAIRCLOUGH, 2001:68).

Esta relação se expressa por meio de um dispositivo a que Foucault chamou de formações discursivas, que são constituídas por configurações particulares de modalidades enunciativas. Como Foucault acentuou na sua aula inaugural do Collège de France, onde lançou a idéia de ‘ordem do discurso’, as modalidades enunciativas significam falar o que pode ser dito dentro de uma determinada configuração social, seja de grupo ou institucional. Assim, as modalidades enunciativas são determinados textos produzidos em determinadas situações discursivas.

Um exemplo concreto é o do discurso religioso, que permite o surgimento de enunciados como sermões, orações, novenas, bulas papais, e outros, ditos em espaços sociais como templos, catedrais, ou em instituições como a Igreja, a CNBB, os concílios. São modalidades enunciativas que reafirmam a religião enquanto prática discursiva e social, e que se dá em contextos culturais diversos.

No caso do jornalismo, as modalidades enunciativas incorporam textos como notícias, reportagens, editoriais, opiniões, colunas, notas de serviço, locuções faladas no caso de rádio e TV, que conformam um tipo de discurso, o discurso jornalístico, uma prática social de intermediação de informações sobre

acontecimentos do tempo presente. Estas características do discurso jornalístico serão expandidas no capítulo seguinte deste trabalho.

No discurso, o texto não é só um enunciado que se materializa num ato de fala com força ilocucionária, no sentido pragmático da linguagem. Sua força ilocucionária está na própria prática discursiva, ou seja, numa determinada formação discursiva, que conforma, constrói e mantém uma determinada relação social. Como exemplo, pode-se citar os atos de fala em sala de aula. São falares como a própria aula, os textos de ensino, as avaliações e provas, os seminários e palestras, que são determinados discursivamente pela instituição 'escola', que gera um discurso acadêmico voltado para a divulgação de conhecimentos.

Coube a Fairclough (2001) identificar algumas características da orientação textual da análise do discurso que Foucault delineou em seu trabalho arqueológico inicial. São duas afirmações importantes:

- 1- a natureza constitutiva do discurso – o discurso constitui o social, como também os objetos e os sujeitos sociais;
- 2- a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade – qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras, das quais é recorrente.

A partir do trabalho genealógico de Foucault, em fase posterior, três outros pontos substantivos são destacados por Fairclough:

- 1- a natureza discursiva do poder – as práticas e as técnicas do poder, o qual inclui o biopoder, são discursivas em grau significativo;
- 2- a natureza política do discurso - a luta por poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele;
- 3- a natureza discursiva da mudança social – as práticas discursivas estão em mutação e são um elemento importante de mudança.

Este último ponto é enfatizado por Fairclough (1994, 2001), recorrendo a Foucault quando este afirma que as regras de formações discursivas definem não objetos e conceitos estáticos mas os campos de suas possíveis transformações. Esta posição abre a possibilidade de se considerar a prática discursiva como dialética na sua relação com a prática social. Isto significa que o discurso nem é reflexo do social e nem determinante do social. As pessoas, na produção de enunciados em determinadas situações sociais, são sempre confrontadas em práticas reais, em

relações concretas, e isso mostra que o discurso produzido é um processo permanente de construção do real, e não apenas um produto.

Esta possibilidade de polissemia é destacada também por Pêcheux, que afirma que “tomando-se o texto como contrapartida do discurso, é nele mesmo, no modo como ele manifesta o discurso em sua materialidade concreta, que podemos observar a relação entre paráfrase ou polissemia” (PÊCHEUX, apud ORLANDI, 2001:92). Ou como interpreta Orlandi, a relação dialética entre texto e discurso coloca em questão a forma material, ou seja, a projeção do real da discursividade (ordem do discurso) sobre o texto e os seus efeitos imaginários na organização. É uma posição que se afirma contra análises formais e fechadas que observam a língua como sistema neutro, e contra o empirismo positivista, que desloca o autor do texto da sua historicidade.

A intertextualidade

“O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado e dentro dele mesmo. Todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis”. Barthes, apud Koch, 2003:59

Como Barthes, Kristeva afirma que “qualquer texto se constrói como um mosaico de citação e é a absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA,1986:60). A intertextualidade também foi estudada por Verón ao examinar a questão da produção do sentido do ponto de vista sócio-semiológico. Para ele, são três as dimensões da intertextualidade: em primeiro lugar, as operações produtoras de sentido são sempre intertextuais no interior de um certo universo discursivo; em segundo lugar, a intertextualidade ocorre entre universos discursivos diferentes; em terceiro lugar, no processo de produção de um discurso há uma relação intertextual com outros discursos relativamente autônomos que, embora funcionando como etapas da produção, não aparecem na superfície do discurso produzido. Segundo Véron (1980), esta é uma intertextualidade profunda

por se tratar de textos que embora participando do processo de produção de outros textos, não são consumados socialmente, ou seja, explicitados.

Koch (2003) afirma, por sua vez, que os textos produzidos em determinadas culturas têm propriedades formais ou estruturais, comuns a determinados gêneros ou tipos, que são armazenadas na memória dos usuários sob a forma de esquemas textuais ou superestruturas. Estes esquemas – schematas, frames, na divisão proposta por Van Dijk (1983) – são socialmente adquiridos e desempenham papel relevante na produção textual.

Para Koch, é preciso considerar a intertextualidade como constitutiva dos esquemas, o que se realiza em dois sentidos: restrito e amplo. Em sentido restrito, ela se dá por conteúdo, como ocorre, por exemplo, entre textos científicos de uma mesma área do conhecimento, que se servem de conceitos comuns. Ou entre diversas matérias de jornais sobre um determinado assunto. Para a autora, a intertextualidade é explícita quando há citação da fonte, como acontece no discurso relatado e nas referências. A intertextualidade é implícita quando ocorre sem citação da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir um sentido para o texto. Um exemplo muito comum é a referência feita por jornais a expressões utilizadas pelo presidente Lula, que são usadas em outros textos, sem necessidade de citação da origem.

Em sentido amplo, a intertextualidade é a condição de existência do próprio discurso, conforme afirma Maingueneau, que considera o intertexto um componente decisivo das condições de produção: “um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição”(MAINGUENEAU, 1976).

Já Fairclough (1994) compreende a intertextualidade em dois níveis: um nível é a presença no meu discurso de palavras específicas de outros, misturadas às minhas palavras, o que acontece no discurso indireto. O outro nível de intertextualidade é o da combinação de gêneros diferentes, como aparece nas análises de Bakhtin. A este segundo nível de intertextualidade Fairclough chama de interdiscursividade.

Em textos mais recentes, Fairclough (2003) lembra que a intertextualidade tem sido um tema central no foco que a Análise Crítica do discurso coloca sobre os aspectos discursivos das mudanças sociais contemporâneas. Ele propõe, porém, que o conceito de intertextualidade deve ser combinado com uma teoria de poder, como a teoria da hegemonia, de modo a evitar um problema que foi identificado por Hasan:

“o círculo envolvente da intertextualidade implica se ter acesso ilimitado a qualquer voz. Não ficam claros os limites materiais para este tipo de intertextualidade” (1994:127).

O que Fairclough sugere é que se faz necessário perceber porque certas intertextualidades, e não outras, são possíveis numa determinada prática discursiva. Para melhor perceber estas diferenças é preciso olhar para as modalidades de poder e controle que atuam em contextos sociais específicos, determinando relações intertextuais também específicas.

Um termo importante para esta análise é o da recontextualização. Para Fairclough, recontextualizar é o processo de apropriação seletiva e ordenamento de outros discursos, suprimindo o significado potencial de um discurso neste processo. Ou como diz Kristeva, é a absorção de outro texto no meu texto. A recontextualização reagrupa significados e transforma os diferentes textos num novo texto, eliminando as contradições que possam existir entre eles (FAIRCLOUGH, 2003).

A prática de Análise do Discurso

Na perspectiva da Análise Crítica do discurso, de vertente inglesa, adotada por este trabalho, a análise de qualquer tipo particular de discurso, incluindo o discurso jornalístico, envolve, em primeiro lugar, dois focos que são complementares: o evento comunicativo em si e a ordem do discurso. Isto quer dizer que é preciso olhar para a prática discursiva olhando também para a prática social na qual o discurso emerge.

São três as dimensões de um evento comunicativo que a análise deve examinar: o texto, a prática discursiva e a prática sociocultural. Por texto se compreende não só os textos escritos como os textos orais em suas diversas modalidades, como entrevistas, relatos, conversação. A prática discursiva envolve os processos de produção e consumo de textos determinados, com suas regularidades e modalidades enunciativas, seus objetivos, seus constrangimentos ou limites profissionais e institucionais, as regras enfim do falar a partir de uma determinada instituição, caracterizando-se por ser uma ordem do discurso, ou formação discursiva, de uma instituição ou um domínio social.

Por prática sociocultural, Fairclough (1995) considera o contexto social mais amplo, o que traz para o discurso lugares de fala, visões de mundo e perspectivas culturais que envolvem atitudes, hábitos, costumes, valores, representações sociais e

culturais que são o background dos textos, um mundo simbólico a que se tem acesso pela prática discursiva. Três aspectos, particularmente, estão embebidos na prática sociocultural: o econômico (com os valores de mercado produzindo efeitos de sentido), o político (que envolve relações de poder e posições ideológicas) e o cultural (que tem a ver com questões de valores, atitudes, ética e construção de identidade).

Considerando estas três dimensões, o arcabouço analítico deve envolver, conforme propõe Fairclough (1995), a análise lingüística e intertextual dos textos, a análise da prática discursiva e a análise do contexto cultural em que o evento comunicativo ocorre. O diagrama abaixo apresenta uma representação visual das relações entre as três dimensões da análise crítica do discurso. Nele, se observa como a prática discursiva media a relação entre o texto e a prática sociocultural, levando à percepção de que a ligação entre o aspecto sociocultural e o texto é indireto, e feito pela prática discursiva. Em outras palavras, a prática discursiva tem um pé na sociedade e na cultura, e outro pé na linguagem ou no texto.

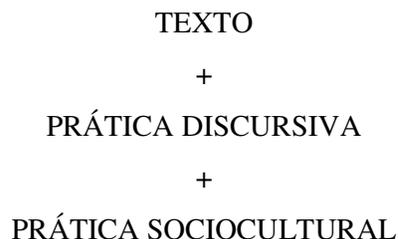


Fig. 1- Modelo utilizado por Fairclough para visualizar a mediação que a prática discursiva faz entre texto e prática sociocultural.

Neste capítulo, dedicado à conceituação de discurso baseada nos trabalhos de Foucault e Fairclough, especialmente, foi desenvolvida a compreensão da linguagem como uma prática social e cultural, e portanto, como um modo de ação social e historicamente constituído, que estabelece relações dialéticas com outros aspectos da vida social e produz significados sobre as relações sociais. Esta relação dialética, porém, faz com que a linguagem seja socialmente moldada e ao mesmo tempo molda a prática, ou seja, é socialmente constitutiva. “O uso lingüístico é constitutivo tanto de maneira convencional, ajudando a reproduzir e manter identidades sociais, relações e sistemas de conhecimento e crença já existentes, como também de maneira criativa,

levando a uma transformação tanto das identidades como das relações e dos sistemas” (FAIRCLOUGH, 1995:55).

Os aspectos analíticos e suas categorias serão desenvolvidos extensivamente na parte metodológica da monografia, onde estarão explicitados os caminhos analíticos das três dimensões do discurso que serão adotados na análise do material empírico selecionado e já exposto na Introdução.

Capítulo 3

CULTURA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE

No capítulo anterior, vimos como o discurso realiza uma mediação entre o texto e a prática sociocultural. Ao fazê-lo, o discurso, que é o texto produzido em condições sociais e institucionalizadas, vai se materializar na operação de representação da vida cotidiana e das relações sociais, produzindo significados que são culturais.

Neste capítulo, vamos definir o conceito de cultura adotado neste trabalho, tomando por base os Estudos Culturais, um ramo teórico da Comunicação que tem se expandido na prática acadêmica de vários continentes. É um capítulo dedicado também a mostrar de que forma a cultura opera, com processos de representação e significação que se expressam no chamado circuito da cultura, termo criado por Stuart Hall para definir o círculo em que discurso e prática cultural se complementam e se realimentam.

O circuito da cultura é um processo pelo qual se reativam a memória social e as narrativas que reafirmam as identidades sociais e a identidade nacional, tema de fundo desta monografia.

O que é cultura

“A cultura não salva nada nem ninguém, não justifica. Mas é um produto do homem: nela, ele se projeta, se reconhece; somente esse espelho crítico oferece-lhe sua imagem”. J.P. Sartre, apud Moles, 1974:9

Moles, ao estudar a sócio-dinâmica da cultura, destaca que o termo é tão carregado de valores diversos que pode permitir mais de 250 definições. Mesmo assim, ele prefere a sua: “uma característica essencial do ser humano é viver em um meio que ele próprio criou. O vestígio deixado por esse meio artificial no espírito de cada homem é o que chamamos de cultura” (MOLES, 1974: 9). Assim sendo, a cultura se origina da vida social, em parte através da educação, em parte através da impregnação.

Um dos sentidos mais tradicionais da palavra ‘cultura’ é o que se refere às atividades artísticas, muitas vezes divididas entre cultura erudita e cultura popular. Outro sentido também tradicional é o de ‘cultura’ como um conjunto de características de um povo, suas festas, cerimônias, lendas e crenças, além do idioma e da comida.

Duas concepções básicas são as que se referem a aspectos de uma realidade social - o que caracteriza a vida de um povo no interior de uma nação – e às idéias e crenças - de que forma elas geram significados para a vida social. De certa forma, esta definição se aproxima do significado original da palavra ‘cultura’, que vem do verbo latino *colere*, ou seja, cultivar. A cultura era, na Roma antiga, um termo ligado às práticas agrícolas, mas os romanos foram os primeiros a ampliar o sentido do termo para o cultivo pessoal, o refinamento do espírito.

Durante o século XIX, as concepções de cultura começaram a se relacionar com particularidades das diferentes nações. Entendia-se então a cultura tanto no seu aspecto material quanto no aspecto de formas de conhecimento e de concepções de vida em sociedade. Estas características estavam na base da construção da unidade política das diferentes nações, não só européias como nos Estados Unidos e na América Latina.

Mais recentemente, cultura passa a ser compreendida como uma dimensão do conhecimento que uma sociedade tem sobre si mesma, sobre outras sociedades, e inclui ainda as maneiras como esse conhecimento é expresso por meio da arte, da religião, do esporte, da ciência, da política. “O estudo da cultura procura entender o sentido que fazem essas concepções e práticas para a sociedade que as vive” (SANTOS, 1988: 41).

Uma definição simples e completa é a de Clifford Geertz: “cultura é o conjunto de histórias que nós contamos a nós mesmos sobre nós mesmos”. E, nas últimas cinco décadas, as histórias que o ser humano conta sobre si mesmo e incorpora ao seu espírito, ou à sua memória, lhe chegam pela imersão na esfera das mensagens dos meios de comunicação de massa. Featherstone (1992) adverte, porém, que o papel da cultura na vida social não pode ser restrito a um conjunto de normas, hábitos ou valores, adquiridos de forma não-problemática pelos indivíduos, e uma vez internalizados, mantidos pelo resto da vida.

Esta percepção da complexidade da prática cultural está na base do surgimento dos Estudos Culturais, a partir do Centre for Contemporary Cultural

Studies, da Universidade de Birmingham, fundado em 1964. Os estudos do Centro, como destaca Agger (1992), ampliam o conceito de cultura para que sejam incluídos dois temas adicionais. Primeiro, a cultura não como entidade monolítica, mas que se manifesta de forma diferenciada. Segundo, a cultura não significa simplesmente experiência recebida, mas experiência vivida.

A questão relacional, ou seja, de que forma a cultura interage ou se relaciona com as práticas sociais, foi um dos pontos-chaves da Escola de Birmingham, e um texto fundador desta concepção foi “*Cultura e Sociedade*”, de Raymond Williams.

Cultura, a experiência vivida

“A cultura não é somente um conjunto de trabalho intelectual e imaginativo. Ela é também e essencialmente um completo modo de vida. A distinção primária deve ser procurada no modo de vida. O elemento crucial de diferenciação na vida inglesa não é a linguagem, a vestimenta, ou o lazer, porque estes tendem à uniformidade. A distinção crucial é entre idéias alternativas da natureza da relação social”. Williams, R, 1961: 28

Para Raymond Williams, o conceito de cultura liga-se assim à noção de ‘experiência’, ou seja, as práticas e atividades relacionais vividas em sociedade. A cultura, ou seja, as visões de mundo internalizadas, constrói significados para a experiência vivida e, ao fazê-lo, contribui para mudá-la. É uma definição de cultura enquanto processo, no interior do qual as relações de força sociais atuam no sentido de priorizar determinadas interpretações, de torná-las socialmente hegemônicas. Assim, a cultura de uma época é dinâmica porque fundada na idéia de indivíduos sempre ativos e de formas culturais sempre reexaminadas pela experiência.

Williams destaca dois aspectos básicos da cultura: a tradição, com a aquisição de modelos, propósitos e significados, e a sua transformação inovadora a partir do confronto com a experiência, tendo como resultado novos valores e novas práticas. Em toda sociedade, em qualquer tempo histórico particular, há um sistema central de práticas, significados e valores, que é efetivo, dominante, organizado e vivido, sugere Williams.

O conceito de hegemonia utilizado por Williams tem o mesmo sentido que em Gramsci, e deve ser entendido como um processo que não se confunde com a idéia de totalidade: por mais dominante que seja uma cultura hegemônica, jamais o é de um modo total ou exclusivo, e exerce e sofre pressões e limites. “Ela deve ser continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que de modo algum lhe são próprias” (WILLIAMS, 1996:224).

Estudos culturais: princípios básicos

“Os estudos culturais não dizem respeito apenas ao estudo da cultura. Nunca pretenderam dizer que a cultura poderia ser identificada e analisada de forma independente das realidades sociais concretas, dentro das quais existem e a partir das quais se manifestam”. Blundell, 1993

O que são, exatamente, estudos culturais? O termo ‘estudo’ sugere, por si mesmo, um imenso campo de pesquisa, tal como se convencionou chamar de ‘management studies’ o campo da administração. Mas no caso específico da cultura, a própria ambigüidade do termo e suas diferentes acepções fazem com que não exista uma área de estudo claramente definida. Isto faz com que estudos culturais abarquem um grande leque de práticas. Como bem define Hall (1980), os estudos culturais não configuram uma ‘disciplina’, mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, em busca de respostas para aspectos culturais da sociedade.

Assim sendo, os estudos culturais trabalham tomando por empréstimo teorias e metodologias de outras disciplinas, quer do campo social, quer das ciências humanas. Eles se apropriam especialmente de teorias e metodologias da Antropologia, da Lingüística, do Criticismo Literário, da Psicologia e mesmo da Ciência Política. Deste modo, pode usar métodos como a análise textual, a etnografia e a psicanálise na busca de respostas para pesquisas determinadas.

Os estudos culturais fazem a ponte entre disciplinas estabelecidas e novos movimentos políticos e práticas intelectuais, e envolvem questões como o pós-colonialismo, o feminismo, o pós-estruturalismo, e mais recentemente, a pós-modernidade. Ao se mover de disciplina para disciplina, e entre movimentos sociais, os estudos culturais adotam a metodologia que melhor responda às suas questões. Por

tudo isso, os estudos culturais são descritos como a ‘anti-disciplina’, fora da camisa de força das disciplinas institucionalizadas.

Apesar desta indefinição de campo, alguns princípios básicos norteiam os estudos culturais. Em primeiro lugar, um de seus objetivos principais é o de examinar determinadas práticas culturais e sua relação com o poder. Esta linha de pesquisa foi adotada nos primeiros estudos do Centro de Birmingham e, até hoje, é determinante de estudos produzidos em diversos países do mundo. Nesta diretriz, os estudos têm como objetivo expor relações de poder e examinar como estas relações influenciam e formatam práticas culturais. (SARDAR & VAN LOON, 1997).

Em segundo lugar, a tradição dos estudos culturais é a de um compromisso com uma avaliação moral da sociedade moderna a partir de uma linha de ação política. Não se limita a um estudo acadêmico, mas se compromete com a reconstrução social por meio do envolvimento político crítico. Neste sentido, os estudos culturais buscam a compreensão e a mudança de estruturas de dominação, especialmente nas sociedades industriais capitalistas.

Tendo como foco inicialmente os estudos de sub-culturas, como o dos hábitos e práticas da classe trabalhadora inglesa, os estudos culturais evoluíram para temáticas relacionadas com a identidade, sejam elas sexuais, de classe, étnicas, ou nacionais. Em muitos estudos, o foco da pesquisa tem sido o da investigação da ‘resistência’ de determinadas práticas subjugadas por uma cultura dominante. A partir de meados da década de 70, os meios de comunicação se tornaram um campo privilegiado para a pesquisa cultural. Esta etapa foi denominada por Hall (1980) como de ‘redescoberta da ideologia’. Uma das premissas básicas desta fase era a da pesquisa dos efeitos a partir da análise dos textos produzidos pelos meios de comunicação de massa. Um texto básico que construiu diretrizes para a análise foi “*Encoding and decoding in the television discourse*”, publicado por Stuart Hall em 1973.

Na década de 80, o *decoding* ganhou ênfase e a pesquisa evoluiu para os estudos de recepção, com o objetivo de verificar não só a análise textual dos meios de massa mas as diversas leituras ideológicas produzidas na recepção. No Brasil, estes estudos foram a base de uma das primeiras teses voltadas para a leitura do Jornal Nacional: “*Muito Além do Jardim Botânico*”, de Carlos Eduardo Lins e Silva, mostrou as diferenças de percepção e leitura do noticiário do telejornal da TV-Globo numa comunidade de trabalhadores do ABC paulista e numa comunidade de trabalhadores no Rio Grande do Norte.

Considerados uma invenção inglesa, os estudos culturais se expandiram por diferentes países, especialmente na década de 90, influenciados por estudos de gênero, produzidos pelo movimento feminista, e de minorias em geral, incluindo questões de etnia. Os estudos se abrem para a análise de todas as variedades de prática cultural: a cultura popular, a cultura gay, a cultura colonial, a cultura negra, a cultura jovem e, mais recentemente, a cultura cibernética. Os movimentos nacionalistas são outro campo de estudo importante, assim como a cultura de imigrantes e a questão da diferença.

O foco passa a ser a reflexão sobre as novas condições de constituição das identidades sociais num mundo cada vez mais globalizado. No século XXI, a agenda dos estudos culturais se diversifica ainda mais e inclui a análise do discurso e da recepção de séries televisivas, programas de auditório, programas de *reality show*, novas tecnologias de rádio e televisão. Uma das principais questões é a investigação sobre o papel dos meios de comunicação na constituição de identidades, objeto específico desta monografia.

Em todas as variações de práticas culturais estudadas, uma questão permanece: para que servem os estudos culturais? Stuart Hall, o jamaicano que se tornou um dos pais fundadores mais canonizados dos Cultural Studies, e que declara que se mantém “à distância de um tiro de Marx”, tem a resposta pronta: “os estudos culturais precisam ter um impacto prático sobre a realidade”. (HALL, apud SARDAR, Z e VAN LOON, B, 1997:38). É o comprometimento com a transformação e a mudança social, a partir de uma postura crítica e não apenas *voyeurista* sobre a realidade.

Representação: palavra chave

“Linguagem é um fenômeno cultural que produz significados por meio de um sistema de relações e por meio da produção de uma rede de similaridades e de diferenças”. Saussure, 1903.

Um conceito fundamental para os estudos culturais foi emprestado da Semiologia: o de signo. Na sua dupla condição de significante e significado, divisão analítica desenvolvida no trabalho de Saussure, o signo tem uma forma concreta associada a uma idéia mental e assim é reconhecido pelas pessoas em geral. Como

afirmou Saussure, o desenho de uma menina pode ser compreendido como não-menino, não-mulher, não-animal, não-homem. É, pois, a afirmação da diferença.

A forma como os signos atuam na vida social estabelece também a diferença. Barthes lembra que a maneira como nos vestimos, o que comemos e como nos socializamos comunicam idéias sobre nós, e são portanto signos a serem estudados. Os signos – ou representações unitárias de objetos, coisas ou pessoas – são em geral organizados como códigos, governados por regras explícitas e implícitas, com as quais concordam os membros de uma cultura ou de um grupo social. Um sistema de signos transmite, assim, mensagens e significados codificados que podem ser lidos por quem compreende o código. Uma estrutura significativa composta de signos e códigos é um texto, que pode ser lido pelos seus signos e significados codificados.

O processo que dá aos signos seu significado particular é o da representação. Por meio da representação, idéias abstratas e ideológicas ganham uma forma concreta. Um exemplo interessante, citado por Sardar & Van Loon (1997), é o do signo ‘indiano’, que ganha sua coloração ideológica pela forma como os indianos são representados na literatura colonial inglesa do início do século 20, sempre como subalternos. É pela análise da representação que os estudos culturais começaram a tornar claro de que forma o *outro* é construído na cultura ocidental. De uma maneira geral, as civilizações não-ocidentais e suas práticas culturais são sempre vistas como o *outro*. Em tempos pós 11 de setembro, este *outro* é estigmatizado, perseguido e não-merecedor de direitos democráticos iguais aos ocidentais.

A representação mais comum do *outro* é a de pertencer ao lado negativo: se somos civilizados, eles são bárbaros; se os colonizadores gostam do trabalho, os nativos são preguiçosos; se os norte-americanos são democratas, os árabes são terroristas. E assim por diante. Darcy Ribeiro mostrou bem a diferença na representação do *outro* no belo romance antropológico “*Maíra*”, onde o índio, que é o personagem principal, fala da diferença entre sua tribo, deste lado do rio, onde o sol brilha, e a tribo do outro lado, onde apenas a lua brilha.

Os meios de comunicação em geral são um campo fértil onde, por meio de palavras e imagens, as pessoas, classes sociais e profissões são representadas e significadas. São representações cujos significados possuem uma carga ideológica que é construída e reproduzida permanentemente, tornando-se, assim, lugares comuns. Ou convenções sociais. Fiske (1992) lembra que a convenção é necessária

para se compreender qualquer signo. Ela é a dimensão social do signo, um acordo entre os usuários sobre o modo apropriado de uso e resposta ao signo.

Signos, estruturados em códigos, e estes por sua vez organizados em textos, compõem uma estrutura significativa que permite a construção e a interpretação das nossas identidades, e das diferenças que se estabelecem entre nós e os outros.

É o mesmo raciocínio desenvolvido por Morley (apud MONTORO, 2006) que considera que tanto a televisão como o cinema são sistemas de representação e construção de identidades, responsáveis por fornecer a base pela qual os grupos e classes sociais constroem uma imagem de si mesmos e incorporam práticas e valores de outros grupos e classes. “Essas imagens, representações esparsas e fragmentadas da totalidade social, acabam construindo um todo coerente – o imaginário social por meio do qual nós percebemos os ‘mundos’, as ‘realidades vividas’ dos outros e, imaginariamente, reconstruímos as suas vidas e as nossas” (MONTORO, 2006: 21).

Mitos e valores

“A tragédia só imita a realidade porque a recria através de um mythos, de uma fábula, que atinge sua mais profunda essência”.

Ricoeur, 1990:57

Como processo, a representação é um trabalho ativo, que implica selecionar signos, códigos, fazê-los interagir, e é a partir desta prática que atribuímos valores e significados às nossas práticas sociais. Como lembra Montoro, a representação é uma prática concreta de significação. “O trabalho de uma prática representacional consiste em tentar fixar os significados, na tentativa de privilegiar um ponto de vista” (MONTORO, 2006: 22).

Mas se a representação tende a fixar significados, estes sofrem um processo de negociação na medida em que o texto interage com a experiência cultural e pessoal do leitor. Foi Barthes quem primeiro estabeleceu um modelo sistemático pelo qual se poderia analisar este processo de negociação de significados. Para ele, existem duas ordens de significação. A primeira é a denotação e descreve a relação entre significante e significado no interior do signo e do signo com o seu referente na

realidade externa. A denotação é o sentido primeiro e mais óbvio de um texto, seja ele escrito, falado ou imagético, em filme ou fotografia.

A segunda ordem de significação é a conotação. Segundo Barthes (1977), ela descreve a interação que ocorre quando o signo encontra os sentimentos e emoções dos usuários, assim como os valores da sua cultura. Barthes afirma que numa fotografia a diferença entre conotação e denotação é clara. A denotação é a reprodução mecânica no filme de um objeto para o qual a câmera aponta. Já a conotação é a parte humana do processo; é a seleção do que incluir no enquadramento, que foco, que ângulo de câmera, que tipo de filme usar, se colorido ou preto e branco. Denotação é *o que é* fotografado. Conotação é *como é* fotografado.

Um outro conceito que, segundo Barthes, explica como o signo trabalha é o de mito. Um mito é uma história ou narrativa pela qual uma cultura explica ou compreende algum aspecto da realidade ou da natureza. Os mitos primitivos falavam de vida e morte, homens e deuses, o bem e o mal. Já os mitos modernos tentam explicar a masculinidade e a feminilidade, a família, a ciência. Barthes pensa no mito como uma cadeia de conceitos relacionados. Se a conotação é a segunda ordem de significante, o mito é a segunda ordem do significado. O mito é o significado cultural que é ativado pelo signo mas que pré-existe ao signo. Um exemplo dado por Barthes é o de uma fotografia de uma criança brincando numa paisagem campestre. Além dos elementos apresentados no enquadramento da câmera, a imagem ativa a crença existente na nossa cultura de que o campo é o lugar ideal para criar os filhos. Isto é um mito que pré-existe à foto.

Não existem mitos universais numa cultura. Podem existir mitos dominantes, mas eles terão sempre uma contra-partida, ou um contra-mito. A ciência, segundo Barthes, é um bom exemplo de mito dominante, com um contra-mito também forte. Considerada neutra, objetiva, sempre em busca da verdade (e esta é uma imagem muito produzida pelos meios de comunicação em geral), a ciência pode ser também vista como um mal, um mito que a cultura popular reativa regularmente, como os cientistas malucos ou sempre dispostos a destruir o mundo, estereótipos que são comuns tanto nos desenhos animados como na narrativa cinematográfica.

A conotação e o mito são, assim, os meios principais pelos quais os signos operam numa segunda ordem de significação, onde a interação entre signo, cultura e usuário é mais ativa.

Denotação, conotação e mito são formas de representação, um processo que constrói significações ideológicas e é parte de um processo discursivo. Por meio da linguagem, tanto palavras como imagens, este processo estabelece uma diferenciação entre povos, nações e entre classes no interior das nações, diferenciação esta que se aguça em tempos de globalização, sinalizando qual cultura deva ser considerada superior e que modelos culturais devam ser copiados e implantados em outros países.

A noção de discurso une, portanto, os conceitos de representação e significação. Porque um discurso consiste em grupos de idéias produzidos cultural e socialmente. Ele se materializa em textos, que contém signos e códigos, que descrevem as relações de poder entre pessoas e grupos. Assim, o discurso pode representar uma estrutura de conhecimento e poder. É pela análise discursiva que se expõem estas estruturas e se localiza o discurso no interior das suas relações históricas, culturais e sociais.

Construindo identidades culturais

Outro conceito chave no campo dos Estudos Culturais é o que se refere à construção de identidades sociais. Kathryn Woodward justifica a importância da análise do conceito e sua associação com cultura, bem como dos processos que envolve. “Para explicar porque estamos analisando o conceito de identidade, precisamos examinar a forma como a identidade se insere no ‘circuito da cultura’ bem como a forma como a identidade e a diferença se relacionam com a discussão sobre a representação” (WOODWARD, 2007: 16).

A autora propõe examinar as preocupações contemporâneas com questões de identidade em diferentes níveis para compreender o que faz da identidade um conceito tão central. Em um contexto mais ‘local’, existem preocupações com a identidade pessoal como, por exemplo, com as relações pessoais e com a política sexual. Há uma discussão que sugere que, nas últimas décadas, estão ocorrendo mudanças no campo da identidade - mudanças que chegam ao ponto de produzir uma ‘crise da identidade’.

Em que medida o que está acontecendo hoje no mundo sustenta o argumento de que existe uma crise de identidade, e o que significa fazer tal afirmação? “Isso implica examinar a forma como as identidades são formadas e os processos que estão

aí envolvidos. Implica também perguntar em que medida as identidades são fixas ou, de forma alternativa, fluidas e cambiantes”. (WOODWARD, 2007: 16).

De igual modo, outro aspecto interessante no estudo da identidade nesse contexto é que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER apud HALL, 1997:10). Para Hall, esses processos de mudanças, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Hall cita ainda Giddens para ressaltar que as práticas sociais, a que as identidades se vinculam, são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas práticas, alterando, assim, constitutivamente seu caráter.

As novas dinâmicas culturais, detectadas pelas ciências sociais no âmbito dos fenômenos da globalização e de movimentos populares, são motivo de reflexão também na América Latina, onde Jesus Martin-Barbero (2003) faz uma tomada de posição metodológica e conceitual no campo de comunicação, lembrando que é importante compreender a natureza comunicativa da cultura.

“A comunicação se tornou para nós questão de mediações mais do que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos, mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos.” Martin-Barbero, 2003:28.

Neste capítulo, vimos como os Estudos Culturais concebem a cultura como campo de luta em torno da significação social e da construção de identidades. A cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferentes de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla, reafirmando a hegemonia de posições identitárias. E este processo se dá especialmente na prática cotidiana dos meios de comunicação de

massa, por cujos textos perpassam também os mitos e as narrativas sobre a nacionalidade.

Capítulo 4

A NARRATIVA DA NAÇÃO: O BRASIL

“Lévi-Strauss dizia que a identidade é uma entidade abstrata sem existência real. Se traduzirmos esta afirmação em termos de identidade nacional, temos que esta, assim como a memória nacional, é sempre um elemento que deriva de uma construção de segunda ordem”. Renato Ortiz, 1987: 137.

Em busca de uma essência da cultura brasileira, existe uma tradição, no pensamento intelectual do país, em procurar definir a identidade em termos de caráter do brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda buscou as raízes na cordialidade, Paulo Prado afirmou a tristeza, Cassiano Ricardo, a bondade. Muitos outros escritores procuraram encontrar a brasilidade em eventos sociais como o carnaval e outras festas populares, ou ainda na índole malandra, responsável pelos ‘jeitinhos’ do brasileiro em contornar leis e regras sociais.

Ortiz critica estas formulações por considerá-las rígidas e imutáveis, e prefere afirmar que é através de uma relação política que se constitui a identidade, como construção de segunda ordem que se estrutura no jogo de interação entre o nacional e o popular. Esta interação se fortalece a partir das narrativas sobre a nação e das estratégias de representação das características nacionais e das práticas populares. Este é o tema deste capítulo, que, a partir do embate entre globalização e culturas locais, procura descobrir de que forma se constitui uma identidade nacional, ou uma narrativa sobre a nação. É um caminho em busca de entender a nação como uma comunidade imaginada, de acordo com a formulação de Anderson (1991).

O que é narrativa

Narrar é uma experiência que tem raízes na existência do homem na Terra. Narrar é uma forma de dar sentido à vida. É pela narrativa que representamos a nossa história, os acontecimentos cotidianos, as relações sociais, religando o presente ao passado e trazendo à luz do dia a memória coletiva. Conforme afirma Gonzaga Motta (2005), narrativas são processos que dão significação à vida humana, nas diferentes culturas. Estes significados provêm da identificação que ocorre em toda narrativa,

pela catarse que as pessoas fazem das histórias narradas para as suas próprias experiências.

Paul Ricoeur (1994) observa que a mimese narrativa é uma metáfora da realidade e se refere a ela não para copiá-la, mas para lhe outorgar uma nova leitura. “Os ouvintes de uma narrativa não captam apenas as seqüências de acontecimentos representados mas também os aspectos ocultos ou virtuais das personagens e das ações, que requerem uma recriação virtual de situações, de comportamentos, de valores morais e éticos”, conforme acentua Motta (2005: 8). Ele acrescenta que “as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, conformam as crenças, os valores, as ideologias, a política, a sociedade inteira” (2005:11).

Metáfora da realidade ou representação, a narrativa é uma construção discursiva, um texto lingüísticamente organizado para dar sentidos às nossas experiências de vida. Como texto, a narrativa traduz o conhecimento objetivo ou subjetivo do mundo em relatos impregnados de narratividade. Conforme afirma Motta, esta narratividade é a qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação, num desenrolar lógico e cronológico.

Estes relatos podem ser factuais ou imaginários, mas a estrutura narrativa está presente sempre que existam relações lógicas ou cronológicas dos fatos narrados. Segundo Bremond (1971), só existe narrativa quando há uma sucessão integrada de acontecimentos, seus personagens e os conflitos que surgem entre eles. Genette, por sua vez, estabelece três níveis no que ele chama ‘o discurso da narrativa’: o nível da enunciação, do enunciado e do evento narrado. “Como narrativa, vive de sua relação com a história que conta; como discurso, vive de sua relação com a narração que o profere” (GENETTE, apud RICOEUR, 1994). Com isso, o autor reafirma que uma narrativa sem narrador é impossível, seria um enunciado sem enunciação, ou seja, sem o ato de comunicação.

Esta distinção entre discurso e narrativa tem a ver especialmente com o tema desta monografia, que trabalha o discurso do telejornalismo enquanto produtor de

narrativas sobre a identidade cultural e nacional do país. Esta divisão, no entanto, será melhor explicitada na Parte II, que vai se dedicar especificamente à construção teórica do telejornalismo. Antes, é preciso explicitar de que forma se dá a tensão entre globalização e culturas locais, e como as nações podem ser vistas como comunidades imaginadas a partir de narrativas sobre a história, os costumes, os acontecimentos, as práticas sociais de um país.

Identidade cultural e mediação global

“A homogeneização cultural é o grito angustiado daqueles que estão convencidos de que a globalização ameaça solapar as identidades e a unidade das culturas nacionais. Mas num mundo pós-moderno, este quadro é muito simplista, exagerado e unilateral”.

Hall, 1997: 83

A fascinação com a alteridade e a diferença, detectada por Woodward (2007) ao estudar o processo de construção de identidades que levou à guerra no Kosovo e ao esfacelamento enquanto nação da antiga Iugoslávia, é um dos acontecimentos mais marcantes da atualidade mundial. É a contrapartida para a globalização e leva a extremos de diferenciação no âmbito local. Esta volta às raízes locais, marcada sobretudo por movimentos fundamentalistas, é uma resposta aos teóricos que vêem uma tendência de homogeneização cultural a partir da globalização.

Kenneth Thompson é um dos teóricos que considera que as identificações ‘globais’ começam a deslocar e até a apagar as identidades nacionais. Para ele, quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e dos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicos (THOMPSON, apud HALL, 1997). Este fenômeno, conhecido como ‘homogeneização cultural’, é produzido por fluxos culturais entre nações e pelo consumismo global, que cria possibilidades de identidades partilhadas, unindo pessoas que estão distantes umas das outras no espaço e no tempo como consumidoras para os mesmos bens, serviços, mensagens e imagens.

Uma das características desta homogeneização é a ‘compressão espaço-tempo’, um termo criado por David Harvey para definir os processos tecnológicos de aceleração que tornam o mundo menor e as distâncias mais curtas, levando os eventos que ocorrem num determinado lugar a produzirem um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância.

“À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia global de telecomunicações e uma espaçonave planetária de interdependências econômicas e ecológicas e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compressão dos nossos mundos espaciais e temporais”. Harvey, 1997: 240

Hall lembra que tempo e espaço são categorias culturais básicas dos sistemas de representação, sejam eles a pintura, a escrita, o desenho, a foto, o filme ou os textos. Estes sistemas moldam as relações espaço-tempo no seu interior de formas diferentes e isto produz efeitos na construção de identidades, produzindo um simbólico – porque representado – espaço e lugar de localização de identidades. É o que Said (1990) chama de ‘geografia imaginária’. Para Giddens, porém, o lugar é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: “é o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais as nossas identidades estão estreitamente ligadas” (GIDDENS, apud HALL, 1997: 76).

O pressuposto, neste sentido de lugar familiar, é o de que a identidade de uma pessoa e as de outras pessoas da sua convivência estão ancoradas em um local específico, um espaço físico que passa a ser emocionalmente investido e sedimentado com associações simbólicas. Hall considera que não existe nada tão vigoroso quanto a imagem de uma comunidade orgânica e integrada, que lembre a infância que tivemos. Uma imagem utópica e idílica, porque, como Hall mesmo lembra, nenhuma comunidade é assim tão orgânica. Embora utópica, tem sido representada pelos meios de comunicação em geral, e, sobretudo, pelo cinema americano, por meio de cenários

de pequenas cidades do interior, onde todos se conhecem e freqüentam os mesmos lugares.

Se não se pode falar em comunidades orgânicas, não se pode negar, porém, que pequenas cidades, regiões rurais, e mesmo os bairros e localidades em cidades grandes são espaços de construção de laços comuns, onde pessoas interagem e compartilham de práticas cotidianas sociais, às quais incorporam significados. Featherstone considera que esta construção simbólica do próprio lugar se reforça como uma estratégia para diminuir os impactos causados por uma cultura globalizada, pulverizadora de significados e geradora de complexidades. “Quando falamos de uma localidade, devemos tomar cuidado para não presumir que se trata de uma comunidade integrada, da mesma forma que é igualmente importante não operar com a visão de que as localidades estão destinadas a mudar através de um processo de modernização de mão única, que implica o eclipse da comunidade e da cultura local” (FEATHERSTONE, 1995).

As nações como comunidades imaginadas

Imaginar os estados-nações modernos como comunidades locais foi o ponto de partida para Benedict Anderson analisar o surgimento do nacionalismo e das identidades nacionais, que se reforçam num movimento contrário ao da globalização, que uniformiza práticas de significação. Como comunidades, as nações possuem laços comuns além do territorial, como a língua nacional, símbolos, práticas cotidianas, os processos históricos, a própria colonização, que constroem uma narrativa de unificação de significados. São laços que produzem uma identificação nacional e, segundo Gellner, sem esta identificação o homem moderno experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva (GELLNER, apud ANDERSON, 1991).

Anderson, por sua vez, considera que todas as comunidades nacionais são mais amplas do que a aldeia primordial, e devem ser distinguidas pelo estilo no qual são imaginadas. Nesse sentido, propõe que uma nação seja considerada uma comunidade imaginada, o que proporciona um sentido quase religioso de pertença e camaradagem, de ligação com aqueles com os quais se compartilha um determinado lugar simbólico. E, segundo Anderson, as nações são também imaginadas como comunidades porque

são sempre concebidas como uma camaradagem profunda e horizontal, não importa o sistema de desigualdades que prevaleça em cada uma delas (ANDERSON, 1991).

“A nação é imaginada porque os membros mesmo da menor nação do mundo poderão nunca conhecer muitos dos seus conterrâneos ou encontrá-los, ou mesmo ouvir falar deles. Ainda assim, cada um deles mantém viva na mente a imagem da sua comunhão. A nação é imaginada como limitada porque mesmo a maior delas, que possua talvez um bilhão de habitantes, ainda assim tem fronteiras, tem finitudes”. Anderson, 1991: 7 (Introdução)

As nações são também imaginadas como soberanas porque este conceito nasceu quando os movimentos revolucionários na Europa destruíram a legitimidade das dinastias por direito divino. Foram revoluções que levaram ao surgimento de movimentos de independência e libertação do colonialismo pelo resto do mundo e que marcaram profundamente os séculos XIX e XX.

Por outro lado, o surgimento das indústrias gráficas com o desenvolvimento do capitalismo no século XIX, produzindo livros e jornais, permitiu o registro impresso de costumes, práticas, lendas, mitos, a cultura do povo, o que se tornou um fator crucial na construção das nacionalidades: surgia a disponibilidade de uma cultura impressa a interconectar as pessoas além do tempo e do espaço. A linguagem comum une as pessoas. A nação torna-se representada por meio de um conjunto de imagens mais ou menos coerentes e de memórias que fixam as origens e as diferenças entre os povos.

A este processo, Anderson chamou de ‘revolução lexicográfica’, que criou e expandiu a convicção de que as linguagens eram propriedade pessoal de grupos específicos – os falantes que usavam a língua no cotidiano – e assim, por meio de uma linguagem comum, estes grupos, imaginados como comunidades, tinham direito a um lugar autônomo numa fraternidade de iguais.

Mas como é imaginada a nação moderna? Que estratégias representacionais são acionadas para construir nosso senso comum de identidade nacional? “As nações, tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente” (BHABHA, apud HALL, 1997: 57).

Construindo narrativas da nação

Hall (1997) sugere cinco elementos principais que configuram a narrativa de uma cultura nacional. Em primeiro lugar, há a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Esta narrativa da nação fornece estórias, imagens, cenários, eventos históricos, signos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. “Esta narrativa dá significado e importância à nossa existência, conectando nossas vidas com um destino nacional que preexiste a nós e continuará existindo após nossa morte”, afirma Hall.

O segundo ponto é a ênfase nas origens, na continuidade e na tradição. Como afirma Hall, é uma identidade que está na natureza das coisas, algumas vezes adormecida mas sempre pronta para ser acordada. No caso do Brasil, esta ênfase nos lembra o ‘gigante adormecido em berço esplêndido’ sempre pronto a se levantar e acordar nos grandes acontecimentos esportivos mundiais, na conjuntura de um ataque, mesmo que simbólico, ao país, como foi o episódio da nacionalização das refinarias da Petrobrás na Bolívia.

A terceira estratégia discursiva é a da invenção da tradição, ou seja, um conjunto de práticas rituais ou simbólicas que procuram inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição. No caso inglês, é a troca da guarda no Palácio de Buckingham, ou a fala à nação da rainha. No Brasil, uma prática ritual é a da comemoração da Independência, assim como de outras datas que são simbólicas na construção da idéia de Brasil moderno, republicano.

O quarto elemento de narrativa da cultura nacional é a do mito fundacional: uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num

passado tão distante que se transforma num tempo mítico. No caso do Brasil, os festejos dos 500 anos do Descobrimento, os 100 anos da República, e mais recentemente, os 200 anos da chegada da família real ao país, são rituais que reafirmam a narrativa nacional e nos lembram das nossas origens e da nossa história.

E uma última estratégia passa pela construção simbólica das origens e do povo nativo como povo puro. No nosso caso, os índios e depois os negros fazem parte desta construção de uma narrativa do homem brasileiro e de suas origens étnicas, o produto do 'cadinho de três raças', como acentuou Gilberto Freyre (1933), ou o produto de uma cultura nova, formada na aculturação geral, como definiu Darcy Ribeiro (1988).

O Brasil e o mito das três raças

Renato Ortiz (1987) afirma que a ideologia de um Brasil-cadinho começa a se forjar no final do século XIX, por meio de autores como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. Seus escritos refletem a realidade social daquele momento histórico e simbolizam a busca de identidade, de construção de um homem brasileiro.

Antes, na fase colonial, a distinção entre os povos colonizadores nas Américas e os já nascidos no novo continente fez surgir a palavra *creole*, que designava o branco filho de espanhol mas nascido nas colônias americanas. *Creole*, na América espanhola, ou *crioulo* na América portuguesa, passou a significar um grupo social de segunda classe, embora em termos de linguagens, costumes ou hábitos, não se distinguisse dos colonizadores. No Brasil, o termo *crioulo* representava as pessoas nascidas da união de portugueses e índios, enquanto os filhos de portugueses e negros passaram a ser identificados como *mulatos*. Este processo de miscigenação, que caracterizou a colonização portuguesa, foi a origem do mito das três raças, ou do Brasil-cadinho, o país representado como um grande caldeirão onde as etnias se misturaram como num cozido tropical, para manter a imagem gastronômica.

Se, no primeiro momento, ainda em fins do século XIX, o mito é só narrativa e a mestiçagem é desqualificada, com Gilberto Freyre, em 1933, a negatividade do mestiço é transformada em positividade, o que permite delinear melhor os contornos de uma identidade ainda por construir.

Com Freyre, segundo acentua Ortiz, a ideologia da mestiçagem se difunde socialmente e se torna senso comum. O que era mestiço torna-se nacional. (ORTIZ, 1987). E Darcy Ribeiro reafirma Freyre ao falar no brasileiro como o povo da cor morena. Roberto da Matta, citado por Ortiz (1987), por sua vez, considera a ideologia do Brasil-cadinho como uma ‘fábula das três raças’, sugerindo a narrativa mítica da epopéia de três raças que se fundem nas selvas tropicais. Mais que fábula, esta narrativa é um mito cosmológico e fundador da nação brasileira.

O mito das três raças é também um discurso fundador, na noção que lhe dá Eni Orlandi, porque é uma atividade discursiva que se realiza em uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, envolvendo relações culturais diferenciadas e aí produzindo uma ruptura, um deslocamento. “É o discurso que instaura as condições de formação de outros discursos, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade” (ORLANDI, 1993:24).

A relação de conflito de que fala Orlandi mostra que o discurso do cadinho das três raças é uma tentativa de construção discursiva de unificação nacional. Um processo que se deu num percurso a partir de duas etapas: a primeira, inserida na hegemonia da contribuição européia, com a superposição da língua e dos costumes portugueses sobre os falares e as práticas dos nativos; a segunda etapa envolveu a incorporação controvertida do índio e do negro ao caldo cultural do que se convencionou chamar de brasilidade.

Foi uma brasilidade que se construiu a partir da desigualdade. Fábio Lucas historia a técnica de dominação portuguesa, onde imperou o recurso de recusar a transferência do saber à população local, indígena, ou à subjugada (a escrava, negra), a fim de prolongar o domínio e atrasar a emergência do sentimento de autonomia. “A manifestação escrita ficou reservada, durante o longo período colonial, à raça hegemônica. Ao mesmo tempo, os que detiveram o monopólio da escrita demoraram a tematização dos parceiros da mesclagem sanguínea que iria dar no povo brasileiro” (LUCAS, 2002: 29).

É pelo Romantismo literário que se segue à declaração da independência, em 1822, que o brasileiro ganha sentidos, se torna um sujeito e se diferencia do colonizador português. Mas se o indígena é romantizado, o negro e o mulato só aparecem na literatura a partir do Realismo, já no século XX, anos depois da abolição da escravidão. É, no entanto, um processo lento, e que só com Freyre vai produzir um discurso síntese da brasilidade. Um discurso de identidade nacional que tenta apagar as diferenças produzidas pela colonização e integrar todos os brasileiros.

Este apagamento, porém, vai ser contestado pelos movimentos de identidade que irrompem a partir da década de 1960 e que buscam resgatar as características, valores, narrativas dos elementos constituidores da identidade nacional. O Brasil, enquanto nação imaginada, tem construído o mito da democracia racial que só agora se percebe como sociedade hierarquizada e que, aos poucos, pelo ordenamento legal, tenta garantir a todos os brasileiros o direito básico de ser igual perante a lei.

Neste capítulo, abordei algumas narrativas simbólicas sobre o Brasil, levando em conta o conceito de nação enquanto uma comunidade imaginada, sobre a qual se constroem histórias, imagens, signos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas. São narrativas que conectam nossas vidas com um destino nacional, criando um sentido de pertencimento.

De que forma estas narrativas simbólicas sobre a nação brasileira são reativadas na memória e trazidas ao presente no espaço de um noticiário de televisão sempre que um acontecimento ou fato envolve interesses do país? Este é o tema dos próximos capítulos, organizados na Parte II desta monografia, onde se formula uma teoria cultural para o telejornalismo.

PARTE II

**TELEJORNALISMO: DISCURSO, NARRATIVA
E PRÁTICA CULTURAL**

Capítulo 5

NOTÍCIA, NARRATIVA E DISCURSO

“Atrás do discurso acabado, o que descobre a análise das formações não é, fervilhante, a própria vida, a vida ainda não capturada; é uma espessura imensa de sistematicidade, um conjunto cerrado de relações múltiplas”. Foucault, 1996: 118.

Foucault nos ensina que discursos não são sistemas lingüísticos ou apenas textos. Eles são práticas que acontecem nas instituições e que envolvem atividades determinadas, rotinas produtivas e enunciados produzidos a partir destas atividades e rotinas, e que moldam ou constituem a fala da instituição. Este sentido para discurso surge na ‘Arqueologia do Saber’, publicado pela primeira vez em 1969 em Paris, quando o filósofo francês considera arqueologia não como uma história das idéias mas uma escavação impessoal das estruturas do saber.

A palavra chave é *episteme*, que Foucault define como “uma rede subterrânea de regras e regularidades que permitem ao pensamento se organizar”. A arqueologia é, assim, a tarefa de tratar discursos não como signos que se referem a um conteúdo real mas discursos como práticas que formam os objetos das quais elas falam.

De acordo com a definição de Foucault, o discurso jornalístico, e por extensão o telejornalismo, é uma prática social que tem uma historicidade, e uma rotina produtiva cujas regularidades determinam o conceito de notícia, suas características, os sujeitos da notícia, as técnicas de coleta de dados bem sedimentadas, a organização textual dos relatos, e a questão do acontecimento como central à prática. Todo este conjunto organizado que produz conhecimento sobre a atualidade é chamado de ordem do discurso, ou formação discursiva do jornalismo.

Neste capítulo, o objetivo é examinar as diferenças entre discurso e narrativa, e as características do discurso jornalístico enquanto prática social, alguns de seus pressupostos institucionais, seu campo de enunciação como espaço público, os processos produtivos que determinam a emergência da notícia, o papel do agendamento e dos mapas de significação na construção das notícias e dos significados que produzem sobre a contemporaneidade.

O que é notícia

“Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso, a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo”. Ciro Marcondes Filho, 2000:33

No livro *“A Saga dos Cães Perdidos”*, Ciro Marcondes Filho analisa a produção da notícia do ponto de vista da Teoria Crítica, como foi desenvolvida pela Escola de Frankfurt. Intelectuais como Adorno e Horkheimer fazem uma radiografia dos produtos culturais, entre os quais Ciro situa a notícia, como integrados à lógica do mercado. Criam assim o termo ‘indústria cultural’, e com isso querem dizer que a produção da notícia segue a mesma lógica industrial de uma fábrica de sabonete ou de sapatos. Existe um processo produtivo que envolve todas as etapas, que tem custos e que precisa, como qualquer indústria, garantir o lucro para a sobrevivência no mercado.

Esta lógica mercadológica impõe que, da mesma forma que uma roupa, um alimento ou um objeto de uso pessoal, também um jornal seja produzido para ser vendido. Uma informação pura e simples, diz Ciro, não é mercadoria. Para tanto é preciso que ela seja transformada em notícia. Um acidente só vira notícia se nele estiver envolvido alguém que o jornal pretenda destacar. É o jornal que cria, a partir da matéria-prima, a informação, a mercadoria notícia, expondo-a à venda de forma atraente.

Como toda mercadoria, ela tem dupla dimensão, segundo Marx: a de valor de uso e a de valor de troca. Para o comprador, o valor de uso se realiza na aquisição do jornal: é o desejo de se informar que o leva a comprar o jornal. Já o valor de troca realiza-se com a obtenção do dinheiro, seja pela venda do jornal propriamente dito, seja pela venda de espaço publicitário no jornal.

Ciro Marcondes sugere também uma fórmula para a notícia, como sendo a soma dos valores tradicionais da sociedade mais o interesse dos leitores e mais a preocupação de agradar os anunciantes. Essa fórmula ocorre quando os veículos de comunicação fazem uma triagem do material recebido pelas agências de notícias, por assessorias de imprensa, agências de publicidade e propaganda, e desse material vão se fazendo eliminações sucessivas em função de um conjunto muito particular de

exigências: a escala de valores dominantes da sociedade, a vontade de interessar aos próprios leitores privilegiando aquilo que se imagina serem seus principais centros de interesse, e naturalmente, a preocupação de não chocar os anunciantes.

Do ponto de vista estritamente econômico, a notícia é sim um produto cultural e, como tal, influenciado pelos fluxos de mercado. Nas pesquisas realizadas sobretudo a partir de 1970, surge um novo paradigma para o jornalismo: as notícias enquanto construção. Esta perspectiva se opõe à visão inicial e ingênua da notícia enquanto espelho da realidade, ou à visão política da notícia enquanto distorção da realidade. Uma das explicações para esta rejeição é a de que a notícia não reflete ou não distorce a realidade porque ela ajuda a construir a própria realidade.

O paradigma construcionista se volta para a notícia enquanto narrativa. Segundo Gaye Tuchman (1993: 262), “dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora de sua própria validade interna”.

A perspectiva construcionista mostra, por sua vez, a importância de se compreender a dimensão cultural das notícias. Michael Schudson acentua que as notícias são produzidas por pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discursos. “As notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração” (SCHUDSON, 1993: 280).

Esta é também a posição dos Estudos Culturais, cujos pesquisadores entendem que, por envolver a construção de significados sobre a realidade, a notícia é uma narrativa e um discurso que remete a visões da realidade, a processos de identificação e de relação entre grupos sociais. Autores como Hall defendem que as notícias são “um produto social resultante da organização burocrática da imprensa, da estrutura dos valores-notícia e do momento de construção da notícia enquanto processo de identificação e contextualização” (HALL, 1993:225).

Notícia enquanto narrativa

“Todas las cosas son palabras del idioma en que alguien o algo, noche y dia, escribe esa infinita algarabia que es la historia del mundo”. Jorge Luis Borges.

Uma notícia pode ser definida enquanto narrativa, e ao mesmo tempo, como discurso. Esta distinção é necessária para entender melhor de que forma a linguagem opera para produzir enunciados que são ao mesmo tempo históricos e culturais. E de como os diferentes enunciados retomam o fio de uma grande narrativa sobre a nossa comunidade nacional.

A distinção que faço neste trabalho entre narrativa e discurso na notícia pode ser explicada do seguinte modo: o discurso é a organização textual a partir de uma formação discursiva tal, na concepção de Foucault, que permite identificar os enunciados como produtos de uma prática social chamada telejornalismo. A narrativa é contar um acontecimento percebendo os seus personagens, o conflito, o desenlace e os níveis de significação que podem ser observados na história noticiosa.

Narrar é relatar eventos de interesse humano que se produzem em um suceder temporal. São relatos de processos da própria experiência humana. Com raízes fundadas na nossa herança cultural ancestral, a narrativa é uma predisposição primitiva e inata dos seres humanos no sentido de organizar e compreender a realidade. “A narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une pontos, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões, explicações e significações mais estáveis” (MOTTA, 2005:7).

Como dispositivos produtores de significados, as notícias são narrativas que criam significações sociais, são o ponto de partida para a construção de determinados significados sobre acontecimentos. É por meio das narrativas como prática de encadeamento dos diversos relatos sobre os acontecimentos, produzidos diariamente, que se torna possível construir uma visão coerente e organizada do nosso mundo.

Considerar a notícia como estória é comum no jornalismo norte-americano. “Os relatos de acontecimentos noticiosos são estórias”, afirma Gaye Tuchman (1993: 258), considerando o relato noticioso uma forma de literatura popular, ou novelas apresentadas de uma outra maneira. Para exemplificar, ela cita o ensaio de Darnton

(1975), que conta que, quando era repórter de polícia, escreveu uma estória sobre o roubo de uma bicicleta de criança. Depois, descobriu que o drama tocante do menino já havia sido contado anos antes, praticamente da mesma maneira. Esta redescoberta ajudou-o a formular a hipótese de que os jornalistas aprendem formas de estórias que eles usam como equipamento profissional, utilizado para transformar os acontecimentos em notícias.

Para Darnton, os jornalistas conseguem localizar temas e conflitos de uma sociedade particular em novos acontecimentos, que são recontados por meio da mesma estória, de ano para ano. Tuchman sugere que este recontar se dá por meio de “frames”, utilizando um conceito de Goffman. Assim, o jornalista utilizaria este “frame”, ou enquadramento, para organizar os fatos do cotidiano. Este enquadramento permite várias possibilidades de estórias a serem contadas.

Seguindo esta definição de Tuchman, poderíamos afirmar que “estória” é todo acontecimento que pode ser enquadrado na classificação editorial dos fatos, hoje mundialmente adotada tanto no jornalismo como no telejornalismo. Esta classificação divide em editorias os acontecimentos que podem ser de natureza política, econômica, esportiva, policial, local, nacional ou internacional. Mais recentemente, editorias sobre meio-ambiente ou sobre ciência e tecnologia vem sendo adotadas como setores fixos no jornal.

No telejornal, esta classificação não é tão retrancada, alternando-se notícias em blocos informativos diferentes por meio de cruzamentos classificatórios variados. Pode-se dizer que os blocos informativos no telejornal seguem uma espécie de associação de idéias que edita uma notícia local sobre violência junto com outra sobre o Oriente Médio, ou coisas semelhantes. Notícias sobre gente em vários lugares tendem a ter lugar num mesmo bloco informativo.

Esta classificação por blocos é um enquadramento que prepara o telespectador para o que vem a seguir. Permite também a comparação entre estórias acontecidas em locais diferentes contadas da mesma maneira e com o mesmo fundo moral. Editados junto ou em blocos separados, é possível considerar todos os acontecimentos apresentados num telejornal como estórias.

Como afirma Gonzaga Motta (2005), a forma narrativa de contar as coisas está impregnada pela narratividade, isto é, pela qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. É a partir destes relatos que damos sentido às coisas e compreendemos o que acontece a nós mesmos no mundo de hoje.

As narrativas podem ser factuais ou imaginárias, mas são sempre narrativas. As factuais procuram estabelecer relações lógicas e cronológicas de fatos e de pessoas, enquanto nas estórias literárias existe liberdade ficcional. É no campo da narrativa factual que Gonzaga Motta situa o relato jornalístico, um texto onde se procura reificar a objetividade, “dando a idéia de que os fatos falam por si mesmos”. Em nome da objetividade, muitos jornalistas consideram com desconfiança a possibilidade de que notícias sejam estórias, ou narrativas, porque eles trabalham com o pressuposto da distinção clara entre fato e opinião, conforme afirma Elizabeth Bird (1993).

A forma narrativa, porém, não impede um relato objetivo ou imparcial como referencial do texto jornalístico. Todo jornalista aprende na escola que fatos são fatos e ficção é ficção e contar uma estória jornalística não significa fugir aos elementos reais de um acontecimento. Bird lembra que ainda vigora em todas as redações a diferenciação entre fatos *hard* e *soft*. À primeira categoria pertencem as notícias importantes, enquanto à segunda, os fatos de interesse humano, as histórias interessantes, os *fait-divers*. Ambas as categorias de noticiário podem ser apresentadas tanto sob a forma expositiva como narrativa, embora haja uma tendência entre jornalistas a só considerar estória os fatos mais humanos e episódicos.

Colocando de lado a dicotomia importante/interessante, Bird propõe o conceito de *registro* para notícias de rotina, elaboradas em estilo conciso e utilizando a pirâmide invertida. Estes registros, em TV, podem ser dados na chamada “nota ao vivo” ou em boletins feitos por repórteres ao vivo, tendo como cena de fundo uma repartição do governo, o chamado *stand-up*. Mas mesmo estas notas pequenas têm, segundo Bird, uma qualidade narrativa, porque oferecem mais do que o fato, “oferecem tranquilidade e familiaridade em experiências comunitárias partilhadas” (BIRD, 1993: 266), no sentido de que o mundo continua de pé, o governo governa, as empresas produzem e tudo o mais está no lugar.

É neste sentido simbólico que Gonzaga Motta constata que as narrativas midiáticas podem ser tanto fáticas quanto fictícias, contestando a tão propalada objetividade das notícias. Motta afirma que o produto da mídia, para ganhar a adesão do leitor/espectador, explora o fático e o imaginário para provocar certos efeitos de sentido. “Exploram o fático para causar o efeito de real, pela objetividade, e o fictício para causar efeitos emocionais, despertando as subjetividades.” (MOTTA, 2005: 26).

As notícias enquanto narrativas introduzem uma outra dimensão, que transcende as funções tradicionais de informar e explicar. As notícias não deixam de informar e explicar acontecimentos. Mas estes acontecimentos – explicados com riqueza de detalhes, dados precisos, números e nomes pelos jornalistas – serão compreendidos num sistema simbólico bem mais amplo. “As notícias, como estórias, constroem totalidades significativas a partir de fatos dispersos”, como afirma Ricoeur (apud BIRD, 1993:265).

Notícia como discurso

Como discurso, a notícia é o produto de uma ‘prática discursiva’ numa atividade institucionalizada que é a atividade jornalística. É por meio desta prática que os textos são transformados desde as fontes de informação – releases, declarações, falas, testemunhos, enunciados vários – em enunciados concatenados, relatos organizados de forma impessoal dos acontecimentos. Hall (1978) se refere a este relato como a tradução de pontos de vista oficiais para um idioma público – o da notícia.

Um conceito importante para se compreender melhor o processo de produção da notícia é o de ordem do discurso, conforme proposto por Foucault. Por ordem do discurso se deve entender o espaço social e cultural - o contexto - onde se produzem determinados textos. A notícia é o texto que emerge de uma prática discursiva própria da instituição imprensa. A prática discursiva envolve etapas como a da pauta, da agenda de cobertura, dos procedimentos para coleta de informações, dos processos de edição e de diagramação, impressão e distribuição até as mãos dos leitores.

Este processo produtivo não existe sem o seu aspecto discursivo. Ele envolve habilidades técnicas, ideologias profissionais, conhecimento institucional e questões relacionadas com os leitores ou a audiência. A cada etapa, o material bruto da notícia – os eventos, falas, dados de reportagens – vai se transformando num evento comunicativo. Como quem molda um vidro no fogo, a narrativa própria da instituição jornalística vai tomando forma até se transformar numa versão de um fato, numa notícia com sua carga de assertividade e de intenção de verdade.

A relação entre a notícia e o real se dá, assim, por uma mediação que é uma prática discursiva, ela própria um efeito de uma certa articulação específica da linguagem sobre o real. A notícia não é a representação transparente dos fatos, mas a articulação discursiva destes mesmos fatos.

A prática social: rotinas produtivas

A produção do discurso jornalístico se dá a partir de práticas que determinam o que é notícia e como ela se concretiza na rotina produtiva de uma redação. É o chamado *newsmaking*, que poderíamos chamar de prática social do discurso jornalístico, e que determina muitas vezes o valor-notícia.

Estudado por pesquisadores norte-americanos que se debruçaram sobre a prática jornalística, especialmente a partir da década de 70, o *newsmaking*, também chamado de processo de produção da notícia, ou de *rotinas produtivas* pelos pesquisadores franceses, é um processo que se divide em dois momentos: um é o da organização do trabalho, e o outro é a cultura profissional dos jornalistas. Tanto um quanto outro determinam o que é notícia para um determinado jornal. Por cultura profissional dos jornalistas se entende

“um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções dos ‘mass media’ e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superintendem à sua confecção”. Garbarino, apud Wolf , 1995: 170.

Já a organização do trabalho estabelece restrições “sobre as quais se criam convenções profissionais que determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo, desde a utilização das fontes até a seleção dos acontecimentos e as modalidades de confecção, e contribuem para se precaver contra as críticas do público” (GARBARINO, apud WOLF, 1995: 170). Segundo o autor, são as conexões e relações existentes entre esses limites que irão estabelecer os critérios de relevância que definem a noticiabilidade de cada acontecimento, isto é, a sua aptidão para ser transformado em notícia.

Como nem todos os acontecimentos de uma cidade se transformam em notícia e isso se deve, em boa parte, pela necessidade de se adequar os fatos às rotinas de produção do jornal, o *newsmaking* tem como primeira regra condicionar a cobertura aos critérios industriais da empresa jornalística, ou seja, horários de fechamento e de

distribuição do jornal. Um outro critério diz respeito às rotinas do corpo editorial. De que forma a cobertura está dividida, quais cadernos ou editorias são publicados, como se dá a cobertura, quantos repórteres são destacados para cada editoria, qual a quantidade de notícias que cada repórter vai apurar e escrever. Esta divisão de tarefas por editorias condiciona a cobertura e pode deixar de fora muitos acontecimentos que não se enquadrem nos critérios de notícia de cada editoria.

Crítérios de valor-notícia

Quais acontecimentos são considerados suficientemente relevantes e interessantes para transformarem-se em notícia? De acordo com Wolf, a noticiabilidade ou o valor-notícia, o *newsworthiness*, é constituído pelo conjunto de características que os acontecimentos devem ter, ou apresentar aos olhos dos jornalistas, para serem transformados em notícias.

“A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos, do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas, para adquirirem a existência pública de notícias”. Wolf, 1995: 170.

Para Wolf, todos os acontecimentos que não preenchem esses requisitos são, de uma maneira em geral, excluídos da rotina produtiva de um jornal. No entanto, é evidente que a empresa de comunicação irá avaliar a importância de cada assunto e, se possível, adaptará a sua rotina de produção estabelecendo critérios e procedimentos que darão relevância às informações relacionadas ao fato ocorrido. Na seleção dos acontecimentos o jornalista utiliza os valores-notícia, os quais o autor define como regras práticas intimamente ligadas às rotinas produtivas e aos valores profissionais. Ele acredita que os valores-notícia são utilizados para rotinizar as tarefas, de forma que elas passem a ser executadas e geradas na redação do jornal.

“A noticiabilidade está estreitamente relacionada com os processos de rotinização e de standardização das práticas produtivas; equivale a introduzir práticas produtivas estáveis, numa

matéria-prima (os fatos que ocorrem no mundo) que é, por natureza, extremamente variável e impossível de prever.” Wolf, 1995:171.

De acordo com Golding e Elliot, os valores-notícia são regras práticas que abrangem conhecimentos profissionais que guiam os procedimentos operativos na redação, ou seja, segundo os autores, *“os valores-notícia são qualidades dos acontecimentos ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo”* (GOLDING e ELLIOTT, apud WOLF, 1995: 176).

Atualmente, o que percebemos nos jornais é que alguns acontecimentos destacados como notícia seguem critérios diferenciados de noticiabilidade, porque existe nos jornais uma escala de valores que permite analisar o grau de possibilidade de um acontecimento se transformar em notícia. Selecionar, neste caso, significa reconhecer os acontecimentos novos, interessantes, curiosos, e aqueles acontecimentos que fazem parte de situações rotineiras. Porém, a prática rotineira de produção de notícias está submetida à imposição de temas aos repórteres, que precisam seguir um roteiro de questões básicas e, em geral, seguir o enfoque pelo qual o jornal vê o tema. No Manual de Redação do jornal Estado de S.Paulo a sugestão para que o repórter siga o enfoque da pauta é claro e determinante do caminho a seguir na apuração. A pauta é, assim, a porta de entrada do acontecimento rumo à notícia.

“Chama-se pauta tanto o conjunto dos assuntos que uma editoria está cobrindo como a série de indicações transmitidas ao repórter, não apenas para situá-lo sobre algum tema mas, principalmente, para orientá-lo sobre o ângulo a explorar na notícia. A pauta é um roteiro mínimo fornecido ao repórter. O pauteiro, por sua própria função, pode ter idéias que não ocorreriam ao repórter”. Manual de Redação e Estilo do jornal Estado de S.Paulo.

Por outro lado, os jornalistas estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares, tais como governos, parlamentos, associações, grupos sindicais, que pré-agendam as coberturas e tornam os jornalistas dependentes em excesso destas fontes de informação. A pauta que leva o repórter ao acontecimento ou às fontes é o resultado da seleção e interpretação de assuntos que não surgem da imaginação do pauteiro, mas da circulação social dos fatos. Ou do estabelecimento de uma agenda de temas que se tornam obrigatórios na cobertura de cada jornal a partir de uma hierarquia de prioridades que é determinada, muitas vezes, por instituições sociais. É o que se convencionou chamar de *agenda setting*, que consiste na tematização conhecida como ordem do dia, incorporando fatos que se tornarão os temas da agenda do público.

Agendamento ou agenda pública

Giovanro Marcus Ferreira (2001) afirma que o *agenda setting* vive e se nutre daquilo que é difundido pelos *mass media*, e que as relações interpessoais, que são causadas pelos ditames da agenda mediática, causam o agendamento. Como Mauro Wolf (1993) por sua vez acentua, é em consequência da ação dos jornais que o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. Esta é a formulação clássica da hipótese de *agenda setting*. Seu pressuposto fundamental é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass-media* (SHAW, apud WOLF, 1995).

Um critério de agendamento é a posição de poder de pessoas ou mesmo de países. Galtung e Ruge (1995) destacam que quanto mais o acontecimento disser respeito aos países de primeiro mundo, tanto mais provavelmente se transformará em notícia, considerando este um critério de relevância do que seja o interesse do público. Eles já haviam observado que a preferência por certos temas na pauta diária dos jornais e editoriais constitui um quadro interpretativo ou um esquema de conhecimentos que dá sentido ao noticiário.

Desenvolvida por pesquisadores norte-americanos, a hipótese do *agenda setting* realça a diversidade existente entre a quantidade de informações, conhecimentos e interpretações da realidade social, apreendidos através dos noticiários de jornais, e as

experiências vividas diretamente pelos indivíduos. Vivendo em sociedades industriais de capitalismo avançado, o homem moderno interage com a realidade a partir da existência de pacotes e fatias do cotidiano transformados em notícias, e assim classificados, contextualizados e organizados pelos meios de comunicação.

“As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem de seu próprio conteúdo”. Shaw, apud Wolf, 1995: 130

O agendamento é considerado, então, uma rotina produtiva que permite a incidência da mídia sobre o público, que determina quais temas estarão em debate. A mídia estabelece os assuntos a serem divulgados como principais, verificando o melhor modo de abordagem desses fatos, influenciando o seu público e criando as conversas do dia a dia da população, que discute os temas veiculados pelos meios de comunicação de massa. Este instrumento torna-se poderoso na medida em que o público depende de uma mediação, pois o que é veiculado é selecionado anteriormente pelo *gatekeeper*, papel desempenhado por editores e pauteiros, dando importância ou não a determinado fato. Porém, os veículos de comunicação fornecem algo mais do que um certo número de notícias. Ou nas palavras de Shaw:

“Fornecem igualmente as categorias em que os destinatários podem, sem dificuldade e de uma forma significativa, colocar essas notícias”. Shaw, apud Wolf, 1995: 131

Enquadramento: rede de significados sociais

Considerando a construção da notícia como um processo social, Stuart Hall lembra que os acontecimentos não são apresentados ao público de forma caótica mas identificados (isto é, designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento do público) e inseridos num contexto social (ou seja, colocados num quadro de significados familiares ao público). Este processo de identificação e contextualização é um dos mais importantes porque é através dele que os acontecimentos são tornados significativos para o público e pela imprensa. É a partir de um conjunto de identificações sociais e culturais conhecidos que as notícias

adquirem valor social. Este valor social reconhecido pelo público passa a ser agregado ao valor-notícia construído nas redações.

“Os mídia não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são por si só ‘naturalmente’ noticiáveis. As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas.” Stuart Hall et al, 1993: 224

Ao identificar, classificar e contextualizar acontecimentos que se relacionam à vida política, a imprensa torna o tema político “inteligível” aos leitores, na expressão de Stuart Hall. A importância desse processo foi também realçada por Murdock (1974). Segundo ele, a apresentação habitual das notícias, dentro de enquadramentos que são já familiares ao leitor, tem duas importantes conseqüências: primeiro, reforça a definição e imagens em questão e as mantém em circulação como parte do estoque comum do conhecimento dado como adquirido. E em segundo lugar, transmite uma impressão de repetição, de estabilidade da estrutura social, a partir do significado consensual do tema, que se torna uma agenda da sociedade.

O processo de identificação e contextualização na produção da notícia leva o repórter a utilizar os chamados ‘mapas culturais’ do mundo social. Segundo Hall, um acontecimento só faz sentido se puder ser visto no âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais, vale dizer, de mapas culturais. Esta posição desloca o debate entre parcialidade ou imparcialidade do jornalismo para uma visão mais cultural. O jornalista seleciona os temas e a forma de enquadramento deles a partir de mapas de significação dos quais lança mão ao escrever sua matéria.

Os mapas de significado incorporam e refletem os valores comuns, formam a base dos conhecimentos culturais e são mobilizados no processo de tornar um acontecimento inteligível. Como escreve Hall, “os *media* definem para a maioria da população quais os acontecimentos significativos que ocorrem e, também, oferecem poderosas interpretações de como compreender esses acontecimentos”

(HALL,1993:228). Este processo leva a uma construção hegemônica dos acontecimentos.

Isto ocorre porque, segundo Hall, as pressões do trabalho feito contra o relógio e as exigências profissionais de objetividade resultam num acesso sistematicamente estruturado que os jornais dão às opiniões dos poderosos. Estes porta-vozes se transformam no que se chama de “definidores primários”. São eles, conforme acentua Hall, que vão estabelecer a definição ou interpretação primária do tópico em questão.

Essa interpretação, então, passa a comandar o tratamento dado ao tópico e impõe os termos de referência que vão nortear as futuras coberturas. Ao reproduzir as definições destas fontes, os media exercem um papel secundário. Como acentua Hall, “no momento da produção jornalística, os media colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers*” (1993:230). São estes definidores que serão responsáveis por mapas de significação social onde valores culturais se fixam de forma desigual, promovendo a hegemonia de determinadas visões de mundo.

Estas desigualdades estão na base da construção de estereótipos que identificam, por exemplo, prisioneiros em Guantânamo como ‘terroristas’, tropas americanas no Iraque como ‘forças de paz’, ou invasões em favelas cariocas como ‘operação de limpeza’. Mas Lage chama a atenção para o fato de que falar de estereótipos nos jornais é um objeto falso porque estaremos falando necessariamente da sociedade que produz os estereótipos e das relações de poder que existem na sociedade. Segundo ele, é por meio dessas visões pré-construídas que se instaura a generalidade do particular e as notícias tornam-se exemplos de algo sobre o qual existe consenso ideológico. (LAGE, 2001)

Dediquei este capítulo à análise das rotinas produtivas que fazem parte da prática discursiva da notícia. Como discurso, a notícia é um determinado texto que se realiza num contexto social da prática jornalística, envolvendo processos que vão desde a coleta, com os critérios de valor-notícia, a questões como o agendamento, que se dá no contexto imediato da redação de jornal e também no contexto mais amplo da sociedade em geral. Outra questão abordada é a dos enquadramentos, ou mapas culturais, que fornecem os elementos de leitura dos fatos noticiosos. É a partir

destes mapas culturais, ou mapas de significados, que as notícias ganham sentidos e ativam a memória dos acontecimentos.

Capítulo 6

A NOTÍCIA NA TV

“A visualidade eletrônica passou a fazer parte constitutiva da visibilidade cultural e é a própria noção de leitura que está em questão, quando o texto eletrônico se desdobra numa multiplicidade de suportes e escritas, da televisão ao videoclipe, da multimídia aos videogames”. Martin-Barbero, 2006: 74.

Na era tecnológica em que vivemos, quando as mídias convergem a uma velocidade estonteante até mesmo para o cidadão pós-moderno, assistir a um noticiário televisivo é uma prática que não é mais exclusiva do aparelho de TV mas invade as telas dos computadores, dos celulares, e outros aparelhos capazes de reproduzirem o que antes só se via na telinha. Hoje, as telas da TV crescem de tamanho mas a recepção migra para telas bem menores, capazes de flagrar a realidade em questões de segundos.

A multiplicidade de indústrias culturais está a desmentir Marcondes Filho, que há dez anos, considerava que a televisão não era um meio de comunicação, mas o único. “A TV é absoluta, nada mais existe além dela”, afirmava convicto o autor. Este superdimensionamento do poder da televisão é contestado por novas tecnologias que nos conectam com o mundo não mais do sofá da nossa sala, mas da rua, do avião, do hotel, ou de qualquer lugar. Se a multimídia é inevitável, o contra-ataque dos meios televisivos já foi anunciado e vem sob a forma de televisão digital, que anuncia uma qualidade jamais sonhada, que nos permitirá ver até o mais diminuto poro dos apresentadores do Jornal Nacional.

Mas se a tecnologia avança, e altera os modos de recepção, o discurso do telejornal parece resistir, num processo produtivo e enunciativo que se consolidou como hegemônico nos últimos trinta anos. Só a Rede Globo detém mais de 60 por cento da audiência nacional e o seu principal jornal, o Jornal Nacional, tem um público diário de 50 milhões de telespectadores. A audiência das demais redes

também cresce e provoca mais investimentos em telejornalismo, com uma multiplicação de noticiários.

Por outro lado, a hegemonia da televisão sobre os demais meios a transforma na maior fonte de informação social, política e econômica do país e do mundo. Mattelart (1989) chega a considerar que a televisão no Brasil ocupa um papel de fundamental importância na formação da identidade nacional, e teve um papel de vanguarda enquanto agente unificador da sociedade brasileira.

Assistir aos telejornais, especialmente à noite, é hoje uma prática cultural para milhões de brasileiros, promovendo informação e construindo um sentido de pertencimento a uma comunidade imaginada. Este é tema do capítulo 7. Antes, porém, este capítulo vai falar do telejornalismo como prática discursiva, e do seu papel como constituinte de relações sociais e de identidades.

O discurso do telejornal

“O mito não reflete necessariamente uma realidade objetiva mas antes constrói o seu próprio mundo”. Frye, 1957

Como discurso, a notícia é um ritual simbólico por meio do qual os membros de uma cultura trocam valores e significam o próprio mundo. Pode-se considerar a notícia uma porta de entrada para a cultura, ou seja, para o mito, que vai alimentar crenças e ideais. Mas antes de ver como o texto cumpre este ritual simbólico, é preciso perceber o seu processo produtivo. Logo, o primeiro passo para examinar a notícia na TV é analisar o processo pelo qual ela é construída discursivamente.

A organização de uma determinada instituição é determinante de suas práticas produtivas e dos textos que nela emergem. Se a notícia é o texto que emerge de uma prática discursiva própria da instituição imprensa, é preciso compreender o processo de produção da notícia numa determinada ordem do discurso que é a televisiva. A televisão é o espaço social e cultural, o chamado contexto, com seu aparato tecnológico específico, onde se produz informação em meio a ‘*commodities*’ culturais voltadas para o entretenimento. A prática social da televisão sofre grandes pressões

comerciais, de venda de espaços publicitários e competição por audiência. Como instituição, é uma indústria cultural cuja propriedade pertence a grandes conglomerados em todo o mundo e, no Brasil, a redes integradas de emissoras.

De que forma, então, se dá a produção de notícias nesta instituição? A notícia na TV é uma forma particular de evento comunicativo que representa as práticas sociais e os acontecimentos a partir de um texto que incorpora imagens e falas constituindo um discurso noticioso próprio, que permite uma polissemia mais ampla, na integração da imagem do acontecimento.

Embora o processo de produção das notícias na TV siga as regras observadas na rotina produtiva de uma redação de jornal impresso, onde as etapas da pauta e da agenda de cobertura levam em conta os critérios de noticiabilidade e de agendamento social, o *newsmaking* da notícia na televisão envolve procedimentos diferentes para coleta de informações e de edição.

Rotinas produtivas na TV

Enquanto o trabalho de apuração da notícia por parte do repórter de jornal é quase sempre solitário, na televisão a rotina produtiva envolve equipes inteiras. Os produtores levantam pautas e agendam entrevistas, uma atividade que começa a ser feita no dia anterior ao da exibição do telejornal. As fontes de informação são as agências noticiosas, acessadas continuamente pela Internet, a rádio CBN e rádios locais, os jornais impressos e as revistas semanais, os *releases* distribuídos por repartições do governo tanto federal quanto estadual, os telefonemas de telespectadores e de associações de moradores de uma cidade, e as pautas organizadas pela chefia de reportagem.

Os assuntos são divididos em locais – que vão para os telejornais locais – e nacionais, para os noticiários em rede. Para a pauta de um jornal nacional, existem produtores que estão em contato permanente com as filiais da emissora nos Estados, assim como com a rede afiliada de emissoras independentes, para o levantamento de temas de interesse nacional.

As equipes de gravação saem às ruas no próprio dia da exibição do telejornal, em grupos de três ou quatro pessoas cada equipe - o repórter, o cinegrafista, o assistente e o motorista –, e todo o material gravado vai ser enviado à emissora e entregue a um

editor de texto que, junto com o editor de imagem, vai organizar as diferentes reportagens adequando falas e imagens de forma a serem exibidas como texto de TV.

Dentro do paradigma da instantaneidade da notícia, todo o material gravado é coletado praticamente no mesmo dia e editado duas ou três horas antes da exibição do telejornal, o que envolve muita rapidez tanto na seleção de falas como na elaboração da narração, o chamado *off* (que tanto pode ser feito na emissora ou gravado em VT pelo repórter na rua), e na seleção de imagens que servirão de cobertura para o *off*. O trabalho significa condensar um material bruto gravado em torno de 15 a 20 minutos, que contem imagens, falas e entrevistas, e que será reduzido a dois ou três minutos no máximo depois de editado.

Paralelamente a este trabalho, o departamento de arte produz vinhetas e informações a serem dadas por meio de infográficos televisivos de acordo com a necessidade de cada notícia, utilizando programas de computação gráfica em três dimensões para maior rapidez de execução. Por sua vez, os produtores executivos preparam o ‘espelho’ do telejornal, ou seja, a relação linear das notícias, divididas em blocos informativos, que serão exibidos com intervalos comerciais entre eles. Este ‘espelho’ será distribuído por toda a equipe técnica da emissora diretamente envolvida na transmissão ao vivo do telejornal, seja ele local ou nacional. Este espelho e o script final do telejornal circulam pelos computadores da emissora, sinalizando a finalização do trabalho. O prazo fatal de fechamento – chamado de *deadline* - é de meia hora antes do horário do telejornal.

Esta integração do setor jornalístico com o setor técnico da emissora é importante para viabilizar a operação de transmissão, que se divide em transmissão ao vivo dos estúdios, transmissão ao vivo de locais externos e ainda exibição de videotapes previamente editados. A operação envolve dois *switchers*, ou seja, duas salas de controle da transmissão da TV. Uma é a sala de controle específica do telejornalismo, ligada diretamente aos estúdios do telejornal, e a sala de controle geral da emissora, responsável por tudo o que está no ar.

Na maioria das emissoras, no *switcher* jornalístico trabalham um diretor de imagem, um sonoplasta, um técnico responsável por gerador de caracteres, um produtor executivo e o editor do telejornal quando ele não é o apresentador. No estúdio ligado ao *switcher* ficam os apresentadores, as câmeras e um ou dois produtores, todos ligados por fones de ouvido. O diretor de imagem se comunica

também com o controle geral, para trocar informações sobre o tempo de transmissão, o tempo de intervalos comerciais e outras informações técnicas relevantes.

Como as emissoras de televisão trabalham com programas de entretenimento, como novelas, shows e *talk shows* em geral gravados com antecedência, a operação do telejornalismo ao vivo gera momentos de tensão em toda a estrutura da emissora, especialmente da equipe técnica. A jornalista Alice Maria, que foi por muitos anos diretora nacional de Jornalismo da TV-Globo, comparava toda esta operação de exibição de um telejornal às pressões e à concentração necessárias para fazer decolar um *Boeing*.

A questão do tempo no jornal é, por sua vez, objeto de uma contabilidade minuciosa feita pelos assistentes. Como o jornal não deve ‘estourar’, ou seja, ultrapassar seu tempo de duração, tudo é contabilizado: notas, chamadas, o tempo de vinhetas, o tempo de cada matéria, ou de entrevistas ao vivo quando for o caso. Tempo é uma pressão permanente para os editores, apresentadores, repórteres ao vivo nas ruas, e determina a velocidade com que as notícias são lidas, passando para o telespectador não só o grau de urgência do acontecimento como a sua transmissão acelerada.

Os telejornais locais podem ter de 20 minutos a até uma hora, como acontece na TV-Record atualmente, e os jornais nacionais se estendem de meia hora a 45 minutos. Estes tempos fazem parte da grade de programação da emissora e, por isso, têm que ser obedecidos firmemente para não trazer conseqüências aos programas que se seguem ao telejornal e ainda menos aos espaços publicitários.

Crítérios de noticiabilidade

Alfredo Vizeu (2003), que pesquisou a rotina produtiva do RJ-TV Primeira Edição, o telejornal local da TV-Globo no Rio de Janeiro, considera que todo o processo de produção de um telejornal determina valores-notícia que não são apenas uma escolha subjetiva do jornalista, mas que levam em conta uma noticiabilidade que é constantemente negociada entre editor-chefe, repórteres na rua, editores de imagens, telespectadores que enviam imagens feitas em celulares, além da negociação do tempo com a parte técnica que pode determinar a ampliação da transmissão em casos de muita gravidade de um acontecimento.

Pela necessidade de produção de imagens, certos temas merecerão uma ênfase maior do que outros. Esta seleção de assuntos se dará então pelo potencial das imagens a serem feitas e também pela proximidade do fato, no caso de telejornais locais, outro critério de noticiabilidade. Acontecimentos em subúrbios e bairros mais distantes da emissora poderão ficar de fora do noticiário se não tiverem um valor-notícia muito grande, como é o caso de desastres e crimes de muita comoção popular.

Quando o assunto é importante mas pobre para o uso de imagens, o que ocorre em geral com informações sobre política ou economia do país, recorre-se a uma prática chamada de *stand-up*, quando o repórter ao vivo faz um resumo da notícia, em pé em plano médio, tendo ao fundo uma imagem da cidade ou de um órgão público. O *stand-up* é usado também para uma informação geral de um fato de última hora, e para informações internacionais relevantes, caso em que a imagem do repórter ao vivo é substituída por sua foto com um mapa do lugar de onde fala. Grava-se, então, apenas a voz, atualizando um acontecimento.

Um outro critério de noticiabilidade é o de mostrar o mesmo fato em locais diferentes. Um exemplo é o da cobertura sobre acidentes rodoviários em períodos de grandes movimentações como fim de ano e carnaval. A cobertura no telejornal apresenta, então, matérias que foram produzidas em vários pontos do país, com variações sobre a mesma pauta, o que cria um efeito de sentido de visão integrada dos acontecimentos, de jornal que abarca a territorialidade da nação.

Do ponto de vista da narrativa, a cobertura da TV se divide em notícia dura, ou *'hard'*, que merece um texto forte e direto, e notícia *'soft'*, que se dedica a histórias mais humanas, ou curiosas, e que ganham um texto mais narrativo, em ordem mais cronológica e com vários depoimentos. Um telejornal só *'hard news'*, num único formato noticioso, tende a cansar o telespectador, e a tendência é a de misturar blocos mais pesados com matérias mais leves.

Esse movimento pendular de unir matérias com valores-notícia diferentes retira acontecimentos do seu contexto social para reuni-los no contexto do próprio telejornal. Tal recontextualização é uma prática que sacrifica um maior aprofundamento do fato em nome de uma dinâmica própria da estrutura do telejornal, produzida para reter o telespectador e impedi-lo de trocar de canal. Como parte desta estratégia estão as chamadas de bloco, que antecipam o que o telespectador vai ver logo após o intervalo comercial.

Lembrando o que diz Hall (1993) no sentido de que os *media* definem para a maioria da população quais os acontecimentos mais significativos, é importante perceber que este agendamento não é uma exclusividade da produção do telejornal mas reflete uma postura contemporânea da própria sociedade. Entre estes acontecimentos estão os que fazem parte de uma agenda mais social, como os crimes contra o patrimônio privado e público e contra a vida, a atuação dos políticos em geral, as práticas sociais desiguais. É um agendamento que reflete uma exigência social por mudanças, por apontar os males do país, por colocar o dedo nas feridas nacionais.

Nesta concepção de agendamento se considera que existe um mundo real fora da televisão – são práticas políticas, econômicas, sociais, que estão sempre produzindo novos significados e novas agendas públicas. A relação entre a notícia da TV e o real se dá, assim, por uma mediação que é uma prática discursiva cuja rotina produtiva – com suas regras e regularidades de produção de notícia – vai criar uma certa articulação específica da linguagem sobre o real, uma linguagem que vai agregar as narrativas da imagem para construir um novo olhar social sobre a realidade.

O texto semiótico da TV

Em primeiro lugar, é preciso analisar que tipo de texto é construído no noticiário da TV. Texto, no sentido semiótico, é qualquer enunciado portador de sentido, seja uma frase num cartaz, uma notícia, uma fotografia, ou imagens fílmicas. Kress (1988) classifica o texto televisivo como multi-modal, porque envolve diferentes modos de representação de um fato. Ou, utilizando o conceito de narrativa, no texto da TV várias narrativas se entrelaçam, para produzir efeitos de real e de emocional. Existe uma narrativa pela imagem, apresentando um acontecimento, que corre paralelamente ao texto falado ou *off*, do repórter. Este *off* tem uma característica própria porque, em geral, é um texto escrito com características de oralidade, ou seja, um texto escrito para ser falado, como uma narrativa do acontecimento apresentada pelo repórter.

Se o texto do repórter tende a ser escrito para ser falado, existem outras falas, em geral de entrevistados, cuja oralidade é total. Josenia Vieira (1995), em pesquisa

sobre as diferenças entre o oral e o escrito, selecionou algumas características do texto oral, como um maior número de repetições de expressões, a organização mental espontânea, menor densidade lexical e a incompletude no nível sintático, entre outras. Por oposição, o texto escrito tem uma organização mental elaborada, permite revisões e edições, maior densidade lexical, e maior especificação no nível sintático.

O texto de telejornal mistura as características da oralidade e do texto escrito e adota o estilo de frases curtas, sem orações subordinadas. A ordem direta também é a mais usada, construindo um efeito de oralidade maior. E evita-se, sempre que possível, o uso de verbos em tempos pretéritos. O presente é o tempo verbal mais usado, com a consequência de aproximar o tempo do acontecimento do tempo do telejornal.

Além da narrativa verbal, existe a narrativa da imagem e o uso de recursos gráficos, como arte, mapas, esquemas, e a sonoplastia, com músicas e sons que aumentam e sublinham o efeito emocional.

No ensaio “*Encoding and Decoding*”, Stuart Hall (1980) analisa o texto da TV como um signo complexo porque, ao lado do signo verbal, simbólico, ele tem características icônicas, apresentando pela imagem algumas propriedades da coisa representada. Este é um ponto-chave no estudo da linguagem visual e que tem provocado grande discussão. Como o discurso visual traduz um acontecimento tridimensional em planos bidimensionais, ele não é um referente com total semelhança ao objeto representado. É uma mediação, construída em condições de produção tais que resultam num “efeito de real” da narrativa televisiva. Ou em outros termos, é uma prática discursiva que naturaliza o real.

Para Hall, este efeito de real é o resultado da interação de dois códigos especialmente: o lingüístico e o visual. Se o lingüístico situa o acontecimento, os signos visuais reproduzem melhor as condições de percepção do olhar e, por isso, parecem menos arbitrários ou convencionalizados do que os verbais. São, porém, códigos aprendidos desde cedo e que naturalizam o efeito de articulação entre o referente e a representação. Ou, como esclarece Hall, a análise dos códigos naturalizados revela não a transparência da linguagem, mas a profundidade de uma prática que mascara a própria representação da realidade.

Podemos dizer que o discurso da notícia na TV é uma articulação específica da linguagem que encobre práticas de codificação – visuais ou verbais - produzindo

efeitos de real, naturalizando os acontecimentos para o leitor. Como a notícia na TV é duplamente codificada, é preciso observar sempre a relação que existe entre estes dois códigos, o visual e o verbal. De acordo com a diferenciação feita por Halliday (1994) entre funções ideacionais e interpessoais da linguagem, pode-se afirmar que o texto da notícia enfatiza a informação sobre o evento, cumprindo uma função ideacional, enquanto a imagem da notícia apela para atitudes e sentimentos sobre o evento, numa função interpessoal do acontecimento.

A dualidade produtiva

“As notícias não contam as coisas como elas são mas contam as coisas segundo o seu significado e assim, são um tipo particular de narrativa mitológica”. Bird e Dardenne, 1993: 263.

É importante destacar que o texto da notícia na TV é o resultado de processos diferentes de produção. Enquanto a captação de imagens fica a cargo de um tipo de profissional – o telejornalista ou cinegrafista – a produção de textos verbais é tarefa de outro profissional, o repórter. São dois olhares e dois ângulos de observação de um acontecimento que nem sempre andam juntos.

Ainda é muito comum na produção de uma notícia para televisão que cinegrafistas e repórteres trabalhem sem muita integração. Enquanto o repórter tenta coletar dados sobre um acontecimento, agendando no local as entrevistas necessárias para a matéria, o cinegrafista fica solto, gravando as imagens que o profissional da câmera considera mais significativas do evento.

Este descompasso se deve à formação profissional dos repórteres e dos cinegrafistas. Enquanto os primeiros estão sempre muito interessados nos elementos essenciais de uma notícia – as famosas perguntas *quem, o que, quando, onde, como, porque* que constituem a racionalidade de um texto noticioso –, os cinegrafistas procuram os ângulos de imagem que esclareçam os elementos da notícia.

Como prática social, a reportagem é uma tarefa investigativa em campo que precisa coletar as provas da notícia: fatos, depoimentos, imagens. Quando esta coleta é feita com uma grande integração entre repórter e cinegrafista, o resultado é melhor. Tanto repórter quanto *cameraman* podem decidir juntos qual é o melhor

local para gravar uma passagem, ou seja, uma fala presencial do repórter. Se o repórter sugere um cenário de fundo que tenha mais a ver com o seu texto, o cinegrafista, por sua vez, pode discutir aspectos técnicos como iluminação e som.

Esta integração permite também que o cinegrafista faça movimentos de câmera que melhor enquadrem o repórter. É o que acontece, por exemplo, quando se grava um *stand-up* do repórter sobre condições de trânsito em determinado lugar. O cinegrafista enquadra o repórter e depois faz um movimento panorâmico desviando o olhar para a rodovia ou rua, de forma a registrar a imagem que é objeto do texto do repórter. Uma produção assim, integrando imagem e texto, elimina a etapa de edição, agilizando a produção do telejornal e permitindo um maior número de assuntos numa edição.

Na produção do texto da notícia, uma segunda etapa depois da apuração dos fatos é a da escolha do ângulo da narrativa. A notícia na TV é composta por cabeça – uma chamada que será lida pelo apresentador no estúdio e que em geral destaca o acontecimento de forma sintética – e com um corpo narrativo, onde o repórter tem que intercalar os *offs* com depoimentos e passagens ao vivo já gravadas. Esta é uma montagem feita pelo repórter, muitas vezes no próprio local do fato, e que vai ser seguida pela edição mais tarde.

Como o corpo narrativo da notícia tem que explicar de forma concisa todo o acontecimento, os testemunhos colhidos devem complementar a informação já anunciada no *off*, sem repetir o que o repórter já informou. Muitas vezes se vê em telejornais depoimentos que são meramente constatativos da informação do repórter. Isto não é uma obrigação. Os depoimentos serão mais ricos se trouxerem novos elementos da notícia e não apenas confirmarem o que o repórter já disse.

Uma característica da montagem narrativa de uma notícia ou reportagem de telejornal é a da adequação dos *offs* às imagens. Isto não é tão simples como se possa pensar. São duas racionalidades diferentes envolvidas na produção do texto e das seqüências de imagens. O texto tem uma lógica narrativa que parte do fato novo para os detalhes explicativos. Já a imagem segue uma seqüência por vezes linear de identificação do fato.

A narrativa da imagem

Cabe à imagem por excelência a construção do contexto do acontecimento e, para isso, o cinegrafista vai precisar alternar os planos de câmera. Além disso, precisa imaginar a filmagem em termos de edição, ou seja, em termos de narrativa.

Uma noção básica é a de enquadramento, ou seja, que elementos da notícia devem fazer parte da composição da cena. O passo seguinte é a mobilidade que se vai dar aos elementos. Ou seja, filmar não é fotografar e os temas da notícia devem estar em movimento. Se não há movimento na cena, a filmagem deve ela própria dar dinamismo a partir de movimentos de câmera. Uma cena parada é como um quadro de natureza morta, parece sem vida. E notícias filmadas são como fragmentos de vida a serem colhidos.

Por isso, os movimentos de câmera ajudam a construir a narrativa fílmica. Eles refletem o olhar que dedicamos a um determinado assunto. Quando usamos o close, estamos examinando um determinado objeto com mais atenção, estamos fixando o olhar. Já o plano aberto ou plano geral é mais usado para situar o contexto do fato. Uma rua, uma casa, um prédio, devem ser filmados situando estas imagens no seu contexto mais imediato. Um exemplo é filmar uma parada de ônibus. Ela pode estar numa rua sem calçamento, perdida no horizonte, ou pode estar num ponto muito movimentado da cidade. É pelo plano geral ou por um movimento panorâmico de câmera que se vai definir o contexto.

A filmagem de pessoas é outro elemento importante da narrativa. Que pessoas são importantes para situar o foco de um acontecimento? Quais as que estão envolvidas de fato num evento e quais são meros espectadores? É pelo enquadramento em primeiro plano dos personagens da narrativa que se vai definir a sua participação no evento. A gravação que situa os personagens numa determinada atividade social agrega mais informações à narrativa jornalística. Ela permite a identificação imediata do personagem por meio de características como sexo, idade, classe social, profissão, e é por meio delas que a interação com o telespectador se estabelece, permitindo processos identitários.

Uma boa filmagem de um acontecimento tem, portanto, que disponibilizar os principais elementos da notícia, como os personagens envolvidos, o local, o contexto deste local, e os objetos de cena que tenham relação com a notícia. Acidentes com automóveis e motos em cidades grandes, passeatas com faixas,

pessoas atravessando perigosamente uma rua, entradas de escola com pais chegando com filhos, enfim, ruas comerciais, são inúmeros os exemplos de possibilidades de imagens que as notícias oferecem. E estas imagens devem ser captadas não apenas em planos gerais mas também com detalhes em close que sejam significativos para a narrativa.

É por meio dos planos e das seqüências de gravação que se estrutura uma narrativa imagética. É um processo que começou com a montagem em moviola no cinema, adotada nos primórdios do telejornalismo, e que foi substituída pela edição em ilhas de vídeo-tapes, tanto na forma linear como na forma digital, com o uso de programas de edição.

O ponto de partida da edição é o plano e sua duração. Como regra geral, não se corta um movimento de forma brusca. O plano é a imagem-movimento cuja duração depende do tempo de uma determinada ação. Deleuze cita Epstein para definir o conceito de plano: um corte móvel, uma perspectiva temporal ou uma modulação. Ao comparar o plano no cinema a uma pintura, Epstein afirma que as frações que o pintor apresenta da realidade não são as mesmas à direita, nem à esquerda, nem no alto e nem debaixo. “É que o cinema dá relevo ao tempo, uma perspectiva no tempo: exprime o próprio tempo como perspectiva ou relevo”. (EPSTEIN, apud DELEUZE, 1985: 37). E André Bazin, opondo o cinema à fotografia, afirma que “a imagem em movimento realiza o paradoxo de moldar-se sobre o tempo do objeto e de captar, além do mais, o registro de sua duração” (BAZIN, apud DELEUZE, 1985: 37).

Esta percepção se torna mais clara quando se grava uma seqüência panorâmica de um automóvel em movimento, por exemplo. A filmagem vai durar o tempo em que o objeto é captado pela câmera até o momento em que ele desaparece no espaço. Mas se este movimento pode ser captado em toda a sua plenitude numa filmagem cinematográfica, em televisão ele sofre cortes por questões de tempo, o que muda a estrutura narrativa da televisão em geral e do telejornalismo em particular.

Ao contrário da narrativa cinematográfica clássica, que se baseia nas leis da continuidade, os relatos da televisão são, por natureza, descontínuos e fragmentários. Segundo Arlindo Machado, o cinema incorporou a estrutura orgânica e coerente do romance oitocentista, enquanto a televisão optou pela estrutura quebrada e solta do folhetim (MACHADO, 1995). Nesta estrutura de

mosaico, a técnica é a de corte por colagem, onde se monta uma frase imagética com takes que não duram mais do que dois segundos no ar mas que, mesmo assim, constroem juntos uma narrativa significativa.

Esta colagem, que pode ser feita por corte seco ou com o uso de efeitos de fusão, segue uma linha informativa que tanto pode ser sintagmática como paradigmática, para usar a expressão de Jakobson. Uma montagem sintagmática une signos num processo seqüencial: uma rua vista em plano geral, os planos médios identificando elementos desta rua como casas, árvores, automóveis, e planos fechados, que permitem aguçar o olhar sobre curiosidades ou detalhes da rua. Esta montagem constrói um significado mais descritivo do objeto filmado ou gravado. Pode-se considerar esta edição como uma narrativa metonímica, em que o objeto se divide em partes para a maior compreensão do espectador.

Já a montagem paradigmática produz um olhar por comparação, ou por metáfora. Pode-se trazer para a edição elementos estranhos à seqüência inicial, mas que têm por objetivo ir construindo o significado do que se quer dizer com a imagem. É mais usado no cinema do que no telejornal, ou mesmo na televisão, mas nada impede o seu uso. Esta construção, em que associações de idéias vão se unindo de forma livre, foi especialmente usada por Eisenstein, e seu efeito é o de provocar tensão, criar a expectativa do fato que vai acontecer. É o famoso exemplo do filme “*Encouraçado Potemkin*”, em que cenas de multidão se alternam com a cena de um carrinho de bebê desabando por uma escada. Uma cena depois reproduzida no filme norte-americano “*Os Intocáveis*”.

A montagem texto e imagem

“Palavra e imagem são como cadeira e mesa: se você quiser se sentar à mesa, vai precisar de ambas”. Jean-Luc Godard, 1993.

Para a elaboração de um texto de telejornal, é preciso contar com as informações para a narrativa verbal, os elementos de imagem gravados e também com outros recursos multi-modais, como cartazes e o som. Som é um elemento fundamental na televisão como no cinema. A vida não existe sem som. Mesmo em local silencioso é preciso aguçar os ouvidos para perceber sons distantes, um pássaro que passa, um avião. É o que se chama de som ambiente. A função deste

som na narrativa é a de estabelecer o clima do acontecimento. É a representação da natureza sonora da notícia.

A captação de imagens com sons ambientes permite uma montagem do texto semiótico mais atraente e mais próxima do real. Nesta montagem, a narrativa verbal deve ficar em primeiro plano sonoro, enquanto os sons ambientes ficam em BG, ou seja, em *background*.

A montagem final vai adequar todos estes elementos, definindo que imagens ilustram narrativas verbais, como usar os depoimentos dos personagens, e que trechos das imagens podem ficar apenas com sua sonoridade particular. Todos estes elementos estão unidos pelo que Barthes (1964) chama de ‘*ancoragem*’, uma forma de interação na qual o texto indica o enquadramento ou forma de leitura da imagem.

Uma discussão permanente nos estudos audiovisuais é o da produção de significados: é possível mesmo que uma imagem valha por mil palavras, como afirma velho ditado chinês, sempre lembrado nas redações de telejornais? Esta questão é clássica entre editores de TV: se você tirar o som de uma reportagem e deixar só as imagens, você estará informando melhor do que se fizer o contrário, deixando o som e retirando as imagens?

Em debate com editores de telejornais na TV-Globo, Vizeu cita um dos editores que afirma que “nem todo brasileiro decodifica um texto, mas todo brasileiro decodifica uma imagem”. Outro editor é ainda mais radical: “se você mostra uma matéria de engarrafamento e a imagem mostra os carros circulando normalmente, não tem matéria. A imagem é tudo”. (VIZEU, 2003: 107).

É interessante que ocorra tal atribuição de importância à imagem no telejornalismo, notavelmente verborrágico em suas edições diárias. Na verdade, é incorreto achar que a imagem dispensa a linguagem verbal porque esta está sempre a pontuar a primeira, delimitando seus espaços, constringendo-a a um significado dominante. É o texto que identifica lugares, pessoas, e organiza o relato do acontecimento. Martine Joly (1994) vai mais além ao afirmar que é a linguagem verbal que determina a impressão de ‘verdade’ de uma imagem. Para ela, uma imagem é verdadeira ou mentirosa não devido ao que representa mas devido ao que nos é dito ou escrito do que representa.

É por meio desta relação, ou interação conforme prefere Barthes, entre texto e imagem que se constrói a notícia do telejornal. É uma interação que será tanto mais completa se não forçar uma hegemonia do texto sobre a imagem, mas se trabalhar

sob a forma de complementaridade. Ou seja, as imagens são uma fonte de inspiração para a construção verbal. A palavra, por sua vez, confere à imagem uma interpretação. Por outro lado, se o texto verbal, ao organizar a narrativa do acontecimento, produz um sentido dominante para o fato, a imagem, por sua sintaxe narrativa, vai gerar uma maior polissemia.

Enunciação: o espaço da mediação

“Um texto não é um conjunto de signos inertes mas o rastro deixado por um discurso no qual a fala é encenada”.
Maingueneau, 2001: 85

Para examinarmos o discurso do telejornalismo é preciso, em primeiro lugar, observar a cena de enunciação do texto. É este quadro cênico que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido. Conforme Maingueneau, “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (2001: 87). Ou seja, a cenografia não é apenas um quadro ou cenário ou ainda um espaço já construído e independente do discurso. Ela faz parte do ato de enunciação, ou ato de fala, como define Austin, em seu momento ilocucionário, e vai constituir e legitimar o espaço ou cena enunciativa. Enunciados são produtos de uma determinada enunciação, ou uma cena enunciativa, que eles legitimam. Para que o enunciado produza o efeito de sentido para o qual foi construído, ele precisa de uma voz, de um enunciador encarnado, de uma pessoa ou sujeito do texto, de um orador, em suma. É por meio da enunciação que a personalidade do enunciador se revela. Barthes lembra que a enunciação destaca os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório para causar boa impressão. “São os ares que assume ao se apresentar” (BARTHES, 1984), tornando-se assim parte da encenação, do ato de enunciação.

O discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado e, por seu turno, é o discurso que vai validar a própria enunciação. É o discurso, como afirma Maingueneau, que vai instituir a situação de enunciação que o torna pertinente. No caso do telejornalismo, a enunciação é o lugar físico e temporal onde se dá a transmissão de um programa televisivo dedicado à leitura de notícias e exibição de reportagens, e que tem nos âncoras ou apresentadores o seu enunciador

principal. É, assim, um ato performático de anunciar os acontecimentos por meio do qual se legitima o discurso da notícia.

Maingueneau considera que a cena de enunciação integra de fato três cenas, as quais ele chama de ‘cena englobante’, ‘cena genérica’ e ‘cenografia’. A cena englobante corresponde ao tipo de discurso, e confere ao discurso seu estatuto pragmático que, no caso aqui, é o jornalístico. A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, como o editorial, a opinião, a reportagem, o *stand up* do repórter. Quanto à cenografia, Maingueneau emprega a palavra com um duplo sentido: o de cena e o de grafia, considerando que toda enunciação se caracteriza por uma maneira específica de se legitimar, de se inscrever.

No caso do telejornalismo, o estúdio de televisão com o seu cenário padronizado com um ou dois apresentadores sentados em bancadas, com imagens fixas ao fundo e um logotipo do telejornal, inscreve o tipo de enunciação que se dará naquele espaço. O estúdio de televisão com seus apresentadores de telejornal é, para usar a terminologia de Maingueneau, a cena globalizante que permite ao telespectador identificar o tipo de discurso que será enunciado.

Em função desta forma de enunciação, pode-se dizer que o discurso do telejornal é mediado, ou seja, é apresentado através de um *medium*. O conceito de mediação considera, em primeiro lugar, a noção de comunicação através de um meio que tem propriedades específicas que intervêm no processo comunicativo. Os estudos da mediação levam em conta o meio para perceber até que ponto suas características técnicas interferem na informação. A televisão, por exemplo, é um meio visual e oral, cujo texto, como já foi falado anteriormente, é multi-modal.

O processo de produção na TV passa por formatos, códigos semióticos, convenções e rotinas produtivas que afetam a informação ou a constroem, no sentido de recontextualizá-la. É o processo de retirar um acontecimento ou fala do seu contexto para reapresentá-lo em ato de enunciação próprio do veículo, com estúdio e cenários, onde apresentadores e repórteres constroem narrativas coloquiais apoiadas em imagens referenciais, enquadradas numa sintaxe própria.

Em oposição a este conceito de mediação vem sendo usado um novo termo, midiatização, que é uma ordem de mediações que Muniz Sodré chama de tecnomediações, onde o processo de comunicação é técnica e mercadologicamente redefinido. “A tecnocultura implica uma nova tecnologia perceptiva e mental, e portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com as referências

concretas e com a verdade”. (SODRÉ, 2006:23). Tem a ver com as condições técnicas em que a informação será transmitida, e com os efeitos de real construídos pelas imagens e textos reunidos.

Um terceiro sentido para mediação tem a ver com uma função social do telejornalismo que, por sua enunciação num espaço público de grande alcance, permite a aproximação entre grupos sociais, fazendo com que os anseios e necessidades da população possam ser levados às instâncias de poder público. Esta mediação é particularmente sentida em telejornais locais, onde a população é mais ouvida e encontra espaço para colocar reivindicações.

Para Hall, a maioria dos discursos contemporâneos são, na verdade, discursos sociais midiáticos. Isso significa que o discurso do outro é representado em formatos e gêneros discursivos da própria mídia, como notícias, comentários, editoriais. Ao utilizar um formato discursivo diverso, a mídia traduz o discurso oficial no discurso coloquial, dando popularidade às vozes oficiais. “A tradução do discurso oficial num idioma público não só torna o primeiro mais compreensível ao público, mas também investe o discurso oficial de ressonância popular, colocando-o no nível de compreensão dos mais variados públicos” (HALL, 1978).

Os enunciadores da notícia

“Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige a alguém”. Bakhtin, 1981:35

A televisão é um espaço polifônico por excelência e o telejornalismo não fica atrás. Como já lembrado no capítulo 1 da parte I desta monografia, é pela interação entre todos os falantes que os significados se realizam. O conceito de polifonia foi formulado inicialmente por Bakhtin. Para ele, todo enunciado contém papéis enunciativos distintos, unidos ou não por um sujeito narrador. Estes conceitos foram organizados na Teoria da Polifonia por Ducrot, para quem os enunciados contêm diferentes representações de sujeitos. O autor distingue pelo menos dois tipos de personagens: os enunciadores e os locutores, porque existem enunciados que apresentam uma pluralidade de responsáveis.

Um locutor, para Ducrot, é alguém a quem se deve imputar a responsabilidade por um enunciado. Em enunciados polifônicos, Ducrot afirma que a “representação que se dá na enunciação faz surgir vozes que não são as do locutor. São enunciadores considerados como se expressando através da enunciação. Se eles falam, é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, suas palavras” (DUCROT, 1987: 188).

Este é o caso do jornalismo impresso, onde determinados personagens da notícia são enunciados pelo repórter, por meio de discurso indireto. No telejornalismo, os personagens da notícia são enunciadores responsáveis por suas falas, editadas como parte de um enunciado geral apresentado por um sujeito locutor, seja ele o repórter ou o apresentador do telejornal. O lingüista Eduardo Guimarães caracteriza o locutor como aquele que se representa como *eu* na enunciação, como responsável pela enunciação (GUIMARÃES, 1987). O repórter de telejornal cumpre, no entanto, dois papéis: o de fonte do dizer e o de locutor-enquanto-pessoa.

O repórter é um locutor responsável pelo enunciado, ou seja, pelo texto da reportagem, e pelas vozes enuncadoras que seleciona na sua reportagem. Ele é o autor de um ato de fala que, por sua vez, faz parte de um conjunto maior de enunciados que caracterizam um telejornal. Este é o grande enunciado resultante das práticas produtivas que transformam acontecimentos em relatos organizados em forma de notícias televisivas.

O discurso do telejornalismo apresenta uma interação entre três grandes categorias de participantes: os repórteres (incluindo os apresentadores, âncoras e comentaristas), os telespectadores ou a audiência, e outros participantes como os vários entrevistados nos programas jornalísticos, desde gente do povo a políticos, esportistas e especialistas em várias áreas.

Ao contrário da notícia no jornal, muitas vezes anônima, sem autor declarado, na TV o jornalista “assina” a matéria, seja pela voz em *off* ou mesmo pela passagem ao vivo, editada no decorrer do texto. Neste último caso, o repórter apresenta características gestuais, de entonação, de ênfase em torno de palavras-chaves do seu texto que estabelece uma relação direta com o telespectador. Seja de empatia, de credibilidade ou de descrença com o conteúdo da sua fala. A presença ao vivo,

neste sentido, é sempre performática, ao contrário da voz em *off*, que tende a ser mais neutra, menos incisiva, menos marcante.

Estas características da presença ao vivo do repórter numa matéria agregam ao enunciado as modalidades de fala. Além de fonte do dizer, o repórter é, portanto, também locutor-enquanto-pessoa. É pela noção de *ethos* que se pode compreender a função social do repórter em seu enunciado: “o *ethos* está ligado ao locutor como tal. É como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável” (DUCROT, 1987: 189).

A força persuasiva do *ethos*, na Retórica de Aristóteles, está baseada em dois campos semânticos: um de sentido moral, englobando virtudes e atitudes, e outro de sentido objetivo, representando hábitos, modos, costumes. Estas duas concepções não se excluem e estão presentes em qualquer atividade argumentativa. Para Maingueneau, o *ethos* está na maneira de se exprimir, ou seja, no plano de expressão do locutor. “O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso e não ao indivíduo real” (MAINGUENEAU, apud CHARAUDEAU, 2006: 115).

Se as formas de expressão – o gestual, o tom de voz, a postura, a forma de se vestir e de se mover no espaço social - dependem de um *ethos* particular do orador, nem por isso ele está desvinculado do discurso que lhe dá origem. Seu texto é produzido no interior de uma formação discursiva e sua enunciação se volta para um co-enunciador, que deve ser persuadido ou convencido a adotar o significado dominante que o texto constrói.

Um âncora de telejornal com boa capacidade persuasiva pode obter de imediato a adesão da audiência a um fato narrado. Como uma regra geral adotada na televisão brasileira, âncoras não dão opinião e evitam sinais faciais de acordo ou desacordo com fatos narrados. Se a matéria o permite, podem sorrir ao final da reportagem exibida. Na maioria das vezes, a expressão é reservada. Mais recentemente, e em especial em outras emissoras que não a TV-Globo, repórteres e apresentadores comentam os assuntos e as reportagens, construindo significados explícitos para os acontecimentos em geral.

Mas a capacidade de persuasão está menos no comentário opinativo do que no *ethos* do apresentador. É o conjunto de características pessoais, ou seja, sua

forma de se expressar, sua representação social e sua corporalidade, que lhe conferem credibilidade. E situam o enunciado assim performatizado no interior de um discurso que lhe garante legitimidade. Ou seja, em seu ato de fala, o repórter cumpre uma função discursiva, e só o pode fazer da maneira que faz porque é a instituição jornalística que lhe dá a credibilidade e o aval para isso. Todo enunciado pertence a uma formação discursiva, o “conjunto de regras históricas que determinam as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1996: 103).

Já os participantes das entrevistas, nas notícias ou no estúdio do telejornal, estão livres para dar opiniões, mas estas, em geral, são controladas pelo aparato relacional que se estabelece. As entrevistas em telejornais possuem mecanismos de controle interacional, manifestados pelo *turn-taking* - uma expressão inglesa que significa de quem é a vez de falar. Um desses mecanismos é o controle dos tópicos e as seqüências de perguntas e respostas. O repórter pergunta, e ao entrevistado cabe responder a pergunta em questão. Ele não tem liberdade de falar livremente sobre qualquer tema, mas deve concluir um pensamento sobre um tópico que é o assunto dominante da reportagem. Outro mecanismo é o controle rígido do microfone na mão do repórter.

Por outro lado, entrevistas do gênero “povo fala” – pesquisas aleatórias sobre um determinado assunto, sem características estatísticas de credibilidade – são usadas como estratégias para reforçar um determinado efeito de real. Estes entrevistados populares – apesar de terem suas falas praticamente mutiladas pela edição – são como uma piscadela na realidade, permitindo um efeito emocional pelas pequenas histórias que podem revelar: é o oral puro, sem treino e nem *off*, é o sotaque, a entonação, o riso, a cara do povo, construindo uma relação de identidade que faz com que a notícia transcenda seu caráter informativo e crie sentidos na vida cultural.

As relações e identidades que se estabelecem com a presença de todos estes participantes fazem com que o telejornal seja um espaço onde valores culturais são projetados, para serem ressignificados.

Posições de sujeitos

“Os sujeitos sociais são compelidos a operar em posições de sujeito estabelecidas nos tipos de discurso e, nesse sentido, são passivos. Mas por serem compelidos a estas posições é que se tornam capazes de agir como agentes sociais”. Fairclough, 1989: 39

A noção de sujeito é central na proposta de discurso como prática social, de acordo com a Análise do Discurso Crítica. Se o *ethos* define o estilo de um enunciador, seu jeito de ser, é a sua posição de sujeito no discurso que o define como ser social, cumprindo um papel que, no caso do telejornalismo, é o de ser o autor e o porta-voz das notícias, o produto de uma prática de representação e significação da realidade.

O discurso só é discurso enquanto assumido por um sujeito, que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais, e ainda, como fiador da veracidade do seu texto. Este sujeito, no telejornalismo, seja ele o repórter ou o apresentador, fala pela instituição. Como toda comunicação é dialógica, o discurso do telejornal pressupõe uma interatividade, ou seja, um destinatário que, embora ausente da cena de enunciação, está presente na construção do texto.

Ter um telespectador padrão é a ilusão de quem escreve para TV. Por padrão, se pretende alguém com características sociais de classe média, faixa etária dos 30 a 50 anos, e nível educacional de segundo grau. Obviamente, a faixa de audiência é muito mais ampla e envolve sujeitos sociais diversos. Este telespectador invisível termina por ser presumido no texto, uma expressão usada por Vizeu (2006:38) ao se referir “a um personagem construído na própria produção imaginária dos enunciadores do discurso”, embora revestido de certas marcas de indicadores sociais. O Manual de Telejornalismo da TV Globo destaca que

“Um dos grandes desafios do telejornalismo é a ‘tradução’ de informações técnicas, a apresentação de pacotes econômicos, a decifração de termos financeiros... É preferível sermos tachados de professorais por uma elite de escolarização a não sermos

entendidos por uma massa enorme de telespectadores comuns”.
TV-Globo, Manual de Telejornalismo, 1986, 2001.

Por outro lado, este telespectador não é um simples destinatário passivo da recepção da notícia. Ele é um co-enunciador, um parceiro do discurso, a pessoa que vai completar a interatividade ao formular significados que não são sempre os mesmos previstos no texto original.

O texto do telejornalismo tende a ter um sentido dominante, construído argumentativamente pelo autor, que se apóia em determinados entrevistados, utilizando números, dados estatísticos que reforçam o efeito de verdade da notícia. Muitas vezes, qualifica o acontecimento, atribuindo-lhe adjetivos. Porta-vozes do governo, autoridades e políticos do primeiro escalão têm lugar garantido nas reportagens. Suas falas, muitas vezes, dão origem às cabeças das matérias. O cuidado com a construção do efeito de verdade é reforçado com gráficos feitos em computador para ilustrar o material informativo. Todo este esforço de convencimento tem um alvo: conquistar a adesão do telespectador.

O que separa autor e telespectador, porém, é a divisão que existe entre o mundo público e político do primeiro, e o mundo privado e doméstico do segundo. São contextos diferentes, e como a notícia se insere no mundo oficial, ela está se dirigindo frequentemente, para este mundo. O interlocutor preferencial da notícia na TV é o político, a autoridade, os especialistas, que atuam como co-enunciadores ou sujeitos das falas que procuram explicar os acontecimentos de um ponto de vista das suas instituições de origem. São sujeitos de discursos produzidos em outras práticas sociais, e que, incluídos numa notícia de TV, trazem para o telejornalismo uma característica de interdiscursividade.

O que determina a leitura que o mundo privado faz da notícia será bem diferente da feita pelo mundo oficial. O co-enunciador telespectador é o sujeito da interpretação. É ele que, do seu mundo privado, da sua casa, da sua poltrona, vai ressignificar os acontecimentos, e, a partir daí, vai fazer circular opiniões e novos significados sobre a realidade.

A notícia, enquanto texto produtor de sentido, só se completa com a leitura do telespectador, destinatário final do texto do telejornal. É o leitor que vai completar o efeito de sentido pretendido pela notícia. A circulação de significados – o famoso "decoding" de que fala Hall - é o processo de tradução, por parte dos leitores ou

telespectadores, do discurso da notícia, reelaborando os sentidos para que o circuito da comunicação se complete, transformando-se em práticas sociais. Sem consumo, não há circulação de sentidos. Como afirma Hall, é a decodificação que produz efeito, persuade, entretém, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais (HALL, 1997).

É o telespectador quem vai integrar os sentidos fragmentados das notícias do dia a dia. Uma pequena fala, perdida no meio de uma reportagem, pode suscitar lembranças, memórias, outras estórias, reativando significados perdidos no tempo. Cada telespectador, com seu mundo cultural, sua carga de memória, ao assistir um telejornal vai valorizar determinadas matérias em detrimento de outras, em função dos sentidos que estas matérias podem provocar.

No meu entender, a variedade de significados está na razão direta da variedade de situações sociais vividas pelo telespectador. Neste jogo, a narrativa da imagem na notícia da TV tem o importante papel de abrir polissemicamente a possibilidade de outros significados que não o do texto dominante, e com isso, permitir ao telespectador construir uma nova relação com os poderes constituídos – nas matérias sobre o poder político - e estabelecer um novo controle sobre a própria identidade, colocada em confronto com outras identidades apresentadas no texto jornalístico.

Como afirma Motta, os acontecimentos relatados pelo jornalismo estão imersos em grandes narrativas maiores que recobrem de novos sentidos o fragmentado. “É assim que construímos a nossa realidade, a vida se transforma em arte e a arte se converte em um veículo através do qual a realidade se torna manifesta” (2005). E é assim também que construímos as nossas identidades, a nossa biografia e a nossa história. Menos pelos textos ditos por jornalistas e mais pelos sentidos despertados por imagens da nossa época.

Este capítulo foi dedicado aos processos produtivos da notícia no telejornalismo, que passam pelos elementos multi-modais do texto, constituído por imagens, oralidades e sons, cada um deles com uma sintaxe própria. É esta notícia assim produzida que vai ser o núcleo textual da prática discursiva do telejornalismo, uma prática que se dá numa situação de enunciação tal que estabelece uma interação em tempo real com o telespectador. Analisei também os diversos enunciadores de um telejornal: repórteres e locutores; e co-enunciadores, sujeitos de outros discursos, produzidos em outras práticas sociais, cujas falas são parte

integrante do texto na TV. Estes múltiplos falares dão ao telejornalismo uma característica de interdiscursividade explícita.

Capítulo 7

NOTÍCIA E PRÁTICA CULTURAL

“Já não se cria somente um produto mas, acima de tudo, sua mediação, com derivações secundárias, terciárias, efeitos de infiltração. Aqui interessa o lado sensível do que esta indústria da consciência reproduz e leva às pessoas”. Enzensberger, apud Marcondes Filho, 2000:32

Que espécie de prática social e cultural é o jornalismo, a instituição que foi considerada por Enzensberger uma ‘indústria da consciência’ e não apenas uma indústria de comunicação de massa? Uma atividade que surgiu identificada com ideais políticos em meados do século XIX, e que se transformou em negócio lucrativo nos Estados Unidos com o surgimento da *penny press*, o jornalismo nasceu associado às idéias do Iluminismo, que impôs ao mundo a necessidade de esclarecer as práticas sociais. Numa analogia feita por Paul Virílio (1988), iluminismo significava colocar holofotes em todos os espaços ainda obscuros da vida pública. Esta prática, com o jornalismo, se tornou obstinada e permanente, levando à superexposição de pessoas e acontecimentos.

Com a adoção de princípios democráticos especialmente nos países ocidentais, o jornalismo passou a ser visto como um ‘quarto poder’, legitimando-se como instituição elementar na luta pela liberdade e pela democracia, assumindo alguns princípios como liberdade de opinião e defesa da cidadania. O terceiro presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, chegou a afirmar certa vez que não há democracia sem liberdade de imprensa (apud TRAQUINA, 2004). No pós-guerra no século XX, o jornalismo se consolidou enquanto indústria e entrou na era tecnológica, responsável pela expansão de sistemas de comunicação eletrônica, redes informativas, difusão em larga escala e novos ritmos de produção, um conjunto de mudanças que vai incidir sobre o papel histórico do jornalista enquanto um ‘contador de histórias’.

No seu início, em meados do século XX, o telejornalismo foi uma variante do jornalismo impresso ou do noticiário radiofônico. Num estúdio ao vivo, o apresentador fazia a leitura do noticiário e intercalava filmes, em sua maioria

produzidos sem som, com narrativas em *off*. Com o desenvolvimento tecnológico e com as câmeras de vídeo substituindo as antigas CPs, câmeras portáteis de filmagem, novos recursos foram adicionados à linguagem da TV e, com isso, o telejornalismo evoluiu para um produto televisivo próprio.

Neste capítulo, nosso objetivo é examinar as características do telejornalismo como prática cultural, produtora de significados sobre os acontecimentos do mundo real, seus processos narrativos e os efeitos de sentido produzidos, assim como sua prática na pós-modernidade.

Do que fala a TV?

“A cultura é o conjunto infinito das leituras, das conversas ainda que sob a forma de fragmentos prematuros e mal compreendidos, em resumo é o intertexto, que faz a pressão sobre um trabalho e bate à porta para entrar”. Barthes, 1974.

Para Barthes, cultura é o intertexto, os textos que influenciam cada novo texto. Este tecido de citações, como o chama Barthes, é feito de culturas múltiplas, originando textos variados que conversam entre si. O que dizer da televisão com sua multiplicidade de textos midiáticos? Eles fazem parte da miríade de programas que visam produzir entretenimento, informação, publicidade, dramatização em novelas e seriados, talk-shows e muito falatório em geral.

Uma distinção deve ser feita logo de imediato. Um programa de televisão é uma entidade estável, com limites temporais e formais, produzidos e vendidos em pacotes. Um texto é uma coisa diferente. Programas são produzidos, distribuídos e definidos pela indústria cultural. Textos são o produto dos seus leitores. Um programa só se torna um texto a partir do momento da enunciação, da prática de interação entre produtor e receptor. É neste momento que o texto ativa significados, emoções, valores, identidades, sentidos que variam de acordo com as múltiplas audiências.

Fiske (1997) considera que os textos midiáticos são o lugar de conflito entre as forças da produção e os modos de recepção. Este conflito se expressa pela disputa de significados e pela prática discursiva de dar sentido à experiência social. Ele dá como exemplo um programa de televisão que apresenta padrões de

comportamento de gênero, na família, no lugar de trabalho, na escola. Os diferentes textos do programa cumprem o papel de representar relações sociais. Com isso, telespectadores diferentes construirão sentidos diferentes para o mesmo texto, construindo também sentidos diferentes para a mesma experiência social.

Isto significa que os textos, ou a prática discursiva de um programa de televisão, podem nos construir socialmente, reforçando ou transformando nossas identidades sociais. Os efeitos dos textos são imprevisíveis e mesmo que a produção de um programa tente controlar os sentidos dominantes num dado texto, nada garante que a leitura do telespectador seja unívoca. Como afirma Fiske, a textualidade da televisão é essencialmente intertextual. E isto serve para qualquer programa, incluindo o telejornal.

Uma característica essencial da televisão é, pois, a polissemia ou a multiplicidade de significados. Para esse efeito concorrem os textos televisivos, feitos de falas, imagens, gráficos, artes, no que se convencionou chamar de texto multi-modal. Mas não é só a característica discursiva do texto da TV que produz polissemia. São os processos culturais de representação e significação de relações e identidades sociais que favorecem os múltiplos sentidos.

Para esclarecer melhor de que forma telejornalismo pode ser visto como uma prática cultural, tema deste capítulo, vale lembrar o conceito de cultura (ver capítulo 4) e reforçar a idéia de que cultura consiste em significar nossas experiências sociais e nossas relações sociais. Por isso, a cultura está profundamente inscrita na distribuição diferente de poder numa sociedade. Na cultura, a luta é por significados dominantes, enquanto na sociedade, a luta é por poder.

É nesse sentido que James Carey (1974) fala dos vínculos culturais que o jornalismo possui e vê o jornalismo como uma forma cultural que pode ser compreendida historicamente. Ele defende a idéia de que a imprensa institucionaliza a consciência cultural geral de uma sociedade, considerando as notícias como uma realidade histórica, vinculada tanto a estruturas sociais quanto aos valores culturais que as classes sociais desejam disseminar. Carey lembra que é pela narrativa dramatizada que a notícia dá ao leitor não somente conteúdos mas um modo de vivenciar relações sociais.

Notícia como história do presente

A narrativa enquanto relato organizado dos fatos, em primeiro lugar, nos constitui, enquanto grupo cultural, numa comunidade lingüística, no sentido utilizado por Hans-Georg Gadamer. “O significado que as palavras e as expressões adquiriram em um determinado âmbito histórico-cultural constitui a condição de possibilidade e de guia para qualquer experiência humana” (GADAMER, apud RICOEUR, 1990).

Narrativas são situadas histórica e culturalmente. São próprias de um determinado grupo cultural, uma comunidade lingüística, no sentido de que é pela palavra, pelo uso da linguagem, que esta comunidade constrói a própria história, significa as suas instituições sociais e econômicas, cria identidades para os seus indivíduos.

E qual é o papel da notícia da TV enquanto narrativa cultural? Gonzaga Motta afirma que a narrativa jornalística vai ao encontro do que alguns historiadores têm chamado de **história do presente**. Uma história que parte do pressuposto de que percebemos e construímos o sentido do presente como uma história do passado, como uma continuidade entre o que está acontecendo com o que acabou de acontecer. É assim uma história imediata, que não para de se mover. Passamos, como bem acentua Motta, a viver sob o signo do acontecimento e de seus ecos.

Ao recompor os significados profundos das narrativas jornalísticas – que não cessam de tornar o presente inteligível à luz do passado, ligando os fios dos significados culturais que nos identificam enquanto comunidade histórica – é que se rearticulam os sentidos da nossa vida cotidiana e pública, uma vez que o telejornalismo especialmente é este imenso espaço público de circulação dos acontecimentos e dos seus sentidos. O noticiário da televisão é, portanto, uma metanarrativa do nosso presente, cuja trama nos liga à nossa história e ao nosso passado enquanto povo e nação.

Temporalidade como característica cultural

O pesquisador Carlos Franciscato (2006), ao analisar aspectos da temporalidade no jornalismo, destacou cinco fenômenos que caracterizam a atividade jornalística, propondo cinco categorias que descrevem estes fenômenos.

São elas a instantaneidade, a simultaneidade, a periodicidade, a novidade e a revelação pública. Estas categorias são, na realidade, elementos de uma prática cultural que permite afirmar que o jornalismo em geral e sua vertente televisiva, o telejornalismo, constroem a narrativa do presente.

A *instantaneidade* refere-se ao mínimo espaço de tempo entre a ocorrência de um evento e sua transmissão e recepção pelo público. Para alcançá-la, as emissoras de televisão investem em processos de aceleração da produção, da transmissão e da distribuição da notícia que permitem produzir um relato o mais próximo possível do acontecimento. Quanto maior a capacidade tecnológica, maior é a construção simbólica da instantaneidade.

Segundo Franciscato (2006), a instantaneidade tem duas principais referências: uma é a materialidade física da atividade jornalística, relacionada aos processos de transmissão e distribuição da notícia, acelerados pelas permanentes atualizações tecnológicas do Rádio e da TV; a outra dimensão é sócio-cultural: a instantaneidade como prática cultural, que envolve hoje processos globalizados de transmissão ao vivo, promovendo uma informação em tempo real e permanente, em nível planetário.

A instantaneidade, por sua vez, vai permitir o surgimento de outra característica: a *simultaneidade*. A simultaneidade se manifesta por meio de uma vivência comum e concomitante da informação entre grupos cada vez mais amplos. A possibilidade de se informar ao mesmo tempo, independente das distâncias espaciais, fez expandir o número de pessoas lendo e discutindo versões diferentes das mesmas notícias.

É a compressão espaço-tempo, de que fala Harvey (ver capítulo 4), que se acentua transformando a televisão numa grande janela para o mundo. Categorias mediadoras da experiência humana, tempo e espaço são conceitos básicos para a interpretação do mundo. Marc Augé (2006) fala da sensação de encolhimento do mundo pela rapidez com que o tempo aniquila o espaço. Segundo ele, as tecnologias da comunicação colocam territórios em contato em tempo real, o que produz o efeito de simultaneidade de espaços, acarretando conseqüências culturais, de deslocamento do local pelo global.

Uma dessas conseqüências é a da dificuldade de se pensar o tempo devido à superabundância factual do mundo contemporâneo. Este excesso de acontecimentos atravancam, uma expressão de Augé, tanto o tempo presente quanto o passado

próximo. Ou seja, vivemos em espaços diferentes mas num tempo onde os espaços e os tempos se entrecruzam, o que acarreta a dificuldade de conectar a memória coletiva dos acontecimentos - uma característica cultural que se realiza no espaço territorial - com este tempo e espaço globalizados.

Na televisão, as novas tecnologias ampliam a sensação de estar em dois lugares ao mesmo tempo, e constroem o efeito de sentido pelo qual o telejornal parece transportar o telespectador para o tempo do evento. Por outro lado, as coberturas ao vivo permitem ter acesso em tempo real aos acontecimentos e são um exemplo prático da simultaneidade da presença jornalística e sua mediação.

Outro aspecto dos efeitos da simultaneidade é a forma como ela contribui para fixar a concepção de nação como uma comunidade imaginada. Na Idade Moderna, afirma Franciscato citando Anderson, a noção de simultaneidade está ligada a uma coincidência temporal medida por relógios e calendários. A leitura de jornais possibilitou, por sua vez, uma simultaneidade de práticas de leitura, reflexão e discussão sobre conteúdos comuns que ajudaram na consolidação do sentimento de nacionalidade (ANDERSON, apud FRANCISCATO, 2006).

Segundo Franciscato, os jornais criaram novos laços de simultaneidade, especialmente a partir da periodicidade diária, criando uma cerimônia de leitura executada diariamente e simultaneamente por milhares de pessoas. Transpondo a análise para o universo da televisão, é possível afirmar que é pela audiência de telejornais que se dá, em grande parte, o compartilhamento da informação.

O telespectador, isolado no grupo familiar, ao assistir em sua casa às notícias do país e do mundo pela televisão, tem a confirmação de que pertence a uma comunidade imaginada que está visivelmente enraizada na vida cotidiana de uma nação. Anderson (1991) usa o termo “cerimônia de massa” quando se refere a uma leitura realizada simultaneamente por um público amplo, leitura que vai possibilitar que inúmeras ações, personagens e acontecimentos sejam interpretados, definidos ou questionados, por meio de discussões no lar ou em público. É um ato que ganha sentido não somente pela busca individual de conhecimento sobre assuntos diversos mas porque ele leva as pessoas a se sentirem integradas em uma comunidade.

Com a globalização, o enraizamento numa nação de que fala Anderson perde força e o sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada se expande. A identificação se dá no espaço mais amplo do globo terrestre. O lugar territorial, onde construímos relações sociais, identidades e a nossa história, cede espaço para

um lugar imaginado onde novos laços se formam com novos vizinhos, novos povos.

O novo na narrativa jornalística

Uma das conseqüências da instantaneidade e da simultaneidade da informação jornalística é a do surgimento de um valor cultural da notícia, que é a novidade. É uma categoria que tem a ver com a narrativa de tempo presente da prática jornalística. É a informação que ainda não foi relatada porque não aconteceu no passado mas no aqui e agora.

Novo pode ser definido como o que tem pouco tempo de existência. Num sentido mais jornalístico, novo é também o que é visto ou conhecido publicamente pela primeira vez, o que é original, inédito. Para corresponder a uma expectativa social pelo novo, o jornalismo opera certas ênfases ou privilegia aspectos de um evento que possam ser afirmados como novidade.

Segundo Lage (2001), a raridade de um acontecimento é fator essencial para o interesse que desperta. Ele lembra que o grau de novidade depende do nível de conhecimento dos leitores em geral. Um exemplo é o da chegada do homem à lua, considerada provável por alguém atualizado em ciência, espantosa para o indivíduo medianamente informado e sem interesse para o indígena, que não tem informação sobre a distância entre a terra e a lua e acredita que se chega ao satélite por um simples avião.

Uma das características da novidade em jornalismo é o seu grau de improbabilidade. O que é muito provável que aconteça no dia-a-dia de uma comunidade tem pouca força como notícia. Não chega a ser novidade. Por outro lado, fatos como catástrofes não esperadas e nem anunciadas garantem as manchetes de jornais e telejornais. Lage (1991) classifica estas probabilidades quanto ao valor de notícia como:

- o fato inevitável – previsibilidade cem por cento e quase zero por cento de valor de notícia;
- o fato provável – previsibilidade razoável e valor de notícia também razoável.
- o fato improvável – sua importância noticiosa é grande, mas sua previsibilidade é pequena.
- o fato de extrema improbabilidade – o que é de grande raridade.

Existem nuances nestes níveis de valor-notícia. Independente do grau de probabilidade do fato, o interesse noticioso se apóia na pessoa envolvida. Personalidades como as celebridades, os políticos, os atletas, os artistas populares estão sempre em destaque no noticiário, pouco importando o que fazem. São os chamados olímpianos, um termo cunhado por Morin (1967), que têm um peso especial na construção simbólica do novo na notícia.

É interessante perceber que o novo de hoje será o fato já conhecido de ontem. E realimentado ou renovado no futuro. O novo não é uma entidade isolada na prática jornalística mas sua função é organizar um sentido de continuidade, de narrativa que se monta por episódios. A cada novo fato se buscam as similaridades, as conexões com os acontecimentos do passado, se fazem previsões para o futuro. Esta continuidade é alimentada pela prática a partir de quadros de significação que dão sentido específico para as novidades.

A periodicidade desenvolve padrões de lembrança e envolvimento ativo dos leitores nos eventos. Para Franciscato, a periodicidade tornou-se um modo de ordenar o tempo social, com criação de formas, práticas e processos sociais materiais ou simbólicos. A periodicidade estimula a criação de rotinas e relações de produção internas à organização jornalística. Por outro lado, pode levar a uma distorção se sujeitada a regras de mercado, levando a práticas como a de realimentar as novidades criando desdobramentos dos temas, sempre que o assunto significar mais venda de jornais, ou mais audiência para o telejornal.

O acontecimento fragmentado

A rotina de continuidade buscada por jornais e telejornais pode ser considerada uma estratégia mercadológica e não deve ser vista como uma divisão positivista entre passado e presente, refutada pelos historiadores que se dedicam à história do presente. Por outro lado, como acentua Motta, “a história do presente parte do pressuposto de que percebemos e construímos o sentido do presente como uma história do passado, como uma continuidade entre o que está acontecendo com o que acabou de acontecer. Uma história que não para de mover-se” (MOTTA, 2005: 29).

Isto significa viver sob o signo do acontecimento, dando ao presente um sentido histórico. Não mais o acontecimento objetivo, imutável, marcado por datas, fatos

congelados nos livros de história, mas o acontecimento no seu dinamismo e com sua inserção na contemporaneidade. Formador do acontecimento, o jornalista é o historiador e o antropólogo da atualidade. É ele que dá inteligibilidade aos acontecimentos, fazendo com que adquiram significação.

Uma característica dos acontecimentos narrados pelos jornais e telejornais é a da fragmentação, como um seriado que se desenvolve por meio de episódios que se sucedem. Ao contrário de uma narrativa literária, com começo, meio e fim, no jornalismo a narrativa não tem finitude. “Os acontecimentos relatados dia após dia pelo jornalista estão imersos em grandes narrativas, que recobrem de novos sentidos a aparente fragmentação do acontecimento”. (MOTTA, 2005: 32).

O desdobramento de um fato se dá por meio de episódios que formam uma metanarrativa que, por sua vez, dá sentido à história do presente. Um elemento estruturador fundamental de qualquer narrativa, o que não exclui a narrativa jornalística, é a noção de conflito. Ele instaura o novo, a ruptura, o interesse contraditório envolvido na história de cada notícia. “Um conflito ocorre quando as partes se encontram em desacordo em relação à distribuição de recursos materiais e simbólicos e atuam movidas por uma profunda divergência de interesses” (ROSS, apud MOTTA, 2005: 41).

Neste sentido, os acontecimentos jornalísticos envolvem conflitos que podem ser de caráter econômico, político, ideológico, religioso, ou envolvendo disputas territoriais entre grupos locais. No jornalismo, estes conflitos permanecem na dependência dos fatos. Eles mantêm as dúvidas, criam o efeito de retardamento, geram ansiedade. São responsáveis pela continuidade da cobertura jornalística, que pode durar dias, semanas e até meses.

Nem sempre há um desenlace. Muitas vezes, um determinado acontecimento deixa de ser notícia, por não apresentar nenhum fato novo e acaba caindo no esquecimento. No entanto, será trazido à tona sempre que surgir uma novidade. Este tipo de narrativa jornalística pode deixar em suspenso o desenlace de notícias sobre corrupção, sobre crimes em geral, porque dependem de um processo judicial que anda mais devagar do que a notícia.

Ordens de significação da notícia

Se a notícia é o relato primeiro, ou o ponto de partida para a construção de determinados significados sobre acontecimentos, é no campo da narrativa como prática cultural que podemos compreender melhor o Jornalismo. É o encadeamento dos diversos relatos, produzidos diariamente, que vai construir uma visão coerente e organizada do nosso mundo.

Enquanto narrativa, a notícia diária dos nossos jornais e telejornais pode ser analisada nas três ordens de significação propostas por Barthes (1984) na obra *Elementos de Semiologia*. A primeira ordem é a do signo no sentido em si mesmo, ou no nível de significação dos fatos relatados (o significado primeiro, ou denotativo). A segunda ordem nos remete ao conjunto completo de significados culturais que derivam do uso e valorização que uma sociedade faz dos fatos (as conotações a que os fatos nos remetem). A terceira ordem de significação envolve uma ampla visão cultural do mundo.

Esta terceira ordem de significação é o que Barthes chama de “mitos”. São os significados comungados por todos os membros de uma dada cultura, refletindo os princípios mais amplos pelos quais uma cultura organiza e interpreta a realidade. Os mitos operam como estruturas organizadas dentro de uma área de intersubjetividade cultural. São as narrativas sobre nós mesmos, de que fala Geertz, as histórias que contamos sobre nossas identidades, nossos costumes, nossos valores.

Para dar um exemplo concreto, podemos observar uma notícia de telejornal sobre uma invasão de um morro carioca pela polícia. A primeira leitura nos mostra as imagens denotativas da subida dos policiais armados, uma leitura superficial do que foi filmado. Num segundo nível de leitura, a da conotação, vamos “ler” estas imagens identificando valores, atitudes, emoções – o medo dos moradores, a violência como uma característica da ação policial, valores sobre o viver na favela. Os ângulos de câmera, a iluminação, sonoplastia, cortes e closes são elementos do código visual que nos ajudam a interpretar conotativamente as imagens.

No terceiro nível de leitura, o dos mitos, a notícia desencadeia a reflexão sobre o problema da violência, a questão do tráfico de drogas, os conflitos sociais, posicionando-nos como pessoas de uma cultura contemporânea. É neste nível que o Jornalismo se torna uma grande narrativa sobre nós mesmos, desencadeando,

reafirmando e reestruturando nossos sistemas de significação enquanto grupo cultural.

Metanarrativa: a memória do acontecimento

O terceiro nível de significação de uma notícia compreende um outro plano de conflitos para o qual Motta chama a atenção. É o plano da estrutura de fundo, que tanto pode aparecer logo no início do acontecimento como somente depois do epílogo. Estes conflitos são de ordem moral, ética ou filosófica, ainda que possam apresentar aspectos políticos ou ideológicos. “É o pano de fundo sobre o qual se desenvolvem as histórias que narram fábulas, as categorias mitológicas, matrizes de nossa historiografia, nossa literatura, nossa ciência e o nosso jornalismo”. (MOTTA, 2005:43).

A realidade social é o referente onde os fatos se sucedem, mas opera como o lugar onde se reconfigura um novo discurso, integrando os novos acontecimentos aos sentidos pré-existentes. Motta lembra que recompor as significações mais profundas das narrativas jornalísticas como metanarrativas é fazer a história do presente. É recompor os liames do presente com o passado. É esta compreensão histórica, temporal e causal que vai dar consistência significativa às narrativas dos acontecimentos jornalísticos.

A metanarrativa é ativada porque o acontecimento jornalístico é sempre envolvente, apresenta dilemas que solicitam o nosso posicionamento como seres sociais e morais. É desafiador porque cria a urgência da solução, da reconstituição da ordem interrompida, e nos remete imediatamente a nossos valores, nossa moral, nossa ética, nossas ideologias. É por meio da metanarrativa que o telejornalismo, enquanto prática cultural, estabelece relações com outras instituições sociais, e reelabora novos significados para as suas práticas.

Uma chave para se entender a metanarrativa está no conceito de “inscrição”, uma feliz expressão de Paul Ricoeur. Ou seja, textos não são apenas palavras sobre o papel, como bem lembra Geertz (1999), mas são escritos como discurso, ou como ação de fixação de significados. O que foi dito, e não o dizer, permanece. No caso do telejornalismo, a inscrição se dá também por meio da fita gravada, seja de uma reportagem seja do próprio telejornal, transformando-se no arquivo do acontecimento. Assim, temos este processo de inscrição dos eventos ou

acontecimentos, fixando sentidos que, para a cultura, são comportamentos, valores, atitudes.

Pelo efeito de recompor os significados profundos das narrativas jornalísticas – ligando os fios dos significados culturais que nos identificam enquanto comunidade histórica – a metanarrativa rearticula os sentidos da nossa vida cotidiana e pública, uma vez que o jornalismo, e em especial o telejornalismo, é este imenso espaço público de circulação dos acontecimentos e dos seus sentidos. Vale reafirmar que o jornalismo e sua vertente televisiva, o telejornalismo, é, portanto, uma metanarrativa do nosso presente, cuja trama nos liga à nossa história e ao nosso passado enquanto povo e nação.

Telejornalismo na modernidade tardia

Neste percurso teórico que situa a notícia enquanto prática discursiva com efeitos na vida social e cultural, é preciso verificar em que condições sociais e históricas se dá a prática do telejornalismo hoje. Em primeiro lugar, o jornalismo como uma “história do presente”, no dizer de Motta, se realiza em condições nas quais as características da modernidade são substituídas por outros modos de vida que vêm sendo chamados de pós-modernidade ou modernidade tardia.

A modernidade pode ser caracterizada por dois modelos representacionais básicos para a sociedade: ou ela forma um conjunto funcional, na concepção de Talcott Parsons, ou ela vive sob o império do conflito de classe ou da dialética, segundo a corrente marxista. Estas duas grandes narrativas da modernidade se dividiram em duas visões de mundo: 1- o projeto de organizar o sistema no sentido da estabilidade e do crescimento econômico, sob a égide do Estado de bem-estar social; 2 – uma visão crítica, nascida dos conflitos que acompanharam o desenvolvimento capitalista, dando origem aos sistemas socialistas.

No sentido da infra-estrutura produtiva, o modernismo começou por volta de 1900, um tempo que vivenciou grandes inovações tecnológicas, representado pela segunda onda da Revolução Industrial, criando condições para o surgimento dos meios de comunicação de massa e de entretenimento, como o gramofone, o cinema, a publicidade e o jornalismo.

Com o aprofundamento do desenvolvimento capitalista e a emergência da globalização, a perspectiva pós-moderna anunciou o fim das grandes narrativas – o

funcionalismo e o marxismo como formas de organização social. Lyotard definiu a condição pós-moderna como o ceticismo frente a todas as metanarrativas, assim chamando todas as verdades supostamente universais e absolutas sobre a vida social, aí incluindo “a emancipação da humanidade pelos trabalhadores”, postulada por Marx, “a emancipação pela riqueza”, defendida por Adam Smith, “a evolução da vida” ou a explicação do mundo pela genética e pelo DNA, um sonho de Darwin, ou ainda “a libertação pelo conhecimento do eu”, proposta por Freud. A todas estas grandes narrativas que pretendem explicar o homem no mundo de uma forma total, num hiper-racionalismo modernista, o pós-modernismo opõe a dúvida, o relativismo. (LYOTARD, 1979).

Este relativismo geral produz mudanças de profundidade na percepção e no sentido das identidades. Habermas lamenta a falta de um centro estável de auto-reflexão, porque as identidades coletivas estão submetidas à oscilação no fluxo das interpretações, e Hall concorda que “um tipo novo de mudança estrutural está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, etnia, raça e nacionalidade, que no passado nos tinham proporcionado sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 1999).

Martin-Barbero examina o processo de construção de identidades no mundo atual falando das mutações e mobilidades. “Até pouco tempo, falar de identidade era falar de raízes, isto é, de costumes e território, de tempo longo e de memória simbolicamente densa. Hoje, implica falar de redes e de fluxos, de instantaneidade e fluidez. Assim, a diversidade cultural se faz interculturalidade nos territórios e nas memórias, resiste e interage com a globalização” (MARTIN-BARBERO, 2006).

Esta prática de construção de identidades se dá na narrativa. Não há identidade cultural que não seja contada, como lembra Bhabha. Se hoje temos acesso à pluralidade das culturas do mundo pelas narrativas das redes de informação, especialmente pelo noticiário televisivo, e pela mediação realizada pelas imagens produzidas em nível mundial e nacional, uma das conseqüências desta multi-narrativa é uma nova concepção de cidadania. Barbero defende que as identidades/cidadanias modernas se construam na negociação do reconhecimento pelos outros. “Como acolher as múltiplas figuras da diversidade cultural se não por uma política de extensão de valores universais a todos os setores da população que têm vivido fora desses direitos?”, pergunta Barbero.

Esta questão produz uma problematização para as identidades nacionais, tema desta monografia. De que forma elas resistem e se reafirmam diante da globalização crescente? É um dos pontos principais: como as identidades nacionais se transformam, incorporando aos mitos do passado as novas reflexões suscitadas no presente?

Ulrich Beck, o sociólogo alemão que criou a categoria de “sociedade de risco”, considera que o fenômeno da globalização faz com que a sociedade, em diferentes níveis e em diferentes lugares, se volte para a percepção crescente das suas limitações, gerando com isso uma ‘modernização reflexiva’. O argumento básico é que, enquanto na clássica sociedade industrial a lógica da produção de riqueza dominava a lógica dos riscos, na sociedade de risco a reflexão se dá sobre os riscos e conseqüências da modernização: as identidades fragmentadas, as ameaças ao meio-ambiente, à sobrevivência dos seres vivos, à saúde do ser humano, o desemprego e outras conseqüências econômicas de uma exploração sem limites das reservas naturais.

Acredito que é nesta sociedade de risco, ou modernidade tardia como alguns chamam, que o Jornalismo, e especialmente o Telejornalismo, se tornam uma prática de expor, refletir e fazer circular significados e reflexões sobre as contradições da modernidade. Os riscos a que todos estamos expostos, de acordo com Beck (1994), produzem novas desigualdades internacionais, primeiro entre os países emergentes e os Estados industriais e segundo, entre os próprios Estados industriais. Como uma prática discursiva de construção de significados, cabe ao Jornalismo, neste começo de terceiro milênio, ampliar o conhecimento sobre a modernidade. Longe de considerar a atividade jornalística ameaçada pela pós-modernidade, considero que ela é o grande espaço público onde esta reflexão, sobre o nosso tempo e as nossas práticas econômicas e sociais, já está se dando.

Neste capítulo, desenvolvi o argumento do telejornalismo como uma prática cultural da pós-modernidade, caracterizada por elementos da notícia como instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. Estas categorias transformam o telejornalismo numa prática cultural que constrói a narrativa do presente, recompondo os liames do presente com o passado. É esta compreensão histórica, temporal e causal que vai dar consistência significativa às narrativas dos acontecimentos jornalísticos na televisão, um espaço público de alta

densidade de circulação de sentidos e, por isso mesmo, capaz de gerar uma reflexão permanente de identidades e saberes.

PARTE III
CAMINHOS METODOLÓGICOS

Capítulo 8

INTEGRANDO NARRATIVA E DISCURSO

Com a revisão da literatura, desenvolvida na Parte I deste trabalho, seguida da conceituação da realidade a ser observada, no caso o telejornalismo - seus processos produtivos, seu campo enunciativo e seus enunciadores -, o que foi feito na Parte II da tese, chega a vez da definição do caminho metodológico e das categorias de análise necessárias a uma maior compreensão do objeto pesquisado.

Tomando por base os conceitos teóricos já desenvolvidos nas Partes I e II, é necessário agora definir o meu objeto de estudo: de que forma uma notícia de telejornal, com sua prática discursiva, pode construir sentidos e recompor uma narrativa sobre a identidade nacional. Para elaborar o caminho capaz de dar conta das particularidades deste objeto de estudo, o segundo passo é o de categorizar a análise.

“Categorização consiste na organização dos dados através de categorias descritivas de análise, de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles”. GIL, 2002:134

Categorias de análise são formulações abstratas (GOLDEMBERG, 2003) elaboradas com a finalidade de definir e descrever realidades ou objetos. É uma construção teórica e, como tal, é um sistema cujos eixos são os conceitos e as próprias categorias. Ambos são duas formas de abstração indispensáveis no processo de produção do conhecimento. Como parte do sistema teórico, as categorias analíticas têm por finalidade operacionalizar os conceitos teóricos que definem o objeto de estudo.

No caso deste trabalho, são dois os eixos conceituais em torno dos quais devem ser formuladas as categorias de análise: discurso e narrativa. Logo de saída, uma dificuldade na formulação das categorias é a de concatenar os elementos da narrativa com as especificidades discursivas a serem examinadas no objeto de estudo. Se, de um lado, o objeto de estudo envolve uma prática discursiva e social, que é o telejornalismo com sua rotina produtiva específica de representação e significação da realidade, por outro lado, a realidade recriada vai compor uma

história por meio da qual associamos fatos, causas e conseqüências, relacionamos atitudes, costumes, valores, e terminamos por elaborar uma narrativa da realidade.

Considerando que as narrativas são formas de relações que se estabelecem no interior da cultura entre diferentes personagens e seus interesses, é importante observar que elas se expressam por meio de estratégias e intenções textuais, marcadas por um processo discursivo cujo campo de enunciação se dá no espaço público e cujos processos produtivos transformam acontecimentos e fatos em notícias. No meu entender, portanto, para chegar à narrativa de um acontecimento, não se pode prescindir de investigar o campo discursivo responsável pelos significados em circulação.

Com o objetivo de procurar uma integração entre discurso e narrativa, pretendo adotar uma metodologia que, partindo de uma divisão analítica entre categorias discursivas e categorias narrativas, leve a uma maior compreensão do objeto estudado. Esta integração metodológica leva em conta que narrativas e discursos são formas de olhar a linguagem, e de como ela é usada no telejornalismo para construir e fazer circular idéias e estabelecer identidades.

Como linguagem, a notícia é uma prática, ou seja, um discurso que, longe de refletir de forma neutra a realidade, intervém no que se convencionou chamar de ‘construção social da realidade’. Ao fazê-lo, coloca em funcionamento a memória narrativa, trazendo à tona os sentidos que recompõem as identidades, os costumes, e reafirmam os valores culturais. O texto do telejornalismo é, portanto, o ‘corpus’ empírico cujo estudo vai permitir perceber a atividade discursiva e narrativa da linguagem. Para efeito analítico, pretendo seguir as etapas de análise da narrativa, incluindo em cada uma delas categorias de análise discursiva sempre que necessário.

Instâncias e dimensões da análise da narrativa

Narrativas são estórias que construímos sobre nós mesmos e sobre o mundo em que vivemos. No jornalismo, como no telejornalismo, são acontecimentos que têm uma duração prolongada, e a cobertura diária da evolução dos fatos são capítulos de uma narrativa ampla sobre o tema e os significados ou mudanças que pode provocar na sociedade. Os assuntos permanecem em foco sempre que uma informação nova, ou um outro acontecimento, pode se juntar ao tema principal para

acrescentar detalhes, expor outras versões, refazer itinerários, produzir esclarecimentos.

A análise da narrativa jornalística permite compreender como se integram os sentidos fragmentados das notícias do dia a dia, para juntar o que a dinâmica da atividade jornalística separou. É pela análise da narrativa que são remontadas as conexões, recuperando o anterior para reuni-lo ao posterior, para tecer os fios e recuperar a expansão da história. Só a análise da narrativa permite integrar as unidades e orientar a compreensão dos elementos descontínuos, recriando as isotopias que integram o heterogêneo em um todo homogêneo (GREIMAS, apud MOTTA, 2005).

A atividade analítica vai recuperar a seqüência horizontal do suceder lógico-temporal da história, mas permite também fazer uma leitura vertical entre os sentidos unitários das seqüências com suas significações mais profundas, de acordo com Gonzaga Motta, para quem os acontecimentos relatados pelo jornalismo estão imersos em grandes narrativas maiores que recobrem de novos sentidos o fragmentado (2007).

Toda narrativa se baseia em conflitos a serem solucionados ou esclarecidos por personagens diferentes. O conflito, conforme explica Motta (2007), é o núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa. Ele abre espaço para novas ações, seqüências e episódios, e geram expectativas em torno do desenlace de uma história que ajudam a manter o interesse do ouvinte ou espectador. Na narrativa do telejornal, o conflito irrompe com a quebra da normalidade que caracteriza o acontecimento jornalístico. É o novo, a anormalidade, o drama, a transgressão, apresentados em suas dimensões imagéticas, que acentuam os aspectos dramáticos ou dramatizados da trama.

Qual é, portanto, a função do analista que escolhe analisar um noticiário televisivo por meio da análise da narrativa? Seu objetivo principal é recompor o caminho narrativo de um noticiário de telejornal através dos seus vários episódios ou capítulos, mostrando os fios que ligam o noticiário a um enredo maior, a uma síntese narrativa nova que se insere numa memória discursiva e cultural.

O ponto de partida da análise da narrativa é a representação textual de um acontecimento, que é o texto da notícia, e a análise se dá em três instâncias, interconectadas: o plano de expressão, o plano da história ou conteúdo, e o plano da metanarrativa. No plano da expressão, que é o plano da superfície do texto, em que

se constrói o enunciado narrativo, podem-se analisar as estruturas textuais e a identificação de personagens, ações e conflitos. Numa primeira etapa, uma análise da macro-estrutura da narrativa vai unir os episódios e permitir a verificação de como o conflito se desenvolve. A segunda etapa do plano de expressão se volta para a micro-estrutura da narrativa, com seus elementos textuais.

Já no plano da história, a análise busca identificar os significados em torno de uma realidade, produzidos por meio de ações temporais e causais desempenhadas por personagens sociais. E, por último, no plano da metanarrativa, a análise se volta para a compreensão profunda dos significados culturais envolvendo o fato em si e como ele se insere numa história do presente.

Do ponto de vista da análise do discurso, estas três etapas correspondem às três dimensões propostas pela Teoria Social do discurso, que são: a) a descrição, que permite a investigação de aspectos lingüísticos dos textos; b) a interpretação, que é a investigação da prática discursiva, ou de como os textos são recursos no processo de interpretação sobre os efeitos de sentidos; c) a explicação, que é a investigação da relação do texto com seu contexto sócio-histórico, ou seja, a análise do discurso como prática social (MAGALHÃES, 2000).

Assim, as etapas de análise da narrativa aqui propostas vão integrar as dimensões de análise do discurso para um maior relacionamento do material empírico enquanto prática social e enquanto prática cultural. Como procedimentos analíticos, estas dimensões e etapas são apresentadas separadamente, mas se interconectam ao longo da análise.

O Plano da Expressão no Telejornalismo

“Na medida em que as sociedades possuem seu próprio regime de verdade, trata-se de reconstituir uma verdade produzida pela história, ou seja, os tipos de discurso que elas acolhem e fazem funcionar como verdadeiros, as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que têm o poder de dizer aquilo que funciona como verdadeiro”.
Foucault, 2005:86.

O plano de expressão é o plano da superfície do texto em que se constrói o enunciado. É o plano em que o texto se apresenta como unidade discursiva, que possui marcas e pistas que o identificam como uma prática social de narrar a realidade. A emergência do texto se dá a partir de uma formação discursiva específica, como é a do telejornalismo. Este texto, resultado de um processo de produção específico, possui características de texto semiótico que incorpora oralidades e imagens, próprias da notícia da TV.

Como texto semiótico, também conhecido como texto multi-modal por suas diferentes formas de expressão, ele requer um tipo de análise que privilegie o conjunto e a coesão entre as partes. Como gênero narrativo, o texto do telejornal pode ser examinado, nesta primeira etapa, por meio de três categorias analíticas que permitem identificar os elementos da história narrada: o tema, os personagens, os conflitos, as ações.

Do ponto de vista da análise do discurso crítica (FAIRCLOUGH, 2003), o texto do telejornal é uma unidade de análise que, numa primeira etapa, deve ser considerado em sua dimensão textual, onde se buscarão as pistas para as suas características discursivas. Estas pistas permitem identificar a formação discursiva própria do telejornalismo e a sua relação com outros discursos. O telejornalismo é uma ordem do discurso que traz para dentro de si a alteridade, ao relatar outras vozes, com as quais o texto da notícia estabelece uma intertextualidade. A importância da noção de ordem discursiva para a análise do discurso é bem esclarecida por Eni Orlandi (1992):

“As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores”. Orlandi, 1999:42.

Esta preocupação com o interdiscurso aproxima a análise de discurso francesa da linha anglo-saxã, que tem em Fairclough o seu expoente. Ambas as linhas rejeitam a análise lingüística baseada unicamente em produtos textuais dissociados

dos seus processos sociais. Uma orientação formulada por Maingueneau (1987) permite tratar de forma discursiva a análise textual. Segundo ele, deve-se fundamentar a abordagem sobre procedimentos de análise morfossintática e lexical associados aos estudos dos fenômenos enunciativos.

É uma orientação que nos leva a uma perspectiva lingüístico-enunciativa como primeiro passo para a análise. A fase inicial de descrição da análise do discurso se volta, assim, para uma materialidade lingüística representada por seqüências de reportagens de TV a serem examinadas de acordo com as seguintes categorias adaptadas ao estudo de um texto multi-modal. São elas:

Estrutura textual e construção sintática;

Coesão imagem e fala;

Função referencial;

Nominalizações e neologismos;

Função interpessoal;

Tema e personagens.

Esta última categoria será examinada na análise macro-estrutural da narrativa, onde proponho um quadro temático, relacionando os temas que surgem nos vários episódios da narrativa em exame. Esta primeira análise vai permitir a identificação de personagens e temas em conflito, uma idéia central em torno da qual se desenvolve a narrativa jornalística.

A- Estrutura textual e construção sintática

A estrutura textual, assim como a sua morfossintaxe, são os elementos lingüísticos da notícia na TV e sua descrição permite observar como constituem o discurso, instituindo regularidades de construção e enunciação que configuram uma ordem discursiva própria do telejornalismo como prática social.

Como parte da categoria geral de discurso midiático, o texto do telejornal pode se apresentar com diferentes gêneros discursivos. O tipo mais comum pode ser classificado como *hardnews*, ou seja, os fatos de última hora, ou acontecimentos do dia, apresentados de forma mais descritivo-informativa, e que diferem das *softnews stories*, que são as reportagens mais humanas, mais leves, mais do gênero 'features'.

A estrutura textual do gênero televisivo *hardnews* é, em geral, a mesma: o núcleo da informação parte de uma manchete e um parágrafo inicial com os principais elementos da notícia, seguido de novos parágrafos que completam a informação e que incluem falas e vozes tanto do mundo oficial como do mundo privado.

Uma propriedade organizacional tanto das *hardnews* como das *softnews* é a sua constituição por dois códigos de representação: o imagético e o verbal. São representações que envolvem signos diferentes: o icônico, no material filmado, e o simbólico, que é a palavra. Uma característica importante do signo verbal é a de que é um texto escrito para ser falado. Ou seja, é um texto que tem as características do texto escrito e as do texto oral. Existem aspectos de oralidade como certas repetições de palavras, maior informalidade, uso de vocábulos mais comuns, e, ao mesmo tempo, é uma construção de texto escrito, com a racionalidade e coerência com que representa os fatos que envolvem um acontecimento.

Outro aspecto do texto do telejornal é a intensa repetição informativa. Como destaca Motta (2005), no jornalismo é muito comum o uso de flashbacks ou analepses, que procuram situar as personagens e as ocorrências. Na televisão, isso é feito ora com a repetição de imagens, ora pela coesão narrativa, mantida através do processo de recontar os acontecimentos. Esta repetição faz a ponte entre os vários episódios de uma mesma narrativa jornalística, rememorando o fato para o telespectador.

Gramaticalmente, o texto é declarativo, em oposição ao interrogativo ou imperativo, e utiliza os dêiticos temporais, marcando muito a atualidade dos fatos pelo uso de expressões como: hoje, daqui a pouco, nos próximos dias, na semana que vem. Apesar da presença do repórter, o texto é sempre narrado na terceira pessoa, e se refere a fatos ou pessoas que não envolvem o repórter. Uma característica da sintaxe televisiva verbal é o uso de frases curtas, na ordem direta, com verbos na voz ativa, e conjugados no tempo presente do modo indicativo.

O uso do modo indicativo significa uma categorização da notícia, uma afirmação que não deixa dúvidas, não levanta probabilidades de o fato ter ou não acontecido. A afirmação categórica é uma característica de modalidade de um texto que estabelece as assertivas de um enunciado. No texto do telejornal, assim como nos textos de jornalismo em geral, a modalidade categórica dá à notícia o estatuto

de verdade, de fato acontecido, e é um elemento importante para a legitimação do jornalista como narrador de acontecimentos.

B - Coesão imagem e fala

Na estrutura visual, as imagens seguem uma sintaxe própria, marcada por planos gerais, médios e por closes que têm a função de contextualizar as ações e os processos descritos nos textos dos repórteres. Mas a necessidade de manter uma coesão, ou seja, uma organicidade entre o que se fala e o que se mostra, tem influência sobre a estrutura narrativa da imagem. Esta estrutura impõe uma linearidade de seqüências de imagens que influencia o texto falado pelo repórter, também linear. Ou seja, relata-se um fato com começo, meio e fim.

Uma questão para a análise é perceber se existe uma estrutura semelhante em todas as matérias ou se as matérias a serem examinadas apresentam inovações. A estrutura padrão na TV é a de imagens que cobrem um *off* inicial, mostrando o contexto de um fato ou identificando um personagem, passagem do repórter, sempre à frente de um prédio público ou cena pública, e seqüência de fatos em *off*, mostrando as diferentes ações dos personagens e suas falas. Estas são gravadas em plano fechado – dos ombros para cima - mas não em close.

Como destaca Metz (1974), o uso freqüente de um determinado código visual não só o torna cada vez mais convencional como determina a sua decodificação pelos diferentes telespectadores. No jornalismo da TV Globo pode-se dizer que o código visual é altamente repetitivo nas diferentes reportagens, marcando um estilo da emissora no uso desta linguagem. A fórmula permite organizar as imagens de acordo com a estrutura verbal de *off-passagem-off-entrevista*. Isto sinaliza a sua função contextualizadora mas limitadora, o que impede uma representação mais abrangente das ações narradas. A fórmula permite ainda uma decodificação rápida e fácil por parte do telespectador.

Em termos analíticos, o objetivo é perceber de que modo esta coesão entre imagem e fala se dá nas reportagens selecionadas para o corpus, e como ela opera discursivamente.

C - A função referencial

A dialética entre referente e texto é considerada pelos lingüistas como uma atividade discursiva que merece ser analisada. Deste modo, a referência não é uma simples representação do real. A realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo. Acima de tudo, a realidade é construída pela forma como sócio-cognitivamente interagimos com o entorno físico, social e cultural. A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para representar algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade (INGEDORE KOCH, 2003).

No caso do texto multi-modal, observa-se uma dupla referenciação sobreposta: o texto do repórter fala sobre um acontecimento, que é o referente, enquanto a imagem e outros elementos, como o som ou os *letterings*, são referenciadores dos fatos narrados. Esta função é reforçada textualmente pelo repórter, que, a todo o momento, explicita: ‘esta pessoa’ ou ‘este senhor’, referindo-se à imagem mostrada. Neste caso, o texto do repórter já não se refere mais ao personagem do fato em si mas ao personagem enquanto representado pela imagem.

Em sua proposta de análise funcional, Halliday (1994) afirma que uma proposição ou idéia é uma combinação de palavras que se referem a entidades no mundo. Em geral, as referências são nomes ou pronomes e se completam com o predicado, que situam a ação ou estado. Assim, uma estrutura sintática é formada por um objeto de referência seguido por um predicado verbal.

É sempre bom lembrar que um enunciado ou uma frase é uma unidade abstrata de significado e o que ocorre é um processo de realização ou expressão entre a idéia abstrata e a fala concreta, ou texto escrito ou falado. Deste modo, personagens ou coisas passam a ser objetos de referência e recebem nomes e qualificações, enquanto suas ações são predicadas por meio de verbos cuja função é representar uma série de situações que podem ser factuais, emocionais, verbais, proposicionais.

Para efeito de análise, é interessante perceber a opção referencial feita pelo enunciador. No caso da notícia na TV, as referências feitas pelo texto podem ser pessoas envolvidas em determinado acontecimento, ou o acontecimento em si. De acordo com a opção feita, os sentidos são diferentes. Da mesma forma, a frase

construída pela imagem também pode apresentar opções de ângulos e planos que situam o referente e com isso mudam os sentidos de todo o conjunto do texto multimodal.

Este processo de referenciação é dialógico, como acentuou Apotheloz e Reichler-Beguelin (1999), para quem o discurso constrói aquilo a que faz remissão ao mesmo tempo que é tributário desta construção. Em termos televisivos, o texto constrói a referência em imagem dando-lhe atributos, da mesma forma que se alimenta da imagem para se auto-construir. A referenciação é um atributo lingüístico que, no caso da televisão, reforça o efeito de verdade, e mais do que isso, reforça uma determinada visão ou ângulo de narração do acontecimento.

D – Nominalizações e neologismos

Fowler destaca que, no jornalismo em geral, é até um truísmo dizer que a forma como uma notícia é apresentada transmite um determinado ponto de vista, ou um olhar ideológico sobre o fato. Um instrumento gramatical de organização da notícia é a nominalização ou convenções nominais, que se referem a pessoas, coisas e fatos de forma muitas vezes estereotipadas ou metafóricas.

Nominalizar (em inglês o termo é mais conhecido como *wording*) é o processo de transformar uma ação num substantivo, e a consequência disso é a eliminação do agente causador da ação. É muito comum, especialmente em manchetes de jornais ou em chamadas de telejornal. O neologismo produz o mesmo efeito, mas como é uma palavra nova, reforça ainda mais o significado criado em torno de uma ação.

Halliday, em sua teoria lingüística, afirma que o vocabulário ou léxico é o maior determinante da estrutura ideacional, porque é pelo vocabulário que se identificam objetos, conceitos, processos e relações, idéias sobre as quais a cultura produz valores, crenças, atitudes (HALLIDAY, 1994).

Ao analisar manchetes de jornais britânicos sobre um mesmo fato, Fowler mostrou como as escolhas de estrutura lingüística feitas por cada jornal revelam uma consequência séria para os sentidos atribuídos aos acontecimentos, porque as opções vão determinar a definição de *who did what to whom*. Cada jornal atribui responsabilidades diferentes ao analisar um confronto ou um conflito, o que resulta em versões diferentes do mesmo fato (FOWLER, 1994).

A organização da linguagem, e como ela determina a própria estrutura de um acontecimento, é um elemento importante para a análise do plano de expressão do discurso ou da narrativa. E que terá conseqüências no plano da história, ou seja, das significações produzidas.

E - Função interpessoal

Um dos conceitos adotados pela análise do discurso de orientação inglesa é o da função interpessoal da linguagem, conforme formulado por Halliday (ver Parte I). Por função interpessoal, Halliday compreende o uso que o falante faz da linguagem para introduzir a si mesmo num ato de fala: seus comentários, suas atitudes e avaliações estabelecem uma relação entre ele e o seu ouvinte, e ainda identificam o papel que o falante adota no tipo de comunicação que performatiza, seja de persuasão, informação questionamento. (HALLIDAY, 1994).

Para a análise do discurso, esta função interpessoal não deve ser vista como uma área de escolha pessoal do falante, mas como um lugar social produzido pelo discurso. Os enunciadorees no jornalismo, como no telejornalismo, são socialmente identificados como repórteres, pessoas que estão incumbidas do papel de coletar e fornecer informações sobre os acontecimentos da atualidade. É um papel que eles cumprem construindo um relato, que tem a forma notícia, e que é uma representação lingüístico-enunciativa do acontecimento.

Já vimos que a função ideacional tem a ver com a dimensão cognitiva da linguagem e a forma como este processo se dá por meio de estruturas sintáticas e semióticas que fornecem uma representação do acontecimento. Com a função interpessoal, existe uma contribuição pessoal do falante em determinadas condições de lugar de fala, ou de espaço enunciativo. É uma dimensão que conecta a estrutura da linguagem com as estruturas sociais e culturais, e com as relações entre falantes.

No caso específico do telejornalismo, o repórter executa alguns atos de fala que fazem parte da prática profissional: a entrevista, a gravação de passagens ao vivo, o comentário, a interação direta com o acontecimento em espaços enunciativos que são públicos, de uma forma geral.

A teoria dos atos de fala (ver Parte I) ajuda a perceber o quão performática é a atuação de repórteres e locutores de telejornal. O que a teoria propõe é que um texto não é apenas uma fala sobre acontecimentos do mundo e suas idéias, é o que se faz

ao produzir um enunciado. Esta idéia de ‘dizer é fazer’ joga o repórter de telejornal diretamente no meio de um acontecimento no qual ele precisa se movimentar, se posicionar, buscar imagens para mostrar, se envolver em conflitos de rua, de jogos de futebol, enfim, ser uma parte importante da reportagem.

Uma questão para a análise é verificar a performance do jornalista numa reportagem para perceber se apresenta alguns princípios pragmáticos sugeridos por Grice, que levam o repórter a ser preciso e claro na sua informação, ser relevante, evitar ambigüidade e organizar os acontecimentos ordenadamente. São princípios de cooperação que, muitas vezes, são seguidos por outros participantes da reportagem, como os entrevistados. O sentido já adquirido do tempo escasso do telejornal leva, em geral, os entrevistados a serem breves nas suas respostas.

A análise dos enunciadores no plano da expressão leva ao exame de outros elementos no ato de fala de um locutor ou de um repórter: estilo pessoal, gestos, posicionamento corporal, que dizem respeito ao *ethos* ou à personalidade do locutor. Dependendo do carisma do repórter, estes elementos de personalidade contribuem para reforçar o efeito de verdade das informações que transmite. O mesmo se pode dizer do apresentador ou âncora do telejornal.

Repórteres e locutores de telejornais atuam também de maneira extralingüística, cumprindo a importante função de conectar o texto com os aspectos constitutivos do contexto. A presença deles permite ao telespectador identificar a natureza da prática social em andamento, assim como a natureza da interação. O aparecimento do repórter no contexto situacional de um acontecimento colabora para acrescentar ao texto vários elementos extralingüísticos. Para o telespectador, fornece novos elementos de interpretação.

Ao mesmo tempo, o repórter estabelece relações pessoais com seus entrevistados, pela interação que se cria entre eles, o que traz para o texto jornalístico a intertextualidade, o texto dos outros participantes, o que veremos mais adiante. Entrevistados também performatizam na televisão, produzindo textos orais com uma específica carga emocional, ou atuando diante das câmeras para mostrar detalhes de um acontecimento.

Uma terceira relação de interpessoalidade se dá entre entrevistados e público telespectador. O telespectador cria laços de identidade com determinadas pessoas participantes de um acontecimento que vê na TV, ao mesmo tempo em que julga e elabora valores sobre elas. Se as notícias são dramáticas, há um envolvimento

emocional do telespectador. Se são notícias que denunciam atos impróprios ou crimes, há o envolvimento por indignação e que provoca rejeição aos personagens de tais fatos. É, pois, importante destacar o papel da imagem como elemento preponderante da função interpessoal da narrativa da televisão.

F - Tema e personagens

Um aspecto importante a ser observado no plano de expressão do material empírico é o mapeamento do tema, uma categoria lingüística que tem particular interesse para a análise da narrativa do telejornalismo. Seguindo a terminologia da escola de Praga, *Tema* é o elemento que serve como ponto de partida de uma mensagem, e seu desenvolvimento é chamado de *Rema*. Duas estruturas fornecem ao falante a possibilidade de construção de um texto: a temática e a informacional. Na primeira, desempenham papéis principais o tema e o rema. Na estrutura informacional, o texto se move entre o *Dado* e o *Novo*, o já conhecido e a novidade.

No caso do telejornalismo, o tema estabelece o assunto ou tópico da reportagem que será exibida, e sempre é informado na chamada feita pelo locutor no estúdio. Na maioria das vezes, o tema é sempre a informação nova, o inusitado, que opera como surpresa para o telespectador. A ele se seguem os elementos dados, ou seja, já conhecidos do telespectador, que já foram motivo de reportagens anteriores, mas que são reiterados para permitir a coesão narrativa. Em termos semânticos, o tema é o elemento da frase sobre o qual serão construídos os sentidos.

Na narrativa jornalística, as notícias diárias são fragmentos dispersos e descontínuos de significações parciais, mas existe um tema comum a unir estes fragmentos. O primeiro passo é, portanto, identificar a temática que vai se desenvolver de forma seriada, em reportagens que são como episódios de uma história maior. Conforme propõe Motta (2007:148), o analista precisa “reconstituir de forma coerente a narrativa jornalística observando a continuidade e justaposições temáticas a partir da recorrência de um mesmo tema nas notícias isoladas”.

É pelo tema que se estabelece o conflito como elemento estruturador da narrativa. Identificado o conflito, “pode-se perceber as relações conflituosas em que estão envolvidas as personagens do relato, seus papéis, motivações ou

manifestações, suas condutas e ações. Pode-se identificar as partes em conflito, a evolução da história e seu epílogo, assim como as forças políticas, econômicas, religiosas ou psicológicas que estão envolvidas” (MOTTA, 2005: 90).

Para uma maior percepção do conflito, Motta propõe que se use a regra de oposição. Cada predicado, ou seja, a ação de um personagem, tem um correspondente oposto. Ao identificar as ações mais relevantes dos personagens podemos identificar também seus opostos e com isso, perceber um jogo de significações que busca uma hegemonia.

Com a recomposição das seqüências em um novo enredo, o que antes parecia desconectado vai ganhando continuidade e coesão. Essa remontagem da história permite observar as significações parciais que vão compondo um sentido para o tema. Permite também identificar os conflitos, os interesses envolvidos, a tensão entre posições polêmicas dos personagens que são os atores que realizam as ações para a continuidade da história.

No caso do telejornalismo, estes personagens são também os enunciadores da notícia, e para os propósitos da análise da narrativa sobre a identidade nacional, objeto deste trabalho, os personagens jornalísticos serão examinados em sua função interpessoal, com suas características de *ethos*, como sujeitos sociais e também como atores de uma trama que projeta relações de conflitos, de impasse entre posições.

São personagens de uma narrativa telejornalística os repórteres, entrevistados, locutores e até as pessoas que participam da notícia apenas com a presença na imagem. Entre estes personagens o protagonista é a figura principal, aquele que fez os fatos se precipitarem, que produz o acontecimento, responsável pelas transformações de práticas sociais. Mas todos têm seu papel no enredo, e contribuem de uma forma ou de outra para a construção de sentidos e de ressignificação de valores a partir de uma narração que é, sobretudo, argumentativa.

Os personagens da narrativa serão analisados na etapa de exame do plano de expressão, mas poderão ser retomados na etapa seguinte desta metodologia, que é o plano da construção de significados.

O Plano da História: em busca dos significados

As notícias são construídas por meio de um sistema particular de linguagem, seja ela imagética, verbal, falada ou escrita. Como já mostrado acima, é uma forma-notícia de representar acontecimentos, significar os fatos, pessoas e ações. Ao elaborarmos um relato de acontecimentos, escolhemos ou somos colhidos por sistemas de representação de diferentes personalidades, autoridades, pessoas públicas. Estes sistemas de representação trazem já embutidos os significados agregados: valores, atitudes, ideologias.

São estes sistemas de representação que nos levam a descartar a idéia de que notícias são meros relatos objetivos de acontecimentos ou situações. Ou espelhos da realidade. Na verdade, ao representar ações e seus agentes – fatos políticos, desastres, tragédias, guerras, decisões econômicas – a notícia constitui versões da realidade que – por seu formato aparentemente objetivo – mascaram as posições sociais, os interesses e objetivos dos que a produzem. É, repetindo Aristóteles, o “dizer algo sobre algo”. Ou seja: é construir um discurso.

A relação entre a notícia e o real se dá, assim, por uma mediação que é uma prática discursiva, ela própria um efeito de uma certa articulação específica da linguagem sobre o real. A notícia não é a representação transparente dos fatos mas a articulação discursiva destes mesmos fatos. Este discurso, que emerge de uma prática social, remete por sua vez a uma narrativa que constrói, por meio de uma serialidade lógico-temporal, a anterioridade (o antes), a atualidade (o momento da mudança) e a posteridade (o depois, o que fica em aberto).

Este encadeamento de transformações sucessivas a partir de notícias em seqüência sobre um mesmo tema é o objeto de análise desta segunda etapa da análise narrativa. Pelo encadeamento, se acompanha o desenrolar de uma história que se dá no presente, mas que deixa sentidos para o futuro.

Como categorias de análise para este segundo momento, minha proposta é a de observar a argumentação das notícias e os possíveis jogos de linguagem, em busca de esclarecer como a narrativa constrói sentidos e como estes novos sentidos se filiam à história. Estas categorias permitirão perceber os significados que vão se recompondo.

A - Argumentação e objetividade jornalística

“Não basta conhecer a verdade mas cumprir transmiti-la e fazer com que os outros a admitam. Para isso, é indispensável uma retórica digna dos próprios deuses”. Platão em Fedro, apud Perelman, 1997.

No campo filosófico, desde Sócrates e Platão se discute a oposição entre retórica e dialética, sendo esta a arte da discussão, dos vários lados de um fato, enquanto a retórica seria basicamente conseguir a adesão de um auditório. É a diferença entre razão e vontade. Ou entre verdade e convencimento. Perelman lembra que os filósofos antigos, por mais que reverenciassem a verdade, para fazer com que a admitiessem eram obrigados a recorrer às técnicas da retórica, ou seja, à argumentação.

Muitos lingüistas defendem a idéia de que a argumentatividade está inscrita na própria língua. Mas sua natureza tem a ver com a intencionalidade do falante, da sua atitude perante o próprio discurso e o seu auditório. Para o jornalismo, há uma oposição entre argumentação e objetividade, embora alguns autores considerem que a própria objetividade, ou racionalidade informativa, seja um argumento de verdade. Jay Rosen considera que todas as técnicas têm as suas vantagens e desvantagens, mas a técnica de persuasão preferida do jornalista é dizer: “estou apenas a entregar-vos os fatos. Não tenho qualquer envolvimento com os fatos. Estes não me preocupam particularmente. Não é um problema meu. Digo apenas as coisas como são”. (ROSEN, 1999).

O problema que se coloca para a pesquisa é perceber, nas matérias analisadas, quais as marcas lingüísticas e discursivas de argumentação. E se elas colidem com a imparcialidade, considerada um valor importante para o jornalismo. Na sua rotina diária, o jornalista enfrenta o velho dilema de Platão: buscar a verdade e convencer o auditório de que os fatos são como se narram.

Embora no jornalismo a imparcialidade ainda seja cultuada, os textos das notícias se constroem em torno de um tema, inclusive na televisão, que agrega ao tema imagens de referência. O tema se desenvolve, ao longo do texto, por meio de

técnicas argumentativas usadas para explicar a situação ou o evento, ainda que o objetivo primordial não seja a persuasão.

Segundo explica Wander Emediato (2004), a argumentação pode ser dividida em dois eixos principais, as argumentações retórica e demonstrativa. O argumento demonstrativo trabalha com base em um eixo racional, utilizando-se da lógica, e de fatos e verdades aceitos para o embasamento do texto. Já a argumentação retórica não trabalha necessariamente com lógicas racionais. Ela faz uso de estratégias e técnicas de sedução para convencer o leitor. Seu objetivo final é o de transferência de conclusões. Deste modo, para o argumento retórico, partir de premissas básicas não é tão importante quanto na argumentação demonstrativa.

O argumento demonstrativo é mais utilizado em textos jornalísticos diretos, e o retórico, principalmente em textos de opinião. Importante lembrar que eles não são excludentes entre si. Ambos podem estar presentes em um único texto. Os argumentos retóricos mais usados são os de autoridade, divididos em dois tipos: o primeiro, usa a autoridade reconhecida de um indivíduo sobre um assunto para dar credibilidade ao texto. No segundo, o próprio argumentador faz uso da sua autoridade como força argumentativa decorrente do próprio caráter e credibilidade da pessoa.

Outro argumento, muito usado em textos opinativos, é o da regra de justiça. Faz uso do princípio de que situações idênticas merecem tratamentos semelhantes. Por exemplo, crimes iguais merecem punições análogas. Utiliza-se esse argumento para demonstrar a incoerência, por exemplo, de crimes de corrupção cometidos por autoridades que não são punidas em contraste com o ladrão que roubou pão do supermercado e foi para a cadeia.

Um aspecto importante para a análise da narrativa é a função da retórica jornalística que apaga, por assim dizer, o papel do jornalista enquanto narrador. “É um narrador que nega até o limite a narração. Finge que não narra, apaga a sua presença. Os fatos surgem como se estivessem falando por si próprios” (MOTTA, 2005:104). Por isso, Motta propõe que a narrativa jornalística é, em si, um dispositivo argumentativo.

A retórica jornalística, com o distanciamento construído pelo narrador como uma estratégia narrativa, é um permanente jogo entre os efeitos de real e outros efeitos de sentidos, como a comoção, a dor, a ironia. A argumentação é, portanto, uma categoria que permite perceber o jogo dos sentidos.

B - O jogo dos sentidos

“É a decodificação que produz efeito, persuade, entretém, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais”. Hall, 1997

Nesta segunda etapa da análise, vale a pena, sobretudo, examinar a construção de significados e os efeitos de sentidos. Segundo Bakhtin (1997), as modalidades de enunciação estão constitutivamente articuladas aos gêneros discursivos, pois cada esfera da atividade social possui formas textuais cristalizadas. Assim é com o telejornalismo, cujos formatos textuais e campos enunciativos possuem regularidades que cristalizam sua prática. São falares produzidos em lugares sociais institucionalmente organizados e, portanto, é no interior deste lugar de fala que se dá toda a produção de sentidos postos em circulação pela notícia.

Possenti, para quem “o sentido não é algo prévio e pronto, que uma forma embala; é, antes, um efeito” (POSSENTI, 2001:48), discute, porém, o sentido de ‘ser prévio’. E cita Pêcheux, para quem o sentido de um texto não pode ser produzido no momento mesmo de sua enunciação mas, ao contrário, só terá sentido na medida em que se inscrever num discurso que lhe é necessariamente anterior. Isto significa que os sentidos de um falar podem ser prévios ou fixos em termos de discurso.

Este caráter histórico do sentido é explicitado por Pêcheux, que considera a produção de sentido indissociável da relação de paráfrases entre seqüências. Assim, a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar matriz do sentido. É a partir das relações no interior desta família que se constitui o efeito de sentido. “O sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva” (PÊCHEUX, apud POSSENTI, 2001:53).

Esta condição pode ser vista quando se trabalha com discursos jornalísticos ou telejornalísticos. Há sentidos que são prévios à enunciação porque fazem parte de uma formação discursiva característica da imprensa. Um destes efeitos de sentido é o ‘efeito de real’, que faz com que os ouvintes ou telespectadores interpretem os fatos narrados como verdades. É uma estratégia argumentativa do

texto. “Este efeito de real no jornalismo se obtém com a fixação do centro narrativo no aqui e no agora, no momento presente” (MOTTA, 2005:106). O jornalista observa o mundo a partir do fato atual e ancora seu relato no presente, operando uma mediação que é lingüística e discursiva.

Motta lembra também que embora os textos jornalísticos não sejam a realidade, eles têm veracidade, e recorrem a recursos de linguagem para parecerem factuais, objetivos e verdadeiros. Por isso, uma das tarefas fundamentais do analista é revelar a estratégia da narrativa jornalística para desconstruir os efeitos de real, tornando visíveis os recursos de linguagem que procuram ancorar os fatos na realidade para realizar a tarefa de convencer o leitor ou telespectador de que o texto é uma representação fiel do acontecimento.

No telejornal, o efeito de real é reforçado pelo código visual, que aparenta ser mais natural do que o lingüístico porque, enquanto este não possui nenhuma das propriedades da coisa representada, o signo visual atua como ícone, como representação à semelhança dos objetos, pessoas e cenários. Um programa de entrevistas ao vivo na TV pode parecer uma representação icônica do real mas existem códigos de produção – movimentos de câmera, enquadramentos, perguntas formuladas a priori – que vão articular discursivamente o programa.

Podemos dizer que o discurso da notícia na TV é uma articulação específica da linguagem que encobre práticas argumentativas – visuais ou verbais - produzindo efeitos de real, naturalizando os acontecimentos para o telespectador. A notícia, enquanto texto produtor de sentido, só se completa no momento da enunciação com a leitura do destinatário final do texto jornalístico. É o telespectador que vai completar o efeito de sentido pretendido pela notícia. A circulação de significados - o famoso *decoding* de que fala Hall - é o processo de tradução, por parte dos leitores ou telespectadores, do discurso da notícia, reelaborando os sentidos para que o circuito da comunicação se complete. Sem consumo, não há circulação de sentidos.

Para a análise do plano da história da narrativa jornalística, é, no entanto, importante a percepção parafrástica dos sentidos porque identifica a intencionalidade do enunciador, ou seja, a escolha feita pelo jornalista do tema que vai servir de eixo da narrativa, a seleção dos entrevistados, o uso de argumentos utilizados e os respectivos reforços argumentativos em sua notícia.

C – Intertextualidade, polifonia e interdiscursividade

“Um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição”.

Maingueneau, 2001:55

A tarefa de reconstituir uma narrativa jornalística de forma a integrá-la numa história que tem um *antes* e um *depois* passa, sem dúvida, pela análise da intertextualidade, da polifonia e da interdiscursividade, e vale a pena definir melhor estes termos. O conceito de polifonia, que foi introduzido por Bakhtin nas ciências da linguagem, refere-se às várias perspectivas, pontos de vista ou posições pelas quais sujeitos diversos se apresentam nos enunciados. São as vozes dos locutores, ou enunciadores, já mencionados no ítem dedicado às funções interpessoais do discurso. São também os diversos personagens de uma narrativa.

Já a intertextualidade se manifesta na relação do texto do locutor com os outros textos, não necessariamente performatizados com a participação dos seus autores. Trata-se de textos que estão presentes no processo de produção de outros textos. É um processo nem sempre consciente porque se trabalha sempre sobre vários textos. Pêcheux esclarece bem este processo quando afirma que um dado discurso remete a outro, frente ao qual responde direta ou indiretamente, orquestrando os seus termos principais, ou destruindo os seus argumentos. (PÊCHEUX, 1990).

A concepção de intertextualidade para a análise do discurso se aproxima bastante da definição de Verón, que examina o termo sob um ângulo sócio-semiológico. Para ele, a pesquisa deve considerar três dimensões da intertextualidade: em primeiro lugar, as operações produtoras de sentido são sempre intertextuais no interior de um certo universo discursivo; em segundo lugar, o princípio da intertextualidade também é válido em universos discursivos diferentes; em terceiro lugar, existem textos mediadores que participam da etapa de produção de um discurso mas não aparecem na superfície do texto terminado. (VERÓN, apud KOCH, 2003).

O termo intertextualidade foi proposto por Kristeva, em trabalho escrito em 1966, quando afirmou que “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto”(KRISTEVA, apud

FAIRCLOUGH, 2001:134). Fairclough, por sua vez, considera a intertextualidade de grande potencial para a análise do discurso, como parte de um quadro analítico. E, quando esta intertextualidade se manifesta de forma constitutiva, o autor usa o termo ‘discursividade’, que se refere à incorporação de convenções discursivas diferentes no espaço de um determinado discurso. No caso jornalístico, isso ocorre sempre que o texto utiliza elementos de outras ordens discursivas, como a política, ou a publicitária, como termos técnicos ou jargões, ou mesmo a ordem discursiva de outra prática social.

Outra contribuição de Kristeva particularmente importante para a análise da narrativa é quando ela observa que a intertextualidade implica “a inserção da história em um texto e deste texto na história” (apud FAIRCLOUGH, 2001: 133). Por “inserção da história em um texto”, ela quer dizer que o texto absorve e é construído de textos do passado. Já sobre “a inserção do texto na história”, Kristeva considera que o novo texto responde, reacentua e retrabalha textos passados e, assim, ajuda a fazer história e contribui para processos de mudanças mais amplos.

É o que ocorre no texto tanto do jornal como do telejornal. As várias reportagens voltadas para um mesmo tema constituem uma narrativa maior, que traz para a história novos elementos, novos conceitos, novos valores. No caso de uma narrativa sobre a identidade nacional, é pela intertextualidade que se retoma narrativas anteriores, cujos sentidos já construídos serão de novo reacendidos e ressignificados.

Num texto multi-modal como o do telejornal são vários os tipos de intertextualidade, polifonia e interdiscursividade. Há os personagens que falam por meio de entrevistas e o fazem, muitas vezes, a partir de convenções discursivas diferentes da do jornalismo. Ou seja, podem estar em campos de enunciação diferenciados, assim trazem à tona, pelo seu texto falado, outros modos de falar que não o do jornalismo. Nestes casos, temos polifonia, interdiscursividade e intertexto.

Por sua vez, o texto do repórter pode apresentar discurso relatado, como citações de falas, e aí temos intertextualidade explícita. Já uma intertextualidade implícita ocorre em notícias que retomam fatos já acontecidos para acrescentar outros dados. Neste caso, cabe ao interlocutor recuperar o acontecimento na memória para construir o sentido do texto.

Por último, quero considerar como categoria de análise nesta segunda etapa do trabalho metodológico, a questão do ‘não-dito’, que, numa reportagem de TV, pode

ser estendido ao ‘não-visto’. O ‘não-dizer’, ou o ‘não-visto’, é subsidiário do ‘dizer’ ou do ‘visto’. Orlandi salienta que o que não é dito, ou o que é silenciado, constitui igualmente o sentido do que é dito. “Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. É preciso dar visibilidade a esse espaço por meio da análise” (ORLANDI, 1999: 85).

O plano da metanarrativa: a estrutura profunda

Este é o plano da cultura ou da estrutura profunda da narrativa, como prefere Motta (2007), porque toda narrativa se constrói contra um fundo ético e moral, ou seja, um sistema de conhecimentos e crenças, cujos valores são reconhecidos e aceitos por uma comunidade nacional. É interessante constatar que, na base simbólica das notícias, a transgressão a estes valores gera o que se chama, no jargão profissional, o ‘escândalo’. Ao publicizar o escândalo, a notícia mobiliza uma reação praticamente unânime de rejeição ao ato transgressor.

O mundo dos valores é uma realidade mítica. Como afirma Kolakowski (1981), “vivenciamos os componentes da experiência, as situações e as coisas, na medida em que as vivemos como providas de qualidades valiosas. Toda experiência nos mostra os valores como fatos de cultura suscetíveis de classificação e explicação, mas não é a experiência do valor que transforma nossos valores em conhecimento. O valor é o mito: é algo transcendente” (KOLAKOWSKI, 1981:28).

Sem ampliar a discussão filosófica sobre o mito, que não é o objetivo deste trabalho, considero, no entanto, que é no plano da metanarrativa, ou seja, dos valores e mitos, que a análise do meu material empírico se completa. A questão é: de que forma as notícias selecionadas mobilizam um valor cultural que é a identidade nacional? Estes valores se construíram a partir de narrativas imaginadas sobre a nação. Como uma narrativa de um telejornal retoma os sentidos produzidos por outros textos sobre a identidade do brasileiro? Como a narrativa do presente reforça os mitos da história de um povo?

É pela reconstituição da metanarrativa que será possível penetrar no mundo de significação simbólica que emerge de notícias de telejornal. Ao contrário de alguns críticos da televisão que afirmam que a TV trabalha para que a memória se apague, que a TV produz repetição sem memória, considero que não existe

enunciado e, portanto, significado, que não remeta ao interdiscurso, a um texto que já foi dito, que se constitui em memória do dizer.

Para que as palavras e as imagens de um texto de telejornal produzam sentido é preciso que elas já tenham uma historicidade ou uma alteridade discursiva que ofereça lugar à interpretação. “É porque há o outro na história que aí pode haver ligação, identificação. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais, em redes de significantes” (PÊCHEUX, 1990).

Se consideramos que a prática jornalística produz uma história do presente, como vimos na Parte II, o discurso que esta prática produz possui dois níveis: o das significações que o jornalista-historiador atribui aos fatos narrados, com suas respectivas lições morais ou éticas, e um segundo nível que é o da temática, que compreende a retomada de um tema cultural que produz sentidos ao longo da história.

Como diz Barthes, nesta história vista como um processo, o que importa não é mais o real, mas o inteligível, as formas de entender esse real. “É uma noção que se aproxima da história como memória e reconstrução” (CHAUÍ, 1981), que desmonta a linearidade positivista e coloca em cheque os heróis e os mitos daquela história oficial que até há pouco tempo era ensinada nas escolas e que construíram sentidos que ainda hoje perduram.

O objetivo deste capítulo foi o de mostrar a relação que se estabelece entre narrativa e discurso, e situar o caminho metodológico adotado neste trabalho. Este método segue o modelo da análise crítica do discurso, que se divide em três planos: o textual, o contexto social e o contexto cultural. Por sua vez, a análise da narrativa integra a análise do discurso, em três dimensões: a do plano de expressão, a do plano da história e a do plano da metanarrativa.

Capítulo 9

CORPUS: A MEMÓRIA EM RECONSTRUÇÃO

Para a análise do discurso assim como da narrativa, a constituição de um *corpus* toma por base as hipóteses da pesquisa assim como o referencial teórico que as sustenta. Existem dois tipos de *corpus*: o experimental, formado por materiais obtidos por meio de questionários, e o *corpus* de arquivo, baseado em documentos relacionados a um tema. Estes documentos – sejam eles reportagens, material gravado, textos históricos – devem ser submetidos a uma leitura que estabeleça a relação entre a “língua como sistema sintático e enunciativo, e a discursividade como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história” (Pêcheux, 1982).

O corpus desta pesquisa é composto por recortes de notícias de telejornal, que compõem o que chamo de arquivo 1, e que se referem a um período de 15 dias durante os quais estive em evidência no noticiário a exigência legal de visto para a entrada de turistas estrangeiros no país. Este noticiário, com suas notícias fragmentadas, desencadeou uma discussão sobre questões de identidade em confronto com a identidade do ‘outro’, o estrangeiro, que configuraram uma narrativa sobre identidade nacional.

Como o objetivo deste trabalho é compreender os processos de construção de identidade nesta comparação entre o ‘eu’ – o brasileiro – e o ‘outro’ - o estrangeiro, em especial o norte-americano - faz parte também da pesquisa um segundo arquivo, com recortes de um relato de um viajante estrangeiro sobre o Brasil – o livro “*Brasil, um país do futuro*”, de Stefan Zweig, assim como recortes do relato de um antropólogo, Darcy Ribeiro, sobre a formação do povo brasileiro, que resultou no livro “*O Povo Brasileiro*”.

O confronto entre as duas seqüências de textos permitirá delinear melhor quais os sentidos de identidade que foram construídos pelo noticiário do telejornal e que intertextualidade existe com os recortes do arquivo histórico. Considerando os textos do arquivo histórico como um lugar de inscrição de uma narrativa pré-construída, a comparação com os textos televisivos podem apontar que enunciados produzem sentidos até hoje. E apontar igualmente as mudanças que possam ter ocorrido.

Notícias de telejornal: um confronto do 'eu' e do 'outro'

Os textos, que constituem o recorte discursivo do que chamo de arquivo 1, são reportagens exibidas pelo Jornal Nacional da TV-Globo, cuja íntegra foi decupada e está relacionada no Anexo 1. Acompanha igualmente um DVD com o material televisionado. Os textos são significativos de um confronto que se dá em relação ao tratamento de turistas brasileiros em aeroportos norte-americanos, e de turistas estrangeiros em aeroportos brasileiros. Este confronto vai colocar em evidência não só o olhar do estrangeiro sobre o Brasil como o próprio olhar do brasileiro sobre si mesmo.

A primeira notícia surge quando, no dia 3 de janeiro de 2004, um juiz federal de Mato Grosso determina a implantação do processo de identificação de turistas norte-americanos em portos e aeroportos brasileiros, tomando por base a lei de reciprocidade. Naquela semana, os Estados Unidos haviam imposto processos de identificação para turistas brasileiros nos aeroportos norte-americanos e, segundo o juiz federal, a lei de reciprocidade impunha o mesmo tratamento no Brasil aos turistas dos Estados Unidos.

Por ser um fim-de-semana, a medida só vai aparecer no jornais e telejornais no dia 5 de janeiro. O Jornal Nacional da TV Globo, nesse dia, apresenta duas reportagens, uma feita em Nova Iorque, mostrando a entrada em vigor da decisão norte-americana de identificar turistas de vários países, incluindo o Brasil. A segunda reportagem mostra o aeroporto de Guarulhos em São Paulo, onde turistas norte-americanos enfrentam horas de filas para passar pelo processo de identificação, com a impressão dos dedos da forma antiga, sujando de tinta.

As reportagens iniciais estabelecem a ruptura de uma prática comum em desembarques no Brasil – que, até então, eram feitos sem maiores exigências de visto - e mostram também como os turistas brasileiros passam a ser tratados nos aeroportos norte-americanos. Ao longo da semana, o episódio ganha novos contornos, com divergências de interpretação da lei, com personagens dando testemunhos a favor e contra, e muitas falas oficiais de um lado e de outro, defendendo as exigências. A narrativa mostra que existe um conflito de interesses em jogo.

O clímax acontece no dia em que um piloto norte-americano faz um gesto ofensivo para o representante da Polícia Federal. O piloto da American Airlines,

Dale Hirsh, ao desembarcar no dia 14 de janeiro de 2004 no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, ficou irritado ao ser identificado e segurou o documento de identificação com o dedo médio, caracterizando um gesto obsceno, assim reconhecido internacionalmente, segundo a polícia.

A imagem, apresentada no telejornal com destaque, provocou comentários de populares ouvidos e até do ministro Celso Amorim, que lembrou o que aconteceria com um brasileiro que fizesse o mesmo nos Estados Unidos. O piloto foi preso, passou a noite no aeroporto junto com a tripulação, impedida de desembarcar porque deu apoio ao piloto e todos só foram liberados com o pagamento da multa de 36 mil dólares, depois doados pela Polícia Federal a um asilo de idosos na vizinhança do aeroporto.

As matérias seguintes mostram o impasse sobre a identificação e não há solução à vista. Os governos brasileiro e norte-americano não cedem, a prática de identificação continua sendo executada nos aeroportos dos dois países, e o tema começa a sair do noticiário. Foram selecionadas todas as reportagens exibidas pelo Jornal Nacional sobre o tema durante 14 dias, tempo em que se deu o debate.

O arquivo histórico: o brasileiro ‘cordial’ e ‘exótico’

*“Há um quadro de Paul Klee que se chama *Ângelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro ao qual ele vira as costas. Essa tempestade é o que chamamos progresso”. Walter Benjamin, 1985*

Esta percepção da história é uma reflexão permanente na obra literária de Stefan Zweig, cuja vida foi marcada pelas lembranças de uma pátria cuja história, contada nas escolas, só lhe ensinou o ódio entre nações. É desta memória que o escritor austríaco quer se evadir ao procurar o Brasil como um lugar a-histórico onde poderia viver de sua literatura e do amor à música. Autor do célebre livro

“*Brasil, um país do futuro*”, Zweig nos deixou uma visão do país e dos brasileiros que coloca uma perspectiva sempre anunciada, a do futuro que nunca chega.

Para Zweig, o Brasil já estaria no futuro porque aqui se realizava a utopia de uma nova civilização, um país novo, emergente, de população multiétnica e multicultural. É uma tese de esperança, que rejeita a idéia de que o país não tem jeito. É um legado que se aproxima do pensamento de Darcy Ribeiro, que indo pelo caminho inverso, o do desalento, procura, no entanto, trabalhar as raízes para reafirmar a possibilidade de um futuro realmente novo para o Brasil.

“Por que o Brasil não deu certo? Ainda não deu!

Vai dar? Por que caminho? Precisa dar”. Darcy Ribeiro, 1990

Dois textos, duas visões do Brasil. Em ambas, o anjo da história, de que fala Benjamin, está definitivamente voltado de frente para o futuro. O primeiro texto é a grande revisão antropológica feita por Darcy Ribeiro em “*O Povo Brasileiro*”. O segundo é o livro de impressões de um viajante fugido da guerra na Europa, “*Brasil, um país do futuro*”. No livro, Zweig descreve o Brasil como uma terra da paz perene, distante da guerra, de qualquer guerra. E considera que os responsáveis foram os jesuítas, os primeiros a pensarem o país como uma ‘empresa brasileira’, onde a convivência pacífica de todas as raças resultaria num novo tipo de homem, o ‘brasileiro’. A esse modelo pertenceria o futuro para um mundo melhor, ‘uma cultura mais humana e pacífica’.

“O Brasil é um país que odeia a guerra, não tem desejo de conquistar territórios, não possui tendências imperialistas. Nunca a paz do mundo foi ameaçada pela sua política e, mesmo numa época de incertezas como a atual, não é possível imaginar que o princípio básico da sua idéia nacional, esse desejo de entendimento e de acordo, se possa jamais alterar. Por isso, no Brasil repousa uma das nossas melhores esperanças de futura civilização...” Stefan Zweig, 1941

Neste processo de auto-definição do nosso jeito de ser, e que é sempre revivido a cada acontecimento que coloca em questão a nossa identidade, o

brasileiro manteve intacta uma certa representação do país, como o gigante em berço esplêndido, inscrita no hino nacional. Vivemos também no país do futuro, sempre voltado para o amanhã, caminhando a passos largos para a conquista do seu lugar no conjunto das nações. Esta imagem, tão prezada pelos brasileiros, se confronta, vez por outra, com representações do Brasil produzidas pela cultura do outro, do estrangeiro, muitas vezes reveladoras do nosso próprio estágio de desenvolvimento.

Um país com um povo cordial, embora exótico? De que Brasil falamos? Pode-se dizer que o episódio da identificação de passageiros norte-americanos nos aeroportos brasileiros, ocorrido em janeiro de 2004, estabeleceu um divisor de águas entre aquele país tropical, afável, exótico, de praias selvagens e belas mulheres, retratado por Zweig e procurado por turistas do mundo inteiro, e um país que tenta se igualar ao mundo desenvolvido, impondo leis e regras mais universais e menos pessoais em suas relações.

Com uma seleção de recortes do texto de Stefan Zweig, estarei compondo um arquivo histórico que me permita confrontar um olhar estrangeiro sobre o país e sobre o brasileiro, como um discurso fixado na história, e o olhar produzido por viajantes no século XXI, que aqui chegaram e encontraram uma exigência de vistos de entrada no país, em vez da propalada cordialidade. Como nos confrontamos com estes olhares do estrangeiro? O que terá acontecido com o ‘homem cordial’? E como Darcy Ribeiro nos situa neste trajeto em busca de identidade e de futuro? É neste confronto de narrativas – a dos relatos e a dos textos de telejornal – que busco os indícios de mudança do discurso sobre a identidade do brasileiro.

Neste capítulo, apresentei o corpus da análise, que dividi em Arquivo I, com reportagens gravadas durante 15 dias, quando irrompeu a crise entre Brasil e Estados Unidos sobre a identificação de passageiros nos respectivos aeroportos, e em Arquivo II, constituído por recortes de dois livros que tratam da identidade nacional. A metodologia adotada propõe a análise destes textos a partir de uma divisão entre categorias discursivas e categorias narrativas, de forma a perceber como a linguagem do telejornalismo pode construir e fazer circular idéias e estabelecer identidades, retomando histórias do passado mas reativando-as no presente.

PARTE IV

PLANO DA EXPRESSÃO: A TRAMA DOS SENTIDOS

Capítulo 10

A ESTRUTURA TEXTUAL

“A linguagem não remete às coisas do mundo, mas a uma construção que a linguagem faz destas coisas”. Ducrot, 1987: 64.

A análise da narrativa sobre o episódio da exigência de identificação de estrangeiros nos portos e aeroportos do Brasil segue a proposta dos três planos propostos por Motta (2005): o plano da expressão, onde se examinam as estruturas textuais e funções, processos enunciativos e personagens; o plano da história, onde se conectam os sentidos da narrativa; e o plano da metanarrativa, onde se analisa como a narrativa se instala na história, a partir da memória de fatos semelhantes.

Nesta Parte IV será desenvolvida a análise do plano de expressão, dividida em três capítulos: A macro-estrutura semântica; O plano de expressão: texto e contexto; Ethos e lugares de enunciação. O plano da história e o plano da metanarrativa serão examinados na última parte da monografia, a Parte V.

O plano de expressão se caracteriza por uma materialidade lingüística comum a toda e qualquer narrativa, incluindo a jornalística, que é o texto. Ao observar o texto como objeto primeiro de análise, o que se procura é explicar *o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz*, uma expressão feliz de Diana Barros (1999). A esta expressão, eu acrescento *para quem o texto diz*, lembrando a proposição de Aristóteles, que afirmava que *‘falar é dizer algo sobre alguma coisa para alguém’*.

Uma primeira concepção de texto leva a um tipo de descrição que busca *o todo do sentido*, e tem por objetivo levantar os temas, os personagens e os conflitos. É o que chamo aqui de análise macro-estrutural da narrativa, e que examina o plano de conteúdo, *o que o texto diz*.

Em uma segunda etapa, a análise se volta para elementos de construção gramatical que ajudam a estabelecer o tipo de discurso ao qual os textos em análise pertencem. É uma análise micro-estrutural, ou textual, da narrativa. Como se trata de um texto semiótico, como é o da televisão, esta análise examina também os elementos imagéticos, como eles se organizam, como referenciam uma realidade, como se compõem com os textos orais. É *o como o texto diz*.

Tanto na primeira como na segunda etapa, o texto é visto como um objeto de significação. Ou seja, examina-se o plano de conteúdo e o plano de expressão sempre em busca dos sentidos, ou seja, em busca do que *o texto quer dizer* e de *como o texto faz para dizer o que diz*. Este *como diz* do texto pressupõe escolhas de pessoa, de tempo, de espaço, de vocabulário, recursos persuasivos, escolhas estas que produzem efeitos de sentido. Fazem parte desta etapa os sujeitos do dizer e o seu espaço enunciativo, que caracterizam um tipo de discurso.

Numa terceira etapa, a análise se volta para o interlocutor do texto, *para quem o texto diz*. É nesta etapa que o discurso se caracteriza enquanto um objeto cultural que se realiza num determinado contexto sócio-histórico. O texto se torna um objeto de comunicação, assumido por enunciadores, cujo ato de fala se dá num espaço enunciativo que, no caso do telejornalismo, é um espaço público do dizer que vai fazer circular os sentidos e vai possibilitar processos perlocucionários de interpretação.

É com base nestas etapas que dividirei a análise, começando pela macroestrutura temática da narrativa em questão, como forma de situar semanticamente os diversos episódios, que compõem um ‘todo de sentido’.

A macro-estrutura semântica

O conceito de ‘macroestrutura semântica’, ou superestrutura, foi desenvolvido por van Dijk (2004), e se refere a uma unidade global de uma narrativa composta por fragmentos que são unidades semânticas ou propositivas do discurso. Estes episódios, com suas respectivas proposições, devem manter uma coerência com o todo, ou seja, devem girar em torno de um mesmo tema, que percorre toda a narrativa.

Como estamos no universo da televisão, onde os produtos são cada vez mais seriados e repartidos em capítulos, a narrativa vai se dividir em episódios, cada um deles composto por notas, reportagens, chamadas de locutores, um conjunto que forma um todo parcial de uma narrativa maior.

O campo semântico da narrativa: a ordem dos acontecimentos

A narrativa é composta por 11 episódios do Jornal Nacional da TV-Globo, durante o período de 5 de janeiro a 16 de janeiro de 2004, em que o assunto da identificação de turistas nos Estados Unidos e no Brasil esteve em destaque no noticiário da maioria dos jornais e telejornais brasileiros. Para a observação do campo semântico, numa primeira análise estrutural, apresento um resumo dos episódios, onde se identificam os temas e sub-temas, cujo conteúdo vai compondo a narrativa do acontecimento, a partir do seu desdobramento em vários campos: jurídico, turístico, relações exteriores, policial. Cada episódio corresponde a um dia de noticiário.

QUADRO 1 – ESTRUTURA TEMÁTICA

Episódios	Temas e sub-temas
1- 05/01/2004	O acontecimento jornalístico: começa nos Estados Unidos e no Brasil um processo de identificação de turistas estrangeiros em aeroportos e portos.
2- 06/01/2004	O noticiário apresenta o autor da medida no Brasil: um juiz federal, que invocou o princípio de ‘reciprocidade’. O conflito se instala e gira em torno da legalidade da medida.
3- 07/01/2004	O conflito leva a discussão verbal para o nível de governos. Personagens como o secretário de Estado norte-americano e o chanceler Celso Amorim do Brasil trocam acusações de discriminação, em tom diplomático.
4- 08/01/2004	O debate envolve autoridades na área do turismo. As posições dos governos norte-americano e brasileiro se tornam mais divergentes.
	A reciprocidade no tratamento de turistas se

<p>5- 09/01/2004</p>	<p>expande para a cobrança de taxa de 100 dólares para a liberação de vistos. O tema da soberania é lembrado.</p> <hr/>
<p>6- 12/01/2004</p>	<p>O atrito nos aeroportos se desloca para o encontro entre Bush e Lula, no México. Surge a expressão 'interesses nacionais'. A palavra 'reciprocidade' é reafirmada. A questão da cidadania aparece, com o chanceler exigindo regras dignas para todos os cidadãos.</p> <hr/>
<p>7- 13/01/2004</p>	<p>A medida de identificação é questionada em tribunais no Brasil. Uma liminar suspende a identificação no Rio mas uma portaria do governo mantém a medida.</p> <hr/>
<p>8- 14/01/2004</p>	<p>Turistas foram recebidos com flores no Rio de Janeiro. Durante a Cúpula das Américas no México, o presidente Lula pediu ao americano George Bush o fim do visto para os cidadãos brasileiros em viagem aos Estados Unidos. Lula classificou a identificação de brasileiros nos aeroportos americanos de descabida e disse que os brasileiros não podem ser tratados como cidadãos inferiores.</p> <hr/>
<p>9- 15/01/2004</p>	<p>Um novo incidente. No aeroporto internacional de São Paulo, a Polícia Federal deteve o comandante americano de um avião vindo de Miami, que fez um gesto obsceno para o policial.</p> <hr/>
<p>9- 15/01/2004</p>	<p>Nos aeroportos internacionais de São Paulo e do Rio começou a funcionar hoje o esquema de identificação digital. O equipamento praticamente acabou com as filas. O sub-tema é o embarque do piloto de volta para os Estados Unidos. Outro sub-tema é a posição divergente entre os ministros do Turismo e das Relações Exteriores.</p> <hr/>

10- 16/01/2004	<p>O foco se volta para a dificuldade de conseguir visto para entrar nos Estados Unidos. A reportagem mostra entrevistas com pessoas que não conseguem o visto e a relação de documentos necessários.</p> <p>O combate ao terrorismo e à imigração ilegal como razões.</p> <p>No Brasil, as filas acabam.</p>
-------------------	---

A ordem temática mostra que a narrativa jornalística começa com um dado novo que é a notícia de um processo de identificação de turistas em vigor nos Estados Unidos e no Brasil, medida que provocou reações de lado a lado. No capítulo seguinte, os telespectadores conhecem o autor da medida brasileira, um juiz federal, que usa pela primeira vez a palavra ‘reciprocidade’, ou seja, uma espécie de lei do ‘olho por olho, dente por dente’.

O primeiro clímax

Pode-se dizer que a narrativa chega a um clímax com o anúncio do encontro dos presidentes Lula e Bush. Há um estado de beligerância no ar. Durante dois ou três dias, o noticiário trata o encontro como a solução mágica para resolver o impasse. A reunião pode ser vista como um anti-clímax porque nada se decide e o impasse continua.

Novos personagens surgem

O governo brasileiro anuncia a compra de equipamentos de identificação digitais, mais modernos. As autoridades de turismo no Brasil, até então caladas, se manifestam e querem um recuo maior e a suspensão da medida, que consideram prejudicial aos interesses do país.

Um momento emocional

Um novo clímax eleva em alguns graus a narrativa sobre os procedimentos de identificação no Brasil. Um piloto e a tripulação de uma companhia norte-americana, que desembarcam no Brasil, reagem mal à medida, o piloto faz um gesto

obsceno, é preso e todos são deportados. As reportagens elevam o tom, agora mais emocional, o que denota que a atitude do piloto norte-americano mexeu com os brios e o orgulho dos brasileiros. Várias entrevistas e o próprio tom do repórter reforçam este aspecto dramático.

E não há epílogo

Mas como a narrativa jornalística não é uma novela e não tem final feliz, o impasse continua, o governo brasileiro nomeia uma comissão para estudar o problema, e nesse ínterim, os equipamentos digitais passam a funcionar, as filas acabam, e o tema abandona o noticiário. Ao contrário das novelas, na narrativa jornalística não há fim anunciado. É como se a normalidade da vida se impusesse, incorporando uma medida administrativa sem novas discussões.

O conflito como enquadramento

Uma característica da narrativa jornalística é a do enquadramento da notícia a partir dos conflitos que apresenta. No jargão das redações, o tratamento dado aos conflitos se resume no que se chama ‘ouvir os dois lados’. Esta estratégia apresenta algumas vantagens: primeiro, dramatiza a narrativa, constrói o impasse, amplia o conflito. Com isso, alimenta a narrativa com o jogo dos depoimentos que se opõem, em acusações e respostas sucessivas. Em segundo lugar, ao mostrar as várias versões de um fato, os jornalistas exercem a chamada ‘imparcialidade’, ou seja, pretendem não tomar a defesa de nenhum dos interesses em jogo.

Motta (2007:150) afirma que “se há oposições latentes na notícia, o jornalismo as promove; se não as há, ele as incita. Alimenta o confronto em sucessivas afirmações e desmentidos das fontes, promove hostilidades, exacerba os conflitos. Precisa do dramático porque ele atrai e enquadra: põe o contraditório, os protagonistas e seus antagonistas, os heróis e vilões em cena”. Do ponto de vista discursivo, esta organização da notícia caracteriza um discurso polêmico, que, ao expor os diversos ângulos de um fato, evita a paráfrase, o sentido único, a versão hegemônica ou autoritária do acontecimento.

Adoto neste trabalho a abordagem desenvolvida por Motta no sentido de que o conflito é a categoria estruturante da narrativa jornalística. Além de categoria estruturante, o conflito “é uma categoria dramática que centraliza a narrativa

jornalística e tece os fios que encadeiam as ações das personagens da notícia. Posicionando as personagens umas contra as outras, o conflito estabelece os episódios que projetam seqüências lógico-temporais e concatenam os enredos de histórias virtuais mais ou menos completas” (MOTTA, 2007: 149).

Na narrativa sobre a identificação de turistas feita pelo Jornal Nacional, o conflito se desenvolve em vários níveis. O primeiro envolve o juiz federal que desencadeou uma ação nos aeroportos brasileiros e representantes do sistema jurídico do país, que se dividem na dúvida se a medida é da alçada de um juiz federal. O debate legal deixa no ar a dúvida se o Brasil deve ‘dar o troco’ aos Estados Unidos e adotar um procedimento semelhante ao praticado naquele país.

Um outro nível de conflito se estabelece entre os governos dos dois países. É o nível da política externa, um campo de confronto verbal em que os personagens se movimentam com extremo cuidado, de forma a deixar espaço para o diálogo. Motta destaca que o conflito como meta-categoria jornalística está particularmente presente no noticiário político porque a política é, por natureza, uma atividade centrada nas disputas simbólicas. Os enfrentamentos políticos se assemelham aos jogos. Os fragmentos vão ganhando unidade ao longo das edições e na cultura da mídia a partir de fios condutores que interligam as personagens (MOTTA, 2007).

O fio condutor da narrativa

Um dos fios condutores da narrativa é o uso de certas palavras, que condensam o sentido do tema. No caso do episódio de identificação de turistas, a palavra chave é ‘reciprocidade’. Além de repetida no noticiário a cada capítulo, ela é invocada também por juizes, autoridades diplomáticas e até por populares. A ela, as autoridades norte-americanas respondem com outra expressão: ‘guerra ao terrorismo’. São formas verbais que marcam as posições de cada lado. Na simbologia do jogo, são posições defensivas.

O que desejam os litigantes? O Brasil quer dobrar a política de segurança dos Estados Unidos, que colocou o turista brasileiro na categoria de risco e o Brasil fora da lista de 28 países, em sua maioria europeus, que não precisam de visto para entrar naquele país. Já os Estados Unidos querem impedir constrangimentos para seus cidadãos que vêm ao Brasil. Assim, agregam ao conflito o confronto tecnológico. Eles reclamam do processo de identificação no Brasil, que consideram

muito lento e atrasado, e mostram como nos aeroportos norte-americanos o processo é bem mais rápido, feito com câmeras e máquinas digitais que não sujaram os dedos com a tinta preta, como no sistema brasileiro.

O governo brasileiro sente o impacto e contra-ataca: anuncia a compra de novos equipamentos mais modernos. Ao mesmo tempo, reforça a sua posição defensiva retomando o conceito de ‘reciprocidade’: passa a cobrar uma taxa de 100 dólares pelo visto no passaporte aos turistas norte-americanos, o mesmo valor que é cobrado do turista brasileiro nos Estados Unidos.

Este jogo estratégico da política externa é apresentado na narrativa jornalística por meio de matérias e entrevistas que reforçam as posições divergentes tanto por parte do governo dos Estados Unidos como por parte do governo do Brasil. São argumentos que alimentam o conflito como se os personagens estivessem num jogo de xadrez. No tabuleiro das relações exteriores, joga-se a supremacia estratégica de um sobre o outro, com movimentos que se assemelham a táticas de avanços e recuos. Em alguns momentos, o conflito assume lances como numa jogada esportiva, onde às vezes ocorre falta de respeito pelo adversário.

Em novo capítulo, surgem escaramuças de parte a parte que levam o conflito para o plano da identidade: o presidente Lula afirma que o brasileiro não pode ser tratado como cidadão inferior. Em resposta, autoridades do governo norte-americano divulgam o número de brasileiros em situação ilegal naquele país. Matérias sobre passaportes roubados e sobre brasileiros presos nos Estados Unidos parecem reforçar um argumento subjacente de que nem todo brasileiro é confiável. E fazem o brasileiro se confrontar com uma imagem negativa de si mesmo.

Instituições e autoridades turísticas brasileiras entram em campo e organizam uma recepção festiva e tropical para os turistas nos aeroportos do Rio de Janeiro, na tentativa de recriar o mito da cordialidade, que, a esta altura, está bem arranhado. Um jogador solitário, o piloto de uma companhia norte-americana, põe tudo a perder quando faz um gesto obsceno para a Polícia Federal, gesto que é uma representação do que ele pensa do Brasil e do seu povo. Ele é expulso do país e os brasileiros se sentem vingados pelo que passam em aeroportos dos Estados Unidos.

Neste jogo diplomático não há vencedores. Todos se firmam nas suas posições e nenhum episódio novo traz a tona o conflito. A narrativa jornalística esgotou o tema, que é abandonado pela pauta do Jornal Nacional.

Capítulo 11:
O PLANO DA EXPRESSÃO: TEXTO E CONTEXTO

“Ler é adentrar nos textos, compreendendo-os na sua relação dialética com os seus contextos”. Paulo Freire.

Se na macro-estrutura da narrativa é possível reconstituir um enredo composto por seqüências de notícias em torno de um acontecimento, no plano da expressão busca-se perscrutar as operações lingüísticas reguladoras de uma atividade comunicativa que ocorre numa situação concreta de interação social, ou seja, um discurso. Estes elementos lingüísticos são o que se pode chamar as materialidades do sentido, uma expressão de Orlandi (2001), que considera o texto a contrapartida do discurso. Enquanto o discurso é o efeito de sentidos entre locutores, o texto é a sua unidade significativa.

Por meio da análise da macro-estrutura da narrativa, foi possível estabelecer já os personagens e os conflitos, além dos temas e seus fios condutores. De que forma estes elementos são construídos lingüisticamente e como, a partir da escolha lingüística, eles produzem sentidos? Como se constituem em discursos? A análise textual da narrativa em exame, que envolve os 11 episódios sobre o processo de identificação de turistas norte-americanos no Brasil, será desenvolvida a partir de quatro categorias, que foram introduzidas na Parte III desta monografia:

Estrutura textual;

Coesão imagem e fala;

Função referencial: nominalizações e neologismos;

Função interpessoal: os enunciadores e a enunciação.

A estrutura textual diz respeito à ‘arquitetura’ dos textos e está diretamente ligada à noção de ordem discursiva, ou seja, de uma formação tal onde existem regularidades e regras do falar. É pela estrutura textual que o interlocutor reconhece o tipo de discurso de uma mensagem.

Considera-se ‘coesão’ de um texto o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si. É uma unidade semântica que se realiza por meio de operações como a

repetição de palavras, o uso de sinônimos e pronomes, além de mecanismos de referência e substituição. Foucault se refere à coesão como o próprio cimento do texto, por meio do qual os grupos de enunciados se ligam entre si. É uma estrutura intra-textual. No caso do telejornal, utilizo o termo ‘coesão’ especialmente para a unidade entre componentes verbais e imagéticos de um texto que é semiótico.

A função referencial, além de ser um elemento de coesão, diz respeito também à formulação de significados ideacionais. No jornalismo, isto se aplica a formas textuais e imagéticas de representar idéias e conceitos. Esta função se expressa no texto pelo uso de nomes e processos de nominalizações (o que os ingleses chamam de *wording*) e neologismos. É um processo em que o verbo, que representa uma ação ou experiência, é convertido em substantivo, um nome para a ação, o que implica em construir uma determinada significação do mundo.

Do ponto de vista da gramática funcional, de acordo com Halliday (1985), os elementos da oração – sujeito, verbo, complementos - representam escolhas que os narradores fazem e que resultam em decisões sobre significados e seu universo de conhecimento e crenças. É o que Halliday chama de função ideacional.

Já a função interpessoal se refere às relações sociais que se estabelecem entre os personagens do texto e entre estes e o público. Numa perspectiva da análise do discurso, chamo a estes personagens de enunciadores. De acordo com suas funções no texto do telejornal, eles estarão divididos em enunciadores narradores, como os locutores, repórteres ou comentaristas; enunciadores testemunhais, que estão presentes como parte do acontecimento; e enunciadores oficiais, cujas vozes representam os poderes constituídos e cuja versão dos fatos está imbuída da autoridade do cargo.

Com base nestas quatro categorias, serão examinados recortes do material gravado para um adensamento da análise.

Desvendando o texto

A narrativa começa com as chamadas feitas pelos locutores William Bonner e Fátima Bernardes, do Jornal Nacional, de duas reportagens gravadas uma nos Estados Unidos e outra no Brasil. A chamada principal – ou a manchete – anuncia o fato:

Estúdio – Bonner – Vivo -

“Os Estados Unidos começaram hoje a recolher impressões digitais e a tirar fotografias de visitantes de vários países, inclusive do Brasil. A medida, para impedir a entrada de terroristas, vigora em 115 aeroportos e 14 portos americanos”.

A estrutura textual de uma formação discursiva como é a do telejornal se divide em dois momentos: o do anúncio da reportagem, feito por apresentadores ou locutores, e o da reportagem gravada ou ao vivo, onde se narra o acontecimento. O primeiro momento, o da manchete, acontece numa cena enunciativa que é o estúdio do Jornal Nacional, o que caracteriza o enunciado ‘manchete’ como uma prática social do jornalismo de convocar os telespectadores para tomar conhecimento de um fato novo.

É o contexto situacional que permite identificar o texto como uma notícia de TV. William Bonner, o âncora do telejornal, se apresenta sentado na bancada, usando terno e gravata, e é enquadrado em plano médio. Igualmente, Fátima Bernardes se apresenta com terninhos formais, com maquiagem e cabelos escovados. Ambos se dividem na leitura das manchetes, mas não há uma situação interativa conversacional entre eles. O interlocutor está do outro lado das câmeras do estúdio, e não tem um rosto definido.

Esta situação contextual, no entanto, não define sozinha o tipo de texto que nela ocorre. Segundo Halliday (1985), é preciso observar que ação social se desenvolve numa determinada situação, quais os participantes e os papéis que desempenham e qual é a organização simbólica do texto e qual a função que ele tem no contexto. Ou seja, o contexto situacional da notícia da TV faz parte de uma prática social que se insere num contexto cultural mais amplo. É esta prática cultural do jornalismo, como mediador de um conhecimento do que acontece hoje no país e no mundo, que vai definir a prática discursiva do telejornalismo, que ocorre numa situação específica da leitura de notícias a partir de um estúdio de TV.

O locutor fala de um estúdio, um local fechado, que se pode comparar com a sala de estar do telejornal. Em alguns telejornais, como o Bom Dia Brasil, este espaço é mais aconchegante. No Jornal Nacional, é formal e os apresentadores estão atrás da bancada, cujo efeito é o de dar mais formalismo à enunciação. Apesar de ser o editor-chefe do JN, Bonner é o enunciador mas não é o autor da maioria dos

textos, que são produzidos por uma equipe de mais de 100 pessoas, em todo o país e em sucursais do exterior, incluindo as equipes de filmagem. Bonner fala, portanto, como representante de uma emissora, mais especificamente do Departamento de Jornalismo da TV-Globo.

Esta função de falar em nome da emissora produz uma ‘corporalidade’, ou seja, uma presença física de representação. Como âncora, Bonner é a encarnação de um tipo de jornalismo de televisão que foi construindo uma relação com o telespectador brasileiro ao longo de 40 anos, desde a criação do Jornal Nacional. Uma relação que teve altos e baixos ao longo desse tempo mas que estabeleceu uma espécie de contrato enunciativo, que formou o hábito no brasileiro de ouvir notícias às oito horas da noite em cadeia nacional de televisão. Contribuíram para a fixação do hábito a vinheta de abertura, tecnologicamente inovada de tempos em tempos, mas basicamente a mesma, e o correspondente *teaser* musical, que marca a entrada no ar do telejornal.

Os textos que Bonner e Fátima lêem ou falam são chamadas, manchetes ou cabeças de matérias. Como enunciado, a chamada estabelece uma diferença enunciativa em relação à própria reportagem. É um texto que fala de uma ação que está acontecendo ‘lá fora’, não ‘aqui’, no estúdio. A cena enunciativa estabelece a diferença, e embora ela comporte muitos outros profissionais, como os cinegrafistas, o assistente de estúdio, os assistentes de *tele-prompter*, de iluminação e de microfonia, este aparato que está por trás da enunciação não vai ao ar. O estúdio tem tons de azul e prata, cores que são identificadas como sendo do Jornal Nacional, e que, como cores frias, expressam um ambiente ‘*clean*’, onde nada ocorre que possa desviar a atenção do telespectador dos enunciadores, também vestidos em cores sóbrias, e do foco principal que é a notícia. A cena produz um distanciamento que cria o efeito de neutralidade, de objetividade do discurso do telejornal.

O texto da manchete tem as características de uma abertura de uma notícia, o que se chama de *lead* no jornalismo impresso, e contem os seus elementos principais: o agente da ação, no caso em análise genericamente identificado como ‘Estados Unidos’, a ação propriamente dita, o local da ação e o motivo dela. O dêitico ‘hoje’ dá atualidade ao fato. É um texto declarativo e o uso da terceira pessoa introduz os personagens, colocando-os já em situação de confronto: de um lado os Estados Unidos, do outro, visitantes de vários países e também do Brasil.

No VT que se segue, a repórter está em outra cena enunciativa, ‘lá fora’ do estúdio, no espaço do acontecimento, o espaço do mundo onde as coisas acontecem. No caso, é o de um aeroporto norte-americano no qual ela está presente, uma presença referenciada pela sua imagem, marcada por um texto chamado passagem, e que é gravado ao vivo no próprio local. Como na chamada do apresentador, a repórter utiliza também o tempo presente do modo indicativo, o que reforça o sentido de atualidade da notícia. A modalidade é declarativa e o propósito do texto é oferecer explicações sobre o que vai acontecer daqui por diante a quem viajar para os Estados Unidos.

A apresentação da reportagem faz parte da enunciação global de um telejornal, que se dá no momento em que o jornal vai ao ar. É neste momento que as matérias são lidas, exibidas, e produzem efeitos ilocucionários variados, criando a interação à distância com os telespectadores. No entanto, como as gravações são feitas em locais diferentes, não só no Brasil como fora dele, a ilusão é a de que o jornal fala de campos enunciativos distintos. No caso de entradas ao vivo durante o jornal, de fato a tecnologia do *link* traz para o campo enunciativo em tempo presente o repórter ou a repórter que estão em outros locais.

A chamada da matéria feita por Bonner, continua com a apresentação do vídeo feito nos Estados Unidos. O texto da repórter estabelece um laço coesivo com a chamada da matéria. Ela dá continuidade à narrativa da chamada, que termina com a frase *a medida vigora em 115 aeroportos e 14 portos americanos*. No seu primeiro *off*, a repórter continua a informação afirmando que *o procedimento vale para todos os visitantes...* É uma coesão que liga a narrativa da reportagem à chamada do locutor.

Como um enunciador que é o autor do seu texto, o repórter de televisão apresenta sua reportagem a partir do local do acontecimento. É esta presença do repórter em campo que o legitima a relatar os fatos. Ir a campo, estar no local do acontecimento, é a forma de o repórter cumprir a sua função social de investigar os fatos.

Esta busca da notícia reafirma o potencial de verdade do que informa, porque ele está mostrando como ouviu as testemunhas, como ouviu as autoridades. Ao contrário de uma reportagem de jornal ou da *web*, que muitas vezes é apurada da própria redação, na televisão a presença do repórter no local da notícia constrói um

maior efeito de verdade para o texto e permite uma maior interação com o telespectador.

No caso, a reportagem é gravada num aeroporto, um espaço onde se está apenas de passagem, onde não se constroem relações e nem raízes. Aeroportos já foram chamados, inclusive, de não-lugares, uma expressão do antropólogo Marc Augé. No entanto, em praticamente todos os episódios desta narrativa o aeroporto é o lugar de fala de repórteres, turistas, autoridades. É a presença da reportagem, transformando as ações que acontecem no aeroporto em acontecimentos, que vai dar àquele não-lugar uma característica de espaço enunciativo, a cena onde ocorre um conflito diplomático.

A coesão imagem e fala

No primeiro *off*, o texto informa as diferenças criadas pelo regulamento norte-americano para os visitantes, diferenças estas que constroem identidades de primeira e de segunda classe: são os que podem e os que não podem entrar nos Estados Unidos. Nesta última classe estão os brasileiros, no meio dos quais pode haver suspeitos de crimes.

<p>Script-JN-05/01/204</p> <p><i>VT-aeroporto americano</i></p> <p><i>Imagens em planos médios de chegada de visitantes no serviço de identificação americano, guardas vendo passaportes, carimbando.</i></p> <p><i>Imagens do secretário dando entrevista</i></p> <p><i>Secretário fala sem identificação</i></p>	<p><i>OFF (Cristina Serra) –</i></p> <p><i>O procedimento vale para todos os visitantes que precisam de visto para entrar nos Estados Unidos, como os brasileiros. Estão livres do regulamento os cidadãos de 28 países, a maioria da Europa, que podem visitar os Estados Unidos por até 90 dias sem visto. O secretário de segurança interna, Tom Reed, disse que a medida serve também para deter suspeitos de qualquer crime,</i></p>
--	--

<p><i>no gerador de caracteres</i></p> <p><i>Imagem: filas no aeroporto</i></p> <p><i>Câmera usada em close</i></p> <p>CRISTINA SERRA NOVA IORQUE</p> <p><i>(ela mostra câmera e usa a máquina para imprimir sua impressão digital, aparecendo sua foto na tela).</i></p> <p><i>Imagem do oficial dando entrevista</i></p> <p><i>Entrevista sem identificação.</i></p> <p><i>Imagem de grupo de tripulantes desembarcando</i></p> <p><i>Imagem de aeromoça dando entrevista</i></p> <p><i>Entrevista sem</i></p>	<p><i>principalmente quem tiver vistos fraudulentos.</i></p> <p><i>Sobe som: final da fala em inglês “a visa crime”.</i></p> <p>OFF 2 – <i>No aeroporto John Kennedy, em Nova York, longas filas se formaram no desembarque. Os americanos usam um sistema eletrônico de verificação da identidade.</i></p> <p>PASSAGEM- <i>Com esta câmera, eles tiram a fotografia do passageiro e aqui, nesta máquina, o passageiro tem que tirar a impressão digital do dedo indicador direito e do indicador esquerdo.</i></p> <p>OFF 3 – <i>Este oficial explica que transmite as informações para um banco de dados. Se tiver algo suspeito, ele recebe um aviso e encaminha o visitante para ser interrogado.</i></p> <p><i>Sobe som: entrevista termina sem som audível.</i></p> <p>OFF 4 – <i>Até os tripulantes das companhias aéreas têm que submeter à</i></p>
---	---

<p><i>identificação</i></p> <p><i>Visitante da Jamaica em plano mais fechado</i></p> <p><i>Entrevista sem identificação</i></p> <p><i>Visitante em close na entrevista</i></p> <p><i>sem identificação</i></p> <p><i>Cenas de uma brasileira conversando com a repórter</i></p> <p><i>Entrevista:</i> <i>CRISTINA</i> <i>Funcionária Pública.</i></p>	<p><i>identificação. A aeromoça concorda com a medida. “É muito rápido e fácil”.</i></p> <p><i>Sobe som: “easily”</i></p> <p><i>OFF 5 –</i> <i>Para esta jamaicana, não foi um incômodo. “É para minha segurança”.</i></p> <p><i>Sobe som: som inaudível.</i></p> <p><i>OFF 6 –</i> <i>Mas esta turista não gostou. Acha que é um exagero e se sentiu tratada como uma criminosa.</i></p> <p><i>Sobe som: “criminal”.</i></p> <p><i>OFF 7–</i> <i>Esta brasileira, que foi identificada, questiona:</i></p> <p><i>Sobe som: “acho que serve para todos. Se estão revistando um ou outro, acho que devem revistar todos. Brasileiro, porque?”</i></p>
---	--

O texto apresenta uma estrutura em frases curtas, intercaladas com entrevistas onde se usa apenas o trecho sonoro final da fala, no caso dos estrangeiros ouvidos. É uma estratégia narrativa que inclui no texto da repórter a tradução da fala em inglês do entrevistado. O efeito é o de acelerar a edição sem precisar usar gerador de caracteres para a tradução. Os entrevistados estrangeiros não são identificados pelo nome, ao contrário da entrevistada brasileira. Alguns entrevistados são

identificados no *off* ora pela função, '*este oficial*'; ora pela origem, '*esta jamaicana*', '*esta brasileira*'; ora pela atividade, '*esta turista*'.

O uso dos pronomes demonstrativos '*este*', '*esta*', reforça a coesão entre texto e imagem, ligando o que se fala ao que se vê. Na passagem ao vivo, a repórter Cristina Serra não se limita a mostrar a aparelhagem mas performatiza seu ato de fala submetendo-se à identificação digital: *com esta câmera, eles tiram a fotografia do passageiro e aqui, nesta máquina, o passageiro tem que tirar a impressão digital do dedo indicador direito e do indicador esquerdo*.

Seu texto é coloquial, o que é uma característica de oralidade. Os agentes policiais são referidos como *eles*, o que torna o texto mais informal. As frases estão na ordem direta, e não existem orações subordinadas e nem o uso de termos técnicos ou de difícil compreensão, o que caracteriza baixa densidade lexical. Outros registros orais são a preferência por verbos de ação e até imperativos: *têm que, concorda, devem*. A oralidade é uma marca dos textos em rádio e televisão que produz o efeito de aproximação e de conversa com o interlocutor.

Por outro lado, muitos textos de telejornal são gravados na hora da edição e, por isso, têm a característica dupla de texto escrito para ser falado. Apresentam registros escritos, formais, que é a narrativa na terceira pessoa, sem uso de gírias nem expressões pessoais, e nunca o uso de advérbios de intensificação ou minimização, como *realmente, muito, totalmente*. As nominalizações são usadas para tornar o texto mais conciso e direto.

A estrutura do código visual é feita de planos médios e fechados. Não existem planos gerais externos que identifiquem o aeroporto do qual se fala, mas, no segundo *off*, o texto se refere ao Aeroporto John Kennedy, em Nova Iorque. As cenas não referenciam a informação, não mostrando o nome do aeroporto, mas apresentam corredores e áreas de desembarque onde pessoas estão desembarcando e sendo identificadas. Poderia ser qualquer aeroporto nos Estados Unidos. O texto do repórter identifica o lugar e, com isso, dá uma informação categórica. Já as imagens têm um sentido mais polissêmico, porque referenciam qualquer aeroporto.

Com exceção de um funcionário, identificado pelo gerador de caracteres como secretário de Segurança Interna norte-americano, mostrado em planos médios, os demais personagens entrevistados são filmados em closes, o que cria um efeito de proximidade maior com o telespectador.

Pela estrutura da matéria, percebe-se que houve edição, ou seja, o texto foi gravado depois e as imagens escolhidas na ilha de edição. Com isso, as imagens não apresentam uma seqüência própria de produção, mas são editadas de forma a acompanhar o *off*. É uma função ilustrativa mas que permite gerar alguns significados sobre pessoas que desembarcam. O texto de TV produz uma duplicidade de leitura: ouve-se a narração, que tem uma estrutura lógica de informação, e olha-se para as imagens. Estas despertam a curiosidade, atraída por um detalhe aqui e ali, fazendo o telespectador mergulhar no universo imaginário do que está sendo mostrado.

A narração da reportagem optou pela utilização de falas testemunhais, em sua organização. Ao escolher depoimentos para compor a narrativa, a repórter deu ênfase às reações que a medida provocou e expôs, assim, pela primeira vez, o conflito em torno do acontecimento. De um lado, os enunciadores oficiais, autoridades norte-americanas defendendo o procedimento de identificação. Do outro, enunciadores testemunhais, os tripulantes e os turistas, que se dividiram nas opiniões. A fala da brasileira, que fechou a reportagem, deu um tom forte à crítica. *Brasileiro, porque?*, referindo-se ao fato de o Brasil ter sido incluído como país de risco.

Uma segunda matéria mostrou o outro lado do tema, em contraponto com a matéria inicial: a identificação de passageiros no Brasil. Quem leu a chamada desta vez foi a locutora Fátima Bernardes.

*Estúdio - Fátima- Vivo -
“De cada dez americanos que chegam
ao Brasil, sete entram por São
Paulo. Por isso, hoje,
a Polícia Federal mudou os
procedimentos para tornar a
identificação mais rápida”.*

Na bancada, ao lado de Bonner, Fátima faz uma chamada curta, em duas frases, para introduzir uma reportagem do dia, uma atualidade introduzida pelo dêitico ‘hoje’. É interessante lembrar que, naquele dia, uma segunda-feira, era a primeira vez que o assunto se tornava notícia no Jornal Nacional. Mas a forma

como foi anunciada a medida brasileira remeteu a um acontecimento do fim de semana que chegou a ser anunciado no programa 'Fantástico'. A chamada, no entanto, não recuperou a notícia, como é usual em televisão.

Em nenhum momento, a apresentadora se referiu à informação já dada na véspera, qual seja, a da adoção da identificação de turistas norte-americanos no Brasil. O repórter da matéria, por sua vez, começou o seu *off* já falando da reação dos americanos que desembarcavam em São Paulo. A pressuposição de que o fato já é do conhecimento de todos não é uma prática usual na reportagem de TV, onde se usa a repetição como regra, buscando informar quem não assistiu ao telejornal na véspera. Isto não ocorre nas manchetes, onde se dá o fato novo, mas ao longo dos episódios, como forma de manter a coerência da narrativa.

Script JN – 5/01/2004	
<p><i>VT – Aeroporto de Guarulhos</i></p> <p><i>Cenas de americanos chegando. Moça bem humorada, filas</i></p> <p>CARLOS DORNELLES - VIVO - GUARULHOS, SP</p> <p><i>Mostra os 10 dedos e depois as duas palmas das mãos. Por fim, um polegar apertando um papel.</i></p> <p><i>Imagens da identificação</i></p>	<p><i>OFF 1 (Carlos Dorneles)</i></p> <p><i>Uns irritados, outros muito bem humorados. A reação variava mas hoje, no Aeroporto Internacional de São Paulo, uma pequena alteração na burocracia fez diferença.</i></p> <p>PASSAGEM- <i>Antes, os passageiros americanos tinham que deixar as impressões dos 10 dedos, separadamente. E, por fim, da mão inteira. Agora, basta uma impressão digital do polegar. Um processo muito mais rápido. As filas desaparecem. O mal estar, não.</i></p> <p>OFF 2 – <i>A identificação não demorava mais do que um</i></p>

<p><i>Entrevista: WAGNER CASTILHO Delegado Polícia Federal</i></p> <p><i>Repórter dialogando com o entrevistado</i></p> <p><i>Volta entrevistado completando</i></p> <p><i>Imagens de mais gente chegando</i></p> <p><i>Rosto do engenheiro que dá entrevista</i></p> <p><i>Trecho da entrevista, sem identificação</i></p> <p><i>Corta para rapaz americano mais novo, mais simpático</i></p> <p><i>Entrevista sem identificação. Só trecho final.</i></p> <p><i>tripulação esperando para ser identificada.</i></p> <p><i>Aeromoça sendo entrevistada sem identificação</i></p> <p><i>Outro grupo e moça sorridente</i></p>	<p><i>minuto.</i></p> <p><i>Sobe som: “como o que rege esta determinação é o princípio da reciprocidade, entendeu-se mais viável apenas o polegar direito”.</i></p> <p><i>OFF 3 – Que é o que acontece quando o brasileiro chega aos Estados Unidos.</i></p> <p><i>Sobe som: “que é o que acontece quando o cidadão brasileiro chega aos Estados Unidos, além do registro fotográfico”.</i></p> <p><i>OFF 3 – Mas nem o processo mais rápido evitou contrariedade. Este engenheiro disse que nunca tinha passado por uma situação parecida.</i></p> <p><i>Sobe som: inaudível.</i></p> <p><i>OFF 4- Este biólogo considera tanto as exigências brasileiras como as americanas uma bobagem:</i></p> <p><i>Sobe som: “silly”</i></p> <p><i>OFF 5 – A tripulação de um vôo que veio de Chicago demonstra impaciência mas, diplomaticamente, todos dizem que está tudo bem:</i></p> <p><i>Sobe som: “no problem”</i></p>
---	--

<p><i>Entrevista sem identificação</i></p> <p><i>Cenas de professora dando entrevista, sempre em plano médio</i></p> <p><i>Trecho final, sem identificação</i></p>	<p><i>OFF 6 – Mas a maioria não se incomodou. Esta estudante disse que o processo foi rápido e indolor.</i></p> <p><i>Sobe som: “very quickly, very painless”.</i></p> <p><i>OFF 7 – Esta professora aposentada enfrentou foto, impressão digital e, por fim, a câmera de TV sem perder a esportiva. Quem viaja bastante – diz ela – tem que entender essas coisas e vocês, afinal de contas, são um povo muito amável:</i></p> <p><i>Sobe som: “a very kind people”.</i></p>
--	---

A narrativa do repórter Carlos Dornelles também mostra características de oralidade, como o tom coloquial, com o texto buscando a coesão com a imagem. *Uns irritados, outros muito bem humorados*, afirma ele na abertura da matéria. Na reportagem feita em São Paulo, como na que foi feita em Nova Iorque, o foco narrativo é o mesmo: a reação dos turistas ao processo de identificação. Mas o texto de Dornelles quase não usa verbos, ou seja, representa as ações por nomes ou por simples qualificativos. Mas a coesão com a imagem, que mostra os norte-americanos chegando e uma turista sorrindo, completa a informação.

A passagem do repórter é performática, semelhante à da repórter Cristina Serra em Nova Iorque. Ele mostra os 10 dedos e depois o polegar, para ilustrar como passou a ser feita a identificação. A entrevista a seguir, com um delegado da Polícia Federal, deixou claro porque se passou a usar apenas um polegar: *porque o que rege esta determinação é o princípio da reciprocidade*. Ou seja, pelo menos no uso do polegar os brasileiros e os norte-americanos se igualaram.

Como o texto de televisão é multi-modal, uma boa coesão entre texto, falas e imagens permite dar mais informação com menos narração. O exemplo desta matéria é claro: o texto não fala em passageiros chegando porque a imagem já introduz esta informação. Nem sempre as reportagens de televisão valorizam as possibilidades informativas que se integram, de forma coesiva, em um texto semiótico, como vozes, sons, *letterings*, falas, imagens.

A coesão está presente também no próprio *off* do repórter, quando ele completa o sentido da fala do entrevistado, que se refere ao uso do polegar para identificação de turistas, usando a frase: *que é o que acontece quando o brasileiro chega aos Estados Unidos*. Uma frase que é repetida pelo entrevistado, que acrescenta, porém, o termo ‘cidadão’: *que é o que acontece quando o cidadão brasileiro chega aos Estados Unidos*. Nesta frase, o brasileiro é referido como ‘cidadão’, alguém que tem direitos, no entender do policial federal.

O delegado da Polícia Federal do Brasil é a única voz de autoridade na reportagem. Ele é um enunciador oficial, que traz para a matéria a voz do governo brasileiro. É também o único que é identificado pelo gerador de caracteres, por seu nome e cargo. Os demais enunciadores são passageiros norte-americanos, identificados apenas como *este engenheiro*, *este biólogo*, *esta estudante*, *esta professora*. O pronome demonstrativo liga o texto à imagem. É um recurso de referência que permite uma maior coesão entre fala e imagem, e usado nas duas reportagens.

Os *offs* que introduzem estas falas são curtos e descrevem a reação de cada um à identificação. É interessante perceber que o biólogo, visto na imagem como um jovem, reagiu considerando o processo *uma bobagem*, e o engenheiro, mais velho, se sentiu mais ofendido, o que denota uma manifestação pessoal de *ethos* de quem se considera superior. A reportagem se encerra com uma turista norte-americana, a professora aposentada, resgatando uma imagem que sempre foi cara ao brasileiro: *a very kind people*.

Toda fala final, em telejornal, funciona meio como ‘moral da fábula’ porque cria um efeito de sentido opinativo do enunciador narrador, seja ele o repórter ou o editor da matéria. Em televisão, uma última fala é um encerramento que produz um sentido dominante para o conjunto da matéria.

Na matéria, a fala da turista considerando o povo brasileiro muito gentil, usada para fechar a reportagem, deixa no ar o sentido de que o processo de

identificação adotado no Brasil, em reciprocidade ao processo norte-americano, não chega a atingir a imagem de povo cordial que sempre se atribuiu ao brasileiro. É esta imagem que ainda está no imaginário do estrangeiro e que ele espera encontrar ao visitar o país.

A imagem de brasileiro cordial, amigoso, recebe, porém, um golpe no noticiário do dia seguinte, quando se anuncia que quase mil brasileiros estão presos nos Estados Unidos pela tentativa de imigração ilegal. Não há imagens gravadas, mas uma nota ao vivo, lida pelo apresentador, William Bonner.

Bonner – estúdio – VIVO

“Um senador, um deputado e um grupo de representantes do Itamaraty visitaram hoje um grupo de 70 brasileiros presos em Los Preños, no estado americano do Texas, por tentarem entrar nos Estados Unidos sem autorização.

A comitiva brasileira negocia com o governo americano a deportação do grupo.

E está consultando cada preso para saber quem prefere ter o processo de deportação acelerado. Dos 23 brasileiros presos consultados ontem num centro de detenção em Houston, 21 concordaram com a deportação.

Quase mil brasileiros estão presos nos Estados Unidos por tentativas de imigração clandestina. E está previsto para amanhã o anúncio de medidas do governo americano que devem facilitar a legalização da situação de imigrantes ilegais no país”.

(JN-06/01/2004)

No texto, o agente da ação é o grupo de autoridades brasileiras que foram aos Estados Unidos para intermediar a libertação dos brasileiros presos. Estas autoridades são referidas como senador, deputado e funcionários do Itamaraty. Seus nomes não são citados. São eles que *negociam, consultam, visitam*. São verbos não peremptórios, ou seja, que denotam uma posição de fraqueza ou inferioridade numa situação de negociação.

Já o texto usado para informar a situação dos brasileiros nos Estados Unidos é categórico: *eles estão presos por tentativas de imigração clandestina*. A matéria

não explica como entraram no país mas condensa o sentido na expressão *imigração clandestina*. É uma nominalização que representa um ato considerado crime pelas autoridades dos Estados Unidos, um termo usado pelo governo norte-americano para classificar os imigrantes que o país considera indesejáveis.

O texto do telejornal reproduz a expressão sem contestá-la ou sem informar as diferentes razões porque aqueles brasileiros estão na prisão. Com isso, o texto constrói uma valoração negativa para o ato de tentar imigrar ilegalmente para os Estados Unidos. O efeito de sentido é o de reforçar o estado de ilegalidade de muitos brasileiros naquele país e, com isso, justificar a prisão deles. Há também uma advertência implícita na fala, qual seja: os que viajam para os Estados Unidos sem seguir as regras impostas por aquele país podem acabar na prisão.

O texto da notícia emprega a terceira pessoa do singular e do plural como um recurso que tem dois efeitos, o de objetividade e o de distanciamento: *eles estão presos, a comitiva negocia*. Além de produzir um efeito de verdade pelo caráter categórico da notícia, o noticiário do Jornal Nacional, ao narrar em terceira pessoa, evita a responsabilidade sobre os acontecimentos.

A nota abriu uma seqüência de reportagens que retomaram a temática principal, voltada para a adoção, pelo Brasil de medidas recíprocas de identificação de turistas norte-americanos. O Jornal Nacional apresenta o autor da medida, o juiz federal Jolier da Silva, afirmando que ele *alega direito de reciprocidade*. O verbo *alegar* tem um sentido argumentativo, como se a reciprocidade não fosse um direito líquido e certo, mas uma medida passível de discussão. A reportagem utiliza várias falas de juristas, representantes da OAB, de procuradores, para destacar o efeito polêmico da decisão.

A polêmica é introduzida a partir da manchete da matéria, por meio de uma pergunta feita pela apresentadora Fátima Bernardes: *um juiz pode tomar uma medida que afete a política externa do país?*. É uma frase interrogativa que é endereçada ao telespectador comum, cujo efeito é o de provocar a dúvida. A reportagem que se segue acentua esta dúvida em relação à medida porque começa mostrando de forma negativa a reação de turistas norte-americanos diante da demora e das filas de identificação no Brasil.

<p><i>Script do JN - 06/01/2004</i></p>	
<p><i>Estúdio Fátima – VIVO -</i></p> <p><i>VT Aeroporto do Rio Cenas de turista chegando e um exhibe o polegar manchado.</i></p> <p><i>Uma turista tranqüila</i></p> <p><i>Entrevista sem identificação</i></p> <p><i>Outra, mais em close ARI PEIXOTO - VIVO - Aeroporto do Rio</i></p> <p><i>Cenas dos passageiros</i></p> <p><i>Entrevista sem identificação</i></p> <p><i>Americana de meia idade</i></p> <p><i>Entrevista sem identificação</i></p>	<p><i>A decisão de submeter cidadãos americanos ao processo de identificação nos aeroportos brasileiros gerou uma discussão: um juiz pode tomar uma medida que afete a política externa do país?</i></p> <p><i>OFF 1 – Eles vieram de várias partes dos Estados Unidos e exibiam a mesma marca preta no polegar. Esta turista diz que não se incomodou:</i></p> <p><i>Sobe som: “ no problem”</i></p> <p><i>OFF – 2 Esta outra reclamou da lentidão:</i></p> <p><i>Sobe som: inaudível</i></p> <p><i>PASSAGEM - Hoje, a maior demora aconteceu com um vôo vindo de Washington e que chegou ao Rio no início da tarde. Os passageiros americanos, que foram os últimos a deixar o avião, ficaram isolados numa sala do aeroporto e tiveram que esperar quase 3 horas para serem identificados e fotografados.</i></p> <p><i>OFF 4 – No desembarque, este turista disse que se sentiu seqüestrado.</i></p>

<p><i>Imagens do juiz dando entrevista, em planos mais abertos</i></p> <p><i>seguem imagens do juiz</i></p>	<p><i>Sobe som: ‘we feel like I had been sequestred.’</i></p> <p><i>OFF 5 –</i> <i>A americana reclamou da falta de informações:</i></p> <p><i>Sobe som: ‘we were not given any explanation.’</i></p> <p><i>OFF 6 –</i> <i>O autor da medida, o juiz federal Julier da Silva, de Mato Grosso, alega direito de reciprocidade, já que os brasileiros que chegam aos Estados Unidos também são identificados:</i></p>
<p><i>JULIER DA SILVA</i> <i>Juiz Federal</i></p>	<p><i>Sobe som: “o Brasil, por sua vez, na medida em que seus cidadãos estão sendo afetados em nível internacional, neste aspecto tem o mesmo direito de tomar as mesmas medidas em relação aos norte-americanos em território brasileiro”.</i></p>
<p><i>Imagens da entrevista do Representante da Assoc. Comercial</i></p>	<p><i>OFF 7 –</i> <i>Mas o representante da Associação Comercial do Rio disse que a medida não poderia ter sido tomada por um juiz federal.</i></p>
<p><i>MÁRCIO FORTES</i> <i>Com. Turismo da Assoc. Comercial/RJ</i></p>	<p><i>Sobe som: “não é atribuição da Justiça Federal praticar política externa brasileira. Isso é coisa privativa do Presidente da República.”</i></p>
<p><i>Cenas do aeroporto</i></p> <p><i>E imagens de um jurista dando</i></p>	<p><i>OFF 8 –</i> <i>Esta questão ainda está sendo analisada pela</i></p>

<p><i>entrevista</i></p> <p>JORGE DE MIRANDA MAGALHÃES <i>Jurista</i></p> <p><i>Imagens da embaixadora dando entrevista coletiva</i></p> <p>DONNA HRINACK <i>Embaixadora dos EUA</i></p> <p><i>Imagens do procurador dando entrevista</i></p> <p>JÚLIO HORTA <i>Procurador Geral do Município/RJ</i></p>	<p><i>Advocacia Geral da União, que pode ou não recorrer da decisão. Este jurista afirma que o juiz federal agiu de acordo com a lei.</i></p> <p><i>Sobe som: “esta competência é dele porque a Constituição lhe dá este poder de defender o cidadão brasileiro em território nacional.”</i></p> <p><i>OFF 9 –</i> <i>Em Brasília, a embaixadora americana disse que respeita a decisão de identificar os turistas que chegam ao Brasil mas fez uma ressalva:</i></p> <p><i>Sobe som: “nós estamos falando do problema de implementação de tomar as medidas de uma forma mais rápida, que não prejudiquem nem as pessoas que estão viajando e nem a indústria turística de qualquer um dos dois países, não?”</i></p> <p><i>OFF 10 –</i> <i>Hoje, a procuradoria geral do Rio entrou na Justiça pedindo a suspensão da medida no município até que a polícia federal possa usar a mesma tecnologia dos americanos.</i></p> <p><i>Sobe som: “não me parece razoável e nem lógico que um país pretenda que estrangeiros de outro país levem sequer uma hora</i></p>
---	---

<p><i>Estúdio</i> <i>Fátima – VIVO -</i></p>	<p><i>para ingressar nos seus aeroportos. É uma situação completamente exdrúxula.”</i></p> <p><i>Em Brasília, a Ordem dos Advogados do Brasil também se manifestou sobre o caso. O presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB, Reginaldo de Castro, disse que a competência para tratar de questões internacionais é privativa do presidente da República.</i></p>
--	--

A estrutura da reportagem envolve o texto de um só repórter, mas apresenta imagens produzidas em locais diferentes e depois editadas em conjunto. A narrativa se inicia por uma reportagem feita no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, mostrando as filas. A ênfase é nos aspectos negativos do processo de identificação brasileiro. Em entrevistas curtas, sem identificação no gerador de caracteres, os turistas norte-americanos reclamam da demora e um chega a dizer que *se sentiu sequestrado*.

Como em outras matérias, os turistas também são designados por *este, esta*, uma referência de identificação da imagem que está sendo mostrada. Os turistas são enunciadores testemunhais, cujas falas, em inglês, são traduzidas no texto em *off*. A pequena oralidade da fala, ao final de cada *off*, tem o sentido de respaldar e confirmar o que o repórter traduziu.

O repórter Ari Peixoto faz uma passagem ao vivo onde destaca que os norte-americanos ficaram retidos numa sala fechada por quase três horas. A passagem é um recurso de dar informação quando não se tem a imagem para mostrar. Parece ter sido este o caso. Ele reforça o sentido negativo do processo ao falar em *maior demora, ficaram isolados*, sem apresentar uma comparação com o que também acontece com o turista brasileiro nos Estados Unidos.

A partir daí, a matéria apresenta a polêmica sobre a legalidade da medida no Brasil. Os enunciadores passam a ser vozes oficiais. Em primeiro lugar, o juiz federal Jolier da Silva, que determinou a identificação. Ele argumenta que a ‘reciprocidade’ dá ao Brasil o direito de tomar as mesmas medidas. O representante da Associação Comercial não questiona o princípio de reciprocidade mas a competência de um juiz federal para determinar a medida. Este é também o argumento da Ordem dos Advogados do Brasil e de um procurador do Município do Rio de Janeiro.

Ao deslocar a polêmica do foco na reciprocidade para a questão da competência do juiz, estas vozes discordantes da medida estabelecem um segundo conflito no interior do confronto existente entre os dois países. Há um movimento contraditório entre soberania e tolerância. As autoridades brasileiras se dividem entre o discurso do direito à igualdade entre os povos, e o discurso que procura resgatar uma característica de identidade do brasileiro, tolerante e avesso a medidas que denotam o rigor da lei.

O procurador do Rio de Janeiro é o mais veemente. Ele nega ao juiz o direito de ter baixado a medida e completa: *não me parece razoável e nem lógico que um país pretenda que estrangeiros de outro país levem sequer uma hora para ingressar nos seus aeroportos. É uma situação completamente exdrúxula..* O procurador carioca entrou na Justiça pedindo o cancelamento da identificação até que o Brasil adote o mesmo equipamento dos Estados Unidos.

Apesar da veemência da fala, cujo tom exaltado apela para a emoção, fica subentendido que o qualificativo *exdrúxulo*, usado pelo procurador, se refere mais ao equipamento obsoleto brasileiro e às filas do que propriamente à questão da reciprocidade. O sentido extrapola, porém, para uma construção negativa do princípio da reciprocidade. O significado construído pela fala dele é o de que o Brasil deve receber os turistas como sempre fez, sem deixar os estrangeiros esperando em filas, ou sem adotar medidas de represália.

Mas a reciprocidade é reconhecida pela embaixadora norte-americana, que cobra, porém, mais rapidez das autoridades brasileiras. Ela fala como representante do governo dos Estados Unidos, o que eleva a polêmica ao nível de um problema de Estado.

Por sua vez, o narrador da matéria, ao usar o recurso das sonoras, mantém a neutralidade em relação à polêmica da legalidade da medida, e a deixa

por conta das autoridades ouvidas. Não entra na discussão da reciprocidade, apesar de ter mostrado imagens e testemunhos que expressam uma atitude de rejeição ao processo de identificação no Brasil.

Capítulo 12:
ETHOS E LUGARES DE ENUNCIÇÃO

“Um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”. Maingueneau (2001).

Para a compreensão de um texto, um dos conceitos fundamentais é o de enunciado, que é a marca verbal do acontecimento que é a enunciação. Maingueneau (2001) faz distinção entre frase e enunciado porque a primeira se dá fora de qualquer contexto particular enquanto o enunciado está inscrito num dado contexto. Um enunciado se prende à orientação comunicativa de seu gênero de discurso. No caso do telejornal, esta orientação se dirige a coletar e transmitir informações sobre fatos da atualidade.

Fala-se de lugares diferentes, o que constitui atos enunciativos diversos. Estes lugares, por sua vez, determinam quem tem o direito de tomar a palavra, seja para dar um testemunho, como para dar uma informação oficial, em nome do governo, ou mesmo para criticar ações e fatos. É uma construção social do sujeito da fala, que realiza dois tipos de operações ao produzir um enunciado: situa-se como fonte de referências enunciativas, ancorando o enunciado na situação de enunciação, ou seja, fala-se o que se espera de alguém naquela situação; e posiciona-se como o responsável pelo ato de fala, garantindo a sua veracidade.

A questão da veracidade tem a ver com o *ethos* do falante, ou seja, como ele constrói uma imagem de si próprio como alguém que cultiva a credibilidade. Se isto funciona para a política, é igualmente importante para apresentadores e repórteres de televisão, como vamos ver a seguir.

Ethos, uma dupla identidade

Durante alguns dias, o processo de identificação de turistas fica em segundo plano nas reportagens feitas nos dois países. O foco da narrativa se volta para o envolvimento, no conflito, de autoridades dos governos dos Estados Unidos e do Brasil. Os episódios permitem analisar como a identidade dos personagens políticos é construída pelo texto. O conceito útil para esta análise é a de *ethos*, um termo

criado por Aristóteles para se referir ao orador e seus recursos retóricos de convencimento do auditório.

O termo andou desaparecido por alguns anos e foi retomado pela análise do discurso, que considera o *ethos* uma categoria discursiva que inscreve o sujeito no ato de enunciação. Se para Maingueneau o *ethos* está ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo real, como vimos anteriormente, para Charaudeau, no entanto, a questão da identidade do orador se desdobra em dois componentes: a sua identidade social e a sua identidade discursiva. “O *ethos* é o resultado dessa dupla identidade que se funde numa única” (CHARAUDEAU, 2006: 116).

Enquanto a identidade discursiva é produzida no interior de um discurso do qual o falante se torna sujeito, a identidade social passa por representações sociais. São características do indivíduo, que pode ser identificado por traços de caráter, por sua corporalidade, pela própria forma como escolhe as palavras, pela sua origem, quer étnica, quer regional. A estas marcas pessoais, Charaudeau chama de *ethos* de identificação, “uma alquimia complexa feita de traços de caráter, de postura física, de comportamento e declarações verbais”.

Já o *ethos* de credibilidade está ligado à identidade discursiva. No caso de uma autoridade governamental, a credibilidade está ligada ao poder que o cargo lhe confere. Mas esta influência do poder conferido pelo cargo não é suficiente. É preciso construir credibilidade para se manter no cargo. De um ponto de vista pragmático, a fala da autoridade precisa ter algumas daquelas condições de realização apontadas por Grice (ver Parte I): sinceridade, clareza, seriedade.

A condição de sinceridade obriga o político a fazer crer que tudo o que diz é a verdade, é o que realmente pensa. Esta mesma condição faz parte do *ethos* discursivo do apresentador de telejornal. Ele deve fazer crer que as notícias anunciadas são a expressão de fatos que realmente aconteceram. Construir esta credibilidade demanda tempo. A diretora de jornalismo da TV-Globo em Brasília, Sílvia Faria, chama este fator de carisma, que se expressa por um gestual, uma postura que se tornam uma arte de convencimento.

No caso do Jornal Nacional, os âncoras William Bonner e Fátima Bernardes construíram esta credibilidade, que colocam à serviço da emissora, por meio da condição de seriedade. Charaudeau (2005) apresenta alguns componentes deste *ethos* de sério: não ter um ar de quem brinca o tempo todo, ter índices corporais e

mímicos que denotam autocontrole e sangue-frio, ter índices verbais como um tom firme e comedido, preferindo construções simples, e uma elocução serena. Outra característica de seriedade está ligada à vida privada: não deve deixar que existam suspeitas de infidelidade conjugal ou de indiferença em relação à família. Este é um dos aspectos que explicam o sucesso de Bonner e Fátima à frente do Jornal Nacional. Eles são casados na vida real, têm três filhos gêmeos, o que os identificam socialmente como um casal modelo, e, no exercício profissional, ambos passam esta imagem de serenidade diante dos fatos, com reações comedidas e um tom firme de enunciação.

No caso dos apresentadores do Jornal Nacional, é possível verificar também que o *ethos* de credibilidade tem dois componentes: um é o conferido pelo espaço enunciativo, ou seja, pela posição de enunciadores do principal e mais antigo telejornal da televisão brasileira, o que os legitimam como enunciadores dos acontecimentos; e o outro componente é agregado pela condição de seriedade construída por Bonner e Fátima, a partir de índices de postura e de entonação verbal.

O ethos diplomático

Os personagens que representam os governos dos Estados Unidos e do Brasil, e que aparecem dando entrevistas nas reportagens seguintes, destacadas abaixo, produzem enunciados a partir de um campo enunciativo de poder, que é a sua identidade discursiva. É esta identidade que constrói o *ethos* de credibilidade das autoridades. Suas falas representam o pensamento de cada governo, denotam a linha de ação adotada por cada governo, suas razões e interesses. As características de identidade pessoal tanto do secretário de Estado norte-americano como do chanceler brasileiro pesam pouco em termos argumentativos. Eles são as vozes do poder e trazem para o texto do telejornal o discurso da diplomacia.

Nos próximos episódios da narrativa sobre identificação de turistas é possível entender melhor como estes enunciadores de autoridade se manifestam. O primeiro a assumir o conflito é o secretário de Estado dos Estados Unidos à época, Colin Powell, anunciado por Bonner como ‘o homem que comanda a política externa’ daquele país.

<p><i>Script do JN – 07/01/2004</i></p> <p><i>Estúdio: BONNER - VIVO</i></p> <p><i>VT- matéria</i></p> <p><i>Plano geral: Colin chega a uma sala acompanhado de uma funcionária para dar entrevista coletiva.</i></p> <p><i>Close nele, falando numa plataforma</i></p> <p><i>Ao fundo emblema dos EUA</i></p> <p><i>(não aparecem os jornalistas)</i></p> <p><i>Imagens do Itamaraty (externas)</i></p>	<p><i>O homem que comanda a política externa dos Estados Unidos, o secretário de Estado Colin Powell, criticou hoje o processo de identificação de cidadãos americanos nos portos e aeroportos do Brasil. A medida entrou em vigor na semana passada e foi determinada por um juiz federal de Mato Grosso.</i></p> <p><i>OFF –</i></p> <p><i>Foi numa entrevista coletiva. O secretário de Estado americano, Colin Powell, reclamou do processo de identificação de americanos no Brasil e avisou que vai conversar com o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Powell disse que os Estados Unidos estão identificando todos os visitantes que chegam ao país e que precisam de visto. E que um juiz brasileiro tomou esta decisão apenas para os americanos.</i></p> <p><i>Sobe som: trecho final da fala em inglês</i></p> <p><i>OFF –</i></p> <p><i>Horas antes da entrevista, o Itamaraty divulgou nota informando que o ministro Celso Amorim conversou com a embaixadora americana Donna Hrinack em busca de uma solução para o caso e que a preocupação do governo brasileiro é manter</i></p>
--	--

<p><i>Passagem: GIULIANA MORRONE Brasília</i></p>	<p><i>o alto nível das relações diplomáticas e assegurar um tratamento digno aos brasileiros no Estados Unidos.</i></p> <p><i>VIVO – O Ministério das Relações Exteriores lembrou que a ordem de identificar só os americanos foi da Justiça. O Itamaraty só vai decidir se comenta as declarações do secretário de Estado americano depois que ele ligar para o ministro Celso Amorim.</i></p>
---	---

Nesta reportagem, o secretário de Estado norte-americano é o personagem principal, identificado como ‘o homem que comanda a política externa dos Estados Unidos’ pelo apresentador do JN. Usando a força do cargo, Colin Powell critica o processo de identificação de turistas norte-americanos no Brasil. As imagens da matéria apresentam o campo enunciativo dele: uma plataforma, com o emblema dos Estados Unidos atrás. É o espaço de uma entrevista coletiva, e o secretário ocupa uma bancada que fica situada acima do espaço reservado aos jornalistas, que se presume que estão presentes, mas que a reportagem não mostra.

De acordo com as imagens, o secretário chega acompanhado por uma funcionária. Ao usar o lugar oficial de entrevistas do Departamento de Estado, o secretário dá um caráter formal à sua fala. Não é apenas o que ele diz, mas de que lugar fala. Ele está ali falando em nome do governo que representa, um governo que critica o governo brasileiro pela adoção da medida de identificação de turistas. Sua queixa é pontual: nos Estados Unidos, todos os visitantes que precisam de visto são identificados. No Brasil, só os norte-americanos passam por este processo.

Ele não usa, de início, a palavra ‘discriminação’, mas o significado de sua fala é o de que o governo brasileiro discrimina os cidadãos do seu país. Por outro lado, Colin Powell evita se referir à medida de identificação adotada nos aeroportos brasileiros, e se atém ao fato de que ela só atinge os turistas norte-americanos. Ou

seja, há o pressuposto de que o governo brasileiro tem o direito de adotar a medida e que ele, Colin Powell, tem o direito de exigir um tratamento igualitário para os seus cidadãos.

A reportagem mostra a resposta do Brasil, informando em *off* o conteúdo de uma nota oficial do Itamaraty. A nota afirma que o chanceler Celso Amorim conversou com a embaixadora dos Estados Unidos em busca de solução. O Itamaraty lembra que a decisão foi de um juiz brasileiro, e que a maior preocupação é de manter o alto nível das relações diplomáticas com aquele país e defender os interesses dos brasileiros. A nota do governo brasileiro também não fala em ‘discriminação’, mas ao usar a expressão ‘defender os interesses’, deixa implícito que os brasileiros estão também sendo discriminados quando visitam os Estados Unidos.

A diplomacia é um gênero de discurso político que tem a característica de ‘falar nas entrelinhas’. Evita-se o conflito aberto nos primeiros entrevistos, mas usa-se a fala do poder para transmitir recados sutis. A relação é conflituosa, mas todos usam ‘luvas de pelica’, um embate em que não se chega a negar os argumentos do oponente, mas que serve para estabelecer posições, afirmando as razões de Estado de lado a lado.

De que razões de Estado se fala? Ambos os representantes dos governos dizem que ‘defendem os interesses dos seus povos’. É um discurso que funciona para dentro, para acalmar os turistas e cidadãos contrariados de cada país. É também um discurso que reafirma a legitimidade do governo para agir em nome e em defesa do seu povo, sob pena, em caso contrário, de enfraquecimento político.

Por isso, as declarações são feitas no espaço público da mídia brasileira e norte-americana em geral. No caso do secretário de Estado norte-americano, usou-se toda a pompa do cargo para reafirmar a posição do governo em defesa dos interesses de seus cidadãos. ‘Nós estamos aqui para defendê-los’. Esta é uma tradução das entrelinhas da fala de Colin Powell e da nota do Itamaraty.

Por outro lado, do ponto de vista político, não há muito mais espaço para avanços. Não se chega a uma modalidade enunciativa de advertência, por exemplo. Seria temerário entre governos, já que a advertência coloca em risco as relações de cordialidade e traz em si a ameaça de retaliações. Há um princípio básico do qual não se fala, mas que é pressuposto: o da soberania de cada país. Soberania é um

valor que está na base da organização independente dos Estados e que estabelece o limite para as ações entre países.

Com estes limites, como transformar um dizer num fazer? Ou seja, como a atividade diplomática de um governo pode obter mudanças de atitudes de um outro governo sem atingir sua soberania? Este é o jogo da política exterior, que marca posições de forma estratégica e avança pela troca de compensações.

Lugares de onde se fala

No caso dos turistas do Brasil e dos Estados Unidos, a pressão norte-americana produziu alguns efeitos. É o que mostram os episódios seguintes.

<p><i>Script do JN – 08/01/2004</i></p> <p><i>Estúdio: BONNER - VIVO</i></p> <p><i>Imagens da embaixadora americana</i></p> <p><i>DONNA HRINACK Embaix. Americana no Brasil</i></p> <p><i>CELSO AMORIM Min. Rel. Exteriores</i></p> <p><i>Imagens da coletiva</i></p>	<p><i>Depois de criticar a forma de identificação de passageiros americanos nos aeroportos do Brasil, o secretário de Estado norte- americano Colin Powell disse hoje que a questão não deve ser um grande problema para os dois países.</i></p> <p><i>OFF-</i> <i>A reclamação da diplomacia americana contra o sistema de identificação aumentou:</i></p> <p><i>Sobe som: “aplicar só contra um país me parece um pouco discriminatório”.</i></p> <p><i>Sobe som: “nós também podemos dizer que somos discriminados porque 27 países estão isentos da medida norte-americana”.</i></p>
---	--

<p><i>de Colin Powell no dia anterior</i></p> <p><i>Cena de Powell sorridente da coletiva</i></p> <p><i>COLIN POWELL</i></p> <p><i>Seguem cenas de Powell com voz em BG</i></p> <p><i>(imagens de Powell na coletiva)</i></p> <p><i>COLIN POWELL com microfones de repórteres</i></p>	<p><i>OFF-</i></p> <p><i>Na conversa de ontem, por telefone, com o ministro das Relações exteriores, Celso Amorim, o secretário de Estado americano Colin Powell também reclamou. Defendeu uma solução rápida.</i></p> <p><i>Sobe som: “we respect Brazil”</i></p> <p><i>OFF-</i></p> <p><i>Hoje, Powell disse que os turistas que vão aos Estados Unidos sabem que a identificação é uma exigência de lei e que o procedimento é rápido e simples.</i></p> <p><i>Powell falou que o assunto não deve ser um grande problema para os Estados Unidos e o Brasil.</i></p> <p><i>Sobe som: “a major problem between USA and Brazil”.</i></p>
---	---

O texto da manchete, lido pela apresentadora, se organiza novamente em torno de um personagem principal, o secretário de Estado norte-americano, a quem se dá voz para criticar o tratamento dado aos seus conterrâneos na chegada ao Brasil. O corpo da matéria reapresenta o secretário Colin Powell e reproduz suas críticas. A pressão é grande e tem como coadjuvante a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil. Donna Hrinack gravou entrevista para dizer que *aplicar só contra um país me parece discriminatório*, ao se referir ao processo de identificação de visitantes norte-americanos nos aeroportos brasileiros.

Ambos, secretário e embaixadora, falam em contextos situacionais diferentes, ele nos Estados Unidos, ela na embaixada em Brasília, mas o contexto sócio-

político, ou o lugar simbólico de fala, é o mesmo: eles falam como representantes de um governo estrangeiro, e não como indivíduos. São sujeitos posicionados pela prática social e discursiva que os legitima para dizer o que dizem.

A enunciação se dá no contexto de uma entrevista para a imprensa, como forma de manifestar publicamente seu desagrado em relação a uma medida aplicada no Brasil. O enunciado é argumentativo e expõe o tema da *discriminação*. É, porém, uma argumentação não imperativa, mas modalizada por expressões como *we respect Brazil*, ou *this will not be a major problem*. Esta modalização permite deixar o caminho aberto ao entendimento na negociação.

Por sua vez, o ministro do Exterior, Celso Amorim, também responde no espaço público do telejornal para apresentar os argumentos do governo brasileiro, e também fala em *discriminação*. Mas mantém o diálogo diplomático por telefone, com o secretário Colin Powell.

Toda esta interação entre diplomatas se dá no espaço do telejornal, que apresenta uma reportagem editando as falas e colocando em *off* as ações dos personagens. Os trechos selecionados pela edição da fala do secretário norte-americano destacam as expressões modalizadas, e com isso, reproduzem o sentido do enunciado diplomático.

Ao dar destaque à frase em inglês do secretário de Estado, na qual ele afirma *we respect Brazil*, o telejornal reforça o sentido que a autoridade norte-americana quis dar: o de que os termos da negociação entre os dois países devem se dar em torno do respeito mútuo. É um enunciado que constrói uma imagem de Brasil como um país cujos esforços de desenvolvimento e de prática democrática merecem respeito e apoio. Uma imagem que agrada ao público brasileiro, com o qual o telejornal tem compromisso.

No jogo diplomático, porém, os Estados Unidos desenvolvem uma tática de ‘morde e assopra’. Elogia-se o outro país ao mesmo tempo em que se faz pressão para resolver o conflito. A explicação brasileira de que a medida aqui foi determinada por um juiz parece ter surtido efeito. Powell volta a carga, em nova entrevista, lembrando que a identificação no seu país obedece à lei. Ou seja, ambos os países estão cumprindo determinações legais. Este é um ponto comum sobre o qual não pode haver negociação. O pressuposto legal submete os governos. Mas Powell destaca a diferença, e diz que, lá, o procedimento é rápido. E termina garantindo: *this will not be a major problem between USA and Brazil*.

De novo, o morde e assopra. A matéria se encerra com a frase do secretário de Estado, e esta forma de edição reforça o sentido que o próprio Colin Powell quis dar, o de que os dois países não vão brigar por causa da identificação. Do ponto de vista diplomático, a frase parece selar um ponto de encontro, onde a exigência se reduz ao ritmo do procedimento de identificação de visitantes: ‘se for rápido como nos Estados Unidos, não teremos objeção’. É a busca do equilíbrio entre as posições, uma forma de tentar resolver o conflito. Entrou em jogo o que parece ser o *ethos* ponderado de Powell, que denota ser um político de caráter equilibrado e que não se deixa levar pela paixão dos cidadãos ou pela agitação da mídia.

Mas o tema da identificação de turistas volta a ser lembrado pelo Jornal Nacional, que apresenta duas entrevistas com autoridades do Itamaraty, e ambas reforçam o princípio da reciprocidade, como mostra parte do script.

<p><i>Script do JN - 10/01/2004 (trecho)</i></p> <p><i>Entrevista: RUBEM BARBOSA Emb. do Brasil nos EUA</i></p> <p><i>Passagem LUCIANA BACELLAR Brasília em externa no prédio do Itamaraty</i></p> <p><i>Imagem do carro oficial do MRE, com o ministro Celso Amorim acenando da janela do carro</i></p>	<p><i>Sobe som: “Os Estados Unidos defendem o seu interesse nacional e o Brasil está defendendo seus interesses nacionais em todos os pontos. Esta posição é respeitada pelos Estados Unidos”.</i></p> <p><i>VIVO- Os critérios para a criação de novas regras são dois: segurança e reciprocidade. Quer dizer: o visitante estrangeiro vai receber no Brasil o mesmo tratamento que o país dele dispensa aos brasileiros. Exatamente o que vem sendo feito em relação aos americanos que desembarcam aqui.</i></p> <p><i>OFF – Segundo o ministro das Relações Exteriores, este</i></p>
--	--

<p><i>Entrevista:</i> CELSO AMORIM <i>Min. das Relações Exteriores (pela janela do carro)</i></p>	<p><i>assunto será discutido pelos presidentes Lula e George W. Bush na semana que vem, durante a Cúpula das Américas no México.</i></p> <p><i>Sobe som:</i> <i>“Respeitamos e entendemos o problema de segurança que os Estados Unidos têm, mas acho que temos que encontrar uma solução que respeite também um tratamento digno para os cidadãos de todos os países e, digamos, com base no princípio da reciprocidade.”</i></p>
---	---

A entrevista de Celso Amorim, nesta edição do telejornal, apresenta uma característica visual interessante: ele fala à reportagem do Jornal Nacional da janela do carro oficial, à saída do Itamaraty. Ao contrário das entrevistas formais das autoridades norte-americanas, como Colin Powell e Condoleeza Rice, não há formalidade alguma na entrevista do chanceler brasileiro. Ele simplesmente abaixa o vidro do carro e dá uma declaração oficial à repórter. Este lugar enunciativo inusitado coloca algumas questões que subvertem a noção de que não se pode dissociar os conteúdos dos enunciados da legitimação da cena de fala (MAINGUENEAU, 2001).

A noção de que é a enunciação que legitima o enunciado pode ser observada no caso das falas das autoridades norte-americanas apresentadas na narrativa. São ‘falas do trono’, que criam uma situação formal para apresentar seus conteúdos, feitas nos palanques para entrevistas coletivas dos espaços públicos norte-americanos, que constroem o lugar de fala legitimado de pessoas investidas de posições sociais determinadas.

No caso do chanceler brasileiro, o lugar de fala é informal. Não é uma entrevista entre uma autoridade governamental e uma jornalista de televisão, que se caracteriza por um aparato enunciativo onde pessoas sentadas trocam perguntas e respostas. Ao abrir a janela do carro e se colocar à disposição da reportagem de televisão, o ministro se despiu do status de autoridade e se pôs no nível do cidadão

comum, que pára na rua e dá entrevista. Com isso, criou um efeito de aproximação maior do telespectador.

Apesar de ser uma entrevista casual de rua, ela é aceita como uma voz oficial. Segundo Ducrot, a eficácia do enunciado está no *ethos* do enunciador. “É na qualidade de fonte da enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por ação reflexa, tornam esta enunciação aceitável ou não” (DUCROT, 1984: 201).

Maingueneau (2001) sugere que a noção de *ethos* compreende não só a dimensão propriamente falante mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas à personagem do enunciador. É esta representação que faz emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de *fiador* do que é dito. A qualidade do *ethos* remete, assim, à imagem desse *fiador* que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado. “É por meio de seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer” (MAINGUENEAU, 2001).

Logo, a enunciação não é apenas uma cena de fala, mas um lugar social de fala, cujo ocupante é o fiador do seu discurso. No caso do chanceler Celso Amorim, a janela do carro foi o lugar de fala que, por sua vez, abriu uma outra janela, ou seja, a cena de um telejornal, onde ele tornou pública a sua interpretação da noção de reciprocidade. O telejornal funcionou como mediador entre o público e o ministro, cujo enunciado foi legitimado não só pelo seu status de autoridade como pelo próprio telejornal, que reafirmou o seu direito de dizer o que disse.

Por outro lado, independente de a cena enunciativa ser a janela de um automóvel, o ministro Celso Amorim fala do interior de um campo discursivo institucionalmente constituído, que é o da política externa, que lhe dá autoridade e organiza o seu texto. Isso significa que sua fala se insere em uma formação discursiva que determina as regras do dizer e os limites do que se pode dizer. É esta ordem do discurso diplomático, de onde emerge o texto do ministro, que produz os sentidos da sua fala, e que permite ao ministro falar e ser reconhecido como representante dos interesses da nação brasileira.

Reciprocidade: a palavra-chave

Fairclough (1995) observa que, muitas vezes, é útil para propósitos analíticos focalizar uma determinada palavra especialmente em casos onde seus significados estão envolvidos em processos de contestação e mudança social e cultural. Por sua vez, Eni Orlandi (2001) lembra que a análise trabalha com a textualização da política, ou seja, procurando examinar como o texto, ou a imagem, simboliza relações de poder. Hall (2003) se refere a uma tendência no jornalismo de traduzir o vocabulário oficial em idioma público e, ao fazê-lo, naturalizar o primeiro no horizonte de compreensão dos vários públicos.

É o caso da palavra *reciprocidade*. A palavra é comprida, de difícil compreensão, e não costuma freqüentar o noticiário televisivo. Por isso, teve que ser traduzida por repórteres e narradores do Jornal Nacional. As autoridades brasileiras ouvidas repetiram, em várias reportagens, que o visitante estrangeiro vai receber no Brasil o mesmo tratamento que o país dele dispensa aos brasileiros. A reciprocidade – ou seja, direitos iguais – é o significado novo dado ao conflito.

Eni Orlandi acentua que o primeiro gesto do analista é apreender a paráfrase. Ou seja, os significados dominantes. Nas reportagens, os narradores naturalizam o vocábulo *reciprocidade* traduzindo-o como direitos iguais, tratamentos iguais. Mas o que vem a ser recíproco? Tratamentos iguais? A embaixadora americana faz questão de mostrar a diferença entre os dois países, citando os equipamentos de fichamento, os nossos arcaicos e os deles modernos. Então, a *reciprocidade* se dá entre diferentes e não iguais. E isto remete a um significado histórico: o Brasil não é igual aos Estados Unidos. A colonização, os povos, a língua, tudo estabelece a diferença. Como povos de culturas diferentes podem se igualar diplomaticamente ou juridicamente a partir de uma lei de reciprocidade?

Outro termo com alto teor simbólico e que completa o sentido de *reciprocidade* é o de identificação. Identificar significa distinguir identidades. A narrativa construída pela série de reportagens sobre identificação de visitantes é, pois, uma história sobre identidades diferentes que acontece no cenário frio e impessoal dos Serviços de Imigração nos aeroportos de ambos os países. Toda identidade é relacional. Como bem acentua Woodward (2000), a identidade de um povo depende, para existir, de algo fora dela. A saber, de uma identidade que ela

não é. Ser brasileiro é ser “não-norte-americano”. Da mesma forma, ser norte-americano é ser “não-brasileiro”.

Existem problemas que reforçam o conflito. O tratamento de reciprocidade pressupõe o reconhecimento das similaridades entre os dois povos – pelo menos no campo da Política e do Direito. Mas ao afirmar a nacionalidade de cada povo, o significado criado é o da exclusão. Se você é brasileiro não pode ser norte-americano e vice-versa. Estes significados que emergem da narrativa em análise saem do campo verbal para o cultural e reconstruem o conflito entre os dois países: se somos diferentes como podemos ter tratamento igual? Mas se o tratamento é diferente ele se torna desigual.

A exigência de reciprocidade, portanto, deve se dar entre diferentes. Povos de origem, de cultura e de língua diferentes mas que, por força de lei, devem se respeitar. A reciprocidade defendida pelo governo brasileiro tem, assim, o sentido de igualdade na diferença. O tratamento igual significa, portanto, o respeito à diferença.

Em novo episódio, a questão da reciprocidade é retomada, e acrescida de uma nova palavra-chave, soberania. A reportagem, exibida no dia 9 de janeiro, mostrou ainda que a exigência norte-americana de maior rapidez na identificação foi compreendida e atendida pelo governo brasileiro. O texto anuncia a chegada de novos equipamentos que vão acabar com as filas nos aeroportos. É a informação que ganha destaque na chamada, mas a reportagem reacende a discussão sobre reciprocidade, reafirmando a prática como uma política de Estado do Brasil. Desta vez, é o ministro chefe da Casa Civil à época, José Dirceu, quem dá entrevista para falar da posição brasileira.

<p><i>Script do JN - 09/01/2004</i></p> <p><i>Estúdio BONNER – VIVO –</i></p>	<p><i>A identificação de americanos que chegam ao Brasil vai ser mais rápida a partir da quinta-feira que vem. Equipamentos da Polícia Federal parecidos com os usados nos Estados Unidos vão ser instalados nos portos e nos aeroportos.</i></p>
---	---

<p><i>VT – cenas de chegada de americanos no aeroporto de Brasília e SP</i></p> <p><i>Entrevista: JOSÉ DIRCEU Min. da Casa Civil</i></p>	<p><i>OFF – Os Estados Unidos cobram cem dólares de taxa para a liberação de vistos. O Brasil cobra o mesmo. Os europeus não exigem visto dos brasileiros. O Brasil não exige visto dos europeus. Esta é a regra da reciprocidade, usada pelo juiz de Mato Grosso para exigir a identificação de americanos quando desembarcam no Brasil. O governo quer adotar esta regra:</i></p> <p><i>Sobe som: “A norma internacional é que haja reciprocidade. Por isso, é que nós cobramos para expedir o visto do cidadão de procedência norte-americana, apesar de que a lógica econômica deveria dizer para não cobrarmos para aumentar o turismo mas existe o problema de soberania e de reciprocidade”.</i></p>
--	---

Para manter o princípio da reciprocidade, o governo brasileiro decide cobrar a taxa de 100 dólares. O *off* do repórter explica de forma clara o que significa a regra da reciprocidade dando o exemplo da taxa. O texto é feito de frases curtas, com verbos no tempo presente do Indicativo. Há uma reiteração do verbo, cujo efeito é o de reforçar o significado de reciprocidade: os Estados Unidos *cobram*, o Brasil *cobra*, os europeus *não exigem*, o Brasil *não exige*.

Na entrevista, o ministro José Dirceu usa elementos argumentativos do discurso econômico para colocar a questão da cobrança da taxa: *uma lógica que manda não cobrar para aumentar o turismo*. No entanto, reafirma a supremacia do discurso político da diplomacia brasileira, que ele define como ‘problema’: *existe o*

problema da soberania, da reciprocidade. Esta frase é dita pela autoridade considerada o super-ministro do governo Lula àquela época.

Ou seja, no dizer do ministro Dirceu, a soberania brasileira é um princípio de direito internacional que, ao ser imposto por ordem de um juiz, se torna um *problema*. É uma forma reveladora de qualificar um ato legal. É um problema porque impede os brasileiros de receberem bem, com a cordialidade de sempre, os estrangeiros que nos visitam? É um problema porque cria um atrito entre Brasil e Estados Unidos? É uma questão cultural que se choca com uma nova postura de cidadania?

Ao colocar em destaque a fala do ministro chefe da Casa Civil, o texto do telejornal evita o discurso indireto ou relatado, e deixa que a própria autoridade se manifeste. Não é o telejornal, mas é o ministro que revela sua atitude em relação à reciprocidade. E permite ao telespectador comparar as dificuldades brasileiras com a lei e a postura do governo norte-americano, para quem a identificação de visitantes é uma imposição legal que deve ser cumprida. Mostra, por outro lado, que reciprocidade não significa igualdade. De critérios, de motivos, de interesses.

Brasil-Estados Unidos: contexto histórico

As divergências em torno da prática da reciprocidade acontecem num momento em que chefes de Estado e de governo de 34 países se reúnem na Cúpula das Américas, no México. A notícia é o novo fato em torno do tema central da narrativa e permite ao repórter informar que haverá um encontro entre os presidentes Lula e Bush para falar sobre identificação de turistas.

<p><i>Script do JN - 10/01/2004</i></p> <p><i>ESTÚDIO FÁTIMA – VIVO -</i></p>	<p><i>Chefes de estado e de governo de 34 países vão participar da cúpula extraordinária das Américas, que começa segunda-feira em Monterrey, no México. Durante a reunião, o presidente Lula terá um encontro</i></p>
---	--

<p><i>Cenas de Condoleeza Rice em entrevista coletiva</i></p> <p><i>Passagem CRISTINA SERRA</i></p> <p><i>Nova Iorque</i></p> <p><i>Imagens externas do prédio da ONU</i></p> <p><i>Cenas de produção de grãos e de embarque deles</i></p> <p><i>Cenas nos aeroportos, de identificação de brasileiros que chegam aos EUA</i></p>	<p><i>em separado com o presidente dos Estados Unidos, George Bush.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>A secretária de Segurança nacional Condoleeza Rice explicou que a prioridade dos Estados Unidos no encontro é o combate à corrupção. Só há crescimento econômico sem corrupção, afirmou.</i></p> <p><i>VIVO</i> <i>Mas os Estados Unidos não são os únicos a ditar a agenda que interessa ao continente. Os países da América Latina têm assumido uma postura mais independente. Um artigo do jornal New York Times - um dos mais influentes dos Estados Unidos – destaca que a maioria dos países latino-americanos não se comportam mais como dóceis e confiáveis aliados dos americanos.</i></p> <p><i>OFF -</i> <i>Uma postura que ficou marcada nas discussões sobre a guerra contra o Iraque no Conselho de Segurança da ONU quando o México e o Chile se opuseram à ação militar. No caso do Brasil, segurança e comércio são os focos de tensão. O Brasil lidera a pressão contra os subsídios agrícolas e as barreiras comerciais., que impedem o aumento da exportação dos países em desenvolvimento.</i></p>
---	---

	<p><i>O ponto de atrito mais recente foi provocado pela identificação dos visitantes que precisam de visto para entrar nos Estados Unidos, entre eles os brasileiros. O governo Bush não gostou quando o Brasil adotou a mesma medida para os turistas americanos.</i></p> <p><i>Estes assuntos deverão ser tratados pelos presidentes Bush e Luís Inácio Lula da Silva no encontro em Monterrey, no México.</i></p>
--	--

A reportagem situa o contexto político do encontro falando das relações entre Estados Unidos e América Latina. Numa passagem ao vivo, a repórter Cristina Serra cita o jornal New York Times para falar que hoje, os países da América Latina têm assumido uma postura mais independente e a maioria dos países latino-americanos não se comportam mais como dóceis e confiáveis aliados dos americanos. Um exemplo de postura independente por parte do Brasil, segundo a repórter, é a pressão que o país faz contra os subsídios agrícolas e as barreiras comerciais norte-americanas, que impedem o aumento da exportação dos países em desenvolvimento.

Numa só reportagem, em três momentos, o encontro entre Lula e Bush é anunciado. É como se dessa conversa pudesse surgir alguma solução mágica para o impasse da identificação de turistas aqui e lá. Apesar do conflito de interesses, o momento político da reunião dos presidentes marca uma etapa bem diferente das relações entre Brasil e Estados Unidos, que já enfrentaram tensões piores no passado.

Ao afirmar que os países latino-americanos não são mais *dóceis e confiáveis aliados* dos Estados Unidos, a repórter não cita diretamente o Brasil mas fica o pressuposto de uma relação política que já existiu, quando a América Latina, incluindo o Brasil, era considerada o *quintal* dos Estados Unidos. Ao citar as divergências sobre questões econômicas de subsídios e protecionismo entre os dois

países, a reportagem, no entanto, apaga todo um contencioso que faz parte da história do continente.

Foi um período em que os Estados Unidos impuseram aos países latino-americanos não só uma hegemonia política como também econômica. O caso do petróleo foi um dos mais representativos desta relação conflituosa, quando técnicos dos Estados Unidos afirmavam que não havia petróleo no Brasil, cujo governo decidiu criar assim mesmo a Petrobrás. O apoio norte-americano aos governos militares no Brasil e a outras ditaduras na América Latina foi também um ponto de tensão e de conflitos, com vários episódios que envolveram seqüestro de embaixadores e manifestações populares em vários momentos da história do continente.

É a memória deste contexto histórico, um não-dito que não chega a ser implícito e nem subentendido na reportagem, que o novo conflito em torno da exigência de identificação traz à tona. Desta vez, há um novo discurso diplomático, que é uníssono na defesa da soberania brasileira. O embaixador brasileiro nos Estados Unidos usa a expressão *interesses nacionais* para se referir aos interesses de cada país, e assegura que os Estados Unidos respeitam esta posição do Brasil. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, por sua vez, também afirma respeitar os interesses dos Estados Unidos, mas é firme ao falar em tratamento digno para todos os cidadãos, de todos os países, com base no princípio da reciprocidade.

A fala do chanceler apresenta uma interpretação do que ele considera reciprocidade: um tratamento digno para os cidadãos. É um discurso que reforça a idéia de uma nação que cresce, se desenvolve, e que deseja se impor, conquistando respeito e tratamento digno.

O jogo das imagens e dos sentidos

Se o discurso oficial da diplomacia brasileira fala em igualdade de tratamento para turistas, um novo episódio, dois dias depois, mostrou que nem todos os brasileiros aceitam o *olho por olho, dente por dente*, em que se transformou o jogo diplomático. Samba, rosas vermelhas e um kit de boas vindas foram uma surpresa para os norte-americanos que desembarcaram no Rio de Janeiro.

A declaração de amor aos turistas, estampada em inglês em camisetas distribuídas no aeroporto, contrastou com a decisão do governo brasileiro de

assumir os procedimentos de identificação como medida oficial. A duplicidade de tratamento produz sentidos que colocam em lados diferentes as práticas de uma sociedade que valoriza a cordialidade, e as regras políticas de um governo que busca o reconhecimento igualitário.

A reportagem mostrada pelo Jornal Nacional naquele dia 13 de janeiro, no âmbito de uma narrativa que já se arrastava por duas semanas, se situa numa fronteira discursiva entre o que é cultural e o que é político, ao apresentar depois da matéria das flores o encontro entre os presidentes Lula e Bush em Monterrey, no México. O script abaixo mostra os trechos principais exibidos pelo programa.

<p><i>Script do JN - 13/01/2004</i></p> <p><i>Estúdio FÁTIMA – VIVO -</i></p> <p><i>Imagens de um kit de boas vindas sendo entregues</i></p> <p><i>close no kit componentes do kit</i></p> <p><i>cenas de turistas alegres mostrando a camisa</i></p> <p><i>Entrevista: turista</i></p> <p><i>outro põe a rosa nos dentes e faz gesto de agradecimento</i></p> <p><i>Cenas gerais no aeroporto, gente chegando, com malas, sendo identificada</i></p>	<p><i>Um dia depois da publicação de uma medida do governo federal que obrigou a identificação de americanos nos aeroportos do país, turistas foram recebidos com flores no Rio de Janeiro.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>Depois da identificação, o kit de boas vindas foi distribuído aos americanos que desembarcaram hoje no Rio: uma rosa vermelha, um pingente com o desenho do Pão de Açúcar e uma camiseta com a mensagem escrita em inglês: o Rio te ama. Este turista disse que foi a melhor recepção que já teve:</i></p> <p><i>Sobe som: “The best”.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>A iniciativa é resultado de uma parceria entre prefeitura, governo do</i></p>
---	--

<p><i>Passagem: ARI PEIXOTO Rio de Janeiro</i></p> <p><i>(fundo no saguão do aeroporto)</i></p> <p><i>Imagens dos computadores em grandes caixas</i></p> <p><i>Pilhas de fichas de papel</i></p> <p><i>Câmera e aparelho para pressionar o dedo</i></p> <p><i>Estúdio BONNER – VIVO –</i></p>	<p><i>Estado e organizações que trabalham com o turismo e foi uma resposta a uma medida aprovada pelo presidente Lula que obriga a identificação de americanos em todo o país.</i></p> <p><i>VIVO-</i> <i>A partir desta quinta-feira, a Polícia Federal vai instalar um moderno sistema para identificação dos americanos no aeroporto internacional do Rio e no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Os agentes vão aproveitar os equipamentos que tinham sido comprados para atualizar fichas de criminosos.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>Os computadores custaram quase cem milhões de reais e vieram da França e da Alemanha. Com eles, a Polícia Federal vai arquivar 2 milhões de registros que hoje estão em fichas de papel.</i> <i>Este é o aparelho que vai identificar as digitais dos turistas. Cada aeroporto vai receber 4 equipamentos, que vão fazer a identificação em apenas 30 segundos.</i></p> <p><i>Durante a Cúpula Extraordinária das Américas no México, o presidente Lula pediu ao americano George Bush o fim do visto para os cidadãos brasileiros em viagem aos Estados Unidos. Lula argumentou</i></p>
--	--

<p><i>VT – Bush discursando</i></p> <p><i>Trecho da fala de Bush</i></p> <p><i>Imagens de Bush e Lula se cumprimentando</i></p> <p><i>Passagem: CRISTINA SERRA</i></p> <p><i>Monterrey, México</i></p>	<p><i>que os dois países têm relações dinâmicas nas áreas de comércio, turismo, e no intercâmbio de estudantes, pesquisadores e de artistas.</i></p> <p><i>Antes Bush havia feito críticas aos regimes comandados pelo venezuelano Hugo Chavez e pelo cubano Fidel Castro.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>O discurso do presidente George Bush na Cúpula das Américas foi interpretado como uma severa advertência para Cuba e Venezuela. Não há espaço para ditaduras na América Latina.</i></p> <p><i>Sobe som: “no place in the Americas”</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>Com o Brasil um tom amistoso. Na reunião de meia hora com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Bush prometeu examinar a proposta brasileira de dispensa de vistos para cidadãos dos dois países.</i></p> <p><i>VIVO</i> <i>Seria necessário um acordo diplomático para efetivar a dispensa de vistos para brasileiros e americanos. O Brasil propõe que o acordo esteja fechado até o meio do ano. Os Estados Unidos já têm acordos deste tipo com 28 países. Além disso, Lula também propôs a suspensão imediata da identificação de brasileiros</i></p>
--	--

<p style="text-align: center;"><i>Estúdio - BONNER – VIVO</i></p>	<p><i>e americanos e reiterou o convite para que Bush visite o Brasil..</i></p> <p><i>Durante uma entrevista coletiva ainda no México, o presidente Lula classificou a identificação de brasileiros nos aeroportos americanos de descabida e disse que ela atrapalha o relacionamento entre os dois países. Segundo o presidente, os brasileiros não podem ser tratados como cidadãos inferiores. Lula disse também que o secretário de Estado americano Colin Powell virá ao Brasil entre fevereiro e março para continuar a discutir o assunto.</i></p>
---	---

Vale a pena analisar este episódio observando como as imagens constroem representações que colocam a narrativa em campos discursivos diversos. De um lado, há o campo discursivo do cidadão comum, que se expressa na reportagem usando múltiplos falares – gestos, músicas - que condensam o sentido de dar boas vindas à maneira brasileira. Outro campo discursivo é o da política externa, com todo o aparato de autoridade de que se reveste um encontro de cúpula entre chefes de governo. Os sentidos que aí se constroem são os de jogos de poder entre nações. Um terceiro campo discursivo é o do jornalismo, organizando textualmente os acontecimentos, numa só reportagem.

Este texto do Jornal Nacional, particularmente, mostra como a interdiscursividade é uma fronteira de confronto de sentidos. Perpassam o discurso jornalístico os fragmentos de vozes e de representações que ou polemizam entre si ou dialogam, falando de lugares sociais diferentes. Há a voz do cidadão comum a receber turistas do jeito que sempre fez, há a voz do governo brasileiro,

representado pelo presidente Lula, há as vozes dos repórteres e apresentadores, apresentando interpretações dos fatos, há a voz do governo norte-americano, representado pelo presidente Bush, que se apresenta ora em tom severo, ora em tom amistoso, segundo a reportagem.

O começo da narrativa se dá por um texto jornalístico objetivo, declarativo, e que fala da distribuição de um kit de boas vindas sem usar qualificativos e num tom neutro, pouco de acordo com as imagens: *uma rosa vermelha, um pingente com o desenho do Pão de Açúcar e uma camiseta com a mensagem escrita em inglês: o Rio te ama*. Ao mesmo tempo, são exibidas imagens da festa preparada pela prefeitura com o apoio de escolas de samba e organizações turísticas. É uma representação de um Brasil carnavalesco, alegre, festivo, que faz justiça à imagem criada por todas as publicidades feitas no exterior sobre o país.

Mais pelas imagens do que pelo texto do repórter, há uma construção de sentido de um Brasil como o país do carnaval, uma imagem que está cristalizada na memória coletiva não só dos estrangeiros como dos próprios brasileiros. É deste Brasil que aquele grupo de brasileiros quer falar ao receber turistas no aeroporto do Rio. Um país que encanta quem chega e que faz o estrangeiro sorrir, colocar a rosa entre os dentes, como fez um turista, e levar outro visitante a declarar que foi a melhor recepção que já teve na vida: *the best*.

Esta representação do país contrasta com a imagem que o governo quer criar, de um país que recebe os estrangeiros com um tratamento igual aos que os brasileiros recebem lá fora. As imagens mostram o contraste: primeiro a festa, depois o telejornal mostra imagens de caixas com computadores, das câmeras de fotografia e dos equipamentos para coleta de impressões digitais. É uma representação de um país que se equipa com tecnologia de ponta para identificar turistas com a mesma rapidez dos Estados Unidos.

O repórter que faz a cobertura no aeroporto parece mais entusiasmado com a tecnologia do que com a festa de recepção. Ele dá detalhes do equipamento e garante que, a partir de agora, a identificação vai levar apenas 30 segundos. Seu texto e as imagens dos equipamentos reforçam o sentido que o governo quer construir, quando decidiu oficializar como sua uma medida que começou por uma ordem de um juiz federal. É o sentido do Brasil como um país moderno e desenvolvido.

É esta imagem do país que o presidente Lula e o chanceler Celso Amorim apresentam em Monterrey, onde os presidentes se reúnem na Cúpula das Américas.

O novo cenário mostra imagens dos vários representantes de muitos países americanos e destaca o discurso do presidente dos Estados Unidos, George Bush. As imagens representam um jogo de poder que coloca de um lado os Estados Unidos e de outro, as demais nações latino-americanas. Numa manifestação de força, o presidente Bush joga duro com alguns países, mandando recados para Cuba e Venezuela, países que são considerados ditaduras pelo governo norte-americano. Se houve protestos, a reportagem não mostrou.

Ficou reforçado o sentido que os Estados Unidos pretendem dar à sua política externa na região, onde pretendem desempenhar o papel de guardião da democracia no continente, porque, como afirmou o presidente Bush, não há mais lugar para ditaduras: *no place in the Americas*. Esta declaração traz à memória o tempo em que havia, sim, lugar para ditaduras na América Latina, todas mantidas, apoiadas e financiadas pela nação do Norte.

Com o Brasil, um tom amistoso, afirma o noticiário. As imagens representam a idéia de uma parceria e aliança entre os dois países, ao mostrar os presidentes, Lula e Bush, se cumprimentando de forma amigável. O governo brasileiro insiste em transformar essa amizade em algo mais sólido, com a entrada do Brasil para o grupo dos 28 países considerados confiáveis. A imagem, novamente, é significativa: o irmão mais forte ouve com benevolência a queixa do irmão menor mas nada promete.

Em entrevista, o presidente Lula, longe do parceiro Bush, é mais enfático e critica a identificação de brasileiros nos Estados Unidos como *descabida*. Se a identificação lá é descabida, então, o pressuposto é que ela é também descabida no Brasil. Ou seja, fica ainda o sentido de que o Brasil adotou a identificação de turistas norte-americanos meio sem vontade, mas como forma de impor a reciprocidade, de *dar o troco*.

Brasil, o país do carnaval ou Brasil, o país do tratamento igual? Este confronto de sentidos sobre o país, que é mostrado pelo texto multi-modal do telejornal, coloca em confronto também dois discursos que opõem o passado ao futuro. É o discurso que nos reafirma como brasileiros pelas práticas culturais, e o discurso político do governo que busca apresentar o Brasil como uma nação moderna,

soberana e independente. Este confronto será melhor analisado no capítulo 12 desta tese, que vai trabalhar a questão da metanarrativa.

Dois ou três gestos, muitos sentidos

Um dos momentos tensos do conflito foi o episódio do gesto de um piloto norte-americano ao desembarcar no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, um dia depois da Cúpula das Américas. O piloto da American Airlines, Dale Hirsh, ficou irritado ao ser identificado pelos representantes da Polícia Federal e segurou o documento de identificação com o dedo médio, caracterizando um gesto obsceno, assim reconhecido internacionalmente, segundo a polícia. A imagem, apresentada no telejornal com destaque, provocou comentários de populares ouvidos e até do ministro Celso Amorim, que lembrou o que aconteceria com um brasileiro que fizesse o mesmo nos Estados Unidos.

Na chamada ao vivo da matéria, Fátima Bernardes classificou o episódio de incidente na crise entre Brasil e Estados Unidos, e falou que o comandante do avião foi detido, sem dizer a causa. A repórter começou o texto de forma narrativa e produziu um relato indireto da versão policial, segundo a qual os tripulantes do vôo da companhia norte-americana vinham rindo ‘em tom de deboche’.

<p><i>Script do JN – 14/01/2004</i></p> <p><i>Estúdio FÁTIMA – VIVO –</i></p> <p><i>Cenas do aeroporto</i></p> <p><i>Fila dos tripulantes</i></p>	<p><i>A crise entre Brasil e Estados Unidos causada pela identificação de cidadãos teve hoje um novo incidente. No aeroporto internacional de São Paulo, a Polícia Federal deteve o comandante americano de um avião vindo de Miami.</i></p> <p><i>OFF –</i></p> <p><i>Foi um vôo tranquilo de Miami a Guarulhos. Um pouso sem sustos. Segundo a Polícia, a tripulação vinha rindo em tom de</i></p>
---	--

<p><i>Comandante segura o número com o dedo médio</i></p> <p><i>Passagem: SONIA BRIDI São Paulo</i></p> <p><i>Imagens dos outros tripulantes numa sala</i></p> <p><i>Entrevista: FRANCISCO BALTHAZAR DA SILVA Superint. da PF-SP</i></p> <p><i>Cenas do comandante sendo preso, gente, imprensa, confusão</i></p> <p><i>Volta BALTHAZAR</i></p>	<p><i>deboche. O comandante era o primeiro da fila e mostrava aos companheiros, sempre segundo a polícia, como seguraria o número de identificação para a foto. A polícia entendeu que o significado era obsceno.</i></p> <p><i>Um gesto, uma foto. Para a polícia, a prova material do crime de desacato à autoridade, que no Brasil tem pena prevista de 6 meses a 2 anos de prisão.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>Os outros tripulantes tiveram a entrada no Brasil negada e ficaram numa sala esperando o voo de volta.</i></p> <p><i>Sobe som:</i> <i>“Eles não cometeram crime de desacato mas ficaram em apoio ao seu comandante e, em razão disso, o policial de plantão tem a prerrogativa de não dar o desembarque desses tripulantes e desses viajantes”.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>Já o comandante Dale Hirsh, de 52 anos, foi levado para a delegacia e fichado pela Polícia Federal.</i></p> <p><i>Sobe som:</i> <i>“este gesto é internacionalmente conhecido como gesto obsceno e não uma mera</i></p>
---	--

<p><i>Imagens do comandante sendo levado para o juizado</i></p> <p><i>Gente</i></p> <p><i>Entrevista: JOELMA DE SOUZA Atendente</i></p> <p><i>Mais imagens do comandante</i></p> <p><i>Estúdio: FÁTIMA -VIVO-</i></p>	<p><i>forma de segurar um documento”.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>Seis horas depois, o comandante foi encaminhado para um tribunal federal em Guarulhos. Na saída do aeroporto foi vaiado.</i></p> <p><i>Sobe som: vaias</i></p> <p><i>Sobe som:</i> <i>“A gente respeita eles e eles vêm aqui, vem desrespeitar a gente. Uma falta de respeito isso.”</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>Como não tem endereço fixo no Brasil, a Justiça deve decidir ainda hoje se o comandante pode voltar imediatamente com o resto da tripulação para os Estados Unidos.</i></p> <p><i>A American Airlines vai pagar a multa de 36 mil reais para que a tripulação e o comandante sejam liberados e possam retornar aos Estados Unidos.</i></p> <p><i>A companhia informou que lamenta o que chamou de mal-entendido ocorrido no Aeroporto de Cumbica. A porta-voz da empresa, Martha Denzel, disse que já pediu desculpas ao governo brasileiro e a todos que consideraram desrespeitosa a atitude do comandante.</i></p>
---	--

O gesto, considerado obsceno pela Polícia Federal, não chegou a ser filmado pela reportagem, que reproduziu a foto gravada pelo equipamento da polícia. No texto, a repórter classifica a foto do gesto como prova material do crime de desacato. Mas a narrativa da repórter Sonia Bridi é comedida, limitando-se a dar a versão policial e evitando mostrar indignação. Já as imagens do comandante da American Airlines sendo levado para a delegacia e depois para um tribunal federal em Guarulhos, cercado por gente e pela imprensa, e sendo vaiado, mostram o nível de tensão a que o conflito chegou.

Na reportagem, o superintendente da Polícia Federal foi a voz oficial, o enunciador de autoridade, que confirmou a versão do policial de serviço no setor de identificação: *este gesto é internacionalmente conhecido como gesto obsceno*. Interpretado como desacato, o gesto provocou uma reação forte: preso e levado ao tribunal, o piloto foi de novo levado para o aeroporto onde passou a noite junto com a tripulação, impedida de desembarcar porque deu apoio ao desacato.

No caso do gesto do piloto, o texto do telejornal destacou a versão policial, mas a exibição da foto com o gesto construiu um significado claro que prescindia de texto. O gesto é, de fato, reconhecido como uma prática cultural de ofensa adotada no mundo ocidental. No telejornalismo, imagem e texto interagem para a representação do real, criando efeitos de real e efeitos de sentido. A imagem é editada de forma a legitimar o que o texto afirma ampliando o efeito de real e ambos, texto e imagem, produzem sentidos sobre o acontecimento. Neste caso, a imagem era forte o suficiente para produzir o efeito que teve, e o texto, junto com a entrevista, ajudaram a fixar o significado.

O sentido do gesto foi claro e decodificado de imediato pelos telespectadores: o Brasil merece o desprezo dos norte-americanos, que se consideram ofendidos ao terem que passar por processos identificatórios semelhantes aos destinados aos brasileiros nos aeroportos dos Estados Unidos. É a reafirmação da desigualdade que as autoridades brasileiras tanto desejam negar, seja por meio de falas do ministro Celso Amorim, como até mesmo na conversa que houve entre o presidente Lula e o presidente Bush. Uma atendente ouvida no aeroporto foi a voz que sintetizou a reação do brasileiro comum à ofensa: *a gente respeita eles e eles vêm aqui, vêm desrespeitar a gente. Uma falta de respeito isso*.

No dia seguinte, o ministro Celso Amorim voltou a cobrar um tratamento igualitário para os viajantes de ambos os países, criticando o piloto. Apesar de ser

um representante do governo, ele falou mais como um cidadão, mostrando uma reação de pessoa comum ao fato, fazendo eco à voz das ruas:

“eu posso imaginar o que ocorreria com um brasileiro se fizesse a mesma coisa nos Estados Unidos ou em outro país. Então, eu acho que as pessoas têm que ter um comportamento civilizado”.

O episódio terminou com o pagamento de uma multa que possibilitou ao Jornal Nacional construir uma metáfora gestual. Antes, o apresentador anunciou o fim das filas nos aeroportos brasileiros.

<p><i>Script do JN – 15/01/2004</i></p> <p><i>Estúdio: BONNER – VIVO-</i></p> <p><i>Imagens: fila de identificação</i></p> <p><i>Turista americana idosa coloca o dedo no botão</i></p> <p><i>Turista aprovando</i></p> <p><i>Fotos de jornais americanos Capa do US Today</i></p>	<p><i>O piloto americano detido por desacato à autoridade em São Paulo deve voltar para os Estados Unidos esta noite. A American Airlines pagou a multa de 36 mil reais para liberar a tripulação. O tempo de espera para identificação nos aeroportos diminuiu hoje.</i></p> <p><i>OFF – Nos aeroportos internacionais de São Paulo e do Rio começou a funcionar hoje o esquema de identificação digital. O equipamento praticamente acabou com as filas.</i></p> <p><i>Sobe som: “is ok”.</i></p> <p><i>OFF – A identificação de americanos voltou hoje a repercutir nos Estados Unidos. Os principais jornais e redes de TV divulgaram a</i></p>
--	---

<p><i>Movimento panorâmico em manchetes e matérias do NYTimes</i></p> <p><i>Cenas do fato</i></p> <p><i>Imagens de Celso Amorim</i></p> <p><i>Entrevista: CELSO AMORIM Min. das Rel. Exteriores</i></p> <p><i>Imagens externas do asilo São Vicente de Paulo</i></p> <p><i>Procurador entrega comprovante</i></p>	<p><i>foto do comandante da American Airlines na chegada ao Brasil. Para o New York Times, o caso dele aumentou as tensões entre Brasil e Estados Unidos.</i></p> <p><i>O modo como o piloto Dale Hirsh segurou a ficha foi considerado obsceno pelas autoridades brasileiras.</i></p> <p><i>Os 11 tripulantes foram obrigados a voltar ontem mesmo para os Estados Unidos e o piloto ficou detido. Levado a um juiz federal, ele concordou em pagar 36 mil reais para evitar uma acusação formal por desacato à autoridade. Antes, passou a noite na sala vip da companhia aérea no aeroporto.</i></p> <p><i>Para o ministro das Relações Exteriores, o piloto agiu mal.</i></p> <p><i>Sobe som: “eu posso imaginar o que ocorreria com um brasileiro se fizesse a mesma coisa nos Estados Unidos ou em outro país. Então, eu acho que as pessoas têm que ter um comportamento civilizado.”</i></p> <p><i>OFF – Hoje, a quantia paga em dinheiro pela American Airlines foi depositada na conta bancária deste asilo, bem próximo do aeroporto de Guarulhos, gratuito, para senhoras.</i></p> <p><i>O diretor recebeu um comprovante de um procurador da República.</i></p>
---	--

<p><i>Passagem:</i> ALBERTO GASPAR <i>Guarulhos/SP</i></p> <p><i>Cenas internas do asilo, idosas andando, comendo, vendo TV</i></p> <p><i>Entrevista:</i> JUVENAL JORGE JANUÁRIO <i>Dir. do asilo</i></p> <p><i>Cenas de idosas comendo, rezando num pequeno altar, levantando as mãos para os céus</i></p> <p><i>Estúdio: FÁTIMA</i> <i>- VIVO-</i></p> <p><i>Imagens externas do palácio do Planalto</i></p> <p><i>Imagens do ministro do turismo</i></p>	<p><i>VIVO -</i> <i>Um gesto para uma foto em um segundo. O resultado disso para o asilo vai durar bem mais. O dinheiro é equivalente a dois meses de despesa. E na verdade, vai ser usado ao longo de muito tempo.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>Para a construção de uma ala de terapia ocupacional, para manter as idosas ativas. Ela já estava projetada. Faltava a verba. A ajuda é que parece ter caído do céu.</i></p> <p><i>Sobe som:</i> <i>“Pelos meus 22 anos de prestação de serviço à entidade não passou por mim valor maior do que esse.”</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>Moradoras, funcionários, todos agradecem. Também em gestos.</i></p> <p><i>No governo, o interesse do Ministério do Turismo é facilitar a entrada de americanos no Brasil, mas a identificação nos aeroportos vai continuar.</i></p> <p><i>OFF –</i> <i>É decisão do governo manter a identificação dos americanos que entram no Brasil.</i> <i>O ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, propôs ao presidente Lula</i></p>
---	---

<p style="text-align: center;"><i>Ministro do turismo em coletiva</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Passagem: GIULIANA MORRONE Brasília</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Entrevista: CELSO AMORIM Min. das Rel. Exteriores</i></p>	<p><i>que apenas a identificação nos aeroportos seja exigida dos americanos, dispensando o visto.</i></p> <p><i>Sobe som: “O Brasil ganha, pela entrada de mais turistas americanos, ele ganha divisas e as divisas são transformadas em emprego.”</i></p> <p><i>VIVO- O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, entende que é preciso haver regras iguais para os dois países. Se o visto não fosse exigido dos americanos, também não seria dos brasileiros. E usou o exemplo da Alca – o livro comércio de mercadorias das Américas defendido pelo governo americano - para explicar porque deveriam seguir regras mais simples a entrada e a saída de pessoas do Brasil e dos Estados Unidos.</i></p> <p><i>Sobe som: “Como é que você pode prever liberdade de movimento de mercadorias e dificultar a liberdade de movimento das pessoas? Qual é o sentido que faz você negociar uma área de livre comércio e criar empecilhos para que as pessoas se visitem mutuamente?”</i></p>
---	--

No episódio do gesto do piloto norte-americano, um outro gesto mereceu ser relatado no telejornal. Foi o da entrega do valor da multa paga pela American Airlines a um asilo situado nas proximidades do Aeroporto de Guarulhos. Toda a

cena foi representada na reportagem, desde a chegada do procurador da República ao asilo, a entrega do cheque ao diretor da instituição e as cenas das internas. O repórter Alberto Gaspar adota um tom emocional no seu texto ao explicar como o dinheiro da multa vai ajudar a construir uma ala de terapia para as idosas. O repórter utiliza também algumas figuras de linguagem, como a expressão de que o *dinheiro parece ter caído do céu*. O texto termina afirmando que todos no asilo agradecem, *também com gestos*. E a edição força um pouco o tom emocional ao mostrar imagens das idosas rezando, com as mãos postas para o céu.

Como parte do texto semiótico os gestos também significam. Num telejornal onde os gestos são comedidos, onde não se gesticula quando se fala, alguns gestos marcaram a narrativa da identificação de turistas, que se desenvolveu ao longo de duas semanas em edições diárias no telejornal. Foram gestos que fixaram a memória do acontecimento. O primeiro deles foi o da cena da identificação, com o gesto dos turistas norte-americanos mostrando os dedos sujos de tinta. A repórter nos Estados Unidos usou o polegar para mostrar, num gesto, como é a identificação nos aeroportos do país. Foram gestos que representaram o lado duro da lei, tanto lá quanto cá.

Um outro gestual marcou a recepção calorosa no Aeroporto do Rio, com flores e kits de boas vindas aos turistas. Uma representação de carinho. Já em Guarulhos, o gesto impensado de um piloto reacendeu os sentimentos anti-americanos do brasileiro. E o gesto das idosas, levantando as mãos para o céu, fecharam a narrativa, mostrando que, no final, tudo acabou bem.

Na parte IV deste trabalho, foram examinados trechos de várias reportagens que constituíram a narrativa de um episódio de tensão entre Brasil e Estados Unidos. O objetivo foi mostrar não só a macro-estrutura da narrativa, como a análise textual utilizada no telejornalismo para relatar os episódios nos quais a crise se desdobrou. Para a análise textual, foram utilizadas categorias como estrutura do texto, coesão entre imagem e fala, nominalizações, enunciadores e lugares de enunciação, e construção do ethos jornalístico, jurídico e diplomático.

Partindo da idéia de que é pela linguagem que se constrói discursivamente os acontecimentos, procurei buscar as marcas textuais dos vários discursos que se confrontam ou que dialogam num texto de telejornal, incluindo aí o próprio discurso da imagem, enquanto gesto, ação e identidade. Na parte seguinte, vou me dedicar a como estes discursos funcionam e como constroem a intertextualidade,

operando a inclusão da narrativa na história. Também na parte V, o objetivo final é mostrar como a narrativa retoma os fios dos significados do passado para reconstruí-los no presente.

PARTE V

O PLANO DA HISTÓRIA:

OS SENTIDOS DA IDENTIDADE NACIONAL

Capítulo 13

ARGUMENTAÇÃO: O JOGO DA DIFERENÇA

“Os discursos são elementos táticos ou blocos que operam no campo de relações de força: pode haver discursos diferentes e mesmo contraditórios na mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar sua forma de uma estratégia a outra que lhe seja oposta”. Foucault, apud Fairclough, 2001: 86

Nos capítulos precedentes, o objetivo foi identificar a trama narrativa, seus personagens, lugares de fala e sua inserção no texto jornalístico. Esta parte V é dedicada a uma segunda etapa da análise, que busca os significados históricos da narrativa em análise. Isto quer dizer tratar o texto jornalístico como um objeto histórico-discursivo, que permite retomar os sentidos do passado para reinterpretá-los e produzir novos sentidos para o futuro.

Como foi dito na parte metodológica, a notícia não é a representação transparente dos fatos, mas a articulação discursiva destes mesmos fatos. É pela prática social do telejornal que se produz um determinado discurso sobre o episódio da identificação de turistas no Brasil e nos Estados Unidos, que gerou uma crise diplomática entre os dois países. Este discurso do acontecimento remete a uma narrativa que reconstrói os sentidos de uma identidade nacional posta em discussão na atualidade da notícia.

Esta segunda etapa é, sobretudo, interpretativa. Interpretar, como tem proposto Orlandi (1996), é compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos. Por outro lado, a interpretação não é um mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. O dizer só faz sentido se a formulação se inscrever no domínio do interdiscurso.

Alguns dispositivos de interpretação serão usados nesta segunda etapa, como os processos argumentativos, a análise da polifonia, incluindo a intertextualidade e a interdiscursividade. O capítulo final será reservado ao trabalho de reconstrução das identidades mobilizadas pelo texto jornalístico.

A intencionalidade da linguagem

“Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinado, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência sócio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado”. Bakhtin, apud Maingueneau, 1997: 152

As notícias de televisão são relatos de acontecimentos que trazem para o interior do texto jornalístico sistemas de representação de diferentes campos discursivos. Isto significa que o texto do telejornal incorpora imagens e vozes de diversos campos sociais. Neste capítulo, quero analisar como o texto jornalístico dialoga com os outros textos que compõem a sua narrativa. Um dos caminhos deste diálogo é o argumentativo, que estabelece uma intencionalidade. Esta intenção de fala ou retórica está presente nos diversos textos que fazem parte de uma reportagem. Pela análise é possível verificar como o texto jornalístico interage com a argumentatividade dos vários falantes e se a incorpora. Pela análise da argumentação, é possível também perceber como se constrói uma retórica que procura fixar sentidos negativos para a identidade brasileira.

Ao lidar com outros campos sociais, o telejornal cumpre uma função que é a de dialogar com estes campos e a partir deste diálogo, estabelecer, na sua relação com a realidade, uma mediação que, para alguns autores, se dá por uma midiatização do real. Ou, melhor dizendo, por uma midiatização de falares e imagens que produzem representações de um episódio real.

O conceito de midiatização passa pela forma como a tecnologia desloca os lugares de fala, produzindo novos modos de produção e circulação de uma linguagem que se ancora na oralidade e na imagem para construir uma visibilidade cultural que altera a nossa percepção do presente. Neste sentido, a midiatização é uma explicação que foca muito na forma e no aparato tecnológico e deixa em segundo plano a questão da circulação de sentidos que o discurso televisivo permite e que constrói significados sobre a realidade além da mídia.

Martin-Barbero (2006) ecoa alguns autores que chamam a televisão de ‘máquina de produzir o presente’ e consideram que ela se dedica, na verdade, a fabricar o esquecimento, transformando acontecimentos em atualidades

instantâneas e de pouca duração. Barbero, no entanto, lembra que hoje existe uma ‘febre da memória’, representada pela expansão dos museus, pela moda retrô, pelo sucesso de novelas históricas e relatos biográficos, pela busca enfim, de significados que nos permitam reconstruir a nossa história. Assim, a televisão e seus produtos produziram não o esquecimento mas a mediação de uma história do presente.

É, portanto, de uma perspectiva menos midiaticizada e mais mediadora que analiso o discurso do telejornalismo, para investigar que tipo de memória ele produz sobre o presente a partir de um episódio que envolve a identidade do brasileiro. Um dos primeiros aspectos desta mediação é o da recontextualização dos processos argumentativos das outras falas, ou seja, como o texto do telejornal apresenta os diversos argumentos produzidos por outros atores sociais e políticos.

Um olhar sobre nós e sobre os outros

Um aspecto importante da linguagem é a sua função interpessoal, ou a sua função social, como definida por Halliday (1994). Ela diz respeito à interação que se estabelece pela necessidade que o ser humano tem de se comunicar com os semelhantes, estabelecendo relações e interagindo socialmente. Todo ato de fala pode ser visto como um discurso, ou seja, como uma ação sobre o mundo dotada de intencionalidade. Quando se fala busca-se influir outras pessoas, levando-as a compartilharem opiniões ou atitudes.

A intencionalidade da fala se manifesta pela argumentatividade, ou seja, pelo uso da linguagem com objetivos de persuasão, de convencimento. Na teoria pragmática, o argumento é visto como uma forma de interação que surge em determinados contextos onde ocorrem diferenças opinativas. Na perspectiva do discurso, o argumento é um dispositivo pelo qual se dá o confronto das vozes situadas em campos opostos.

Como vimos na parte metodológica, a argumentação trabalha em torno de dois eixos principais: o retórico e o demonstrativo. O argumento demonstrativo constrói sua estratégia com base em um eixo racional, utilizando-se da lógica, e apresentando provas e testemunhos que reforçam a presunção de verdade do texto. Já a argumentação retórica faz uso de estratégias e técnicas de sedução para convencer o leitor (EMEDIATO, 2007).

Na narrativa em análise, o argumento demonstrativo é construído preferencialmente pelo texto do telejornal. Por meio de imagens, falas testemunhais e a narração dos repórteres, o telejornal demonstra, por exemplo, em vários episódios, como a identificação de turistas penaliza os passageiros norte-americanos que desembarcam em aeroportos do Brasil e igualmente os passageiros brasileiros que chegam aos Estados Unidos. No primeiro dia do conflito, as reportagens mostram a mesma situação para os brasileiros lá, e para os norte-americanos cá. Todos recebem o mesmo tratamento.

No texto a seguir, falado por um repórter que acompanhava o desembarque no porto do Rio de Janeiro, há a intenção de mostrar o mal-estar nas filas e a reação dos turistas dos Estados Unidos:

“Hoje, depois das longas filas, as autoridades brasileiras se organizaram. Seiscentos turistas dos Estados Unidos, que vieram de navio do Uruguai foram identificados e fotografados pela Polícia Federal no porto do Rio de Janeiro. O procedimento durou apenas 45 minutos. Mas esta turista disse que perdeu no porto tempo que iria gastar fazendo compras. Para ela, o Rio saiu perdendo”. (JN, 09/01/2004)

O repórter utiliza a expressão *depois das longas filas*, para se referir aos dias anteriores, representando o desconforto como um efeito da medida legal. Na seqüência, afirma que *as autoridades brasileiras se organizaram*, ou seja, há o pressuposto de que, antes, havia uma bagunça. Aparentemente, a notícia procura focar de forma positiva a tentativa da Polícia Federal em realizar a identificação com maior rapidez. As imagens mostram que as filas diminuíram. Nesse sentido, o texto da notícia utiliza o argumento de demonstração para apresentar o esforço das autoridades brasileiras em organizar o procedimento nos aeroportos.

No entanto, ao citar a turista, o texto incorpora o argumento contrário à posição brasileira: *o Rio saiu perdendo*. Este é um argumento retórico, ou seja, se refere a uma opinião pessoal, subjetiva. A turista norte-americana constrói uma visão do *outro*, no caso os brasileiros, representado na frase pela designação do lugar, *o Rio*, que para ela perde porque diminui a sua estada na cidade. Com isso, por extensão, perdem os brasileiros porque ‘nós, os americanos, viemos aqui para

comprar'. É o significado implícito da fala. É também um argumento que estabelece uma relação econômica entre brasileiros e americanos. Se o turista vem para gastar aqui, para comprar, as entradas do país – os aeroportos e portos – devem se abrir para eles. Esta argumentação reforça o sentido de que a medida brasileira de identificação é negativa para o país.

Este é o sentido também que algumas autoridades ouvidas construíram ao longo dos onze episódios da narrativa. É o caso da entrevista do vice-presidente da Associação Brasileira de Turismo Receptivo, Roberto Dutra. A fala veio depois do *off* do repórter, que acompanhava o desembarque no aeroporto do Rio de Janeiro, mas que não apareceu em nenhuma passagem do texto. No seu texto, o repórter afirma que *apesar de o processo não estar tão demorado como no início da semana, uma empresa americana desistiu de presentear funcionários com uma viagem ao Rio quando soube do sistema de identificação no Brasil*. Depois desta frase, a edição colocou a entrevista do representante do turismo, criticando a medida.

“Um prejuízo bastante grande. Dizem que cerca de 720 mil dólares, só do nosso faturamento. Estou me sentindo até um pouco envergonhado porque estamos fazendo um papelão no mundo. Acho que, se nós queremos impor este tipo de medida, devemos fazer de forma correta, profissional, e não intempestivamente, como foi feito”.

(JN, 08/01/2004).

Na narração do repórter, a expressão *apesar de* é um operador argumentativo que opõe dois argumentos que se orientam em direção contrária, fazendo prevalecer o segundo. A asserção 1 – *apesar de o processo não estar tão demorado* – é recusada em nome da asserção 2 – *uma empresa americana desistiu de premiar empregados com viagem ao Rio*, que o texto adota, como uma verdade possível. A expressão *apesar de* tem valor concessivo, ou seja, admite a possibilidade de que o argumento da asserção 1 é válido, mas pela oposição na frase, o argumento da asserção 2 ganha mais força. Este argumento, no entanto, é apenas retórico, porque não se informa o nome da empresa americana e se, de fato, ela desistiu de incluir o Rio no itinerário dos seus funcionários. Aqui, ocorre uma polifonia, ou seja, o

repórter incorpora ao seu discurso uma afirmativa que deve ter tido sua origem na fonte ouvida, o representante da organização turística.

Este argumento ganha o reforço da entrevista do vice-presidente da Associação Brasileira de Turismo que fala de sua posição de autoridade na área. Seu argumento é mais emocional do que lógico. Fala vagamente de um prejuízo em dólares mas carrega especialmente no tom emotivo, dizendo-se *envergonhado* pela medida e fala de uma posição de brasileiro (*nós*), o que inclui a população em geral e amplia o alcance da sua crítica: *nós estamos fazendo um papelão*. É um argumento puramente retórico, que procura convencer os telespectadores a se sentirem envergonhados também.

O argumento usado pelo personagem ligado ao turismo constrói um *nós* que representa uma imagem de brasileiros que fazem um *papelão*, ou seja, que são desorganizados, incompetentes, *intempestivos* e não profissionais. Ela se opõe a uma outra imagem, construída pela imposição do procedimento de identificação, representada no texto pela presença dos policiais federais, que é a do brasileiro que exige um tratamento de igualdade em relação aos turistas estrangeiros.

Vale observar que há uma influência regional visível na produção de reportagens, o que denota um certo consenso opinativo produzido localmente. Trabalha-se com a pressuposição de que a medida nos aeroportos prejudica o turismo, e com isso prejudica também as cidades que vivem do turismo.

Nos episódios que mostraram gravações feitas no Rio de Janeiro, onde houve uma rejeição maior à medida de identificação dos norte-americanos, as reportagens, em geral, acompanham esta reação, e apresentam mais depoimentos de pessoas contra a medida, especialmente de autoridades ligadas ao turismo. Há uma construção semiótico-textual claramente retórica - voltada para atitudes e opiniões - que une texto e imagem para mostrar turistas contrariados, filas gigantes, policiais federais atrapalhados, e depoimentos que expressam o mal-estar pelo processo de identificação.

Já nas reportagens feitas em Brasília ou em São Paulo, os repórteres reforçaram o ponto de vista oficial. No primeiro dia em que vigorou a identificação no Brasil, o repórter em São Paulo demonstrou o registro das impressões digitais usando os próprios dedos e afirmando que o uso apenas do polegar tornou o processo muito mais rápido. Seguiu-se um diálogo com o funcionário da Polícia

Federal, no qual, pela primeira vez, se introduziu na narrativa a idéia de reciprocidade:

Policial: “como o que rege esta determinação é o princípio da reciprocidade, entendeu-se mais viável usar apenas o polegar direito.”

Repórter: “Que é o que acontece quando o brasileiro chega aos Estados Unidos”.

Policial: “que é o que acontece quando o cidadão brasileiro chega aos Estados Unidos, além do registro fotográfico”.

(JN-05/01/2004).

A reiteração na fala do policial, aqui utilizada como um dispositivo argumentativo, marcou de forma afirmativa o argumento da reciprocidade, fazendo-o ecoar mais significativamente para quem é brasileiro, ou seja, a construção argumentativa criou a presunção de igualdade, de direito a uma cidadania onde todos devem ser tratados de forma igual.

O argumento de reciprocidade foi utilizado ao longo dos episódios, primeiro por juizes federais, que destacaram o princípio de direito internacional, e com o passar dos dias, pelas autoridades diplomáticas brasileiras. É uma argumentação que se baseia na autoridade de quem fala, cuja presença aparece diretamente inscrita no texto semiótico, por meio das entrevistas, ou que é incorporada pelo repórter no seu *off*.

Repórter – off – “Os Estados Unidos cobram cem dólares de taxa para a liberação de vistos. O Brasil cobra o mesmo. Os europeus não exigem visto dos brasileiros. O Brasil não exige visto dos europeus. Esta é a regra da reciprocidade, usada pelo juiz de Mato Grosso para exigir a identificação de americanos quando desembarcam no Brasil”.

(JN- 09/01/2004).

Neste texto, o repórter usa uma figura de linguagem que é a analogia para explicar a reciprocidade. É o chamado argumento por demonstração, que utiliza uma questão concreta, a da cobrança de 100 dólares pelo visto, para comparar

regras adotadas por um país e seguidas por outro. Ao incorporar no texto jornalístico uma argumentação do campo da autoridade jurídica, sem contestação, ou apresentação de argumento contrário, a reportagem reafirma a posição brasileira. A forma como foi utilizada a palavra *reciprocidade* ao longo da narrativa, deu a ela a característica de axioma, uma verdade aceita sem discussão.

Já a argumentação das autoridades norte-americanas ouvidas pelas reportagens deixou de lado a questão da reciprocidade, por considerar este um campo minado, ou seja, um campo discursivo que reforçaria a posição brasileira. Todas as falas de representantes dos Estados Unidos argumentaram contra o processo de identificação de turistas no Brasil, utilizando vários qualificativos negativos. A primeira reclamação surgiu em forma de nota oficial da embaixada norte-americana.

Bonner - vivo- “Na nota, a embaixada reconhece o direito do Brasil de determinar os procedimentos de entrada de estrangeiros, mas esclarece que, nos Estados Unidos, o sistema de identificação de pessoas foi criado para dar mais segurança e planejado há mais de um ano para diminuir ao máximo o inconveniente dos passageiros”.

(JN, 05/01/2004).

Há de novo uma oposição argumentativa representada pela conjunção *mas*. Argumento 1- os Estados Unidos aceitam que o Brasil determine medidas de identificação nos aeroportos; argumento 2 – nos Estados Unidos o sistema de identificação foi planejado há mais de um ano para evitar inconvenientes aos passageiros. A presença do *mas* entre os dois enunciados introduz a versão norte-americana, cuja argumentação desloca o eixo do conflito. Equivale a dizer que não se discute a soberania brasileira, mas os métodos brasileiros.

De novo, a argumentação introduz a diferença entre eles, *os outros*, e *nós*, os brasileiros. O que está implícito nas falas é que ‘nós, os norte-americanos, somos organizados, ao contrário dos brasileiros. E nós temos um objetivo: oferecer segurança’. A questão da segurança, que ficou em segundo plano na maioria das reportagens, traz um pressuposto que estabelece outra diferença entre *nós*, brasileiros, e *eles*, americanos. É a idéia de que para os Estados Unidos, os

brasileiros podem significar um problema de segurança. Já para o Brasil, este problema não existe. Os norte-americanos não oferecem riscos ao país.

Há, portanto, na argumentação norte-americana, uma afirmação do ‘eu’ deles, da identidade norte-americana, que se estabelece por meio de uma negação do ‘outro’, no caso, os brasileiros. Toda a argumentação dos Estados Unidos, ao longo dos episódios desta narrativa, se desenvolveu construindo um sentido de negação do direito dos brasileiros de fazer o mesmo que eles fazem: ou seja, de impor regras para os visitantes.

Esta posição foi reforçada nos dias seguintes por altas autoridades do governo dos Estados Unidos, que utilizam todo um ritual enunciativo, como já foi visto no capítulo 11, para fazer valer o argumento. Colin Powell e Condoleeza Rice se alternaram na crítica ao processo de identificação de turistas norte-americanos no Brasil. Quando a discussão chegou ao nível de Estado, com autoridades de um lado e de outro reafirmando posições, a estratégia usada pelo telejornal foi editar as falas dos personagens em conflito no mesmo texto, como no exemplo a seguir:

Repórter – off – “A reclamação da diplomacia americana contra o sistema de identificação aumentou”.

Donna Hrinak (embaixadora) – “aplicar só contra um país me parece um pouco discriminatório”.

Celso Amorim (chanceler) – “nós também podemos dizer que somos discriminados porque 27 países estão isentos da medida norte-americana”.

Repórter – off – “Na conversa de ontem, por telefone, com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o secretário de Estado americano Colin Powell também reclamou. Defendeu uma solução rápida”.

Colin Powell (secretário de Estado) – “we respect Brazil”.

A acusação de discriminação feita pela embaixadora dos Estados Unidos, em fala gravada, foi um argumento retórico, mais como uma queixa, em que se estabelece uma reprovação de uma atitude do oponente. A resposta, também gravada, do chanceler brasileiro utilizou a mesma retórica e lembrou, de forma indireta, o argumento da reciprocidade.

Por sua vez, Colin Powell, em conversa telefônica com Celso Amorim, defendeu uma solução rápida. Aqui, o discurso é relatado. O texto do repórter utiliza o verbo *reclamar*, duas vezes, e o verbo *defender*. Ambos são verbos que modalizam de forma não categórica as exigências norte-americanas, e que têm pouca força argumentativa. Quem reclama não exige.

Os argumentos retóricos usados nesta reportagem são os de autoridade, divididos em dois tipos: o primeiro usa a autoridade reconhecida de um indivíduo sobre um assunto para dar credibilidade ao texto, quando o repórter relata uma fala de Colin Powell. No segundo, os próprios contendores – no caso a embaixadora e o chanceler – usam a autoridade do cargo como força argumentativa. Além das falas, a presença no vídeo é um reforço aos argumentos de ambos os lados.

Ao utilizar a fala gravada do secretário de Estado dos Estados Unidos afirmando que *we respect Brasil*, no encerramento da matéria, o texto do telejornal amenizou o conflito, atuando discursivamente como um mediador diplomático. O jornalismo cultua a racionalidade informativa, o que se chama de objetividade, mas a argumentatividade faz parte do texto da notícia mesmo quando não existe a intenção de persuadir o auditório adotando um ou outro ponto de vista. Argumentação tem a ver com intencionalidade, e neste caso, a intenção do texto foi equilibrar as posições em conflito e reforçar o respeito ao Brasil. Foi um discurso que afirmou para os milhões de telespectadores do Jornal Nacional que ‘os americanos estão dizendo que nos respeitam’.

É uma intencionalidade que inclui o repórter, e por extensão os editores do Jornal Nacional, na categoria de brasileiros, e, como tal, interessados diretamente em uma solução do conflito que não provoque danos para a imagem do Brasil.

O brasileiro em busca de respeito

Ainda no campo argumentativo, vale destacar a entrevista do presidente Lula, depois de um encontro no México com o presidente Bush, durante o qual se referiu ao impasse do tratamento dado aos brasileiros nos aeroportos norte-americanos e que provocou um tratamento recíproco no Brasil.

Bonner –vivo – “Durante uma entrevista coletiva ainda no México, o presidente Lula classificou a identificação de brasileiros nos

aerportos americanos de descabida e disse que ela atrapalha o relacionamento entre os dois países. Segundo o presidente, os brasileiros não podem ser tratados como cidadãos inferiores. Lula disse também que o secretário de Estado americano Colin Powell virá ao Brasil entre fevereiro e março para continuar a discutir o assunto”.

A fala de Lula foi relatada pelo apresentador William Bonner, o que faz supor que a entrevista, feita no México para a imprensa brasileira e internacional, não teve condição técnica, por diferença de fuso horário, de ser exibida no Jornal Nacional daquele dia. Por isso, a fala foi usada como nota ao vivo, um recurso que o telejornalismo usa quando não tem acesso a uma entrevista ou fato. No texto de Lula, foram usados dois argumentos. Um é o de considerar a identificação de brasileiros nos aeroportos norte-americanos como ‘descabida’. É um qualificativo que reforça a idéia de impropriedade da medida. O outro argumento foi o de afirmar o respeito à cidadania brasileira.

Como presidente da República, a fala de Lula tem o reforço argumentativo de autoridade que o legitima a defender o povo brasileiro. Esta autoridade que lhe dá o cargo é acrescida de um outro reforço argumentativo que é o seu próprio carisma. É interessante observar que o lugar de fala de Lula é especialmente simbólico, por causa das suas origens, como trabalhador que chegou à presidência do país, e também pelo seu carisma pessoal, construído ao longo de uma vida de liderança política.

É esta imagem que ele apresenta em seus compromissos no exterior, buscando, sobretudo, o respeito da comunidade internacional. Ao afirmar, em solo estrangeiro, que o brasileiro não pode ser tratado como cidadão inferior, Lula está usando o próprio carisma para argumentar em favor dos brasileiros.

O enunciado de que o brasileiro não pode ser tratado como um cidadão inferior gera uma questão: inferior a quem? No caso, a resposta implícita é a de comparação com os cidadãos de outros países que não precisam de processos de identificação para entrar nos Estados Unidos. O argumento de Lula utiliza um subentendido de que o Brasil é um país amigo como os outros e, portanto, merece um tratamento melhor.

Este argumento é contraditado de forma indireta pelas autoridades norte-americanas, que apresentam, nas reportagens, uma imagem do brasileiro como um imigrante que tenta entrar ilegalmente no país. Nesta reportagem feita parte nos Estados Unidos e parte em São Paulo, são dadas as razões para o tratamento dispensado aos brasileiros:

Repórter- off –“São vários os motivos alegados pelo governo americano para restringir a entrada de brasileiros. Os americanos só liberam a exigência de vistos para países que oferecem passaportes à prova de fraude.

A polícia federal reconhece: o passaporte brasileiro não é um documento seguro. O modelo tem 20 anos e nunca foi atualizado. A marca d’água é frágil, o plástico protetor sai com facilidade, e a foto pode ser trocada.

Uma outra exigência dos Estados Unidos: que os países tenham menos de três por cento de vistos negados. Não é o caso do Brasil, segundo o consulado americano em São Paulo. Os brasileiros estão entre os que mais apresentam documentos falsos na hora de tirar o visto.

O governo americano disse ainda que, no ano passado, 5 mil brasileiros foram pegos tentando entrar nos Estados Unidos pela fronteira do México. O número só não é mais alto do que de mexicanos e cidadãos da Guatemala. Os presos são deportados”.

É o argumento da ilegalidade, que é generalizado e, com isso, atinge a todos os brasileiros, colocados numa situação de marginalidade, ou seja, à margem de um tratamento de igualdade. Uma imagem não muito simpática àqueles brasileiros que vão atrás do sonho americano como muitos cidadãos de outros países que emigram para os Estados Unidos, em busca da maçã dourada, do símbolo de riqueza e felicidade que o país do norte sabe vender tão bem por meio de sua indústria cultural. Uma riqueza que muitos descobrem depois não estar ao alcance de todos.

Estas colocações feitas por representantes do governo norte-americano, nem sempre gravadas, são repetidas em episódios seguintes, e reafirmam o argumento da ilegalidade, que justifica o tratamento desigual aos brasileiros. Uma funcionária do

consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro reforça este ponto de vista, numa entrevista ao Jornal Nacional, em termos até certo ponto grosseiros:

“As pessoas que podem mostrar que não são imigrantes podem ir aos Estados Unidos. Se elas não podem mostrar isso, se parecem imigrantes, temos que negar o visto. Não queremos os brasileiros, nós queremos os turistas.”

(JN, 16/01/2004).

O sentido é claro: os brasileiros, como outros latino-americanos, são indesejáveis: podem visitar o país mas não podem morar nos Estados Unidos. Lembra muito a imagem que Hollywood construiu por muito tempo de *nosotros*, os latinos, como pessoas inferiores, ligadas ao tráfico de drogas e ao crime. É uma imagem que choca porque acentua a diferença pela discriminação e pelo preconceito.

Há aí uma dicotomia clara: um ‘eu’, o norte-americano, sujeito civilizado, com um bom nível de qualidade de vida, com superioridade moral que permite julgar e dar lições de democracia a outros povos, e um ‘outro’, os latinos e o Terceiro Mundo em geral, vistos como cidadãos fracos, com governos corruptos e líderes populistas, que podem significar uma ameaça. Ou seja, para o governo dos Estados Unidos, seus cidadãos devem ter a liberdade de ir e vir porque não representam perigo para outros países, ao contrário dos brasileiros, que precisam passar por um crivo de segurança. É uma presunção de verdade que reafirma uma posição hegemônica para aquele país.

Uma reportagem reforça esta imagem ao mostrar as exigências para que um brasileiro visite os Estados Unidos. Gravada na porta do consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, exhibe falas de pessoas que tiveram o visto negado e um *off* do repórter acompanhado de um texto escrito na tela onde se coloca as exigências feitas aos turistas brasileiros:

Flávio Fachel (repórter) off –

“Os funcionários do consulado confirmam: conseguir o visto para os Estados Unidos está mais difícil desde que o país decidiu se proteger contra o terrorismo. Além do passaporte, de uma foto 5

por 7 e do pagamento de 335 reais de taxas, os americanos exigem provas de que o candidato a turista tem vínculo com o Brasil e não planeja morar lá ilegalmente. Pode ser preciso mostrar carteira de trabalho assinada, declaração de imposto de renda, contra-cheque, certidão de casamento, extrato bancário, declarações de matrículas em escolas ou universidades. Além de tanta papelada, ainda há uma entrevista com perguntas padronizadas”.

Segue uma entrevista com um estudante que sai do consulado e que, pela imagem triste, não conseguiu o visto.

Repórter: “O que perguntaram para você?”

Estudante: “Se eu era casado, se eu tinha filhos”.

Repórter: “Quantos anos você tem?”

Estudante: “Quatorze”.

(JN, 16/01/2004)

O texto do telejornal, explicando as exigências norte-americanas para a concessão do visto, reforça a posição argumentativa dos Estados Unidos, que jogam duro com o Brasil. O exemplo do estudante de 14 anos é, apesar de engraçado, sintomático de uma posição de endurecimento que, ao ser apresentada no Jornal Nacional, buscou desestimular brasileiros de viajarem aos Estados Unidos.

Apesar da aplicação do princípio da reciprocidade aos turistas norte-americanos, por parte do Brasil, e de todo o esforço diplomático, envolvendo o chanceler Celso Amorim, embaixadores e o próprio presidente Lula, no sentido de conseguir um tratamento mais igual para os brasileiros nos Estados Unidos, foi ficando claro, pelas reportagens, que este era um jogo difícil de ganhar.

A retórica da imagem

Qual é o papel da imagem na construção argumentativa de uma narrativa que trata do conflito de interesses entre dois países? Um ex-diretor da TV-Globo em São Paulo, Woyle Guimarães, gostava de afirmar que “televisão é emoção”, referindo-se especialmente à função da imagem no telejornal. Esta emoção é ativada pela linguagem visual ao representar as interações e relações conceituais entre pessoas, lugares e coisas expostas na imagem, por meio de duas ordens de significação: a denotação e a conotação.

Segundo Barthes (1964), a denotação se refere ao senso comum, ou seja, ao significado óbvio do signo. Já a conotação é a interação que acontece quando o signo encontra as emoções e os valores culturais dos seus usuários. No caso das imagens mostradas pelas várias reportagens, a primeira ordem de significação é a do significante, ou seja, a simples reprodução de cenas de filas e de processos de identificações em aeroportos.

Numa segunda ordem de significação, a da conotação, as imagens cumprem uma função de representação social, transmitindo quem são as pessoas filmadas, como se vestem, que sentimentos passam, como reagem a filas em aeroportos. As imagens representam ainda relações sociais, ou seja, de que forma as pessoas representadas interagem entre si. Produzir uma imagem envolve não apenas uma escolha de um determinado enquadramento, mas também a seleção de um “ponto de vista”, que implica em representar atitudes subjetivas e atitudes socialmente determinadas (KRESS AND VAN LEEUWEN, 1996).

A representação é “uma prática que implica um trabalho ativo de selecionar, estruturar e dar forma e não simplesmente transmitir um significado já existente” (HALL, 1982). No caso da representação audiovisual, esta prática tenta fixar significados a partir de um ponto de vista que, muitas vezes, reforça uma relação de poder.

As imagens de matérias gravadas em aeroportos mostram uma interação social que coloca em confronto os turistas e as autoridades policiais. Há aí a representação de uma relação de poder que obriga os turistas, sejam eles norte-americanos ou brasileiros, a permanecerem em fila, pacientemente, e a se sujeitarem ao processo de filmagem digital dos polegares. A conotação da imagem é a de uma atitude socialmente determinada – a de se curvar à autoridade policial. Por outro lado, ao

falarem à reportagem, os turistas expressam atitudes subjetivas, que são individuais, e mostram reprovação, calma ou aceitação.

Outras imagens que têm conotação de poder são as das entrevistas coletivas de autoridades norte-americanas, como Colin Powell e Condoleeza Rice. Eles falam do alto de tablados, tendo atrás de si símbolos dos Estados Unidos, e estes são argumentos visuais que reforçam estrategicamente os argumentos orais. Por sua vez, as autoridades brasileiras falam em lugares pouco identificados, enquadradas em planos fechados, o que não produz uma representação emblemática de poder. Até mesmo o chanceler brasileiro, ao dar uma entrevista da janela do automóvel oficial, se despe de uma representação de autoridade.

As cenas gravadas em aeroportos, exibidas ao longo dos vários episódios, fixam denotativamente os locais, como espaços de pessoas desembarcando, entrando em filas, saindo com malas, e, por outro lado, constroem uma segunda ordem de significação, que é a de que aeroportos são iguais em qualquer lugar do mundo, assim como os turistas, pessoas que são passageiras naquele cenário, num duplo sentido.

No caso das reportagens em exame, as imagens estão ancoradas no texto verbal. Ancoragem é um termo que Barthes usa para designar a função das palavras num texto semiótico, que é a de fixar “a flutuação polissêmica das imagens” (BARTHES, 1964). Segundo Barthes, as imagens visuais são altamente polissêmicas, oferecendo ao espectador um amplo leque de significados. Cabe à palavra estreitar este leque, numa outra função que Barthes chama de denominação. Quando, por exemplo, a repórter afirma que *no Aeroporto John Kennedy em Nova Iorque...*, o texto verbal ajuda a situar de forma correta o local do acontecimento.

Algumas imagens são particularmente retóricas, como a da festa feita por instituições turísticas no Aeroporto do Rio de Janeiro. As cenas mostraram uma recepção aos turistas norte-americanos com flores, um kit e uma camiseta onde se lia *Rio loves you*. Foi um ato social que buscou uma interação direta com os turistas e cujo sentido foi o de apagar qualquer desconforto pelo processo de identificação e pelo tempo nas filas. É a retórica da emoção, da alegria, oferecendo ao turista estrangeiro a idéia de que, no Rio, tudo é festa, tudo é samba, e que o estrangeiro é bem vindo.

As imagens da recepção, que mostravam também turistas satisfeitos e alegres, representaram um reforço argumentativo grande às opiniões de autoridades do

turismo que são contra a identificação dos norte-americanos. E retomaram o significado do Brasil mais à semelhança da imagem histórica que o país tem criado sobre si mesmo: o país do samba, do carnaval, da mulata.

Uma imagem, dias depois, a do piloto norte-americano mostrando o dedo médio ao policial brasileiro, num gesto universalmente reconhecido como desacato, foi uma representação de desprezo e de arrogância que atingiu a todos os brasileiros. E que teve como reação as vaias produzidas por quem estava no aeroporto e a prisão do piloto.

Duas imagens, dois discursos opostos: o Brasil como país do carnaval, a receber os turistas com festa e flores, e o Brasil que exerce o direito à igualdade, fazendo os turistas obedecerem à lei do país, da mesma forma como acontece com os brasileiros no exterior. As duas imagens estabelecem uma fronteira discursiva, onde surge a possibilidade de mudança social e, em conseqüência, mudança cultural. Ao serem exibidas, as imagens ajudam a construir a reflexão sobre nós mesmos e nossas identidades.

Intertextualidade: as vozes do poder

Um problema que se coloca para a análise discursiva de uma reportagem de telejornal é o da ambivalência textual, ou seja, como analisar um texto que é multiplamente determinado por vários outros textos que entram em sua composição. Fairclough (2001) considera que os enunciados são inerentemente intertextuais, ou seja, são constituídos por elementos de outros textos e, por isso, a intertextualidade deve ser um foco da análise do discurso.

No caso do telejornal, a intertextualidade é manifesta, um termo utilizado por Maingueneau (1987) para se referir aos outros textos que estão explicitamente presentes no texto sob análise. No texto do telejornal, há uma integração dos elementos heterogêneos, de forma a produzir um só enunciado, o do texto jornalístico. Entram nesta composição as imagens, os *offs*, as passagens de repórteres, as chamadas dos apresentadores, as imagens e falas dos entrevistados. Alguns destes textos pertencem ao campo jornalístico enquanto outros estão relacionados a vários campos sociais.

Os diversos textos são manifestamente marcados – como sonoras, constituídas por pequenas entrevistas dos diferentes personagens, as imagens e sons, e outros

textos não-verbais como caracteres em tela, e até cartazes. Mas o texto do repórter, o *off*, incorpora, muitas vezes, um outro texto sem que este esteja explicitamente sugerido. É o que se chama intertextualidade constitutiva. Alguns exemplos são significativos desta diferença. Se o repórter usa no seu texto a tradução de uma fala feita em inglês, afirmando que *esta turista disse*’ ou *este engenheiro afirmou*, a intertextualidade é manifesta. Já quando ele incorpora no seu texto uma informação recebida de uma fonte, que não é citada, a intertextualidade é constitutiva.

Esta heterogeneidade do texto jornalístico, especialmente do texto do telejornal, traz para o interior da notícia as diversas imagens e vozes que representam as pessoas envolvidas numa determinada situação. É uma polifonia intrínseca que permite o dialogismo no interior do próprio texto. É o que mostra o trecho seguinte, que fez parte de uma reportagem:

Donna Hrinak (embaixadora) – “aplicar só contra um país me parece um pouco discriminatório”.

Celso Amorim (chanceler) – “nós também podemos dizer que somos discriminados porque 27 países estão isentos da medida norte-americana”.

Aqui, nós temos o discurso direto representado pela presença, na reportagem, de dois diplomatas. Pela amplitude do conflito que se formou em torno da questão da identificação de turistas, os textos do telejornal, no período examinado, evitaram o discurso relatado, onde quem relata cria uma outra estrutura enunciativa. Houve uma preferência pela intertextualidade manifesta, marcada no texto pelas imagens e vozes de autoridades brasileiras e norte-americanas.

O fragmento acima traz para o interior do texto do telejornal as vozes da diplomacia, falando de campos opostos, ou seja, de uma situação de confronto. No caso acima, há um jogo verbal que representa uma relação de poder onde estão em confronto as posições políticas dos dois países. É uma relação que busca pelo discurso a hegemonia de uma determinada posição diplomática. Fairclough (2001) ressalta a importância do conceito de hegemonia para o estudo das relações de poder.

Segundo Gramsci, que cunhou o termo, hegemonia é a liderança que se exerce seja no campo político, econômico, cultural ou ideológico. Hegemonia é também

um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos, para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, e que se realiza mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento. (GRAMSCI, apud FAIRCLOUGH, 2001).

Voltando ao texto que apresenta o diálogo entre a embaixadora norte-americana e o chanceler brasileiro, há um jogo de poder que envolve a palavra *discriminação*. A palavra foi usada por ambos os representantes dos dois países no sentido de separar cidadãos, submetê-los a um processo de identificação. São dois textos, dois enunciadores diplomáticos, cada um com seu lugar de fala político, apresentando um enfrentamento que não se deu fisicamente, mas no espaço intertextual do telejornal, por efeito de uma edição de falas justapostas.

A edição destacou as falas como num duelo onde se mediu forças sobre quem discrimina quem. Ou sobre quem tem o direito de discriminar o outro. A justaposição das falas serviu para mostrar que, por trás do debate sobre o tratamento dispensado aos turistas, há uma hegemonia sendo contestada. A liderança exercida pelos Estados Unidos, no mundo e especialmente na América Latina, sofre um pequeno desgaste com a decisão do governo brasileiro de usar a reciprocidade como base de um novo relacionamento. Este novo parâmetro confrontou uma prática assimétrica de poder que, historicamente, tem marcado o relacionamento entre os dois países.

O próprio processo de identificação de brasileiros nos Estados Unidos é característico desta prática. O governo norte-americano decidiu unilateralmente que o Brasil não era um país confiável e que os brasileiros seriam identificados, em nome da 'segurança', nos aeroportos daquele país. Ou seja, a identificação foi uma imposição aos cidadãos brasileiros. Acostumado a uma relação de subordinação com os Estados Unidos, o governo brasileiro não reagiu de imediato. A reação partiu de um juiz federal de Mato Grosso que encontrou um dispositivo na lei que permitia aplicar o princípio da reciprocidade.

Durante alguns dias, o governo brasileiro ficou indeciso em apoiar a medida. A discussão entre juristas tentou desqualificar a decisão do juiz federal. Autoridades ligadas ao turismo engrossaram o coro contra a identificação. Vale dizer contra a reciprocidade. Esta reação brasileira ia ao encontro da posição norte-americana, de restaurar uma relação que era confortável para os Estados Unidos.

Passados alguns dias, o governo brasileiro se articulou e começou a produzir, por meio dos seus porta-vozes, um discurso uníssono em defesa da reciprocidade. Esta posição provocou uma reação contrária. Como disse um repórter num dos episódios, *a reclamação dos Estados Unidos aumentou*. O texto do jornalista é o lugar do jogo dos sentidos e é uma peça de um processo discursivo maior, que reflete a luta por uma posição hegemônica norte-americana. Esta luta deixa marcas no texto do Jornal Nacional, onde as reclamações de autoridades dos Estados Unidos ganham espaço. Como diz Vignaux (apud ORLANDI, 1999:73), “o discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade, mas funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação”.

E as reclamações produzem efeito, levando o governo brasileiro a ceder em alguns aspectos, e isto se torna visível pelas reportagens, que mostram a compra de novos equipamentos para agilizar a identificação nos aeroportos. Os textos informam que o governo começa a estudar um novo modelo de passaporte mais moderno e com mais quesitos de segurança. Nos encontros formais de autoridades dos dois países, o Brasil insiste na reciprocidade, ou seja, no tratamento igual. Este confronto produz o encontro entre os presidentes Lula e Bush, este último simpático, atencioso, mas não há mudanças.

Todo esse embate é construído intertextualmente pelo telejornal, que busca apresentar os dois lados da disputa diplomática. Mas o episódio do piloto norte-americano, fazendo um gesto de desacato para o policial federal no aeroporto de São Paulo, serviu para transformar o Brasil e os brasileiros em parte ofendida. O tom de voz do repórter, o som das vaias contra o piloto, a postura do policial federal, a imagem do piloto sendo preso, foram as marcas não-verbais que ajudaram a criar um significado geral do Brasil como um país que não estava sendo respeitado porque estava agindo de acordo com a lei.

Ao comentar o episódio, o chanceler brasileiro resumiu o sentimento geral da nação:

Celso Amorim – sonora- “eu posso imaginar o que ocorreria com um brasileiro se fizesse a mesma coisa nos Estados Unidos ou em outro país. Então, eu acho que as pessoas têm que ter um comportamento civilizado”.

(JN-15/1/2004)

O texto do chanceler pode ser examinado a partir do conceito de lugar de fala. Primeiro, porque ele fala mais como brasileiro do que como autoridade. E, segundo, porque brasileiros e americanos falam de lugares diferentes. O piloto americano constrói um *ethos* de superioridade agressiva com o seu gesto, numa representação de menosprezo pelo ‘outro’, o brasileiro. Sua fala, ou melhor, seu gesto, é típico do representante de um povo que impõe ao mundo seu modo de vida. O brasileiro, ao contrário, não faria o mesmo gesto lá fora porque seu *ethos* é o de um cidadão que busca aceitação, que busca a afirmação de identidade, um cidadão, em suma, de um país em desenvolvimento.

A sonora de Celso Amorim é, portanto, uma intertextualidade que recoloca, no texto do telejornal, a questão da identidade de uma forma que estabelece o ‘nós’ e os ‘outros’, e constrói o significado de que as diferenças podem ser superadas por meio de um *comportamento civilizado*. Situar-se num patamar civilizado pressupõe negar a barbárie, negar o atraso. É uma reafirmação do discurso de país soberano que foi construído pelo Brasil durante todo o episódio das identificações de turistas.

A partir do episódio do piloto, os Estados Unidos desistiram de dissuadir o Brasil de suspender a medida da reciprocidade, mas mantiveram as restrições à concessão de vistos aos brasileiros. Nos anos seguintes, um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional estipulou as regras da reciprocidade e manteve a cobrança de taxa de 100 dólares para conceder vistos a turistas norte-americanos. As filas nos aeroportos brasileiros acabaram e as identificações passaram a ser feitas por amostragem.

Todo o episódio mostrou também que, ao organizar seu texto por meio de fragmentos de outros textos, o telejornal é inerentemente intertextual, polifônico, e com isso estabelece as bases de um dialogismo em que as identidades são construídas na relação com o outro. Como aconteceu no caso em análise, este diálogo não se dá sem uma relação de poder, em que os sentidos estão em jogo para assegurar a permanência de uma representação que sirva aos interesses hegemônicos de um determinado país.

No caso em análise, todo o processo intertextual e argumentativo constrói a relação de poder que se estabelece entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil. A partir de uma decisão unilateral do governo norte-americano, colocando os brasileiros em lista de risco para a segurança daquele país, houve uma tomada de posição do governo brasileiro, que definiu a reciprocidade como parâmetro de

relacionamento, e passou a identificar os turistas norte-americanos no Brasil. A decisão brasileira incomodou o governo norte-americano que passou a agir por meio do discurso diplomático, exercendo pressão sobre o governo brasileiro para a volta das regras anteriores.

A pressão se deu no espaço público do telejornalismo, onde as vozes da diplomacia e dos respectivos governos se confrontaram na defesa argumentativa de suas posições, mas sem chegar ao nível de ameaças. Para este trabalho intertextual contribui o que se pode considerar uma abertura da ordem discursiva do jornalismo para outros discursos. Pode-se afirmar que a prática discursiva do telejornal é estruturada a partir de outras ordens discursivas. É um processo de interdiscursividade.

Capítulo 14
INTERDISCURSO: MUITAS VOZES, UM SÓ TEXTO

“O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento”. Maingueneau, 1997:113

Por meio do conceito de formação discursiva, é possível compreender melhor a formulação do interdiscurso definida por Pêcheux como “um exterior específico de uma formação discursiva enquanto este irrompe em outra formação discursiva para constituí-la” (PÊCHEUX,1983:314). Para Pêcheux, é no interdiscurso que se constitui o sentido de um enunciado, embora seja próprio de toda formação discursiva o mascaramento de sua dependência do interdiscurso, como se os sentidos fossem sempre nascidos no momento da enunciação. O interdiscurso é “o real exterior” ao discurso, segundo Pêcheux.

Esta idéia do interdiscurso ser um real exterior pode ser explicada pela característica social do evento discursivo. É na dimensão de um campo social que a prática discursiva se dá, moldada por regras e convenções que ocorrem no interior deste campo, onde as pessoas constituem identidades, relações e reafirmam sistemas de conhecimento e crenças. No caso do telejornalismo, existe uma estrutura institucional, que é a emissora de televisão, onde ocorre um processo particular de produção e distribuição de textos, que são notícias envolvendo falas e imagens.

Pela natureza de sua prática, o jornalista interage com outras ordens sociais, seja no campo político, econômico, cultural, cujos discursos ele traz para o interior do próprio discurso jornalístico. O resultado é um texto manifestamente dialógico, onde as várias vozes se entrecruzam. É o processo conhecido como interdiscurso e que Fairclough, por sua vez, define como “uma complexa configuração interdependente de formações discursivas” (FAIRCLOUGH, 2001:95). São estas práticas discursivas entrelaçadas que dotam os textos de significado potencial.

De que forma a interdiscursividade se manifesta no texto do telejornal? Em primeiro lugar, a partir de práticas sociais diferentes, representadas na notícia. A prática de coleta de dados, por meio de entrevistas ou métodos de investigação, é o tipo de atividade que caracteriza a profissão de jornalista. Já a prática de negociação por meio de troca de documentos ou de conversas formais e informais, caracteriza a atividade diplomática. Uma outra prática é a da justiça, cujos discursos se expressam por meio de determinações e medidas legais, que têm peso de lei.

No parágrafo acima, citei atividades produzidas em campos sociais diferentes, o do jornalismo, o da diplomacia e o da ordem jurídica, que foram representadas na notícia de televisão. Há uma quarta atividade presente na série de reportagens em exame: é a atividade policial, executada por um tipo de personagem que foi central nas ações relatadas. Além destes textos, outros personagens trazem para a notícia domínios sociais nem sempre institucionalizados, como os dos transeuntes de um aeroporto, como a tripulação de um avião, os viajantes estrangeiros e os viajantes brasileiros.

Estas práticas sociais criam um conjunto de posições de sujeitos, cujas falas se dão a partir de atividades das quais participam. É esta prática social que caracteriza a presença destes personagens no interior da notícia de televisão, feita de imagem e som. É o personagem que fala enquanto delegado da Polícia Federal, na atividade de identificar turistas que caracteriza sua posição de sujeito, é a aeromoça que desembarca e fala na qualidade de viajante, é o turista a quem cabe enfrentar a fila na atividade de reconhecimento, são os embaixadores que dão entrevistas e marcam a presença dos respectivos governos na reportagem.

Ao contrário da notícia do jornal impresso, onde toda a situação de um acontecimento precisa ser relatada, na televisão a informação incorpora falares e fazeres, ou seja, situa os personagens e seus enunciados no seu campo social específico. E constrói também o campo social do jornalista, mostrando-o como um mediador de outras falas, por meio da prática da entrevista, que é um gênero discursivo próprio da prática jornalística.

São falas ou enunciados que ocorrem em campos enunciativos específicos onde se produz um discurso específico. E que vão ser reproduzidas num outro espaço enunciativo, vale dizer, num outro discurso, que é o jornalístico, aí sim, produzindo sentidos e organizando um relato noticioso que cumpre uma função informativa e de circulação dos acontecimentos.

No telejornal, o discurso noticioso unifica na sua forma os outros discursos, seja pelo uso do relato direto, seja pela apresentação da imagem das atividades sociais representadas, seja pelo uso de termos de outros campos discursivos. É uma heterogeneidade que caracteriza especialmente o discurso jornalístico na televisão, que se apresenta, no momento de sua enunciação, como um encadeamento de interdiscursos. O funcionamento do interdiscurso, portanto, se dá pela sua determinação sobre o eixo narrativo da notícia do telejornal. É o interdiscurso que vai produzir o sentido dominante num texto jornalístico ao sintetizar e reproduzir os sentidos pré-construídos em outros campos sociais.

Discurso diplomático: lugar do confronto

Exemplificando melhor esta formulação teórica, é possível perceber como o discurso diplomático, que surge no texto pelo confronto entre as posições dos governos dos Estados Unidos e do Brasil, termina por orientar o próprio sentido do texto jornalístico. O script do Jornal Nacional no dia 08/01/2004 mostra esta orientação. É o discurso diplomático que abre e fecha a matéria, centrado na figura do secretário de Estado Colin Powell. A chamada do apresentador destaca a fala da autoridade norte-americana, que vai encerrar depois, toda a narrativa.

<p><i>Script do JN – 08/01/2004</i></p> <p><i>Estúdio: BONNER – VIVO-</i></p> <p><i>VT – Imagens do aeroporto do Galeão no Rio</i></p> <p><i>Cena de americana idosa</i></p>	<p><i>Depois de criticar a forma de identificação de passageiros americanos nos aeroportos do Brasil, o secretário de Estado norte- americano Colin Powell disse hoje que a questão não deve ser um grande problema para os dois países.</i></p> <p><i>OFF – A Polícia Federal foi menos rígida hoje no Aeroporto do Rio de Janeiro. Alguns americanos disseram que foram liberados sem passar pelo processo de</i></p>
--	---

<p><i>Outras cenas da identificação,</i></p> <p><i>Fotos</i></p> <p><i>Turistas andando</i></p> <p><i>Sobe som:</i> ROBERTO DUTRA <i>Vice-pres. da Assoc. Bras. de Turismo Receptivo</i></p> <p><i>Imagens da embaixadora americana</i></p> <p><i>Sobe som:</i> DONNA HRINACK <i>Embaix. Americana no Brasil</i></p> <p>CELSO AMORIM <i>Min. Rel. Exteriores</i></p> <p><i>Imagens da coletiva de Colin Powell no dia anterior</i></p>	<p><i>identificação. Mas a maioria levou em média 15 minutos para ser identificada. Apesar de o processo não estar tão demorado como no início da semana, uma empresa americana desistiu de presentear funcionários com uma viagem ao Rio quando soube do sistema de identificação no Brasil.</i></p> <p><i>“Um prejuízo bastante grande. Dizem que cerca de 720 mil dólares, só do nosso faturamento. Estou me sentindo até um pouco envergonhado porque estamos fazendo um papelão no mundo. Acho que, se nós queremos impor este tipo de medida, devemos fazer de forma correta, profissional, e não intempestivamente, como foi feito.</i></p> <p><i>OFF-</i> <i>A reclamação da diplomacia americana contra o sistema de identificação aumentou:</i></p> <p><i>“aplicar só contra um país me parece um pouco iscriminatório’.</i></p> <p><i>“nós também podemos dizer que somos discriminados porque 27 países estão isentos da medida norte-americana”.</i></p> <p><i>OFF-</i> <i>Na conversa de ontem, por telefone, com o ministro das Relações exteriores, Celso</i></p>
---	---

<p><i>Cena de Powell sorridente da coletiva</i></p> <p><i>Sobe som: COLIN POWELL</i></p> <p><i>Seguem cenas de Powell com voz em BG</i></p> <p><i>COLIN POWELL</i></p>	<p><i>Amorim, o secretário de Estado americano Colin Powell também reclamou. Defendeu uma solução rápida.</i></p> <p><i>“we respect Brazil”</i></p> <p><i>OFF-</i></p> <p><i>Hoje, Powell disse que os turistas que vão aos Estados Unidos sabem que a identificação é uma exigência de lei e que o procedimento é rápido e simples. Powell falou que o assunto não deve ser um grande problema para os Estados Unidos e o Brasil.</i></p> <p><i>“a major problem between USA and Brazil”</i></p>
--	---

De que maneira estes discursos diversos se articulam para a construção de sentidos? Vimos no script acima que os discursos partem de campos sociais diferenciados, onde os personagens produzem visões diferentes da realidade por meio de suas falas. O campo predominante é o diplomático, identificado por expressões que buscam a negociação de lado a lado.

A reportagem introduz também o discurso do turismo, pela palavra de um representante da área, que critica a medida de identificação de turistas porque traz prejuízo financeiro ao Rio de Janeiro. Esta fala traz ao debate uma visão econômica da situação, criando discursivamente o sentido de que a soberania nacional deve ser subordinada aos interesses econômicos.

No encadeamento do texto jornalístico, as próximas falas voltam ao campo discursivo diplomático, onde a embaixadora dos Estados Unidos e o chanceler brasileiro se confrontam em torno da palavra *discriminação*. São falas que defendem os direitos de ambos os povos. O sentido que o discurso diplomático traz em seu bojo é o da exigência de tratamento igual, como uma questão de cidadania. É o que a repórter, nos Estados Unidos, destaca, relatando em seu *off* a fala de Colin

Powell ao defender a lei do seu país que exige a identificação, mas que o procedimento é rápido e fácil.

No entanto, no final da reportagem, o texto jornalístico incorpora uma estratégia discursiva da diplomacia, no sentido de esfriar o confronto entre os dois países, dando destaque para duas sonoras de Powell: *We respect Brazil e not be a major problem between USA and Brazil*. São sonoras que revelam a prática diplomática de manter as portas abertas ao diálogo. Ao utilizar estas falas como enunciados, o texto constrói o sentido de também contribuir para não exacerbar o conflito.

Esta reportagem mostra bem como o trabalho dos sentidos passa pelo interdiscurso, ou seja, pela presença do discurso diplomático como eixo orientador do discurso jornalístico no caso em análise. É a notícia mediando uma crise diplomática entre dois países, apresentando as posições de força de cada lado e, com isso, contribuindo para uma reflexão sobre a identidade do brasileiro, do ponto de vista do olhar do norte-americano e do nosso próprio olhar. Esta identidade é o pano de fundo sobre o qual se constroem as representações sobre a nacionalidade brasileira.

Neste capítulo, procurei mostrar como se dá a imbricação de vários discursos por meio de um interdiscurso que incorpora dizeres e práticas sociais. A análise segue a orientação geral deste trabalho, que adota o sentido de discurso da análise crítica do discurso, desenvolvida por Fairclough (como explicitado na parte I desta tese), que define discurso como uma prática que envolve texto e contexto sócio-cultural. A partir desta perspectiva, foi possível, por meio da observação das práticas sociais envolvidas, perceber melhor os lugares sociais de fala dos personagens envolvidos em toda a narrativa.

Capítulo 15:
O INTERDISCURSO NA HISTÓRIA

“O índio Uirá saiu à procura de Deus e para se identificar ante a divindade declara: eu sou do seu povo, o que come farinha”.

Darcy Ribeiro, 2006: 246

Esta é a última etapa da pesquisa, a etapa da meta-narrativa, em que os sentidos criados nos textos se confrontam com sentidos já construídos, com um interdiscurso que vem elaborando, ao longo da nossa história, uma imagem de nação e uma explicação do que é ser brasileiro. Nesta parte, nosso objetivo é verificar as representações do brasileiro na seqüência de reportagens sobre o processo de identificação de turistas em aeroportos no Brasil e nos Estados Unidos, e procurar os ecos destas representações nos recortes de dois textos: o relato de um viajante estrangeiro pelo país, Stefan Zweig, e o ensaio antropológico *“O Povo Brasileiro”*, de Darcy Ribeiro.

Ambos os textos representam momentos chaves da cidadania brasileira. O primeiro, *“Brasil, Um País do Futuro”*, institui uma categoria para a análise da identidade a partir de uma perspectiva sempre voltada para o futuro. Já o segundo texto, *“O Povo Brasileiro”*, é um relato de uma identidade que se foi constituindo a partir de uma negação, ou seja, de uma não-filiação a etnias definidas, e que se transformou numa representação de um povo novo, como Darcy Ribeiro define o brasileiro.

No corpus em exame, o das reportagens e o do texto do viajante, há uma construção discursiva que institui o olhar do *outro* sobre *nós*, o que recoloca uma questão da nossa história – que é a nossa identidade – no âmbito de um acontecimento do presente. É o plano da meta-narrativa, onde os sentidos já-ditos, já-construídos, são ressignificados à luz dos novos enunciados.

Como afirma Motta, é a meta-narrativa que permite uma interpretação simbólica mais profunda da comunicação jornalística, a partir do exame dos conflitos da narrativa recomposta que permite compreender melhor os conflitos da história. A análise passa “à dimensão das transcendências míticas e simbólicas, das significações mais profundas do plano moral e ético” (MOTTA, 2005:113).

Para chegar a esta estrutura simbólica, é preciso perceber a teia de sentidos construída no interdiscurso. No capítulo anterior, examinamos o interdiscurso do ponto de vista horizontal, ou seja, de como diferentes formações discursivas produzem enunciados que são integrados ao enunciado jornalístico, estabelecendo referências ao acontecimento narrado. Neste capítulo, estamos perscrutando o interdiscurso em seu eixo vertical, onde os enunciados fazem emergir uma memória discursiva, ou um significado pré-construído.

Se o eixo horizontal é a perspectiva do sintagma - das marcas discursivas no texto -, o eixo vertical é o campo do paradigma, dos outros sentidos, numa interpretação abrangente da proposta de Jakobson (1969). Pode-se dizer que o interdiscurso, em seu eixo vertical, é o lugar do já-dito, do já-constituído, a partir do qual novos sentidos serão integrados. É pelo interdiscurso que a identidade nacional, enquanto narrativa da nação, vai fortalecendo a construção ideológica de uma comunidade sempre imaginada, sempre lá, toda vez que um novo episódio a coloca em discussão.

Esta memória discursiva permite identificar os sistemas de conhecimentos e crença, os valores sociais e culturais, que envolvem a identidade nacional. Como definir identidade? No capítulo 4, Parte I, conceituamos a identidade como um processo que se relaciona com as práticas e atividades vividas em sociedade. Raymond Williams lembra que cultura é a experiência vivida (ver capítulo 4, Parte I), no interior da qual as relações de força sociais buscam priorizar certas interpretações. Pode-se dizer que a identidade nacional é um processo cultural que, pela experiência vivida, permite a reinterpretação, de tempos em tempos, de determinadas características e valores dos indivíduos de uma nação.

Como comunidades, as nações possuem laços comuns, além do territorial, como a língua nacional, símbolos, práticas cotidianas, os processos históricos, a própria colonização, que constroem uma narrativa de unificação de significados. Esta narrativa da nação fornece estórias, imagens, cenários, eventos históricos, signos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. São laços que produzem uma identificação nacional e, sem esta identificação, o homem moderno experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva (GELLNER, apud ANDERSON, 1991).

Esta é a instância interdiscursiva, onde se passa de uma formação discursiva determinada para uma formação imaginária, o lugar de construção das ideologias, do senso comum, dos valores e verdades que constituem as ‘histórias que contamos sobre nós mesmos’, no dizer de Geertz. Esta é, portanto, a tarefa deste capítulo: capturar a passagem entre uma narrativa do presente, onde os sentidos do que é ser brasileiro são construídos pelo discurso do telejornal, e a narrativa imaginada da brasilidade, onde os sentidos já foram ditos e reexaminados ao longo da história.

Representações na narrativa do telejornal

De que brasileiro se falou ao longo da narrativa sobre a identificação de turistas em aeroportos no Brasil e nos Estados Unidos? Lembrando Hall, as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, e por isso, elas devem ser compreendidas como produzidas no interior de formações e práticas discursivas, e emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder. “São, por isso, mais o produto da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica” (HALL, 2007:109). Elas têm a ver com a forma como determinado povo é representado, e como esta representação afeta a forma de ele se representar a si mesmo.

São diversas as representações sobre o brasileiro produzidas nas reportagens que fazem parte da narrativa examinada, e elas podem ser divididas em dois tipos: a imagem construída pelo outro, ou seja, pelas autoridades, turistas e tripulantes norte-americanos, e as imagens que os brasileiros construíram sobre si mesmos.

1- O brasileiro enquanto cidadão do Terceiro Mundo: são representações que surgem nas pequenas entrevistas feitas nos Estados Unidos, em que viajantes brasileiros enfrentam o processo de identificação nos aeroportos de lá.

*Repórter, no aeroporto John Kennedy, conversa com
Cristina, uma funcionária pública brasileira que acaba de
desembarcar:*

*“Esta brasileira, que foi identificada, questiona:
acho que serve para todos. Se estão revistando um ou
outro acho que devem revistar todos. Brasileiro,*

por que?”

(JN, 05/01/2004)

A turista brasileira se sente discriminada e expressa este sentimento. Ela se vê como um ‘não-americano’, e por isso, precisa ficar na fila para ser revistada, embora outros não-americanos, cidadãos de diversos países, passem direto. É este olhar do ‘outro’, representado por uma autoridade norte-americana, que a torna diferente, por causa da sua identidade brasileira. *Brasileiro, por que?*, a funcionária pública em férias reclama. Como muitos outros brasileiros que viajam aos Estados Unidos, ela é vítima de um processo de exclusão que faz parte da prática política norte-americana de categorizar os povos como amigos ou potenciais inimigos, e que se exacerbou a partir do 11 de setembro.

É como se o aeroporto fosse uma nova fronteira, onde se demarca quem entra, e se prende ou deporta quem é indesejável. É uma fronteira onde não se passa atravessando rios ou furando cercas, mas aonde se chega pela compra regular de uma passagem aérea, com um visto no passaporte e, mesmo assim, sujeito à exclusão. É uma fronteira não geográfica, mas discursiva porque estabelecida por um discurso excludente, cujo texto se expressa em regras e procedimentos em portos e aeroportos.

Os parâmetros para a exclusão são subjetivos: pode ser a cor de pele, o jeito de imigrante (uma expressão que a funcionária de um consulado usou ao se referir aos turistas que ‘parecem’ imigrantes), a falta de um emprego bem remunerado ou o nome latino, uma identificação que remete ao Terceiro Mundo e, neste termo, cabem cidadãos de países latinos, árabes, africanos, e do sudeste asiático.

Repórter em off – (imagens de uma brasileira entrevistada numa rua de Nova Iorque) -

“Esta advogada brasileira já foi tirada três vezes da fila de desembarque, ao chegar de avião nos Estados Unidos.

Levada para uma sala do Serviço de Imigração foi interrogada. O sobrenome dela, Gamboa, é confundido com o de alguém considerado suspeito pelo governo americano”.

Sobe som -

“É um nome muito comum na Espanha, em países da América Latina, nos países de colonização espanhola, mesmo em parte das Filipinas e da Índia. Eu perguntei isso e eles confirmaram que é por causa do nome.”

(JN, 12/01/2004).

Na formação imaginária do norte-americano em geral, o Terceiro Mundo é um lugar de risco, de pobreza, de doenças e de violência e seus cidadãos são, portanto, perigosos em potencial. Embora a revista em aeroportos só caiba em casos previstos na lei penal, como pessoas portando armas ou drogas, ela é aplicada com rigor contra estes países ‘de risco’. Na era Bush e depois do 11 de setembro, os Estados Unidos se tornaram xenófobos e desconfiados dos cidadãos do Terceiro Mundo, vistos como ‘terroristas’ em potencial.

É uma prática excludente e que traduz uma ideologia bélica porque estabelece uma relação amigo-inimigo com povos e nações. Um discurso que dificulta o diálogo e é contraditório porque ocorre exatamente num período de intensa globalização econômica. A crítica a esta atitude foi bem colocada pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, em uma das entrevistas ao Jornal Nacional, na época:

Ministro Celso Amorim – sobe som –

“Como é que você pode prever liberdade de movimento de mercadorias e dificultar a liberdade de movimento das pessoas? Qual é o sentido que faz você negociar uma área de livre comércio e criar empecilhos para que as pessoas se visitem mutuamente?”

(JN, 15/01/2004).

2- *O brasileiro como potencial imigrante: é o que é excluído a partir da porta dos consulados e embaixadas aonde foi em busca de um visto no passaporte, representado como indesejável, como um ninguém, pelas autoridades norte-americanas. As reportagens destacam a quantidade de documentos exigidos destes brasileiros e as dificuldades impostas. Esta entrevista apresenta um entre muitos casos.*

Repórter em off apresenta uma família que tenta tirar um visto no consulado no Rio de Janeiro:

“É a quinta vez que os Souza, de Minas Gerais, tentam visitar uma irmã que mora em Nova Jersey, nos Estados Unidos. Eles já gastaram quase 20 mil reais entre taxas e despesas com a simples viagem para chegar ao consulado no Rio de Janeiro.

Depois de 4 horas de entrevista, os Souza saem mais uma vez com o pedido negado”.

Sebastiana Souza (aposentada):

Sobe som- “eles colocaram minha família para fora daqui como se não fossem ninguém, como se não fossem nada”.

(JN, 16 /01/2004).

Ao se ver pelos olhos dos norte-americanos, a brasileira se sente como um *ninguém*, um *nada*. Aqui, não há apenas a rejeição da identidade, mas da subjetividade, da pessoa. Tomaz Tadeu da Silva afirma que “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. Onde existe diferenciação aí está presente o poder” (SILVA, 2007: 81). O processo de negação de visto se dá no contexto social de uma embaixada estrangeira e tem por objetivo vetar o acesso de imigrantes a bens materiais e simbólicos da nação norte-americana. A mera suspeita de que brasileiros queiram permanecer nos Estados Unidos leva à negação do visto. É uma rejeição quase esquizofrênica ao imigrante, num país que cresceu e enriqueceu com o trabalho de milhões de imigrantes.

Esta representação do brasileiro como indesejável, por outro lado, afeta a forma como o brasileiro se representa a si mesmo. Ela faz com que ele se reencontre na sua memória enquanto povo, um descendente daqueles habitantes de um Brasil-colônia que eram conhecidos como nativos, classificados como cidadãos de segunda classe, não-europeus. Um discurso colonial que por muito tempo fixou sentidos para o que é ser brasileiro. Reativa também a memória da não-identidade que era dispensada aos escravos, considerados *um ninguém*, *um nada*.

O brasileiro que imigrou ilegalmente é particularmente estigmatizado. Na reportagem sobre os brasileiros presos, as imagens mostram as penitenciárias, mas

não as pessoas. O repórter dá a informação, atribuindo-a ao governo dos Estados Unidos:

Repórter em off -

“O governo americano disse ainda que, no ano passado, 5 mil brasileiros foram pegos tentando entrar nos Estados Unidos pela fronteira do México. O número só não é mais alto do que de mexicanos e cidadãos da Guatemala. Os presos são deportados.

Segundo a comissão de parlamentares que foram aos Estados Unidos ver a situação dos presos, 260 brasileiros serão deportados até o fim do mês”.

(JN, 14/01/2004).

Os brasileiros presos não aparecem nas reportagens, mas eles são utilizados pelo governo norte-americano como exemplo de pessoas indesejáveis, que burlaram a lei do país e por isso, estão presos. É uma representação que constrói para o brasileiro um caráter transgressor, e que ecoa com outras representações existentes no Brasil, que identificam de forma negativa o brasileiro como aquele que gosta de ‘dar um jeitinho na lei’, que sonega o imposto de renda, que compra fita pirata, que corrompe e é corrompido. São casos pontuais e que não representam o brasileiro como um todo, mas que fixam algumas características negativas para a identidade.

Pode-se atribuir a negação de entrada nos Estados Unidos aos brasileiros a um caráter hierarquizante identificado naquele país por Roberto Da Matta, ao analisar o exclusivismo das instituições norte-americanas, onde só se pode entrar por meio de um convite. Da Matta atribui esta característica a uma ideologia do sucesso, que exprime claramente os valores da sociedade individualista e pragmática. O sucesso seria, pois, uma justificativa para burlar o chamado ideal americano da igualdade. “O sucesso parece exprimir a idéia da diferenciação em universos igualitários. Quem tiver sucesso acaba virando uma pessoa e sendo tratado de modo especial, diferente. Temos então que a ideologia do sucesso é um modo de conciliar a diferenciação concreta dos homens com o ideal de igualdade” (DA MATTA, 1981: 177).

Pode-se inferir que, no espaço indiferenciado de uma chancelaria ou de uma organização de fronteira, o brasileiro não é visto como uma pessoa, mas como um indivíduo anônimo e sem rosto. Não é a pessoa que, na sua comunidade de origem, tem nome, tem família, tem história, tem passado. Como indivíduo, portanto, está sujeito ao rigor da lei.

3- *O brasileiro visto pelo viajante que chega:* o turista norte-americano ou de qualquer outro país tem, na sua formação imaginária, uma idéia do brasileiro como um povo alegre, que gosta de samba e de futebol. Na reportagem que mostra a festa feita no Aeroporto do Rio de Janeiro aos turistas, pode-se ver que esta imagem é reativada não só pelos brasileiros presentes, que dançaram e deram flores aos visitantes, mas pela alegria dos turistas:

*Imagens: Cenas de turistas alegres
mostrando a camisa distribuída.*

Entrevista: turista: “The best”!

*Outro põe a rosa nos dentes e faz gesto de
agradecimento.*

JN, 13/01/2004).

As imagens refletem a chegada de turistas alegres por uma recepção que parece se adequar à idéia de paraíso tropical que se tem, no exterior, do Brasil. O brasileiro é representado na matéria como ser cordial, alegre, de bem com a vida. Uma representação que condiz com um meio ambiente considerado um dos maiores patrimônios da nação. Em 1992, uma pesquisa realizada pelo Museu de Astronomia, no Rio de Janeiro, junto com o Ibope, mostrou que há uma visão naturalizada do meio ambiente por parte dos brasileiros, que consideram o petróleo um recurso natural sem limites. (Caderno Ecologia, Jornal do Brasil, 20 de abril de 1992).

Ainda hoje, somos a pátria dos recursos inesgotáveis, das reservas imensas, um país enfim à espera do seu futuro. Esta concepção de uma identidade nacional moldada a partir da natureza - base para um sistema de crenças que institui um ser tranqüilo, cordial, morador de um lugar *‘onde em se plantando tudo dá’* e cujo exotismo é chamariz para turistas – é a responsável por uma visão mágica do país,

um Brasil de riquezas inesgotáveis e natureza pródiga, um país onde os milagres explicam os saltos para o futuro.

Nem todos os viajantes compartilham esta visão generosa do país. Ela sofre um golpe ao ser confrontada pelo gesto de um piloto da empresa aérea American Airlines. O comandante Dale Hirsh, o piloto da empresa norte-americana, se irritou porque foi recebido por um policial, que o submeteu a um processo de identificação. A imagem de um país que age à semelhança dos Estados Unidos provocou risos de zombaria de toda a tripulação daquele vôo da American Airlines, e culminou com o gesto obsceno do piloto, que representou o seu desprezo aos brasileiros.

Este gesto lembrou um já-dito, um sentido pré-construído de que o Brasil não é um país sério, uma frase atribuída ao presidente De Gaulle. O gesto do piloto ecoou este sentido, de um país que não é sério e que, quando tenta ser, vira piada e objeto de desprezo. Esta, porém, foi uma imagem que o secretário de Estado Colin Powell habilmente evitou, ao dizer que seu país respeita o Brasil. O gesto do piloto, por outro lado, foi uma agressão a nossa nascente cidadania, que ganhou visibilidade no país a partir da Constituição de 1988, onde direitos e deveres foram mais claramente estabelecidos.

Ao negar o direito do país ao exercício de uma cidadania onde todos são iguais perante a lei, a tripulação do vôo norte-americano tentou, com a zombaria e o gesto de desprezo pelo país, reconstruir uma relação hierarquizada, que marca o processo relacional Brasil-Estados Unidos, caracterizada por uma espécie de *sabe com quem está falando?* Internacional.

4- O brasileiro visto por brasileiros: nas entrevistas apresentadas pelo Jornal Nacional durante o período examinado, os juizes federais, embaixadores, ministros e o próprio presidente Lula reafirmaram a imagem do brasileiro como um cidadão merecedor de respeito e de um tratamento de igualdade em relação aos norte-americanos. É uma representação que reflete um discurso de construção de cidadania, e de um país moderno que tem leis e que procura estabelecer uma relação cidadã entre governo e governados. O argumento utilizado pelas autoridades brasileiras, o do tratamento recíproco, fixa esta nova identidade do brasileiro.

Já as autoridades ligadas ao turismo viram no tratamento de reciprocidade um demérito para o brasileiro, e expressaram este sentimento afirmando-se

envergonhados com o papelão que o Brasil estava fazendo. Estas posturas evidenciam o confronto entre um discurso que afirma a cidadania como um lugar de igualdade, e o discurso do assujeitamento a uma prática hegemônica de construção da desigualdade nas relações Brasil- Estados Unidos.

Ao contestarem a reciprocidade, as autoridades brasileiras tentaram resgatar um olhar sobre o Brasil que foi construído pela história, retomando a imagem do exotismo, do brasileiro cordial, como um paradigma de identidade.

Estas várias constituições de um *ethos* brasileiro, não só as construídas pelo olhar do *outro*, o estrangeiro, como as que o brasileiro constrói com o olhar do *outro*, são contraditórias em si mesmas e evidenciam o confronto entre uma identidade forjada na desigualdade e, por isso, por muitos anos, produtora de uma imagem de nação periférica a que o Brasil se sujeitou, e a construção de uma cidadania que tenta garantir, pela lei, o direito de todos a um tratamento de igualdade e a uma relação mais igual entre os povos. É o confronto de um país que quer pôr de lado o exotismo de uma identidade tropical por muitos anos cultuada para enfrentar os desafios de se construir como país do futuro.

Exotismo versus o país do futuro

O viajante que melhor representou a contradição de um país voltado para o futuro, mas ainda retendo de si mesmo uma imagem do passado, foi, sem dúvida, o austríaco Stefan Zweig, com o seu livro *“Brasil, um país do futuro”*. O livro é fruto de duas visitas feitas ao país, a primeira em 1936, e depois, em 1941, quando decidiu se mudar para o Brasil. Considerado o mais célebre relato sobre o Brasil feito por um estrangeiro, o livro foi publicado pela primeira vez em 1941, em lançamento simultâneo com as edições inglesa, sueca, alemã e portuguesa. Na introdução do livro, que começou a ser escrito em 1936, ele já expõe este olhar duplice:

“Chegamos ao Rio: foi uma das impressões mais poderosas que experimentei em toda a minha vida. Fiquei fascinado e, ao mesmo tempo, estremecei. Pois não apenas me defrontei com uma das paisagens mais belas do mundo, esta combinação ímpar de mar e montanha, cidade e natureza tropical, mas ainda com um

tipo completamente diferente de civilização. Havia cor e movimento. Fiquei possuído por um torpor de beleza e de felicidade que excitava os sentidos”. Zweig, 2006:14

Zweig narra na primeira pessoa e fala de suas impressões transbordando de emoção. É o olhar de um visitante europeu que deixa para trás a guerra e a tragédia, e que se vê transportado para um país diferente de tudo o que vira antes. É também o olhar do ‘outro’, alguém que traz as referências culturais e civilizatórias do seu lugar de origem. Mas Zweig não se prende a idéias preconcebidas sobre um país da América do Sul e se deixa impregnar pelo que vê. É a natureza exuberante que atrai o primeiro olhar, uma natureza que ainda hoje, e em que pese o grau de destruição que tem ocorrido, fascina muitos visitantes estrangeiros.

A natureza foi, desde o início, um elemento de construção de identidade, ligando o brasileiro à idéia de um país exótico, de folhagens e florestas nunca vistas, de rios e cachoeiras imensas, de praias sem fim. Uma natureza exaltada no Hino Nacional, nas cores da bandeira, na poesia e na literatura, e que foi a matriz de algumas características culturais do brasileiro, como o ar mais relaxado, mais sem pressa. Um jeito de ser que não escapou ao olhar de Zweig:

“Como sempre acontece em países onde o mundo é bonito e a natureza oferece tudo o que é preciso para viver, onde as frutas crescem em volta de casa e basta esticar a mão para apanhá-las, nasce uma determinada indiferença contra o lucro e a poupança, não há pressa em relação ao dinheiro e ao tempo. Por que ter que aprontar ou fazer isso hoje? Por que não amanhã, porque ter tanta pressa num mundo tão paradisíaco?” Zweig, 2006: 135

Para um viajante, compreender um outro país significa encontrar a alteridade, a diferença, e muitas vezes o exotismo. Stefan Zweig escapa da armadilha deste encontro com o exótico, porque nunca está preocupado em destacá-lo como a principal referência do *ethos* brasileiro. Numa análise que Dulce Whitaker faz de Zweig, ela afirma que ele se apaixonou pelo Brasil ao perceber que aqui estava surgindo “uma sociedade sonhada pelo mais puro idealismo humanista burguês: um mundo sem preconceitos, sem racismo” (WHITAKER, 2000:305). Uma evidência

de que o escritor não estava preocupado em estigmatizar o Brasil como um país exótico é o fato de que um símbolo tropical por excelência, as bananeiras, é descrito por Zweig como um símbolo universal de liberdade e autonomia.

Se a tropicalidade é vista como um fator positivo de identidade por Zweig, ele também não cai na ilusão da identidade única, mas registra as diferenças marcadas pelo regionalismo. Esta categoria foi também utilizada por Darcy Ribeiro, ao examinar características plasmadas através de um processo de adaptação e diferenciação que se estendeu por quatro séculos.

O antropólogo distingue pelo menos cinco tipos na formação do brasileiros e suas culturais locais: a cultura crioula, que se desenvolveu nas comunidades de terras férteis e dedicadas ao ciclo açucareiro do Nordeste; a cultura caipira, que caracterizou o movimento para o interior dos mamelucos paulistas, movido pelo ciclo da mineração; a cultura sertaneja, que se difunde pelos currais de gado do nordeste ao centro-oeste; a cultura cabocla das populações da Amazônia; e a cultura gaúcha do pastoreio e das áreas colonizadas por imigrantes. (RIBEIRO, 2006).

Como subproduto de um empreendimento exógeno de caráter agrário-mercantil-escravista, conforme acentua Darcy Ribeiro, “o Brasil se desenvolveu fundindo as matrizes mais díspares, dando nascimento a uma configuração étnica de povo novo, que terminou por se constituir em um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política”. (2006:248).

É nesse campo de forças, segundo Ribeiro, que o Brasil se fez a si mesmo, tão oposto ao projeto lusitano e tão surpreendente para os próprios brasileiros. Foi um andar para frente, deixando para trás o passado, uma construção do futuro que Zweig percebeu melhor ao visitar São Paulo, uma cidade que o escritor compara a um maratonista, *que corre, corre e se inebria com a própria velocidade*. A cidade que estava chegando a um milhão e meio de habitantes, à época em que Zweig escreve, já mostrava o ritmo frenético que a transformaria na maior cidade da América do Sul:

“Quem quiser ver um resto que seja do estilo de moradia paulista do século XIX deve se apressar, pois aqui tudo o que ainda lembra o ontem ou o anteontem é demolido com uma rapidez assustadora. Às vezes, temos a sensação de não estar em uma cidade, e sim dentro de um gigantesco canteiro de obras. Os

brasileiros mais dispostos a trabalhar e mais ambiciosos se estabelecem em São Paulo. O capital segue o empreendedorismo, uma roda faz girar a próxima, e assim a engrenagem do processo se torna a cada ano mais rápida”. Zweig, 2006: 196-197.

Zweig apresenta o contraste entre o morador de São Paulo, voltado para o futuro, e o brasileiro de outras cidades do país, um tipo de pessoa que ainda tem tempo para a cordialidade. Este é um dos traços do *ethos* nacional que ele destaca. E que representa uma afirmação contra o ódio e o racismo que caracterizavam a perseguição nazista da qual fugiu. Uma representação desta cordialidade é o gesto do abraço, uma característica de povos latinos e que surpreendeu o escritor austríaco.

“O brasileiro sempre conserva sua suavidade natural e sua boa índole. As classes mais diferentes se tratam umas às outras com uma educação e cordialidade que surpreendem a nós, os que viemos da Europa tão deteriorada nos últimos anos. Vemos dois homens se encontrando na rua e se abraçando. Pensamos que são irmãos ou amigos de infância dos quais um acaba de chegar de viagem. Mas na outra esquina, vemos de novo dois homens se cumprimentando dessa maneira, e compreendemos então que o abraço entre brasileiros é um hábito totalmente natural, uma expressão de cordialidade”. Zweig, 2006:130.

A cordialidade é também o termo que Sérgio Buarque de Holanda utiliza para descrever o *ethos* do brasileiro. Mas a expressão para ele tem o sentido de priorização das relações afetivas e, com isso, de oposição ao formalismo. Para Buarque de Holanda, um traço característico do brasileiro é o desprezo pelo ritualismo, pelo que é formal, e a construção de uma cultura da convivência. Otto Lara Resende já definiu cultura como a arte de conviver, ao que Paulo Mendes Campos acrescentou: “se cultura é a arte de conviver, o Brasil é o país mais culto do mundo”.

Esta característica de cordialidade tem perpassado os estudos sobre a brasilidade desde meados do século XX, quando os intelectuais brasileiros

começam a tentar explicar o Brasil e o seu povo. Este é um interdiscurso recorrente que produz os sentidos do que é ser brasileiro de tempos em tempos. É uma marca de carácter que não escapou ao olhar do viajante estrangeiro que aqui esteve há mais de 60 anos e não tem escapado aos novos viajantes.

Foi quase ao final da primeira viagem que Zweig decide viajar para o interior do Brasil indo até Campinas, em São Paulo. Ele acredita ter chegado ao coração do país. Ao voltar, olha o mapa e descobre que mal havia passado do litoral.

“Pela primeira vez, comecei a perceber a grandeza inconcebível daquele país que não deveria ser chamado de país e sim de continente... Um país cuja importância para as próximas gerações é inimaginável até fazendo as combinações mais ousadas. E, com uma rapidez surpreendente, derreteu-se a arrogância europeia que eu levava como bagagem inútil nessa viagem. Percebi que tinha lançado um olhar para o futuro do nosso mundo”. Zweig, 2006:15.

Surgia assim a imagem que tem acompanhado o Brasil ao longo dos últimos 70 anos: o país do futuro. Segundo Zweig, o Brasil deveria contar sua história a partir da independência porque “tudo o que foi feito é aqui parte do que ainda há por fazer”.

“Toda tradição, todo passado aqui é tão breve que se dilui rapidamente nas novas formas do que é brasileiro. A Europa tem muito mais tradição e menos futuro e o Brasil menos passado e mais porvir”. Zweig, 2006: 150

O próprio Zweig recrimina aquele viajante que costuma ver o mundo negando o contato com a alteridade. “Este viajante pode se dar ao luxo de voltar com a sensação arrogante de pertencer a uma civilização superior, achando muita coisa no Brasil atrasada ou pouco confiável” (ZWEIG, 2006:21). Para ele, porém, nada é mais enganoso do que considerar cálculos de produto interno bruto ou renda per capita, ou ainda poder financeiro e militar, como paradigmas de civilização ou

cultura. A medida de superioridade de um povo, afirma, é o espírito pacifista e humanitário. E conclui assim, sua introdução:

“É sobre a existência do Brasil, cujo único desejo é a construção pacífica, que repousam nossas maiores esperanças de uma civilização futura. Ao vislumbrar esperanças de um novo futuro é nosso dever apontar para este país. E por isso escrevi este livro”. Zweig, 2006: 23

Uma das características desta vocação para o futuro é o que Zweig chamou de “a lei mais íntima do desenvolvimento brasileiro”. Esta lei, segundo ele, faz com que o Brasil, facilmente seduzido pelos lucros momentâneos de um produto, sempre necessite de uma crise para se transformar e, portanto, todas essas crises cíclicas lhe são mais favoráveis do que nocivas” (ZWEIG, 2006: 113). Esta contínua superação de obstáculos marcou o desenvolvimento brasileiro ao longo dos séculos.

Este olhar para frente também surge na obra de Darcy Ribeiro, que o explica como “um veemente desejo de transformação renovadora que constitui a característica mais marcante dos povos novos, entre eles, os brasileiros” (RIBEIRO, 2006:227). Com isso, o Brasil se fez por si mesmo, num embate entre o projeto oficial lusitano e o espontaneísmo que se formou ao deus-dará. Para Ribeiro, porém, a grande herança histórica brasileira é a façanha de sua própria constituição como um povo étnica, nacional e culturalmente unificado.

“Composta como uma constelação de áreas culturais, a configuração histórico-cultural brasileira conforma uma cultura nacional com alto grau de homogeneidade. Em cada uma delas, milhões de brasileiros, através de gerações, nascem e vivem toda a sua vida encontrando soluções para seus problemas vitais, motivações e explicações que se lhes afiguram como o modo natural e necessário de exprimir sua humanidade e sua brasilidade”. Darcy Ribeiro, 2006: 232

Para Ribeiro, a instituição social que possibilitou a formação do povo novo foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade por meio do casamento de uma moça índia com o forasteiro. Os povoadores europeus acabavam por fazer muitos casamentos desta forma, o que fez surgir várias gerações de mamelucos, a gente morena que primeiro povoou o Brasil.

Os brasilíndios ou mamelucos foram vítimas de duas rejeições, de acordo com Ribeiro: a do pai que os via como filhos da terra, e a da mãe, porque os via como filhos de um pai estranho. Não podendo identificar-se nem com o branco colonizador e nem com o ancestral índio, o mameluco caía numa terra de ninguém, a partir da qual constrói sua identidade de brasileiro.

“Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ‘ninguendade’. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. Um povo, até hoje, em ser, na dura busca do seu destino”. Ribeiro, 2006: 410.

Este processo de construção de identidade foi, como define Ribeiro, longo, diversificado e dramático. A diferenciação começou no berço. Nenhum índio criado na aldeia virou brasileiro, tão irredutível é a identificação étnica. Já o filho da índia, gerado por um estranho, branco ou negro, já não era índio, nem branco e nem preto. Era a negação da etnicidade. E ao buscar uma identidade grupal que o reconhecesse para deixar de ser ninguém, este mameluco se viu forçado a gerar uma identidade.

Darcy Ribeiro analisa este tipo de identidade que ele chama de ‘ninguendade’: não-índio, não-europeu, não-negro. “Uma cria da terra repelida como um estranho, vivendo à procura de sua identidade. O que se abre para ele é o espaço da ambigüidade. Sabendo-se outro, tem dentro de sua consciência de se fazer de novo, acercando-se de seus similares, compor com eles um ‘nós’ coletivo”. (RIBEIRO, 2006: 118).

Quando é que, no Brasil, se pode falar de uma etnia nova, operativa? Darcy Ribeiro responde que isso se dá quando milhões de pessoas passam a ser ver não como oriundas dos índios de certa tribos, nem de regiões da África, e muito menos como portugueses, e passam a se sentir soltas e desafiadas a construir-se, a partir das rejeições que sofriam, como uma nova identidade nacional, a de brasileiros.

Esta etnia brasileira é inclusiva, e não importa a origem de cada um. Cada pessoa começa a se sentir como pertencendo a uma identidade coletiva.

Este foi um processo que durou alguns séculos. A ponto de só no século XX ter surgido a expressão *povo brasileiro*. Com os manifestos modernistas, aparece o pronome *nós*, referindo-se aos brasileiros, ao que somos, ao que fomos ou como é que nos caracterizamos. O Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade, e o Manifesto Regionalista, de Gilberto Freyre, se propõem ambos a estabelecer uma unidade nacional.

Freyre estuda os brasileiros de acordo com as regiões naturais, que, para ele, servem como base para regiões sociais. E propõe separar o que é característico no regionalismo do que é simplesmente ‘pitoresco’ ou ‘curioso’. O ‘exotismo’ ganha valor positivo e passa a ser considerado ‘originalidade’, fixando-se o caráter paisagístico como valor nacional. Neste cenário diversificado e regional, o brasileiro é representado por Freyre como uma combinação de raças e valores:

“Pois o Brasil é isto: combinação, fusão, mistura. E o Nordeste, talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essa mistura de sangues e valores que ainda fervem: portugueses, indígenas, espanhóis, franceses, africanos, holandeses, judeus, ingleses, alemães, italianos”. Gilberto Freyre, 1976.

Oswald de Andrade, por sua vez, identifica o brasileiro ao índio, como um filho do sol, e o Brasil como o país da cobra grande. Para ele, a mitologia indígena é o ponto de partida para se compreender o brasileiro, mais do que a filiação aos europeus. São os mitos e lendas indígenas que povoam o imaginário do brasileiro, que vai se identificar de forma meio nebulosa com este ancestral, em quem reconhece valores como coragem, pureza, vida natural.

Os textos literários e filosóficos, no século XX, vão ampliando o desenho de um caráter nacional, definido ora por traços de afetividade, misticismo, ou como um povo visto ora como triste, ora como alegre, cordial, pacífico e forte. Este brasileiro aprendeu a se ver não mais como o ‘outro’, constituído pelo discurso do colonizador, mas como o ‘eu’ de um povo que tem seu próprio destino.

São estes sentidos, construídos por um interdiscurso que vem moldando a identidade nacional ao longo dos séculos, que reaparecem na narrativa do telejornal. De que brasileiro se fala? Daquele que é construído de novo pelo olhar do ‘outro’, o norte-americano, a apontar traços de negatividade, a impor rejeições, a restaurar o discurso da ‘ninguendade’ de que fala Darcy Ribeiro. Uma brasileira que teve o visto negado se vê pelo olhar da funcionária da embaixada como ‘um ninguém’. Ela se sente tal como um mameluco de outros séculos a quem era negada a identidade.

No entanto, este mesmo brasileiro está de novo saltando obstáculos, como tão bem pressentiu Zweig, está de novo olhando para frente, para o futuro, construindo novos parâmetros de relacionamento como povo e entre os povos. Um povo que começa a se ver não só como brasileiro, mas como o habitante de uma nação cidadã. É um outro interdiscurso, o da cidadania, que acrescenta novos sentidos para a identidade nacional.

E que sentidos serão estes para um país que vive há vinte e poucos anos um processo de redemocratização que vem abalando as estruturas arcaicas e oligárquicas e que começa a dar à multidão uma nova face e uma nova voz? Não é, no entanto, no encontro com outros povos que estes sentidos do que é ser brasileiro devem ser buscados.

Octavio Paz escreveu certa vez, referindo-se ao povo mexicano, que “alguns acham que todas as diferenças entre nós e os norte-americanos são econômicas, isto é, que eles são ricos e nós somos pobres, que eles nasceram na democracia e no capitalismo, e nós no monopólio e no feudalismo. Recuso-me a acreditar que bastará possuímos uma indústria pesada para que desapareçam as nossas distinções...” E Paz faz a pergunta chave: “para que ir procurar na história uma resposta que só nós podemos dar? Se somos nós que nos sentimos diferentes, o que nos faz diferentes e em que consistem essas diferenças?” (PAZ, 1976:23).

Sem dúvida, algumas respostas podem ser encontradas mesmo na história. Para começar, o processo de colonização nos Estados Unidos se caracterizou por uma cultura transplantada, como define Darcy Ribeiro a implantação na América de uma nova Inglaterra, povoada por famílias inteiras trasladadas, indiferentes aos que já lá se encontravam, reconstruindo uma espécie de *apartheid* anglo-saxão. Aqui, o produto real da colonização portuguesa foi “um povo-nação plasmado principalmente pela mestiçagem, que se multiplica prodigiosamente como uma morena humanidade em flor, à espera do seu destino” (RIBEIRO, 2006: 62).

Mas Ribeiro reconhece que essas linhas de formação correspondem, no lado nórdico, ao surgimento de um povo livre, que afirma a cidadania branca, fundada nos direitos de todos, e que engloba aos poucos os direitos de negros e imigrantes. Enquanto, no lado sul, a colonização deu origem a uma elite de senhores da terra, hostil a seu povo condenado à pobreza. “Nós somos a promessa de uma nova civilização marcada por singularidades. Por isso, aparecemos a olhos europeus como gentes bizarras, o que, somado à nossa tropicalidade índia, chega para aqueles mesmos olhos a nos fazer exóticos”. (RIBEIRO, 2006: 66).

A singularidade de povo novo seria o que nos faz diferentes, para responder à questão proposta por Octavio Paz. Um povo que enfrentou desafios, ameaças de extinção, e que, apesar de tudo, conseguiu consolidar-se e superar-se. “Nem mais ricos e nem mais pobres do que outros povos, mas com certeza, mais humanos”, segundo Ribeiro (2006:66). Esta idéia já havia sido expressada por Zweig ao afirmar que nada é mais enganoso do que considerar como paradigmas de civilização o poderio militar ou econômico de um povo, mas sim, o seu espírito pacifista e humanitário.

Esta é a metanarrativa da diferença que representa a brasilidade, vista de forma tão positiva pelos intelectuais brasileiros e por um viajante como Zweig, mas ainda não compreendida ou aceita por outros povos. E por isso, o brasileiro vive ainda hoje a dura busca de seu destino, não mais afundado na *ninguendade*, mas, ao contrário, desmonta os velhos esquemas oligárquicos, aponta as mazelas, e se empenha no reconhecimento dos seus direitos, ousando considerá-los tão iguais quanto os dos norte-americanos.

A análise do episódio de identificação de turistas nos aeroportos tanto dos Estados Unidos como do Brasil permitiu flagrar este momento de transformação em que se encontra a identidade nacional. Recusando-se a ser representado como um *ninguém*, opondo à discriminação o princípio da reciprocidade, usando a lei para calar o gesto ofensivo e zombeteiro, o brasileiro se percebe no limiar do que vaticinou Zweig:

*“Um país cuja importância para as próximas gerações é
inimaginável até fazendo as combinações mais
ousadas”.*

Um episódio como o do fichamento constrói no nosso imaginário um novo lugar para o Brasil em suas relações com países como os Estados Unidos, um lugar que nos aproxima do grande mito de uma narrativa sobre o Brasil que tem perpassado os séculos: o do gigante que finalmente acorda e se levanta. Um mito que tem assombrado todos os pensadores da nossa identidade. E que tem sido um estímulo para se prosseguir no caminho da realização do país enquanto nação que se respeita. Este destino foi bem definido por Darcy Ribeiro (1990) quando escreveu:

*“Por que o Brasil não deu certo? Ainda não deu!
Vai dar? Por que caminho? Precisa dar.”*
Darcy Ribeiro, Testemunho, 1990

E é o próprio Darcy Ribeiro quem indica o caminho:

“O Brasil já é a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso auto-sustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra”. (Darcy Ribeiro, 2006: 411).

Esta última citação de Darcy Ribeiro, em que pese o otimismo em relação ao Brasil, mostra uma projeção para o futuro que parece estar se cumprindo neste começo de século XXI, em que o país já se iguala a outras nações emergentes, consideradas de desenvolvimento médio, chamadas a participar de reuniões como a do G-8, dos países mais ricos. É uma profecia que ecoa nas ações e atitudes não só do governo como de instituições não governamentais, e do próprio povo brasileiro, cada vez mais consciente de um novo momento do Brasil.

CONCLUSÃO

A noção que percorreu todo este trabalho foi a da efetuação da linguagem como discurso e deste como um evento, algo que acontece quando alguém fala. O discurso é, sobretudo, como propõe Van Dijk, um evento comunicativo onde os participantes estão fazendo alguma coisa além de usarem a linguagem para comunicarem idéias ou crenças: eles estão interagindo. Benveniste já havia sugerido a ‘instância do discurso’ para designar o surgimento do próprio discurso como um evento.

Ricoeur se refere ao evento “como a vinda à linguagem de um mundo mediante o discurso” (1990:46). Para ele, a língua é a condição prévia da comunicação, à qual ela fornece seus códigos, mas é no discurso que todas as mensagens são trocadas. O discurso é o fenômeno temporal da troca, o estabelecimento do diálogo, a vinculação a um interlocutor. Para Ricoeur, o caráter de evento é um dos pólos do discurso. O outro é a significação. Ou o efeito de sentidos entre locutores, como sugere Orlandi. Compreender não o evento, na medida em que é fugidio, mas sua significação, que permanece, é a proposta de Ricoeur, porque “é na lingüística do discurso que o evento e o sentido se articulam um sobre o outro” (1990: 47).

Estas considerações me ocorrem para situar melhor a proposta deste trabalho, que teve por objetivo observar um evento comunicativo como o telejornalismo, buscando compreender de que forma o discurso se organiza e constitui o próprio evento e especialmente, como o discurso constrói e ativa significados sobre a realidade. Como objeto empírico, foi analisada a narrativa sobre uma crise entre Brasil e Estados Unidos, devido aos procedimentos adotados de identificação de passageiros de ambos os países nos respectivos aeroportos e portos. Esta narrativa durou cerca de 15 dias, resultou em várias entrevistas e reportagens e permitiu analisar como se deu a representação do brasileiro no material jornalístico do Jornal Nacional.

Uma das intenções deste trabalho foi a de ampliar o conhecimento sobre um tipo de linguagem específico da notícia na televisão, cujo texto é multi-modal, porque é um misto de representações da realidade que envolve imagens, falas, sons, textos. Um outro objetivo foi o de mostrar as especificidades do discurso da notícia na TV, como um instrumento para compreender o telejornalismo como uma prática

social, que se dá no espaço público da interação com os telespectadores, e como uma prática cultural, que permite a circulação de significações mais profundas de uma narrativa.

É possível que um evento fugidio, como é o momento enunciativo de uma notícia de telejornal, possa mobilizar um valor cultural como o da identidade nacional? Esta foi a questão que norteou todo o trabalho: como a narrativa do presente, feita pelo discurso do telejornalismo, ativa os mitos, valores e crenças da história do povo brasileiro e possibilita construir novos significados?

Ao considerarmos que a prática jornalística produz uma história do presente, como vimos na Parte II desta tese, entendemos que o discurso que esta prática produz possui dois níveis: o das significações que o jornalista-historiador atribui aos fatos do presente narrados, com suas respectivas lições morais ou éticas, e um segundo nível que é o da temática, que compreende a retomada de um tema cultural que produz sentidos ao longo da história. Para isso, é preciso considerar o discurso como prática social, e, no contexto da cultura, como sistema semiótico, ou de construção de significados. Usando o entendimento de Ricoeur, assim como a língua, ao se articular com o discurso, ultrapassa-se como sistema, da mesma forma, o discurso se ultrapassa, enquanto evento, na significação.

Ainda na parte teórica, vimos como os Estudos Culturais concebem a cultura como campo de luta em torno da significação social e da construção de identidades. Ou seja, a cultura é um campo de produção de significados no qual diferentes grupos sociais, situados em posições diferentes de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla, reafirmando a hegemonia de posições identitárias. Na análise do material empírico, vimos como este processo se dá na prática cotidiana dos meios de comunicação de massa, cujos textos trazem representações e narrativas sobre a nacionalidade.

Para que as palavras e as imagens de um texto de telejornal produzam sentidos é preciso que elas já tenham uma historicidade ou uma alteridade discursiva que ofereça lugar à interpretação. Seria o que Hall chama de ‘mapas culturais’, o enquadramento que possibilita a compreensão dos fatos. São filiações históricas organizadas em memórias coletivas que ativam práticas culturais de reavaliação de valores.

No caso de uma narrativa sobre a identidade nacional, que foi o objeto desta tese, duas categorias analíticas - intertextualidade e interdiscursividade – mostraram

como uma história do presente retoma narrativas anteriores, cujos sentidos já construídos foram de novo ressignificados. Estas narrativas representam as experiências partilhadas, dando ao conceito de nação a idéia de uma comunidade imaginada, uma expressão sugerida por Benedict Anderson.

Uma característica importante da notícia na TV, que pude analisar neste trabalho, foi o seu caráter enunciativo que é o momento por excelência do evento comunicativo, ou, como diria Ricoeur, o momento em que a linguagem se torna discurso. O processo de produção do telejornalismo retira o acontecimento e os personagens de um determinado contexto social para rerepresentá-los em ato de enunciação próprio da televisão. Se a linguagem se torna discurso, é pela situação de enunciação que o discurso mostra sua forma discursiva própria, a forma-notícia na TV.

No caso do Jornal Nacional, a enunciação é o lugar espacial e temporal onde se dá a transmissão das notícias do dia. É pela enunciação que se estabelece a mediação, feita pelo discurso jornalístico, entre os acontecimentos e o público em geral. O que separa apresentadores e telespectadores, porém, é a divisão que existe entre o mundo público e político dos primeiros, e o mundo privado e doméstico dos segundos. São contextos diferentes, e como a notícia se insere no mundo oficial, ela está se dirigindo frequentemente, para este mundo, utilizando as vozes do poder para uma construção hegemônica da realidade.

No campo metodológico, considero que a divisão analítica adotada entre categorias discursivas e categorias narrativas permitiu uma maior compreensão do texto do telejornalismo e da atividade discursiva e narrativa da linguagem. As categorias analíticas da narrativa permitiram a identificação dos temas nas várias reportagens sobre a crise da identificação em aeroportos no Brasil e nos Estados Unidos, temas estes que foram selecionados numa macro-estrutura semântica. Permitiram também a identificação dos personagens e dos principais conflitos que surgiram ao longo dos dias em que durou a crise.

Por sua vez, as categorias discursivas permitiram o exame da micro-estrutura textual, identificando o vocabulário, os elementos referenciais do texto falado do telejornalismo, a sintaxe da imagem e as nominalizações, que mostraram especialmente como determinadas palavras cristalizaram o significado do conflito. Foi o caso da palavra *reciprocidade*, em torno da qual se deu o conflito diplomático da narrativa examinada.

A análise lingüística se baseou na concepção do texto de televisão como um texto multi-modal, onde se observa uma dupla referenciação sobreposta: o texto do repórter fala sobre um acontecimento, que é o referente, enquanto a imagem e outros elementos, como o som ou os *letterings*, são referenciadores da narração. A análise deste processo de referenciação mostrou que o texto na TV constrói a referência em imagem, dando-lhe atributos, da mesma forma que se alimenta da imagem para se auto-construir. A referenciação é um atributo lingüístico que, no caso da televisão, reforça o efeito de verdade, e mais do que isso, reforça uma determinada visão ou ângulo de narração do acontecimento. Este processo ficou visível na análise de imagens usadas para representar os procedimentos das polícias do Brasil e dos Estados Unidos na identificação de passageiros, assim como a reação dos turistas de um país e do outro.

No campo enunciativo, foi possível perceber quão performática é a presença do repórter de televisão diante das câmeras. De acordo com a teoria pragmática dos atos de fala, a reportagem na TV não é apenas uma notícia, mas é o que se faz ao produzir um enunciado. Esta idéia de 'dizer é fazer' joga o repórter de telejornal diretamente no meio dos fatos onde ele precisa se movimentar, perguntando, investigando, sendo uma parte importante da reportagem. É o ato de fala, tornado visível pelas câmeras, que identifica o repórter em sua função social.

Esta presença visível do repórter no local do acontecimento cumpre a importante função de conectar o texto com os aspectos constitutivos do contexto e colabora para acrescentar ao texto vários elementos extralingüísticos. Para o telespectador, fornece novos elementos de interpretação. Parte integrante da prática discursiva da notícia na TV, o repórter é o mediador da relação entre a notícia e a realidade. Seu texto, composto de falas, imagens, sons, realiza uma articulação específica sobre o real. Sua base argumentativa é a de que o relato é o mais próximo possível da realidade e a narrativa imagética reforça este efeito de sentido. Mas a notícia não é a representação transparente dos fatos e nem é um fenômeno natural que emerge direto da realidade para a tela da TV. Ela é linguagem e, portanto, linguagem produzida numa prática social que a organiza como um discurso.

Em termos de prática social, vimos que o telejornalismo apresenta lugares de fala diferentes, o que caracteriza atos enunciativos diversos. Estes lugares, por sua vez, determinam quem tem o direito ou autoridade para tomar a palavra, seja para dar um testemunho como para dar uma informação oficial, em nome de governos. É

uma construção social do sujeito da fala, que realiza dois tipos de operações ao produzir um enunciado: situa-se como fonte de referências enunciativas, ancorando o enunciado na situação de enunciação, ou seja, fala-se o que se espera de alguém naquela situação; e posiciona-se como o responsável pelo ato de fala, garantindo a sua veracidade.

A questão da veracidade tem a ver com o *ethos* do falante, ou seja, como ele constrói uma imagem de si próprio e como alguém que cultiva a credibilidade. Se isto funciona para a política, é igualmente importante para apresentadores e repórteres de televisão, ou pelas autoridades mostradas na notícia. Os personagens que representam os governos dos Estados Unidos e do Brasil, e que aparecem dando entrevistas nas notícias examinadas, produzem enunciados a partir de um campo enunciativo de autoridade, que é a sua identidade discursiva. É esta identidade que constrói o *ethos* de credibilidade dos diplomatas e outros representantes dos governos envolvidos.

Um outro conceito importante utilizado para a análise do corpus de reportagens do Jornal Nacional foi o de interdiscursividade, tanto no sentido vertical como horizontal, seguindo aqui a divisão proposta por Jakobson ao analisar os sintagmas e os paradigmas, ou seja, os sentidos primários e secundários dos enunciados. Perpassam o discurso jornalístico os fragmentos de vozes e de representações que ou polemizam entre si ou dialogam, falando de lugares sociais e políticos diferentes. Esta é uma presença horizontal do interdiscurso, ou seja, é a visibilidade dada às diferentes formações discursivas que participaram da narrativa sobre a obrigatoriedade de vistos de entrada.

Ao considerar a interdiscursividade uma fronteira de confronto de sentidos, procurei percebê-la também na sua dimensão vertical, ou seja, como um arquivo, um lugar de historicidade. Esta é uma noção que Orlandi expande ao afirmar que “todo dizer se liga a uma memória” (1996:95). Visto como arquivo, o interdiscurso é algo já falado, já significado.

Esta concepção de interdiscursividade me levou à comparação entre as representações sobre o brasileiro produzidas nas reportagens examinadas e as imagens construídas por um viajante famoso, Stefan Zweig, e por um antropólogo que dedicou sua vida ao estudo do nosso povo, Darcy Ribeiro. As primeiras mostraram o brasileiro visto pelo olhar do norte-americano, que produziu representações ainda marcadas pela discriminação, pela exclusão. Caracterizado

como um cidadão de Terceiro Mundo, o brasileiro é enquadrado nos estereótipos que marcam outros povos, considerados terroristas em potencial, inimigos, “indesejáveis”, como afirmou uma funcionária do consulado norte-americano no Rio de Janeiro.

Há, portanto, uma construção negativa da cidadania brasileira, que nega as características de identidade cultural do país. A crítica feita, na época, a esta posição norte-americana pelo chanceler Celso Amorim, do Brasil, em entrevista ao Jornal Nacional, reflete bem o dilema que enfrenta hoje a globalização, colocada em confronto com as peculiaridades das culturas locais:

“Como é que você pode prever liberdade de movimento de mercadorias e dificultar a liberdade de movimento das pessoas? Qual é o sentido que faz você negociar uma área de livre comércio e criar empecilhos para que as pessoas se visitem mutuamente?”.
Celso Amorim (JN, 15/01/2004).

A brasileira que se sente tratada como um ‘ninguém’, um ‘nada’, ao sair da embaixada norte-americana, num dos episódios da narrativa, ecoa uma rejeição secular, enfrentada pelos nossos antepassados, tratados durante a colonização como mestiços porque filhos de pai português e mãe índia, e portanto, um *ninguém*, sem direito à cidadania ou à identidade. Um discurso colonial que por muito tempo fixou sentidos para o que era ser brasileiro.

Por outro lado, a posição manifestada pelo chanceler Celso Amorim e do governo brasileiro como um todo, de exigir um tratamento de igualdade para o cidadão brasileiro, por meio do discurso da reciprocidade, é a negação da diferença, a negação da discriminação e uma afirmação de soberania do Brasil, que se permite tratar o ‘outro’, o estrangeiro, da mesma forma com que o ‘eu’, o brasileiro, é tratado.

Esta posição política marca um desejo de transformação renovadora, uma expressão de Darcy Ribeiro, que é significativo das mudanças por que passa o país, nos últimos anos. Não mais um Brasil atrelado automaticamente aos interesses norte-americanos, mas um país que cada vez mais é identificado como pertencente ao bloco dos emergentes como a China, a Índia e a Rússia, países de dimensões continentais e voltados para o futuro.

A narrativa do telejornal, mais do que um evento comunicativo, que é fugidio, deve ser vista pela significação que permanece, lembrando mais uma vez Ricoeur. E a significação mostra o confronto entre o país do carnaval, das palmeiras, do exotismo, das verdes matas, da cordialidade do seu povo, e o país que faz do desenvolvimento a sua meta de futuro. Um desenvolvimento que traz junto mudanças sociais necessárias para que o Brasil realize a profecia de Zweig no sentido de se transformar no *país cuja importância para as próximas gerações é inimaginável até fazendo as combinações mais ousadas*.

Gostaria de concluir esta análise afirmando que algumas questões restam para ser aprofundadas e dizem respeito primeiramente à construção da cidadania no Brasil, um processo que teve um impulso grande com a Constituição de 1988 e ainda não terminou. De que forma esta busca de afirmação da cidadania - ou seja, do respeito à lei, da vigência de direitos iguais - tem impacto na identidade nacional? De que forma o brasileiro, com suas características culturais de povo novo, aberto às experiências, à aventura, pode ser reconhecido como um cidadão soberano, legitimamente constituído? Acredito que os aspectos relativos à cidadania do brasileiro poderão ser examinados em novas narrativas jornalísticas, em futuro próximo.

Outra questão importante que deixei propositadamente para o fim da conclusão diz respeito ao papel do jornalismo eletrônico em tempos de globalização. Parte integrante de uma engrenagem midiática acusada de direcionar holofotes para a “ciranda das feitiçarias tecnológicas” (HARVEY, apud MORAES, 2006: 12), o telejornalismo tem sido visto como uma prática noticiosa repetitiva que produz “saturação e a tirania do fugaz” (MORAES, 2006: 33), e que trabalha para apagar a memória, para os críticos mais ferozes.

Como confrontar estas visões mais apocalípticas com a constatação de que, embora produzido no interior de um aparato tecnológico, num meio de comunicação de massa, o telejornalismo é, sobretudo, linguagem? Uma linguagem que se transforma em discurso por meio de um evento comunicativo que gera uma mediação com milhões de espectadores. Barbero sugere que, “se de um lado as mídias de massa se transformam em ‘máquinas de produzir o presente’, estamos diante da emergência de uma nova figura de razão, que exige pensar a imagem, de um lado, e, por outro, observar um novo paradigma do pensamento, que refaz as

relações entre a ordem do discursivo (a lógica) e do visível (a forma)” (BARBERO, 2006:73).

Esta posição de Barbero se aproxima de uma reflexividade que é uma marca da pós-modernidade, um contexto cultural em que vivemos hoje e que recebe várias designações. Para Marc Augé (2006), estamos na *sobremodernidade*, um movimento marcado por três excessos: o excesso de informações que nos dá a sensação de que a história se acelera, o excesso de imagens que reduz o espaço, iguala pessoas e acontecimentos, e o excesso de individualismo. Guy Debord (1967) já havia desenvolvido o conceito de *sociedade do espetáculo*, para focar nas diversas formas de produções da mídia de massa, que incorporam espetáculos comerciais, mega-espetáculos políticos e os eventos midiáticos do jornalismo.

O conceito de reflexividade, desenvolvido por Beck, Giddens e outros teóricos, pressupõe que o processo de tomada de decisão política deve ser compreendido como um processo de ação coletiva. Por trás do desgaste das grandes narrativas do Iluminismo, surge uma nova racionalidade que se constrói a partir da emergência de povos e culturas até aqui ignorados. Esta racionalidade, ou reflexividade, tem duas chaves. Uma é “uma nova cultura política, descentralizadora, tornada possível por uma diferenciação de várias esferas públicas” (BECK, 1994: 197).

Outra chave é a transparência. O autor italiano Vattimo desenvolve em seu livro, *The Transparent Society*, a idéia de que a emergência dos meios de comunicação, estimulando a relatividade cultural, criou uma sociedade irreversivelmente pluralista. “Chega de nostalgia pelo fixo, estável e permanente. A experiência pós-moderna é uma oportunidade de um novo modo de ser finalmente humano” (VATTIMO, 1992: 11).

Por trás de toda esta teorização sobre os meios de comunicação de massa ronda o fantasma de Foucault, com o seu *desejo da verdade*, advertindo-nos a preferir a diferença à uniformidade, os arranjos móveis aos sistemas, a *heterotopia*, onde mundos aparentemente incongruentes coexistem. Esta coexistência se torna possível pelo evento comunicativo, caracterizado pelo discurso. Embora indo por caminhos diferentes, Habermas compreende a modernidade por meio da ação comunicativa, em que a linguagem traz à tona, a cada ato de fala, o mundo social, cultural e pessoal.

Griswold lembra que a mídia eletrônica marcou a terceira grande revolução nas comunicações humanas e fez a passagem entre a era moderna e a pós-moderna. Sua tecnologia permitiu conectar pessoas em locais separados sem lapso de tempo, favorecendo a expressão de idéias e emoções, e tornando possível uma intimidade que só ocorria na comunicação face a face. Permitiu igualmente democratizar o acesso cultural em termos espaciais e temporais, e colocou pessoas ao redor do mundo em contato por intermédio do noticiário. “Este contato direto com as vidas pessoais de milhões de estranhos totais contribuiu para uma crescente informalidade das relações humanas”, analisa Griswold (1994: 145).

Considerando o impacto da mídia digital igualmente revolucionário, mas recusando a idéia de um evolucionismo tecnológico que vai tornando obsoletos outros sistemas comunicativos, gostaria de reconhecer, em primeiro lugar, que a migração para a web não teve ainda o peso de substituir a mídia eletrônica não só no Brasil como na América Latina. Como acentua Oróscó Gómez (2006), estamos falando de sociedades onde os recursos são limitados e não há poder aquisitivo para acompanhar o desenvolvimento tecnológico oferecido pelo mercado. Toda mudança cultural supõe uma mudança de sedimentação na produção simbólica, como já dizia Raymond Williams.

A televisão, portanto, faz parte do cotidiano da população brasileira. E o telejornal é um evento comunicativo que realiza a mediação entre os acontecimentos do país e do mundo e a população. É um evento tornado possível pelo discurso jornalístico, analisado neste trabalho por meio dos pressupostos da análise crítica do discurso e da teoria da narrativa.

Hoje, como lembra Fairclough, a mídia eletrônica é crucial na disseminação global de informação e notícias e responsável pelas reações e interpretações que gera. “Suas mensagens sobre praticamente todos os aspectos da vida social circulam agora globalmente. Mas o impacto desta mediação não deve ser aceito sem discussão porque ele depende da recontextualização das mensagens em diversos contextos com características estruturais, históricas, sociais e culturais diferentes. Depende, ainda, das circunstâncias da recepção” (2006: 170).

Estes novos discursos, que representam novas idéias, práticas e valores, produzidos globalmente e ressignificados localmente são, sem dúvida, um tema que produz novas questões: qual a relação entre a mídia eletrônica e a cultura global

pós-moderna, por um lado, e a manutenção das identidades nacionais por outro? Como os significados culturais transmitidos globalmente serão interpretados localmente pelas diferentes comunidades humanas? Como o discurso globalizado altera as relações de poder entre nações e entre povos? São, sem dúvida, temas a serem investigados em futuras pesquisas, porque ainda não esgotados, especialmente se considerarmos o foco nas narrativas da globalização.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDERSON, B. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 2ª.edição, 1991.
- AUGÉ, M. 'Sobremodernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã'. In MORAES, D. *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- AUSTIN, J.L. Quando dizer é fazer. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. *The dialogical imagination*. trans. Emerson, C. and Holquist, M. , University of Texas Press, 1981.
- _____ *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 4ª.edição, 1988.
- BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- _____ *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1985.
- _____ *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1971.
- BECK, U. *Risk Society: towards a new modernity*. Londres: Sage Publications, 1994.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- _____ *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Editora Pontes, 1988.
- BHABHA, H. *O Local da cultura*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.
- BIRD, E. E DARDENNE, R. 'Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias'. In TRAQUINA, N.(org) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.
- BOURDIEU, P. *A Economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BUENO, E. *Brasil: terra à vista!* Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.
- CARRIÈRE, J-C. *A Linguagem do cinema*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- _____ *Discurso das mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- COUTINHO, I. 'Colunas jornalísticas de notas: representação na imprensa'. In GONZAGA MOTTA, L. (org) *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

- COUTINHO, I. 'Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV'. In VIZEU, A., PORCELLO, F., MOTA, C. (org) *Telejornalismo, a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006.
- COVRE, M.L.M. *O que é cidadania*. 12ª edição, Editora Brasiliense, 1998.
- DELEUZE, G. *A imagem-movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- _____ *A imagem-tempo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Editora Pontes, 1987.
- EAGLETON, T. *Ideology: an introduction*. Londres: Verso, 1994.
- ECO, U. *Conceito de texto*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- EMEDIATO, W. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse representation in media discourse*. Lancaster: Lancaster University, Working Papers, 1988.
- _____ *Language and Power*. Londres: Longman, 1989.
- _____ *Discourse and social change*. Londres: Polity, 1994.
- _____ *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- _____ *Media discourse*. Londres: Edward Arnold, 1995.
- _____ *Language and globalization*. Londres: Routledge, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. e CHOULIARAKI, L. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005.
- FERREIRA, G.M. 'Os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa'. In HOHLFELDT, A, MARTINO, L, FRANÇA, V. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas, tendências*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- FISKE, J. *Television culture*. Londres: Routledge, 1997.
- _____ *Introduction to Communication Studies*. Londres: Routledge, 2ª edição, 1997.
- FISKE, J. AND HARTLEY, J. *Reading television*. Londres: Routledge, 1992.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1995.
- _____ *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____ *Resumo dos cursos do Collège de France*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

- _____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 5ª edição, 1997.
- FOUCAULT, M, ROUANET,S, MERQUIOR,J, ESCOBAR,C., LECOURT,D. *O Homem e o discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª edição, 1996.
- FOWLER, R. *Language in the news*. Londres: Routledge, 1994.
- _____. *Linguistic Criticism*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- FRANCISCATO,C.E. *A Fabricação do presente*. Aracaju: Editora UFS, 2005.
- GADET, F. e HAK,T.(org) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- GARCIA CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- GEERTZ, C. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.
- _____. *O Saber local*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.
- GIDDENS, A. BECK, U. E LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.
- GIL, A.C. *Como elaborar um projeto de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZAGA MOTTA, L. 'Teoria da Notícia: as relações entre o real e o simbólico'. In MOUILLAUD, M, PORTO, S. (Org). *O Jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- _____. (org) *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- _____. 'Ideologia e processo de seleção de notícias'. In GONZAGA MOTTA, L. (org) *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- _____. *A construção narrativa da história do presente*. In Interprogramas da Compos, 2004, disponível no site www.compos.org.br
- _____. *Narratologia: Teoria e Análise da Narrativa Jornalística*. Brasília: Casa das Musas, 2005.
- _____. 'Análise pragmática da narrativa jornalística'. In LAGO, C e BENETTI, M. *Metodologia de pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

- GRADDOL, D e BOYD-BARRETT, O. (org) *Media texts: authors and readers*. Avon, Inglaterra: The Open University, 1994.
- GREGOLIN, M. e BARONA, R. (org) *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Editora Claraluz, 2001.
- GRIGOLETTO, M. *A resistência das palavras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- GRISWOLD, W. *Cultures and societies in a changing world*. Califórnia: Pine Forge Press, 1998.
- GUIMARÃES, E. 'Enunciação e história'. In GUIMARÃES, E. (org) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Editora Pontes, 1989.
- _____. *Texto e argumentação*. Campinas: Editora Pontes, 1987.
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, S. 'Cultural Studies: two paradigms'. In *Media, culture and society*, n. 2, 1980.
- _____. 'Encoding and decoding'. In HALL, S. HOBSON, D. LOWE, D. e WILLIS, P (ORG) *Culture, Media, Language*. Londres: Routledge, 1980.
- _____. 'Cultural identity and diáspora'. In RUTHERFORD, J. (org) *Identity – Community, Culture, Difference*. Londres: Lawrence e Wishart, 1990.
- HALL, S, Chritcher, C, Jefferson, T, Clarke, J, Roberts, B. 'A produção social das notícias: o mugging nos media'. In TRAQUINA, N. (org) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993.
- _____. 'Culture, community, nation'. In *Cultural Studies*, n. 7, 1993.
- _____. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- _____. 'Quem precisa de identidade?' In SILVA, T.T. (org) *Identidade e Diferença*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 7ª. Edição, 2007.
- HALLIDAY, M. *Functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 2ª edição, 1995.
- _____. *Language as social semiotic*. Londres: Open University Set Book, 7ª edição, 1994.
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell Publishers, 8ª. edição, 1997.

- HOGGART, R. *As utilizações da cultura – aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Editora Presença, 1973.
- HOHLFELDT, A, MARTINO, L. e FRANÇA, V. *Teorias da comunicação: conceitos, histórias e tendências*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 20ª.edição,1988.
- HORROCKS, C. e JEVTIC, Z. *Introducing Foucault*. Cambridge: Icon Books, 1997.
- JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus Editora, 1996.
- KOLAKOWSKI, L. *A presença do mito*. Brasília: Editora da UnB, 1981.
- KRESS, G. e HODGE, R. *Social Semiotics*. Londres: Polity, 1988.
- _____ *Language as ideology*. Londres: Routledge, 1993.
- KRESS, G. e LEEUWEN, T. *Reading Images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 1996.
- KRESS, G, LEITE-GARCIA, R. e LEEUWEN, T. ‘Discourse Semiotics’. In VAN DIJK, T. *Discourse as structure and process*. Londres: Sage Publications, 1997.
- KRISTEVA, J. ‘Word, Dialogue and novel’. In MOI, T.(ed) *The Kristeva Reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Editora da UFSC, 3ª edição, 2001.
- LUCAS, F. *Expressões da identidade brasileira*. São Paulo: Editora da PUC/SP, 2002.
- LYOTARD, J.F. *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*. Manchester: Manchester University Press, 1994.
- MACHADO, A. *A Arte do vídeo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1995.
- MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MAGALHÃES, I. (org) *As Múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Editora da UnB, 1996.
- _____ ‘A produção do sujeito na interação’. In MAGALHÃES, I. *As Múltiplas Faces da Linguagem*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

- _____ *Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico*.
Brasília: Thesaurus Editora, 2000.
- MAGALHÃES, I e. LEAL, C.(org) *Discurso, gênero e educação*. Brasília:
Oficina Editorial do Instituto de letras da UnB, 2003.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas:
Editora da Unicamp, 3ª edição, 1997.
- _____ *Análise de textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez
Editora, 2001.
- MARCONDES Filho, C. *A Saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker
Editores, 2000.
- MARQUES, M.H. *Iniciação à Semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,
1990.
- MARTIN-BARBERO, J. 'Técnicas, identidades, alteridades'. In
MORAES, D. (org.) *Sociedade Mediatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e
hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2ª.edição, 1987.
- MARTINS, L. 'Imprensa, Discurso e Interatividade'. In MOUILLAUD, M,
PORTO, S. (org). *O Jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- MATTA, R. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- _____ *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores,
1981.
- MEINHOF, U. e RICHARDSON, K.(org) *Text, discourse and context:
representations of poverty in Britain*. Londres: Longman, 1994.
- METZ, C. *Linguagem e cinema*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.
- MOLES, A. *Sociodinâmica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de
São Paulo, 1974.
- MONTORO, T. e CALDAS, R. (org) *De olho na imagem*. Brasília: Fundação
Astrojildo Pereira e Editorial Abaré, 2006.
- MORAES, D. (org) *Sociedade mediatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MOTA, C.L. 'O discurso popular na TV' in: Magalhães, I. (org) *As Múltiplas
Fases da Linguagem*. Brasília: Editora da UnB, 1996.
- MOTA, C.L. 'O gesto e a palavra: representações sobre cidadania no
telejornal'. In VIZEU, A, PORCELLO, F, MOTA, C. (org) *Telejornalismo, a
nova praça pública*. Florianópolis, Editora Insular, 2006.

- MOUILLAUD, M, PORTO, S. (org). *O Jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- OLIVEIRA, L.P. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2ª edição, 2002.
- OLIVEIRA, M. *Imagem e Verdade: jornalismo, linguagem e realidade*. São Paulo: Annablume Editora, 2006.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Editora Pontes, 1987.
- _____ *Terra à vista*. Campinas: Editora da Unicamp e Cortez Editora, 1990.
- _____ *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____ (org) *Discurso fundador*. Campinas: Editora Pontes, 1993.
- _____ *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- _____ *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.
- _____ *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 1999.
- _____ *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Editora Pontes, 2001.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1987.
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. 'A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas'. In GADET, F. e HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- _____ *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____ *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 1990.
- _____ 'Ler o arquivo hoje'. In ORLANDI, E.P.(org) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- PERELMAN, C. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- PESSOA DE BARROS, D. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Editora Ática, 4ª edição, 1999.
- POSSENTI, S. 'Ainda sobre a noção de efeito de sentido'. In GREGOLIN, M.R. e BARONAS, R. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP : Editora Claraluz, 2001.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil*. Editora Brasiliense, 1944.
- REVEL, J. *Foucault, conceitos essenciais*. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2006.
- RIBEIRO, L.M. *Comunicação e Sociedade: cultura, informação e espaço público*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.
- RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*, tomos I, II e III. Campinas: Editora Papirus, 1994.
- _____. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1990.
- ROSEN, J. *What are journalists for?* New Haven: Yale University Press, 1999.
- SANTOS, F. *Filosofia aristotélica da linguagem*. Chapecó, SC: Argos Editora Universitária, 2002.
- SANTOS, J.L. *O que é cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- SARDAR, Z. e VAN LOON, B. *Cultural studies for beginners*. Cambridge: Icon Books, 1997.
- SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 20ª edição, 1995.
- SCHUDSON, M. 'A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão'. In TRAQUINA, N.(org) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Edições, 1993.
- SILVA, T.T. 'A Produção social da identidade e da diferença'. In SILVA, T.T. (org) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SODRÉ, M. 'Eticidade, campo comunicacional e midiaticização'. In *Sociedade Midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- TADEU DA SILVA, T.(org) *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

- _____ (org) *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 7ª edição, 2007.
- _____ 'A produção social da identidade e da diferença'. In TADEU DA SILVA (org) *Identidade e Diferença*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 7ª. Edição, 2007.
- TRAQUINA, N. (org) *Jornalismo: questões, teorias, histórias*. Lisboa: Vega Edições, 1993.
- _____ *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- TREW, T. 'What the papers say'. In FOWLER, R. et al. *Language and Control*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1996.
- TUCHMAN, G. 'Contando histórias'. In TRAQUINA, N (org) *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega Edições, 1993.
- VAN DIJK, T. (org) *Discourse as structure and process*. Londres: Sage Publications, 1997.
- _____ *News as discourse*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1998.
- _____ *Ideology: a multidisciplinary approach*. Londres: Sage Publications, 1998.
- _____ *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- VELOSO, M. E MADEIRA, A. *Leituras Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1999.
- VERÓN, E. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- VIEIRA, J.S. 'O oral e o escrito: a dupla face da interação verbal'. In MAGALHÃES, I. *As Múltiplas Faces da Linguagem*. Brasília: Editora da UnB, 1996.
- VILLAÇA KOCH, I. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- _____ *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Editora Contexto, 7ª. Edição, 2003.
- _____ *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez Editora, 9ª edição, 2004.
- VIZEU, A. *Decidindo o que é notícia*. Porto Alegre, Editora da PUC/RS, 3ª edição, 2003.

- _____ *O lado oculto do Telejornalismo*. Florianópolis: Editora Calandra, 2005.
- VIZEU, A. PORCELLO, F e MOTA, C. (org) *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Editora Insular, 2006.
- WHITAKER, D. 'Brasil, um país do futuro?' in CHIAPPINI, L. DIMAS, A. ZILLY, B (org) *Brasil, país do passado?* São Paulo: Edusp, 2000.
- WILLIAMS, R. *Culture and Society*. Harmondsworth: Penguin, 1961
- _____ 'Culture and which way of life?' In EASTHOPE, A e MCGOWAN, K. *A Critical and cultural theory reader*. Buckingham: Open University Press, 1996.
- WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença, 3ª.edição, 1994.
- WOODWARD, K. 'Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual'. In SILVA, T.T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 3ª. Edição. 2004.
- ZWEIG, S. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

ANEXOS

(Scripts)

O processo de transcrição dos textos examinados, chamado de decupagem segue o modelo de script utilizado em televisão, em que a lauda jornalística é dividida ao meio, com a parte à direita dedicada ao áudio, ou seja, narrações ao vivo e em off, sons de entrevistas e de ambientes e sonoplastias. Já a parte da esquerda reproduz o roteiro das imagens que fazem parte do vídeo. A transcrição obedeceu à ordem dos acontecimentos e representa cerca de cinco minutos diários de tempo em 11 dias do Jornal Nacional.

JN 05/01/2004		
Estúdio VIVO -	Bonner-	Escalada: (chamada)
Matéria 1:		A embaixada americana lamenta a forma como os americanos são identificados nos aeroportos do Brasil.
Estúdio VIVO -	Bonner -	Os Estados Unidos começaram hoje a recolher impressões digitais e a tirar fotografias de visitantes de vários países, inclusive do Brasil. A medida, para impedir a entrada de terroristas, vigora em 115 aeroportos e 14 portos americanos.
VT- aeroporto americano		OFF -
Imagens em planos médios de		O procedimento vale para todos os visitantes que precisam de visto para entrar nos Estados Unidos, como os brasileiros. Estão livres do regulamento os cidadãos de 28 países, a maioria da Europa, que podem visitar os Estados Unidos por até 90 dias sem visto. O secretário de segurança interna, Tom Reed, disse que a medida serve também para deter suspeitos de qualquer crime, principalmente quem tiver vistos fraudulentos.
Chegada de visitantes no serviço de identificação americano, guardas vendo passaportes, carimbando.		
Imagens do secretário dando entrevista		Sobe som: final da fala em inglês “a visa crime”.
Secretário fala sem identificação no gerador de caracteres		OFF -
Imagem: filas no aeroporto		No aeroporto John Kennedy, em Nova York, longas filas se formaram no desembarque. Os americanos usam um sistema eletrônico de verificação da identidade.
Câmera usada em close		
CRISTINA SERRA NOVA IORQUE		VIVO-
(ela mostra câmera e usa a máquina para imprimir sua impressão digital, aparecendo		Com esta câmera, eles tiram a fotografia do passageiro e aqui, nesta máquina, o passageiro tem que tirar a impressão digital do dedo indicador direito e do indicador esquerdo.

<p>sua foto na tela).</p> <p>Imagem do oficial dando entrevista</p> <p>Entrevista sem identificação.</p> <p>Imagem de grupo de tripulantes desembarcando</p> <p>Aeromoça dando entrevista</p> <p>Entrevista sem identificação</p> <p>Visitante da Jamaica em plano mais fechado</p> <p>Entrevista sem identificação</p> <p>Visitante em close na entrevista</p> <p>sem identificação</p> <p>Cenas de uma brasileira conversando com a repórter</p> <p>Entrevista: CRISTINA Funcionária Pública.</p> <p>Estúdio Fátima – VIVO- –</p>	<p>OFF - Este oficial explica que transmite as informações para um banco de dados. Se tiver algo suspeito, ele recebe um aviso e encaminha o visitante para ser interrogado.</p> <p>Sobe som: entrevista termina sem som audível.</p> <p>OFF - Até os tripulantes das companhias aéreas têm que submeter à identificação. A aeromoça concorda com a medida. “É muito rápido e fácil”.</p> <p>Sobe som: “easily”</p> <p>OFF - Para esta jamaicana, não foi um incômodo. “É para minha segurança”.</p> <p>Sobe som: som inaudível.</p> <p>OFF - Mas esta turista não gostou. Acha que é um exagero e se sentiu tratada como uma criminosa.</p> <p>Sobe som: “criminal”.</p> <p>OFF - Esta brasileira, que foi identificada, questiona: Sobe som: “acho que serve para todos. Se estão revistando um ou outro, acho que devem revistar todos. Brasileiro, porque?”</p> <p>De cada dez americanos que chegam ao Brasil, sete entram por São Paulo. Por isso hoje, a polícia federal mudou os procedimentos para tornar a</p>
--	---

<p>VT – Aeroporto de Guarulhos</p> <p>Cenas de americanos chegando. Moça bem humorada, filas</p> <p>CARLOS DORNELES - VIVO - GUARULHOS, SP</p> <p>Mostra os 10 dedos e depois as duas Palmas das mãos. Por fim, um polegar apertando um papel.</p> <p>Imagens da identificação</p> <p>Entrevista: WAGNER CASTILHO Delegado Polícia Federal</p> <p>Repórter dialogando com o entrevistado</p> <p>Volta entrevistado completando</p> <p>Imagens de mais gente chegando</p> <p>Rosto do engenheiro que dá entrevista</p> <p>Trecho da entrevista, sem identificação</p>	<p>identificação mais rápida.</p> <p>OFF - Uns irritados, outros muito bem humorados. A reação variava mas hoje, no Aeroporto Internacional de São Paulo, uma pequena alteração na burocracia fez diferença.</p> <p>Antes, os passageiros americanos tinham que deixar as impressões dos 10 dedos, separadamente. E, por fim, da mão inteira. Agora, basta uma impressão digital do polegar. Um processo muito mais rápido. As filas desaparecem. O mal estar, não.</p> <p>OFF - A identificação não demorava mais do que um minuto.</p> <p>Sobe som: “como o que rege esta determinação é o princípio da reciprocidade, entendeu-se mais viável apenas o polegar direito.”</p> <p>OFF - Que é o que acontece quando o brasileiro chega aos Estados Unidos.</p> <p>Sobe som: “que é o que acontece quando o cidadão brasileiro chega aos Estados Unidos, além do registro fotográfico.”</p> <p>OFF - Mas nem o processo mais rápido evitou contrariedade. Este engenheiro disse que nunca tinha passado por uma situação parecida.</p> <p>Sobe som: inaudível.</p>
--	--

<p>Corta para rapaz americano mais novo, mais simpático</p> <p>Entrevista sem identificação. Só trecho final.</p> <p>Uma tripulação esperando para ser identificada.</p> <p>Aeromoça sendo entrevistada sem identificação</p> <p>Outro grupo e moça sorridente</p> <p>Entrevista sem identificação</p> <p>Cenas da professora dando entrevista, sempre em plano médio</p> <p>Trecho final, sem identificação</p> <p>Estúdio VIVO - Bonner -</p>	<p>OFF - Este biólogo considera tanto as exigências brasileiras como as americanas uma bobagem:</p> <p>Sobe som: “silly”</p> <p>OFF - A tripulação de um vôo que veio de Chicago demonstra impaciência mas, diplomaticamente, todos dizem que está tudo bem:</p> <p>Sobe som: “no problem”</p> <p>OFF - Mas a maioria não se incomodou. Esta estudante disse que o processo foi rápido e indolor.</p> <p>Sobe som: “very quickly, very painless”.</p> <p>OFF - Esta professora aposentada enfrentou foto, impressão digital e, por fim, a câmera de TV sem perder a esportiva. Quem viaja bastante – diz ela – tem que entender essas coisas e vocês, afinal de contas, são um povo muito amável:</p> <p>Sobe som: “a very kind people”.</p> <p>A embaixada dos Estados Unidos lamentou em nota a maneira como os cidadãos americanos estão sendo identificados no Brasil, com longas esperas. Segundo a embaixada, hoje no Rio, houve uma espera de 9 horas. Na nota, a embaixada reconhece o direito do Brasil de determinar os procedimentos de entrada de estrangeiros mas esclarece que, nos Estados Unidos, o sistema de identificação de pessoas foi criado para</p>
---	---

	dar mais segurança e planejado há mais de um ano para diminuir ao máximo o inconveniente dos passageiros.
--	---

JN 06/01/2004		
Estúdio VIVO -	Bonner –	Um senador, um deputado e um grupo de representantes do Itamaraty, visitaram hoje um grupo de 70 brasileiros presos em Los Preños, no estado americano do Texas, por tentarem entrar nos Estados Unidos sem autorização. A comitiva brasileira negocia com o governo americano a deportação do grupo. E está consultando cada preso para saber quem prefere ter o processo de deportação acelerado. Dos 23 brasileiros presos consultados ontem num centro de detenção em Houston, 21 concordaram com a deportação. Quase mil brasileiros estão presos nos Estados Unidos por tentativas de imigração clandestina. E está previsto para amanhã o anúncio de medidas do governo americano que devem facilitar a legalização da situação de imigrantes ilegais no país.
Estúdio VIVO -	Fátima –	A decisão de submeter cidadãos americanos ao processo de identificação nos aeroportos brasileiros gerou uma discussão: um juiz pode tomar uma medida que afete a política externa do país?
VT Aeroporto do Rio Cenas de turista chegando e um exibe o polegar manchado.		OFF – Eles vieram de várias partes dos Estados Unidos e exibiam a mesma marca preta no polegar. Esta turista diz que não se incomodou:
Uma turista tranqüila		Sobe som: “ no problem”
Entrevista sem identificação		OFF - Esta outra reclamou da lentidão:
Outra, mais em close		Sobe som: inaudível
Entrevista sem identificação.		OFF - Para evitar a repetição do que aconteceu ontem no Rio, quando a
Imagens dos agentes identificando passageiros		

<p>ARI PEIXOTO - VIVO - Aeroporto do Rio</p>	<p>espera chegou a 8 horas, a Polícia Federal dobrou o número de agentes que fazem o trabalho. Agora, são dois. O que não surtiu muito efeito.</p>
<p>Cenas dos passageiros</p>	<p>Hoje a maior demora aconteceu com um voo vindo de Washington e que chegou ao Rio no início da tarde. Os passageiros americanos, que foram os últimos a deixar o avião, ficaram isolados numa sala do aeroporto e tiveram que esperar quase 3 horas para serem identificados e fotografados.</p>
<p>Entrevista sem identificação Americana de meia idade</p>	<p>OFF - No desembarque, este turista disse que se sentiu seqüestrado.</p> <p>Sobe som: 'we feel like I had been sequestred.'</p>
<p>Entrevista sem identificação Imagens do juiz dando entrevista, em planos mais abertos</p>	<p>OFF - A americana reclamou da falta de informações:</p> <p>Sobe som: 'we were not given any explanation.'</p>
<p>seguem imagens do juiz JULIER DA SILVA Juiz Federal</p>	<p>OFF 6 - O autor da medida, o juiz federal Julier da Silva, de Mato Grosso, alega direito de reciprocidade, já que os brasileiros que chegam aos Estados Unidos também são identificados:</p> <p>Sobe som: "o Brasil, por sua vez, na medida em que seus cidadãos estão sendo afetados em nível internacional, neste aspecto têm o mesmo direito de tomar as mesmas medidas em relação aos norte-americanos em território brasileiro".</p>
<p>Imagens da entrevista do Representante da Assoc. Comercial</p>	<p>OFF - Mas o represnetante da Associação Comercial do Rio disse que a medida não poderia ter sido tomada por um</p>
<p>MÁRCIO FORTES</p>	<p></p>

<p>Com. Turismo da Assoc. Comercial/RJ</p> <p>Cenas do aeroporto</p> <p>E imagens de um jurista dando entrevista</p> <p>JORGE DE MIRANDA MAGALHÃES Jurista</p> <p>Imagens da embaixadora dando entrevista coletiva</p> <p>Seguem imagens</p> <p>DONNA HRINACK Embaixadora dos EUA</p> <p>Imagens do procurador dando entrevista</p> <p>JÚLIO HORTA Proc. Geral do Município</p> <p>Estúdio Fátima – VIVO –</p>	<p>juiz federal.</p> <p>Sobe som: “não é atribuição da Justiça Federal praticar política externa brasileira. Isso é coisa privativo do Presidente da República.”</p> <p>OFF - Esta questão ainda está sendo analisada pela Advocacia Geral da União, que pode ou não recorrer da decisão. Este jurista afirma que o juiz federal agiu de acordo com a lei.</p> <p>Sobe som: “esta competência é dele porque a Constituição lhe dá este poder de defender o cidadão brasileiro em território nacional.”</p> <p>OFF - Em Brasília, a embaixadora americana disse que respeita a decisão de identificar os turistas que chegam ao Brasil mas fez uma ressalva:</p> <p>Sobe som: “nós estamos falando do problema de implementação de tomar as medidas de uma forma mais rápida, que não prejudiquem nem as pessoas que estão viajando e nem a indústria turística de qualquer um dos dois países, não?”</p> <p>OFF - Hoje, a procuradoria geral do Rio entrou na Justiça pedindo a suspensão da medida no município até que a polícia federal possa usar a mesma tecnologia dos americanos.</p> <p>Sobe som: “não me parece razoável e nem lógico que um país pretenda que estrangeiros de outro país levem sequer uma hora para ingressar nos seus aeroportos. É</p>
--	--

	<p>uma situação completamente exdrúxula.”</p> <p>Em Brasília, a Ordem dos Advogados do Brasil também se manifestou sobre o caso. O presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB, Reginaldo de Castro, disse que a competência para tratar de questões internacionais é privativa do presidente da República.</p>
--	--

JN 07/01/2004	
<p>Estúdio: BONNER - VIVO-</p> <p>VT- matéria</p> <p>Plano geral: Colin chega a uma sala acompanhado de uma funcionária para dar entrevista coletiva.</p> <p>Close nele, falando numa plataforma</p> <p>Ao fundo emblema dos EUA</p> <p>(não aparecem os jornalistas)</p> <p>Collin</p> <p>Imagens do Itamaraty (externas)</p> <p>Passagem: GIULIANA MORRONE Brasília</p>	<p>O homem que comanda a política externa dos Estados Unidos, o secretário de Estado Colin Powell, criticou hoje o processo de identificação de cidadãos americanos nos portos e aeroportos do Brasil. A medida entrou em vigor na semana passada e foi determinada por um juiz federal de Mato Grosso.</p> <p>OFF -</p> <p>Foi numa entrevista coletiva. O secretário de Estado americano, Colin Powell, reclamou do processo de identificação de americanos no Brasil e avisou que vai conversar com o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Powell disse que os Estados Unidos estão identificando todos os visitantes que chegam ao país e que precisam de visto. E que um juiz brasileiro tomou esta decisão apenas para os americanos.</p> <p>Sobe som: trecho final da fala em inglês</p> <p>OFF -</p> <p>Horas antes da entrevista, o Itamaraty divulgou nota informando que o ministro Celso Amorim conversou com a embaixadora americana Donna Hrinack em busca de uma solução para o caso e que a preocupação do governo brasileiro é manter o alto nível das relações diplomáticas e assegurar um tratamento digno aos brasileiros no Estados Unidos.</p> <p>VIVO</p> <p>O Ministério das Relações Exteriores lembrou que a ordem de identificar só os americanos foi da Justiça. O Itamaraty só vai decidir se comenta as declarações do secretário de Estado americano depois que ele ligar para o ministro Celso Amorim.</p>

<p>Imagens do relógio da PF no porto do Rio, com pan para imagem de barco chegando, com turistas no convés – plano aberto</p> <p>Planos médios: turistas desembarcando, fazendo sinal com o polegar para cima, sorridentes e passando pela alfândega</p> <p>Turista falando, com som em BG</p> <p>Cenas no aeroporto do Rio</p> <p>Turistas desembarcando com malas</p> <p>Estúdio: BONNER VIVO -</p>	<p>OFF - Hoje, depois das longas filas, as autoridades brasileiras se organizaram. Seiscentos turistas dos Estados Unidos, que vieram de navio do Uruguai foram identificados e fotografados pela Polícia Federal no porto do Rio de Janeiro. O procedimento durou apenas 45 minutos. Mas essa turista disse que perdeu no porto tempo que iria gastar fazendo compras. Para ela, o Rio saiu perdendo.</p> <p>Final da fala inaudível.</p> <p>OFF - No aeroporto internacional do Rio, as filas também foram menores. A identificação durou em média uma hora.</p> <p>A Associação dos Juizes Federais do Brasil divulgou uma nota defendendo o juiz de Mato grosso que determinou a identificação dos americanos no Brasil A nota afirma que a segurança do país e a política de controle das fronteiras não são de competência exclusiva do Poder Executivo.</p>
---	--

JN 08/01/2004	
<p>JN/ 08/01/2004</p> <p>Estúdio: FÁTIMA VIVO-</p> <p>VT – cenas do raios-X do aeroporto de Congonhas</p> <p>conjunto de passaportes</p> <p>identificação do preso</p> <p>Teste no passaporte com luz ultra-violeta</p> <p>Capa do passaporte italiano</p> <p>Capa do passaporte português</p> <p>PASSAGEM: SONIA BRIDI São Paulo</p> <p>Estúdio: BONNER VIVO –</p>	<p>No momento em que a identificação de cidadãos em aeroportos provoca tanto discussão no Brasil e nos Estados Unidos, a Polícia Federal brasileira encontrou mais de 30 passaportes roubados em poder de um policial civil em São Paulo. E as suspeitas são gravíssimas. Ele pode ter ligação tanto com traficantes de drogas quanto com terroristas internacionais.</p> <p>OFF - Trinta e seis passaportes estrangeiros todos em branco numa bagagem de mão. O raios-x do aeroporto de Congonhas deu o alarme e o dono da valise foi preso em flagrante: O investigador da Polícia civil de São Paulo, Cristiano Arruda. Ele tentava embarcar para Goiânia levando os passaportes que no início a polícia achou que eram falsos. Mas os testes com luz ultra-violeta mostraram a autenticidade. A maioria foi roubada de consulados: os 4 italianos em São Paulo e 26 portugueses fazem parte de um lote de 196 levados por ladrões em Santos. Há também 2 mexicanos e 4 espanhóis.</p> <p>VIVO – Foram apreendidos também documentos que mostram o alto custo de cada passaporte, cerca de 50 mil dólares. O que se deduz que só organizações como o narcotráfico e o terrorismo têm poder aquisitivo para aquisição destes documentos.</p> <p>Depois de criticar a forma de identificação de passageiros americanos nos aeroportos do Brasil, o secretário de</p>

<p>VT – Imagens do aeroporto do Galeão no Rio</p> <p>Cena de americana idosa</p> <p>Outras cenas da identificação,</p> <p>Fotos</p> <p>Turistas andando</p> <p>Entrevista: ROBERTO DUTRA Vice-pres. da Assoc. Bras. de Turismo Receptivo</p> <p>Imagens da embaixadora americana</p> <p>DONNA HRINACK Embaix. Americana no Brasil</p> <p>CELSO AMORIM Min. Rel. Exteriores</p> <p>Imagens da coletiva de Colin Powell no dia anterior</p> <p>Cena de Powell sorridente da coletiva</p> <p>Sobe som: COLIN POWELL</p> <p>Seguem cenas de Powell com</p>	<p>Estado norte-americano Colin Powell disse hoje que a questão não deve ser um grande problema para os dois países.</p> <p>OFF - A Polícia Federal foi menos rígida hoje no Aeroporto do Rio de Janeiro. Alguns americanos disseram que foram liberados sem passar pelo processo de identificação. Mas a maioria levou em média 15 minutos para ser identificada. Apesar de o processo não estar tão demorado como no início da semana, uma empresa americana desistiu de presentear funcionários com uma viagem ao Rio quando soube do sistema de identificação no Brasil.</p> <p>Sobe som: “Um prejuízo bastante grande. Dizem que cerca de 720 mil dólares, só do nosso faturamento. Estou me sentindo até um pouco envergonhado porque estamos fazendo um papelão no mundo. Acho que, se nós queremos impor este tipo de medida, devemos fazer de forma correta, profissional, e não intempestivamente, como foi feito”.</p> <p>OFF- A reclamação da diplomacia americana contra o sistema de identificação aumentou:</p> <p>Sobe som: “aplicar só contra um país me parece um pouco discriminatório”.</p> <p>Sobe som: “nós também podemos dizer que somos discriminados porque 27 países estão isentos da medida norte-americana.</p> <p>OFF- Na conversa de ontem, por telefone, com o ministro das Relações exteriores,</p>
--	--

<p>voz em BG</p> <p>(imagens do Powell)</p> <p>Sobe som com microfones de repórteres COLIN POWELL</p> <p>Passagem: GIULIANA MORRONE Brasília</p>	<p>Celso Amorim, o secretário de Estado americano Colin Powell também reclamou. Defendeu uma solução rápida.</p> <p>“we respect Brazil”</p> <p>OFF- Hoje, Powell disse que os turistas que vão aos Estados Unidos sabem que a identificação é uma exigência de lei e que o procedimento é /</p> <p>rápido e simples. Powell falou que o assunto não deve ser um grande problema para os Estados Unidos e o Brasil.</p> <p>“a major problem between USA and Brazil”</p> <p>VIVO – Foi um juiz de Mato Grosso que determinou a identificação de americanos que desembarcam no Brasil. O governo brasileiro já deu sinais de que vai recorrer desta decisão. E depois disso, estudaria uma medida para que haja tratamento igual entre brasileiros e americanos que desembarcam nos Estados Unidos e no Brasil.</p>
---	--

JN 09/01/2004	
<p data-bbox="313 352 630 415">Estúdio BONNER – VIVO –</p> <p data-bbox="313 594 649 693">VT – cenas de chegada de americanos no aeroporto de Brasília e SP</p> <p data-bbox="313 1003 669 1066">Entrevista: JOSÉ DIRCEU Min. da Casa Civil</p> <p data-bbox="313 1314 613 1486">Passagem: GUILIANA MORRONE Brasília (na frente dos raios X do aeroporto)</p> <p data-bbox="313 1728 659 1864">Imagens de um aeroporto americano, com um dedo numa máquina de impressão digital</p>	<p data-bbox="797 352 1263 594">A identificação de americanos que chegam ao Brasil vai ser mais rápida a partir da quinta-feira que vem. Equipamentos da Polícia Federal parecidos com os usados nos Estados Unidos vão ser instalados nos portos e nos aeroportos.</p> <p data-bbox="797 625 1286 1003">OFF - Os Estados Unidos cobram cem dólares de taxa para a liberação de vistos. O Brasil cobra o mesmo. Os europeus não exigem visto dos brasileiros. O Brasil não exige visto dos europeus. Esta é a regra da reciprocidade, usada pelo juiz de Mato Grosso para exigir a identificação de americanos quando desembarcam no Brasil. O governo quer adotar esta regra:</p> <p data-bbox="797 1041 1282 1381">Sobe som: “A norma internacional é que haja reciprocidade. Por isso, é que nós cobramos para expedir o visto do cidadão de procedência norte-americana, apesar de que a lógica econômica deveria dizer para não cobrarmos para aumentar o turismo mas existe o problema de soberania e de reciprocidade”.</p> <p data-bbox="797 1419 1282 1797">VIVO- O governo quer recorrer da decisão judicial porque entende que assuntos de política externa têm que ser resolvidos pelo governo federal e vai adotar medidas para que americanos e brasileiros tenham o mesmo tratamento. Já a partir da semana que vem, a Polícia Federal vai trocar o sistema de identificação nos portos e aeroportos para um mais moderno.</p> <p data-bbox="797 1835 1247 1894">OFF- O sistema é semelhante ao usado nos</p>

<p>Cenas de grandes cargas chegando num porto</p> <p>JN -10/01/2004</p> <p>ESTÚDIO FÁTIMA – VIVO -</p> <p>VT- Imagens da entrevista coletiva de Condoleeza Rice Ela chega cumprimentando a imprensa:</p> <p>Cenas da entrevista</p> <p>Passagem CRISTINA SERRA Nova Iorque</p> <p>Imagens externas do prédio da ONU</p> <p>Cenas de produção de grãos e</p>	<p>Estados Unidos. Eletrônico, grava a imagem da impressão digital de dois dedos e dispensa a tinta do sistema antigo. Os novos aparelhos foram comprados para identificação criminal nos prédios da Polícia Federal e vão ser usados em caráter de emergência para identificar americanos que chegam ao Brasil.</p> <p>Chefes de estado e de governo de 34 países vão participar da cúpula extraordinária das Américas, que começa segunda-feira em Monterey, no México. Durante a reunião, o presidente Lula terá um encontro em separado com o presidente dos Estados Unidos, George Bush.</p> <p>Sobe som: “Happy New Year”</p> <p>OFF - A secretária de Segurança nacional Condoleeza Rice explicou que a prioridade dos Estados Unidos no encontro é o combate à corrupção. Só há crescimento econômico sem corrupção, afirmou.</p> <p>VIVO- Mas os Estados Unidos não são os únicos a ditar a agenda que interessa ao continente. Os países da América Latina têm assumido uma postura mais independente. Um artigo do jornal New York Times - um dos mais influentes dos Estados Unidos – destaca que a maioria dos países latino-americanos não se comportam mais como dóceis e confiáveis aliados dos americanos.</p> <p>OFF - Uma postura que ficou marcada nas discussões sobre a guerra contra o Iraque no Conselho de Segurança da</p>
--	--

<p>de embarque deles</p> <p>Cenas nos aeroportos, de identificação de brasileiros que chegam aos EUA</p> <p>Entrevista: RUBEM BARBOSA Emb. do Brasil nos EUA</p> <p>Estúdio: FÁTIMA BERNARDES-VIVO</p> <p>VT – aeroporto Passageiro mostra número, tripulantes com números sujando os dedos</p> <p>Passagem LUCIANA BACELLAR Brasília</p> <p>em externa no prédio do Itamaraty</p> <p>Imagem do carro oficial do MRE, com o ministro Celso Amorim acenando da janela</p>	<p>ONU quando o México e o Chile se opuseram à ação militar. No caso do Brasil, segurança e comércio são os focos de tensão. O Brasil lidera a pressão contra os subsídios agrícolas e as barreiras comerciais., que impedem o aumento da exportação dos países em desenvolvimento.</p> <p>O ponto de atrito mais recente foi provocado pela identificação dos visitantes que precisam de visto para entrar nos Estados Unidos, entre eles os brasileiros. O governo Bush não gostou quando o Brasil adotou a mesma medida para os turistas americanos.</p> <p>Estes assuntos deverão ser tratados pelos presidentes Bush e Luís Inácio Lula da Silva no encontro em Monterey, no México.</p> <p>Sobe som: “ Os Estados Unidos defendem o seu interesse nacional e o Brasil está defendendo seus interesses nacionais em todos os pontos. Esta posição é respeitada pelos Estados Unidos.”</p> <p>O governo brasileiro não vai recorrer da decisão judicial que determinou a identificação dos visitantes americanos. Uma portaria, que será editada na semana que vem, vai criar um grupo de estudo para estabelecer regras sobre a entrada de estrangeiros no país.</p> <p>OFF - Impressão digital e foto. Os americanos que entram no Brasil continuarão sendo identificados pelo menos nos próximos 30 dias. Este é o prazo dado a um grupo de trabalho que será criado pelo governo para analisar o controle sobre a entrada de estrangeiros no país.</p> <p>VIVO-</p>
--	---

<p>Carro para</p> <p>Entrevista: CELSO AMORIM Min. das Relações Exteriores</p> <p>JN 12/01/04</p> <p>Estúdio FÁTIMA BERNARDES- VIVO -</p> <p>Imagens do aeroporto do Rio, tripulantes desembarcando, turista com dedo sujo, ar simpático</p> <p>Seguem cenas do aeroporto do Rio</p>	<p>Os critérios para a criação de novas regras são dois: segurança e reciprocidade. Quer dizer: o visitante estrangeiro vai receber no Brasil o mesmo tratamento que o país dele dispensa aos brasileiros. Exatamente o que vem sendo feito em relação aos americanos que desembarcam aqui.</p> <p>OFF – Segundo o ministro das Relações exteriores, este assunto será discutido pelos presidentes Lula e George W. Bush na semana que vem, durante a Cúpula das Américas no México.</p> <p>Sobe som: “Respeitamos e entendemos o problema de segurança que os Estados Unidos têm mas acho que temos que encontrar uma solução que respeite também um tratamento digno os cidadãos de todos os países e, digamos, com base no princípio da reciprocidade.”</p> <p>A identificação de americanos nos portos e aeroportos, determinada por um juiz de Mato Grosso, virou uma batalha nos tribunais. Em Brasília, um desembargador decidiu proibir o fichamento dos americanos no Rio de Janeiro mas hoje à tarde, uma decisão do governo manteve a medida em todo o país, gerando uma grande confusão:</p> <p>OFF- No aeroporto do Rio de Janeiro, os americanos que desembarcaram hoje continuaram sendo identificados pela Polícia Federal. Alguns tripulantes, que não tinham passado pelo procedimento, voltaram às pressas para o setor de imigração. Isso porque até o início da tarde, a Polícia Federal não tinha sido comunicada oficialmente sobre uma liminar, concedida em Brasília, pelo</p>
---	---

<p>Passagem ARI PEIXOTO Rio de Janeiro</p> <p>Imagens da portaria iluminando trechos</p> <p>Imagens do jurista conversando</p> <p>Entrevista: JOÃO TANCREDO Jurista</p> <p>Imagens de identificação em aeroporto</p> <p>Turista mostra dedo</p> <p>Entrevista: GASTÃO ALVES Desembargador federal</p> <p>Cenas de um equipamento que identifica digital no computador</p>	<p>presidente do Tribunal Regional Federal, da primeira região, desembargador Gastão Alves.</p> <p>A liminar suspende apenas no município do Rio a decisão do juiz de Mato Grosso, que instituiu a identificação obrigatória. O desembargador chama de arcaico o procedimento de identificação de americanos no Brasil e alega que a decisão anterior prejudicaria drasticamente o patrimônio turístico do Rio, uma vez que os americanos gastaram no ano passado 250 milhões de dólares na cidade.</p> <p>VIVO-</p> <p>Mas esta liminar que foi pedida pela prefeitura do Rio pode perder a validade antes mesmo de ser posta em prática. Uma portaria do governo federal, pronta desde sexta-feira, e publicada no fim da tarde de hoje, aumentou ainda mais a discussão sobre a obrigatoriedade de identificação de americanos aqui no Rio.</p> <p>OFF -</p> <p>A portaria aprovada pelo presidente Lula criou um grupo de trabalho para avaliar os procedimentos de controle de estrangeiros no país. Enquanto isso, os procedimentos atuais serão mantidos para identificação de estrangeiros com fundamento no princípio da reciprocidade nas relações internacionais.</p> <p>Este jurista diz que, em tese, a portaria cancela a liminar que proíbe a identificação no Rio.</p> <p>Sobe som:</p> <p>“A portaria, especificamente, supre toda esta discussão de liminar, porque ela vai regular a forma de identificação dos americanos. Passa a valer, efetivamente, a portaria.”</p> <p>OFF -</p> <p>Em Brasília, a Advocacia Geral da</p>
---	--

<p>Seguem imagens de Recife</p> <p>Estúdio BONNER – VIVO –</p> <p>Imagens de moça andando por ruas de Nova Iorque e parando para a entrevista</p> <p>Entrevista: (sem caracteres)</p> <p>Imagens de uma outra moça</p> <p>Entrevista: moça fala em inglês e repórter traduz</p> <p>Cenas da moça</p>	<p>União vai estudar se esta é a interpretação correta. No TRF, o desembargador que concedeu a liminar informou que o que vale agora é a portaria, ou seja, a identificação no Rio está mantida.</p> <p>Sobe som: “Se a portaria determinou que o fichamento deve continuar, então prevalece a portaria porque a competência é do Poder Executivo.”</p> <p>OFF - Enquanto isso, o aeroporto internacional do Recife foi o primeiro a implantar um sistema eletrônico de identificação. No teste do equipamento, o procedimento durou em média 4 minutos.</p> <p>Nos Estados Unidos, agora o governo planeja adotar um sistema de classificação dos passageiros. A medida pode entrar em vigor já no mês que vem e divide os visitantes segundo o grau de risco que eles possam representar à segurança.</p> <p>OFF - Esta advogada brasileira já foi tirada três vezes da fila de desembarque, o chegar de avião nos Estados Unidos. Levada para uma sala do Serviço de Imigração foi interrogada. O sobrenome dela, Gamboa, é confundido com o de alguém considerado suspeito pelo governo americano.</p> <p>Sobe som: “É um nome muito comum na Espanha, em países da América Latina, nos países de colonização espanhola, mesmo em parte das Filipinas e da Índia. Eu perguntei isso e eles confirmaram que é por causa do nome”.</p>
---	--

<p>Passagem LUIZ CARLOS AZENHA Nova Iorque (prédios ao fundo)</p> <p>Arte mostra um desenho com três cores: vermelho, amarelo e verde.</p> <p>Cenas num aeroporto americano</p> <p>Estúdio BONNER – VIVO –</p>	<p>OFF - A estudante americana Alexandra Ley teve um problema mais grave. Não pôde embarcar porque o nome dela ou um nome parecido está na lista de passageiros suspeitos de representarem uma ameaça à segurança nacional.</p> <p>Sobe som: “Alexandra diz que nunca foi presa e não há motivo para ser considerada suspeita.”</p> <p>OFF - Um advogado entrou com uma ação tentando remover o nome dela da lista. Por enquanto, Alexandra usa uma permissão especial do governo para viajar.</p> <p>VIVO- O governo americano tem planos para tornar ainda mais rigorosa a triagem das pessoas que viajam, mesmo que de passagem, pelos estados Unidos. Elas seriam classificadas de acordo com a suposta ameaça que representam para as companhias aéreas.</p> <p>OFF - Os passageiros seriam classificados em três cores: vermelho para os proibidos de embarcar, amarelo para os que seriam investigados antes de entrar no avião e verde para o que enfrentariam as atuais medidas de segurança.</p> <p>Para fazer a classificação, o governo cruzaria dados como data de nascimento e número de telefone com a rota de viagem, e informações comerciais obtidas de bancos e lojas. Comparando estes dados com uma lista de suspeitos de crimes de terrorismo.</p> <p>O governo dos Estados Unidos proibiu hoje a entrada no país de qualquer pessoa que tenha cargo público e que</p>
---	--

	<p>esteja envolvida em corrupção. As autoridades americanas se reservam o direito de determinar quem se enquadra na categoria.</p>
--	--

JN 13/01/2004	
<p>Estúdio FÁTIMA – VIVO -</p> <p>VT- Imagens de um kit de boas vindas sendo entregues</p> <p>- close no kit</p> <p>_ os componentes do kit</p> <p>Cenas de turistas alegres mostrando a camisa</p> <p>Entrevista: turista</p> <p>Outro põe a rosa nos dentes e faz gesto de agradecimento</p> <p>Cenas gerais no aeroporto, gente chegando, com malas, sendo identificada</p> <p>Passagem: ARI PEIXOTO Rio de Janeiro (fundo no saguão do aeroporto)</p>	<p>Um dia depois da publicação de uma medida do governo federal que obrigou a identificação de americanos nos aeroportos do país, turistas foram recebidos com flores no Rio de Janeiro.</p> <p>OFF - Depois da identificação, o kit de boas vindas foi distribuído aos americanos que desembarcaram hoje no Rio: uma rosa vermelha, um pingente com o desenho do pão de açúcar e uma camiseta com a mensagem escrita em inglês: o Rio te ama. Este turista disse que foi a melhor recepção que já teve:</p> <p>Sobe som: “The best”.</p> <p>OFF - A iniciativa é resultado de uma parceria entre prefeitura, governo do Estado e organizações que trabalham com o turismo e foi uma resposta a uma medida aprovada pelo presidente Lula que obriga a identificação de americanos em todo o país.</p> <p>É que a prefeitura do Rio estava preocupada com uma possível queda no número de visitantes. Ontem, chegou a conseguir uma liminar na Justiça suspendendo o processo de identificação na cidade mas a liminar acabou sendo cancelada pela medida federal. A prefeitura do Rio ainda não decidiu se vai entrar novamente na Justiça.</p> <p>VIVO- A partir desta quinta-feira, a Polícia Federal vai instalar um moderno sistema para identificação dos americanos no aeroporto internacional do Rio e no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Os agentes vão aproveitar os</p>

<p>Imagens dos computadores em grandes caixas</p> <p>Pilhas de fichas de papel</p> <p>Câmera e aparelho para pressionar o dedo</p> <p>Estúdio BONNER – VIVO –</p> <p>VT – Bush discursando</p> <p>Trecho da fala de Bush</p> <p>Imagens de Bush e Lula se cumprimentando</p> <p>Passagem: CRISTINA SERRA Monterey, México</p>	<p>equipamentos que tinham sido comprados para atualizar fichas de criminosos.</p> <p>OFF - Os computadores custaram quase cem milhões de reais e vieram da França e da Alemanha. Com eles, a Polícia Federal vai arquivar 2 milhões de registros que hoje estão em fichas de papel. Este é o aparelho que vai identificar as digitais dos turistas. Cada aeroporto vai receber 4 equipamentos, que vão fazer a identificação em apenas 30 segundos.</p> <p>Durante a Cúpula Extraordinária das Américas no México, o presidente Lula pediu ao americano George Bush o fim do visto para os cidadãos brasileiros em viagem aos Estados Unidos. Lula argumentou que os dois países têm relações dinâmicas nas áreas de comércio, turismo, e no intercâmbio de estudantes, pesquisadores e de artistas. Antes Bush havia feito críticas aos regimes comandados pelo venezuelano Hugo Chavez e pelo cubano Fidel Castro.</p> <p>OFF – O discurso do presidente George Bush na Cúpula das Américas foi interpretado como uma severa advertência para Cuba e Venezuela. Não há espaço para ditaduras na América Latina.</p> <p>Sobe som: “no place in the Américas”</p> <p>OFF – Com o Brasil um tom amistoso. Na reunião de meia hora com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Bush prometeu examinar a proposta brasileira de dispensa de vistos para cidadãos dos dois países.</p>
---	---

<p>Estúdio - BONNER – VIVO</p>	<p>VIVO-</p> <p>Seria necessário um acordo diplomático para efetivar a dispensa de vistos para brasileiros e americanos. O Brasil propõe que o acordo esteja fechado até o meio do ano. Os Estados Unidos já têm acordos deste tipo com 28 países. Além disso, Lula também propôs a suspensão imediata da identificação de brasileiros e americanos e reiterou o convite para que Bush visite o Brasil.</p> <p>Durante uma entrevista coletiva ainda no México, o presidente Lula classificou a identificação de brasileiros nos aeroportos americanos de descabida e disse que ela atrapalha o relacionamento entre os dois países. Segundo o presidente, os brasileiros não podem ser tratados como cidadãos inferiores. Lula disse também que o secretário de Estado americano Colin Powell virá ao Brasil entre fevereiro e março para continuar a discutir o assunto.</p>
--------------------------------	--

JN 14/01/2004	
Estúdio FÁTIMA – VIVO –	A crise entre Brasil e Estados Unidos causada pela identificação de cidadãos teve hoje um novo incidente. No aeroporto internacional de São Paulo, a Polícia Federal deteve o comandante americano de um avião vindo de Miami.
Cenas do aeroporto de Guarulhos	OFF - Foi um vôo tranquilo de Miami a Guarulhos. Um pouso sem sustos. Segundo a Polícia, a tripulação vinha rindo em tom de deboche. O comandante era o primeiro da fila e mostrava aos companheiros, sempre segundo a polícia, como seguraria o número de identificação para a foto. A polícia entendeu que o significado era obsceno.
Fila dos tripulantes	
Comandante segura o número com o dedo médio	VIVO- Um gesto, uma foto. Para a polícia, a prova material do crime de desacato à autoridade, que no Brasil tem pena prevista de 6 meses a 2 anos de prisão.
Passagem: SONIA BRIDI São Paulo	OFF - Os outros tripulantes tiveram a entrada no Brasil negada e ficaram numa sala esperando o vôo de volta.
Imagens dos outros tripulantes numa sala	Sobe som: “Eles não cometeram crime de desacato mas ficaram em apoio ao seu comandante e, em razão disso, o policial de plantão tem a prerrogativa de não dar o desembarque desses tripulantes e desses viajantes”.
Entrevista: FRANCISCO BALTHAZAR DA SILVA Superint. Da PF-SP	OFF - Já o comandante Dale Hirsh, de 52 anos, foi levado para a delegacia e fichado pela Polícia Federal.
Cenas do comandante sendo preso, gente, imprensa, confusão	Sobe som: “ este gesto é internacionalmente
Volta BALTHAZAR	

<p>Imagens do comandante sendo levado para o juizado</p> <p>Gente nos corredores</p> <p>Entrevista: JOELMA DE SOUZA Atendente</p> <p>Mais imagens do comandante</p> <p>Estúdio: FÁTIMA –VIVO –</p> <p>Estúdio: BONNER – VIVO-</p> <p>Imagens de um notebook com uma página de identificação</p>	<p>conhecido como gesto obsceno e não uma mera forma de segurar um documento”.</p> <p>OFF - Seis horas depois, o comandante foi encaminhado para um tribunal federal em Guarulhos. Na saída do aeroporto foi vaiado.</p> <p>Sobe som: vaias</p> <p>Sobe som: “ A gente respeita eles e eles vêm aqui, vem desrespeitar a gente. Uma falta de respeito isso.”</p> <p>OFF - Como não tem endereço fixo no Brasil, a Justiça deve decidir ainda hoje se o comandante pode voltar imediatamente com o resto da tripulação para os Estados Unidos.</p> <p>A American Airlines vai pagar a multa de 36 mil reais para que a tripulação e o comandante sejam liberados e possam retornar aos Estados Unidos. A companhia informou que lamenta o que chamou de mal-entendido ocorrido no Aeroporto de Cumbica. A porta-voz da empresa, Martha Denzel, disse que já pediu desculpas ao governo brasileiro e a todos que consideraram desrespeitosa a atitude do comandante.</p> <p>Os Estados Unidos alegam que têm muitas razões para exigir vistos dos brasileiros. O maior problema de todos, segundo eles, é a insegurança dos nossos passaportes.</p> <p>OFF - Os computadores comprados que captam a impressão digital foram levados hoje para os aeroportos do Rio</p>
---	--

<p>Entrevista: CLEMIR JOSÉ DE ARAÚJO Diretor-PF</p> <p>Voltam cenas gerais nos aeroportos brasileiros, e a imagem de um comandante segurando o número de identificação</p> <p>Imagens externas da embaix. americana em BSB</p> <p>Externa da Polícia Federal</p> <p>Foto de um passaporte Seguem cenas do passaporte brasileiro, mostrando marca d'água, o plástico que prende a foto</p> <p>Entrevista: ARLEY MORAES Perito/PF</p> <p>Imagens de brasileiros presos nos Estados Unidos</p>	<p>de Janeiro e de São Paulo. Uma solução de emergência encontrada pela Polícia Federal para tornar mais ágil o esquema de identificação de americanos que desembarcam no Brasil.</p> <p>Sobe som: “a expectativa nossa é que no máximo em 30 segundos nós consigamos atender os estrangeiros numa situação regular.”</p> <p>OFF - Por decisão judicial, o Brasil passou a exigir a identificação para que os americanos tenham o mesmo tratamento dado aos brasileiros que viajam para os Estados Unidos.</p> <p>São vários os motivos alegados pelo governo americano para restringir a entrada de brasileiros. Os americanos só liberam a exigência de vistos para países que oferecem passaportes à prova de fraude.</p> <p>A polícia federal reconhece: o passaporte brasileiro não é um documento seguro. O modelo tem 20 anos e nunca foi atualizado. A marca d'água é frágil, o plástico protetor sai com facilidade, e a foto pode ser trocada.</p> <p>Sobe som: “O passaporte brasileiro tem que mudar porque ele é um passaporte onde foram colocadas características de segurança no momento em que foi criado muitos anos atrás. A demanda por segurança em documento de viagem hoje o nosso passaporte não atende mais.”</p> <p>OFF - Uma outra exigência dos Estados</p>
---	---

<p>Seguem cenas dos presos</p> <p>Imagens da comissão num aeroporto</p> <p>Passagem: GIULIANA MORRONE Brasília</p>	<p>Unidos: que os países tenham menos de 3 por cento de vistos negados. Não é o caso do Brasil, segundo o consulado americano em São Paulo. Os brasileiros estão entre os que mais apresentam documentos falsos na hora de tirar o visto.</p> <p>O governo americano disse ainda que, no ano passado, 5 mil brasileiros foram pegos tentando entrar nos Estados Unidos pela fronteira do México. O número só não é mais alto do que de mexicanos e cidadãos da Guatemala. Os presos são deportados.</p> <p>Segundo a comissão de parlamentares que foram aos Estados Unidos ver a situação dos presos, 260 brasileiros serão deportados até o fim do mês.</p> <p>VIVO-</p> <p>O governo brasileiro vai insistir na negociação diplomática para que os brasileiros não precisem de visto para entrar nos Estados Unidos. Mas nem no governo existe consenso sobre manter ou acabar com a exigência de visto para os americanos. Amanhã, o ministro do turismo, Walfrido dos Mares Guia, vai propor ao presidente Lula que os americanos sejam apenas identificados quando desembarcarem no Brasil. É para não afugentar turistas e os dólares que eles trazem.</p>
--	---

JN 15/01/2004	
<p>Estúdio: BONNER – VIVO-</p> <p>VT - Imagens: fila de identificação Turista americana idosa coloca o dedo no botão</p> <p>Turista aprovando</p> <p>Aeroporto de Foz do Iguaçu</p> <p>Fotos de jornais americanos Capa do US Today</p> <p>Pan em manchetes e matérias do NYTimes</p> <p>Cenas do fato</p> <p>Repetindo cenas do dia anterior</p>	<p>O piloto americano detido por desacato à autoridade em São Paulo deve voltar para os Estados Unidos esta noite. A American Airlines pagou a multa de 36 mil reais para liberar a tripulação. O tempo de esperar para identificação nos aeroportos diminuiu hoje.</p> <p>OFF - Nos aeroportos internacionais de São Paulo e do Rio começou a funcionar hoje o esquema de identificação digital. O equipamento praticamente acabou com as filas.</p> <p>Sobe som: “is ok”.</p> <p>OFF - Apesar do fichamento ter começado no Brasil dia primeiro, em Foz do Iguaçu a Polícia Federal diz que ainda não foi comunicada oficialmente da exigência. Os passageiros americanos que desembarcam na cidade – cerca de 500 a cada mês – passam direto pelo setor de imigração.</p> <p>A identificação de americanos voltou hoje a repercutir nos Estados Unidos. Os principais jornais e redes de TV divulgaram a foto do comandante da American Airlines na chegada ao Brasil. Para o New York times, o caso dele aumentou as tensões entre Brasil e Estados Unidos.</p> <p>O modo como o piloto Dale Hirsh segurou a ficha foi considerado obsceno pelas autoridades brasileiras. Os 11 tripulantes foram obrigados a voltar ontem mesmo para os Estados Unidos e o piloto ficou detido. Levado a um juiz federal, ele concordou em pagar 36 mil reais para evitar uma acusação formal por desacato à autoridade. Antes, passou a noite na sala vip da companhia aérea no aeroporto.</p>

<p>Imagens de Celso Amorim</p> <p>Entrevista: CELSO AMORIM Min. das Rel. Exteriores</p> <p>Imagens externas do asilo São Vicente de Paulo</p> <p>Procurador entrega comprovante</p> <p>Passagem: ALBERTO GASPAR Guarulhos/SP</p> <p>Cenas internas do asilo, idosas andando, comendo, vendo TV</p> <p>Entrevista: JUVENAL JORGE JANUÁRIO Dir. do asilo</p> <p>Cenas de idosas comendo, rezando num pequeno altar, levantando as mãos para os céus</p> <p>Estúdio: FÁTIMA - VIVO-</p>	<p>Para o ministro das Relações Exteriores, o piloto agiu mal.</p> <p>Sobe som: “eu posso imaginar o que ocorreria com um brasileiro se fizesse a mesma coisa nos Estados Unidos ou em outro país. Então, eu acho que as pessoas têm que ter um comportamento civilizado.”</p> <p>OFF - Hoje, a quantia paga em dinheiro pela American Airlines foi depositada na conta bancária deste asilo, bem próximo do aeroporto de Guarulhos, gratuito, para senhoras. O diretor recebeu um comprovante de um procurador da República.</p> <p>VIVO- Um gesto para uma foto em um segundo. O resultado disso para o asilo vai durar bem mais. O dinheiro é equivalente a dois meses de despesa. E na verdade, vai ser usado ao longo de muito tempo.</p> <p>OFF - Para a construção de uma ala de terapia ocupacional, para manter as idosas ativas. Ela já estava projetada. Faltava a verba. A ajuda é que parece ter caído do céu.</p> <p>Sobe som: “Pelos meus 22 anos de prestação de serviço à entidade não passou por mim valor maior do que esse.”</p> <p>OFF - Moradoras, funcionários, todos agradecem. Também em gestos.</p> <p>No governo, o interesse do Ministério</p>
--	--

<p>Imagens externas do palácio do Planalto</p> <p>Imagens do recurso, trechos em destaque</p> <p>Imagens do ministro do turismo</p> <p>Ministro do turismo em coletiva</p> <p>Passagem: GIULIANA MORRONE Brasília</p> <p>Entrevista: CELSO AMORIM Min. das Rel. Exteriores</p>	<p>do turismo é facilitar a entrada de americanos no Brasil, mas a identificação nos aeroportos vai continuar.</p> <p>OFF - É decisão do governo manter a identificação dos americanos que entram no Brasil. A Advocacia Geral da União entrou com um recurso na Justiça contra a decisão do juiz de Mato Grosso que exigiu a identificação. Mas este recurso é só para esclarecer que quem trata de política externa é o governo federal.</p> <p>O ministro do Turismo, Walfrido dos Marins, propôs ao presidente Lula que apenas a identificação nos aeroportos seja exigida dos americanos, dispensando o visto.</p> <p>Sobe som: “O Brasil ganha, pela entrada de mais turistas americanos, ele ganha divisas e as divisas são transformadas em emprego”.</p> <p>VIVO- O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, entende que é preciso haver regras iguais para os dois países. Se o visto não fosse exigido dos americanos, também não seria dos brasileiros. E usou o exemplo da Alca – o livre comércio de mercadorias das Américas defendido pelo governo americano - para explicar porque deveriam seguir regras mais simples a entrada e a saída de pessoas do Brasil e dos Estados Unidos.</p> <p>Sobe som: “Como é que você pode prever liberdade de movimento de mercadorias e dificultar a liberdade de movimento das pessoas? Qual é o sentido que faz você negociar uma área de livre comércio e criar empecilhos para que as pessoas se visitem mutuamente?”</p>
--	---

--	--

JN 16/01/2004	
<p>Estúdio: BONNER – VIVO –</p> <p>VT-Imagens duas irmãs brasileiras de classe média e meia idade na calçada à frente do consulado americano no Rio</p> <p>Pan nas mãos de uma das irmãs, prédio do consulado</p> <p>Close nos rostos uma das irmãs chorando</p> <p>Entrevista: SEBASTIANA SOUZA Aposentada</p> <p>Plano médio de uma menina</p> <p>Entrevista: FÁBIO ALMEIDA agente de viagem</p>	<p>Esse comecinho de 2004 já ficou definitivamente marcado por confusões envolvendo viajantes estrangeiros, especialmente as viagens entre o Brasil e os Estados Unidos estão provocando muitos aborrecimentos, tanto de lá para cá quanto daqui para lá. É cada vez mais difícil conseguir o visto. As autoridades americanas dizem que isto se deve às novas medidas de segurança contra o terrorismo e ao grande número de imigrantes ilegais.</p> <p>OFF - É a quinta vez que os Souza, de Minas Gerais, tentam visitar uma irmã que mora em Nova Jersey, nos Estados Unidos. Eles já gastaram quase 20 mil reais entre taxas e despesas com a simples viagem para chegar ao consulado no Rio de Janeiro. Depois de 4 horas de entrevista, os Souza saem mais uma vez com o pedido negado.</p> <p>Sobe som: “eles colocaram minha família para fora daqui como se eles não fossem ninguém, como se não fossem nada.”</p> <p>OFF - Visto negado também para esta menina de 7 anos. Em vez de ir pra Disney, estas férias ela vai passar em casa.</p> <p>Sobe som: repórter pergunta: “qual o argumento que eles usaram? O pai responde: que a documentação não é suficiente”.</p>

<p>Imagens internas do consulado, funcionária examinando passaporte</p> <p>Arte: texto na tela</p> <p>VISTO PARA OS EUA Passaporte Foto 5x 7 cm R\$ 335,00 Carteira de trabalho Declaração do Imposto de renda Contra-cheque Certidão de casamento Extrato bancário Matrícula em escolas ou universidades</p> <p>Voltam imagens Moça e rapaz saindo sérios, meio tristes do consulado.</p> <p>Entrevista: PEDRO DE ALMEIDA Estudante</p> <p>Passagem: FLÁVIO FACHEL Rio de Janeiro (externas do consulado)</p> <p>Entrevista: JENNIFER NORONHA Encarregada do setor de vistos</p>	<p>OFF - Os funcionários do consulado confirmam: conseguir o visto para os Estados Unidos está mais difícil desde que o país decidiu se proteger contra o terrorismo. Além do passaporte, de uma foto 5 por 7 e do pagamento de 335 reais de taxas, os americanos existem provas de que o candidato à turista tem vínculo com o Brasil e não planeja morar lá ilegalmente. Pode ser preciso mostrar carteira de trabalho assinada, declaração de Imposto de renda, contra-cheque, certidão de casamento, extrato bancário, declarações de matrículas em escolas ou universidades.</p> <p>Além de tanta papelada, ainda há uma entrevista com perguntas padronizadas.</p> <p>Sobe som: “O que perguntaram para você? Se eu era casado, se eu tinha filhos. Quantos anos você tem? Quatorze.”</p> <p>VIVO- O consulado norte-americano não revela quantos vistos são negados por dia aos brasileiros. Mas dá uma pista sobre quem pode não ser aceito no país. Gente que tem parentes morando lá, pessoas desempregadas, famílias que ganham pouco. Pra esses, conseguir um visto aqui é quase impossível.</p> <p>Sobe som: “As pessoas que podem mostrar que não são imigrantes podem ir aos Estados Unidos. Se elas não podem mostrar isso, se parecem imigrantes, temos que negar o visto. Não queremos os brasileiros,</p>
--	--

<p>Estúdio: BONNER – VIVO-</p>	<p>nós queremos os turistas.”</p> <p>O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse hoje numa entrevista ao Bom dia Brasil que a questão dos vistos e da identificação dos americanos em aeroportos poderá ser discutida com o sec. de Estado americano Colin Powell na visita ao Brasil.</p> <p>Segundo o ministro, Powell virá em março ou abril para tratar de assuntos de interesse comum ao Brasil e aos Estados Unidos, como a criação da Alca, a Área de Livre Comércio das Américas.</p> <hr/>
--------------------------------	---

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)